



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CARLOS EDUARDO COSTA BARBOSA

PLANTA-ME NO PÓ E NÃO TENHAS DE MIM DÓ:
Agricultura no Grão-Pará Setecentista (1730 -1822)

Belém/PA
2017

CARLOS EDUARDO COSTA BARBOSA

PLANTA-ME NO PÓ E NÃO TENHAS DE MIM DÓ:
Agricultura no Grão-Pará Setecentista (1730- 1822)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial de avaliação para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia, sob a orientação do Professor Doutor Francivaldo Alves Nunes.

Banca de Avaliação

- Professor Doutor Francivaldo Alves Nunes – UFPA
- Professor Doutor Carlos Bastos – UFPA
- Professor Doutor Rafael Chamboleyron – UFPA
- Professor Doutor Wesley Ketlen – UFPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BARBOSA, CARLOS

PLANTA-ME NO PÓ E NÃO TENHAS DE MIM DÓ : agricultura e ocupação de terra na calha do rio Tocantins Setecentista / CARLOS BARBOSA, CARLOS BARBOSA. — 2018
180 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História (PPGH), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Prof. Dr. FRANCIVALDO NUNES

1. Rio Tocantins . 2. Agricultura . 3. Século XVIII. 4. Povoamento. 5. Navegação interna. I. BARBOSA, CARLOS. II. NUNES, FRANCIVALDO , *orient.* III. Título

CDD 981.1

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazonia, pela oportunidade de cursar o mestrado.

A todos os meus professores do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazonia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, pela oportunidade de aprofundamento no conhecimento acadêmico e profissional.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes, por suas orientações e por ensinamentos, que foram fundamentais para a concretização deste trabalho; seu exemplo como historiador, educador e como ser humano sempre me inspirou segurança e fraternidade.

Ao Prof. Dr. Carlos Bastos e ao Prof. Dr. Rafael Chamboleyron por aceitarem o convite para fazer parte, na qualidade de examinadores, da banca de qualificação desta dissertação; sem dúvida, suas orientações contribuíram significativamente para a conclusão deste estudo.

Aos colegas do curso de Mestrado, pelo compartilhamento dos estudos e pela construção das aprendizagens que muito contribuíram para a minha formação e para a conclusão deste trabalho.

Agradeço às amigas Prof^a. Dr^a Anna Carolina de Abreu Coelho, Prof^a Msc Marley Antonia Silva e Silva, e Prof^a Msc Maria Martins pela trajetória de estudos que tivemos a oportunidade de construir; as quais eu tomo como exemplo de dedicação, de superação e de conquista dos ideais de vida.

Aos trabalhadores do Arquivo Público do Estado do Pará pelo acolhimento e solicitude na cessão dos 292 códices digitalizados que me confiaram, e foram fundamentais para a construção desta narrativa fornecendo informações sobre seus saberes e modo de vida dos produtores invisíveis; auxiliando na ressignificação dos aspectos sociais, culturais e históricos.

Por fim, agradeço às pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram com a minha formação acadêmica e profissional; a todos deixo minha eterna gratidão e alegria de ter realizado este trabalho

RESUMO

O século XVIII é um momento importante para a agricultura no Grão-Pará, através de variadas fontes documentais, pudemos evidenciar o processo de ocupação da calha do rio Tocantins, uma região que pode ser compreendida como o primeiro círculo agrícola densamente povoado sob o domínio de Belém, uma influência observável pela organização territorial e o rearranjo das unidades familiares em estruturas relativamente autônomas de produção e consumo, como parte do projeto agrário, que foi caracterizado pela introdução de novas técnicas produtivas, incorporação de novas terras à agricultura seguida de novos gêneros e métodos de cultivo. O projeto agrário refletiu sobre os diversos sujeitos que compuseram o mundo rural paraense ao longo dos Setecentos, principalmente na região do Vale do rio Tocantins devido à proximidade de Belém. Nesta região, observamos a migração de colonos, a miscigenação, e o processo de dispersão populacional, como fatores que contribuíram para gerar famílias com pré-condições endógenas para viver e produzir sem dificuldades no meio ambiente amazônico, reproduzindo-se apenas pelo trabalho de seus membros. Nesse sentido, essa população dispersa vai se apropriar dos espaços possíveis e desenvolver atividades agroextrativistas. O que precisamos compreender de forma clara é que a agricultura colonial se equilibrava dentro de uma diversa gama de influências que determinavam suas condições e características, assim como perceber a múltipla composição do mundo rural. Nesse sentido, este trabalho procura enfatizar a participação dessa população dispersa, contribuindo para uma compreensão da complexidade de organização da sociedade colonial e do dinamismo existente na região do Vale do rio Tocantins setecentista.

Palavras Chaves: Agricultura, Ocupação, Rio Tocantins, Mundo Rural, Século XVIII.

ABSTRACT

The eighteenth century is an important moment for agriculture in Grão-Pará, through various documentary sources, we could highlight the process of occupation of the Tocantins river gutter, a region that could be understood as the first densely populated agricultural circle under the dominion of Belém, an influence observable by the territorial organization and the rearrangement of the family units in relatively autonomous structures of production and consumption, as part of the agrarian project, which was characterized by the introduction of new productive techniques, incorporation of new lands to agriculture followed by new genera and cultivation methods. The agrarian project reflected on the various subjects that made up the rural world of Paraense throughout the 18th Century, mainly in the Tocantins River valley region due to the proximity of Belém. In this region, we observe colonist migration, miscegenation, and the dispersal process as factors that contributed to generate families with endogenous preconditions to live and produce without difficulties in the Amazonian environment, reproducing only by the work of its members. In this sense, this dispersed population will seize the possible spaces and develop agro-extractive activities. What we need to understand clearly is that colonial agriculture balances within a diverse range of influences that determine its conditions and characteristics, as well as perceive the multiple composition of the rural world. In this sense, this paper seeks to emphasize the participation of this dispersed population, contributing to an understanding of the complexity of colonial society organization and dynamism in the region of the Tocantins River Valley.

Key Words: Agriculture, Occupation, Tocantins River, Rural World, 18th Century.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1

Exportações agrícolas e extrativistas do Grão-Pará no período entre 1720 -1822..... 36

Gráfico 2

Exportações agrícolas do Grão-Pará no período de 1720 a 1750.....37

Gráfico 3

Exportações agrícolas do Grão-Pará no período de 1750 a 1760.....40

Gráfico 4

Exportações agrícolas do Grão-Pará de 1760 a 1780.....43

Gráfico 5

Gráfico das Exportações Agrícolas do Grão-Pará entre 1773 a 1822.....44

Gráfico 6

Perfil Produtivo do Grão-Pará no início do século XIX..... 45

LISTA DE IMAGENS

Figura 1	
Armazém da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no interior do vale amazônico	
(1772).....	51
Figura 2	
Lagoa Dourada ao centro, berço mítico dos rios Tocantins, São Francisco e Paraná.....	76
Figura 3	
Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional de 1751.....	79
Figura 4	
Recorte da região do Vale do rio Tocantins.....	80
Figura 5	
Rio Tocantins, desde a Villa de Cameté do Grão-Pará até os arraiais de Pontal e Carmo de Minaz de Goiaz de 1795.....	85
Figura 6	
Dispersão de Propriedades na região do Baixo Tocantins.....	96
Figura 7	
Distância entre Baião e as localidades de São Bernardo das Pederneiras e Alcobaça.....	117
Figura 8	
Planta da Fortaleza e da povoação de Alcobaça.....	119
Figura 9	
Barqueiros enfrentando as corredeiras do rio Tocantins.....	141
Figura 10	
Ubá.....	144

Figura 11	
Ubá.....	144
Figura 12	
Bote.....	145
Figura 13	
Igarité.....	146
Figura 14	
Balsa.....	147

LISTA DE TABELAS

Tabela I

Exportações do Grão-Pará.....173

Tabela II

Valor das Exportações por Estrutura Produtiva.....178

LISTA DE ABREVIATURAS

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino

APEP- Arquivo Público do Estado do Pará

CDG- Correspondências dos Diversos com o Governo

CGD- Correspondências do Governo com os Diversos

CGM- Correspondências do Governo com a Metrópole

CMG- Correspondências da Metrópole com o Governo

IPEHBC- Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

Sumário

Introdução: Agricultura e a economia colonial do Grão-Pará.....	12
Capítulo I.....	20
Agricultura, Estado e Colonização	20
1.1- Implicações de Modelo Agrário	27
1.2- Instrumentos e Condicionantes da administração portuguesa.....	46
1.3- Outras formas de produção.....	58
1.4- Os rumos da agricultura no Grão-Pará	65
Capítulo II.....	77
O Vale do rio Tocantins: povoação e navegação interior.....	77
2.1- Sítios e Engenhos: ocupação marginal da calha do rio Tocantins.....	91
2.2- Ausentes, Desertores e Mocambeiros.....	103
2.3- A retomada dos povoamentos na calha do Tocantins	115
Capítulo III	127
Do Grão-Pará ao Reino.....	127
3.1- Navegação e comércio fluvial no Tocantins: expansão, cotidiano, perigos e despedidas.....	138
Considerações Finais.	153
Fontes Manuscritas	156
Referências Bibliográficas.....	165
ANEXOS	174

Introdução: Agricultura e a economia colonial do Grão-Pará

O século XVIII é um momento importante para a agricultura no Grão-Pará, particularmente a partir do consulado pombalino, quando houve a dissolução do sistema de aldeamento missionário, o rearranjo das unidades familiares em estruturas relativamente autônomas de produção e consumo, como parte do projeto agrário, que foi caracterizado pela introdução de novas técnicas produtivas, incorporação de novas terras à agricultura seguida de novos gêneros e métodos de cultivo.

Os modelos explicativos aplicados ao estudo do Norte da América Portuguesa estão aprofundando a análise dos diferentes empreendimentos agrários desenvolvidos na região ao longo do século XVIII, rompendo com a ideia de que no espaço amazônico teria predominado tão somente a atividade extrativista das drogas do sertão pautada no trabalho compulsório dos indígenas. Pois, como asseverou José Maia Bezerra Neto (2012, p. 22), limitar a compreensão do processo de ocupação em razão da economia extrativista alicerçada apenas no trabalho dos indígenas, significaria ignorar o estabelecimento de atividades agrícolas e criatórias voltadas para o mercado interno e externo, baseadas no trabalho de índios, negros, agregados, fugidos, desertores e de famílias que estavam dispersas pelo território, em sítios nas margens de rios e igarapés.

A produção dessa população invisível distinguia-se pelo modo de cultivo, seguindo as práticas indígenas herdadas e introduzindo o ferro e outros instrumentos como foices, machados e arados para cortar e desbastar as matas. Este tipo de agricultura, voltado para o mercado interno, não pode ser desprezado, dado o seu papel fundamental tanto na ocupação territorial, quanto na organização do trabalho familiar e no atendimento às demandas dos núcleos urbanos em formação.

Em outros termos, podemos entender que, mesmo a produção sendo orientada para a exportação, não deixava de possuir estruturas internas capazes de gerar dinâmica própria. Como alerta Ciro Cardoso (1990, p. 101), devemos considerar o quadro regional, mas com a condição de transcendê-lo e saber integra-lo a totalidades mais amplas, no entanto não devemos desconsiderar os fenômenos e condicionantes locais.

Lidar com a formação de um mundo agrário no período colonial e de grupos que realizam ações distintas, segundo Rosa Acevedo Marin (2000, p. 3), são problemas teórico e historiográfico a serem enfrentados, pois os modelos teóricos utilizados para explicar as sociedades agrárias europeias estão vinculados a ideia de rupturas e permanências visíveis em paisagens profundamente transformadas. Enquanto que as marcas da ocupação da terra e das estruturas agrárias no Grão-Pará são as fazendas de

pequeno e médio portes ao lado dos sítios que delineavam os estabelecimentos rurais e distribuíam-se pela malha fluvial tendo por base a atividade agrícola complementada pelo extrativismo e criações.

Nesse sentido, procuramos enfatizar a participação dessa população dispersa, e muitas vezes invisibilizadas pela historiografia. O padre João Daniel, ao escrever sua célebre obra sobre o espaço amazônico, fez uma importante descrição do modo de vida, atividades, processo de dispersão da população pelo território, hidrografia, fauna e flora paraenses no século XVIII. Ao abordar o processo de dispersão da população em quintas, boas e sítios, o missionário faz menção a agricultura desenvolvida e aos métodos de cultivo na região, que ficam sintetizados nos dizeres *planta-me no pó e não tenhas de mim dó*.

Para Maria Yedda Linhares (1997, p. 173), a agricultura envolve, enquanto processo produtivo, três fatores: a terra, os homens e as técnicas, os quais se combinam em proporções que variam segundo a região e o período histórico em análise. Desse modo, como sugere Maria de Nazaré Ângelo-Menezes (1999, p. 248), para pensarmos as intervenções feitas no meio rural amazônico, precisamos compreender as formações agrárias e sua dinâmica no interior de um contexto global, sistêmico e histórico. Isto é, buscar nas situações localizadas compreender a complexidade do sistema socioeconômico que as circunscrevem.

Observando o quadro negativo construído pelas correspondências dos colonos ao reino, pela produção de exportação, muitos não atentaram para a formação de mercados locais. O trabalho de João Frago (1998, p. 88), ao detalhar o processo de acumulação endógena pelo setor mercantil em conexão com as atividades agrícolas, abriu caminhos para que pudéssemos captar a heterogeneidade de enfoques a nível regional. Como Maria Yedda Linhares esclarece:

mapear a expansão da fronteira agrícola que acompanhou a destruição paulatina das populações indígenas e a crescente imigração europeia, conhecer sistemas de uso e posse da terra e sua evolução no tempo, apreender as hierarquias sociais (estruturas ocupacionais, níveis de renda e fortuna), os movimentos demográficos, os solos, os cultivos, os climas, ou seja, as ações dos homens na transformação da paisagem, os processos de adaptação e de transformação do meio físico e as formas de organização social daí resultantes (LINHARES 1997, p. 173).

Para conseguirmos uma explicação inteligível do processo histórico na agricultura do Grão-Pará Setecentista devemos interpor questões para evidenciar esses

diversos aspectos. Como o perfil fundiário se constituiu a partir da sua concepção pelas autoridades lusitanas? De que forma o processo de expropriação dos trabalhadores livres se desenvolveu no avanço da fronteira agrícola no Grão-Pará?

Ao considerar o trabalhador agrícola pobre e inseguro, Linhares esclarece que este vai se apropriar dos espaços possíveis e que em seguida verifica-se o avanço da agricultura comercial, um processo que apresentou ritmos diferentes em cada região brasileira. Trabalhos como o de Marcia Motta (2009) e de Hebe Castro (2009) confirmam a tendência à concentração fundiária ao longo do período escravista, o que não impede que tenha sido ponderável a presença de um campesinato, identificado como sendo a camada pobre do campo, trabalhadores livres, incluídos os foragidos do sistema, com ou sem terras, com ou sem escravos, mas com papel decisivo na tarefa de desbravar e ocupar um território politicamente delimitado.

Segundo Maria Yedda Linhares (1997, p. 180), são três grandes sistemas agrários a serem considerados: a grande lavoura, o pastoreio e a pequena lavoura. Dentre estes, o da pequena lavoura é considerado como o enjeitado por muitos, marcado pelas tradições indígenas, o sistema de roça itinerante com rotação floresta/culturas enquanto que o modelo genérico de agricultura de exportação avançou e recuou acompanhando as conjunturas externas.

Modelos como o de Labrousse, lidando com as crises em economias não capitalistas, onde o funcionamento dependeria de um equilíbrio entre demografia e produção agrícola, influenciam bastante as pesquisas sobre o mundo rural. Mas, segundo Linhares (1997, p. 180), no Brasil as crises apresentam dinâmicas próprias, com elementos novos, além da demografia, o uso predatório dos recursos naturais, a variação de preços no mercado externo e interno.

Uma alternativa de abordagem seria o modelo de Mario Samper Kutschbach que considera as unidades de produção e consumo orientadas para o mercado e a participação dos produtores diretos em escala regional, no plano das unidades de produção e quanto à interação econômica. Seus conceitos básicos tem como ponto focal a interação econômica entre os produtores diretos e entre estes e os donos do capital no contexto dos mencionados processos, considerando variáveis diversas (população, acesso à terra, tecnologia agrícola, vínculos entre as unidades e os sujeitos). Como Linhares explica:

As unidades de produção e consumo que analisa são aquelas baseadas fundamentalmente na força de trabalho do núcleo familiar, embora longe da tradição chianoviana ou marxista, refira-se a unidades como elementos “historicamente específicos de uma economia agrária mercantil”, não como remanescentes de um passado pré-capitalista. São pois, unidades que resultam e participam do desenvolvimento dos mercados diversos (terra, trabalho, crédito) (LINHARES 1997, p. 182)

Para Linhares, o peso dos componentes no modelo de Samper altera a dinâmica interna das unidades e suas relações externas. Segundo a autora, nenhum sistema vive em um equilíbrio perfeito e a mesma unidade pode encarar situações diversas e a comunicação com outras unidades é o recurso que facilitaria o enfrentamento de tais situações. Nas palavras de Samper:

A participação de unidades domésticas em diversos tipos de intercâmbio ou mercado (...) pode ser a base para a extração de excedentes, como também para a acumulação. É possível, teoricamente, definir a natureza de tais intercâmbios e identificar as condições que tornam viável a extração ou a acumulação em termos dos processos socioeconômicos gerais. Mas a pergunta específica de se uma unidade doméstica se encontra em uma ou outra situação (ou em ambas) requer uma análise detalhada de casos concretos (SAMPER apud LINHARES 1997 p.184)

Em síntese, a agricultura poderia apresentar estruturas produtivas ligadas tanto ao mercado externo quanto interno, contribuindo para a análise das complexas situações do mundo agrário. Dentre estas podemos destacar os quadros de propriedade, população, escravaria, implementos agrícolas, mercado de terras, bem como de uma intrincada rede de relações sociais, que aponta para hierarquias sociais diversificadas, para formas variadas de apropriação do solo e de reprodução social, inclusive para a crise dessas estruturas.

O que precisamos compreender de forma clara é que a agricultura colonial se equilibrava dentro de uma diversa gama de influências que determinavam suas condições e características. Entretanto uma distinção deve ser feita: se, por um lado, a visão de sentido para a colonização destaca a influência da metrópole e seus agentes na organização da colônia a partir de razões comerciais, por outro, o estabelecimento de uma agricultura voltada para o mercado interno parece ser resultado natural do processo colonizador. Esta ideia que procuramos seguir ao longo desse trabalho

Nossas fontes estão dispostas em três tipos: 1 correspondências de diversos com o governo, do governo com diversos e com a metrópole coletadas junto ao Arquivo Público do Estado; 2 as cartas, ofícios, mapas de carga e requerimentos coletados junto

ao Arquivo Histórico Ultramarino; e 3 os censos e estatísticas. O trabalho de sistematização metodológica no tratamento das fontes documentais procurou seguir, em parte, os moldes a história serial, como sugere Maria Yedda Linhares (1997), de forma a permitir a observação da estrutura agrária e do quadro de relações que possibilitavam a pulsação dessas estruturas, dos sistemas familiares, da transformação das paisagens pelas modalidades de uso dos recursos que foram sendo aplicados pelas sociedades em um longo período.

No primeiro capítulo procuramos relacionar a agricultura, Estado Português e processo colonizatório, destacando as medidas que foram tomadas pela Metrópole de maneira a desenvolver seu projeto agrícola na região, assim como as expectativas que almejavam com sua expansão. Dessa forma, poderíamos perceber as limitações e problemas relacionados ao seu desenvolvimento que forçaram a uma adaptação a realidade regional.

Compreendendo a forma como Portugal enxergava a atividade agrícola procuramos perceber as estruturas econômica, social, política e cultural, através da sua contextualização histórica. Nesse sentido, tentamos focalizar as estruturas forjadas pelos interesses do sistema dominante, para acessarmos questões substanciais relativas ao sentido da colonização e as formas de apropriação do território e as relações de trabalho que se fizeram presentes.

Nesse sentido, podemos destacar que a origem da agricultura colonial estava associada às ações e interesses do Estado Português. Ou seja, a gestão da atividade agrícola refletia as características elementares do modelo administrativo, o qual era orientado pelo pensamento político-econômico que vigorava a época, portanto voltado para a atividade mercantil.

A percepção da estrutura administrativa possibilita compreender o caráter da colonização e a forma como a atividade agrícola era compreendida. Isto é, a relação administrativa entre Estado e agricultura como um “todo” composto por duas partes que estariam em constante processo de adaptação. A primeira correspondendo aos mecanismos de controle ultramarino, frutos do modelo administrativo transposto da Metrópole para suas colônias, com suas especificidades e características próprias. A outra correspondendo ao papel da agricultura no conjunto da economia colonial.

Dessa forma, ao considerarmos a *raison d'être* da colônia enquanto fundamental para a manutenção econômica da sociedade aristocrática lusa, podemos entender que a agricultura colonial deveria organizar-se e funcionar com essa finalidade, ou seja,

inteiramente voltada para as necessidades da metrópole, mesmo que com o tempo adquirisse uma dinâmica própria, e fosse forçada a buscar formas de atender suas demandas internas.

Nesse sentido, as estruturas administrativas se adaptavam às realidades regionais para assegurar seu funcionamento e manutenção. Ou seja, a Coroa teve que buscar formas de conciliar os interesses comerciais metropolitanos aos interesses que emanavam da estrutura interna da colônia que teriam como únicos beneficiários na distribuição das riquezas internas seria a elite agrária colonial, com os comerciantes portugueses sendo os arrecadadores dos lucros do comércio exportador, desprezando-se a dinâmica interna da economia colonial.

Em outros termos, a economia colonial, ao lado da agroexportação, constituía-se por diferentes formas de produção que davam suporte para este setor, que para existir precisava de uma fonte de recursos que seriam provenientes, não do mercado externo, mas das estruturas internas da colônia que foram ignoradas pela historiografia.

No segundo capítulo procuramos focar nossas atenções ao espaço geográfico do vale tocantino, apontando alguns marcos do processo de ocupação e da representação que foi sendo construída a partir de expedições daqueles que estiveram na região em diferentes momentos e com objetivos diversos, pois evidencia a importância estratégica do corredor tocantino que a partir daquele momento seria objeto de esforços da Coroa Portuguesa para defender a posse, fomentar o povoamento e fortificar a área ocupada.

Com a definição da região tentamos evidenciar os sujeitos e as estruturas que foram por eles criadas com base nas especificidades dos fundamentos naturais. Isto é, tentamos compreender o espaço tocantino a partir do processo de dispersão de sua população e como as atividades econômicas desenvolvidas, o agro extrativismo de exportação e a mineração, refletiram na especialização funcional de unidades produtivas específicas e da própria sociedade.

Uma malha de sítios e engenhos surgiram no Baixo Tocantins, enquanto proliferavam as fazendas de gado no Alto Tocantins contribuindo desse modo para a concentração das terras nas mãos dos potentados locais, dificultando o acesso a propriedade e favorecendo a dispersão populacional. Esse processo de ocupação deve ser compreendido enquanto um processo ecológico de distribuição no espaço físico, ou seja, como um processo de adaptação dos indivíduos ao meio ambiente, ou de formação de uma sociedade capaz a manter a posse da terra e dela retirar os recursos para a sua permanência efetiva.

Neste contexto, observamos o deslocamento populacional pela calha tocantina que ocorria por razões variadas, mas auxiliou no processo de ocupação voluntária da região por famílias ou grupos organizados em comunidades onde desenvolviam seu modo de vida agroextrativista.

Procuramos evidenciar a participação destes moradores que, dispersos pela região e sem a titularidade das terras que ocupavam, vivendo em uma situação pobreza crônica, como a relatada por vários sujeitos, mas que conseguiam uma produção de alimentos excedente para o abastecimento de localidades próximas disputando espaço de sobrevivência na fronteira agrícola tocantina. Ou seja, isto nos chama atenção para a dinâmica interna da economia colonial, onde a agricultura de subsistência e esta parcela da sociedade permaneceram ocultas e indigentes nos subterrâneos da história colonial.

No terceiro capítulo nos detivemos na atuação dos comerciantes não reconhecidos que faziam a intermediação entre a produção dos lavradores que residiam nos sertões e o porto de Belém. Pois, apesar destas pessoas estarem distantes de Belém ou de qualquer outra vila, elas não estavam isoladas, os comerciantes não reconhecidos, que trafegavam pelo rio Tocantins, os abasteciam com produtos de que precisavam em troca das suas produções.

A atuação dos comerciantes deve ser entendida como complementar a atuação do lavrador sitiante. Dessa forma, é possível compreender o desenho geral das redes de comércio que se estabeleciam entre Belém, as maiores vilas do interior, Capitânias do Mato Grosso, Goiás e outras partes da América Portuguesa, num circuito relativamente mais amplo, em eixos de negociação.

Nessa teia, segundo João Fragoso (1998, p. 79), os comerciantes de “grosso trato”, aqueles mais ricos e detentores da liquidez do mercado colonial, ficavam sediados nos maiores centros. Enquanto os pequenos negociantes, que com eles mantinham ligação, estavam espalhados pelos inúmeros núcleos interioranos recebendo os produtos “sacados” dos matos e das roças da população dispersa em troca de víveres e fazendas.

Diante da importância que estes comerciantes tiveram para a dinamização da economia interna destacamos alguns aspectos que tangenciam o desenvolvimento da navegação fluvial no espaço tocantino, sua expansão, perigos e cotidiano daqueles que impulsionaram paulatinamente a atividade comercial pela necessidade e audácia.

Dessa forma, podemos compreender o quão complexas e extensas eram as redes de comércio que se estabeleceram no Grão-Pará de finais dos Setecentos, assim como o

papel que desempenharam estes comerciantes e lavradores dispersos pela malha fluvial para o aumento das exportações do porto de Belém para o reino e sua contribuição à vida de diversas comunidades dispersas pelo território através de um comércio fluvial destemido, improvisado e contínuo.

Capítulo I

Agricultura, Estado e Colonização

O desenvolvimento da atividade agrícola é indissociável do processo de colonização, dado que, por meio da expansão das fronteiras do reino português no ultramar, as terras conquistadas passavam a integrar essa grande empresa colonial. Desse modo, a orientação essencialmente mercantil da colonização implicou em atribuir a esses novos espaços do império o papel de uma economia complementar, fornecedora de produtos a serem reexportados a partir de Portugal¹.

Nesse sentido, a Coroa portuguesa promoveu a implantação de um plano de exploração agrícola que, segundo Alice Cannabrava (1985, p. 196), tinha em vista o fornecimento de gêneros de interesse comercial. O Estado Português então transportou para sua colônia americana o modelo agrário, longamente experimentado no litoral africano, com suas técnicas produtivas, estabelecido no tripé básico latifúndio, escravidão e agroexportação, para montar a empresa agrária, assente no cultivo e comércio do açúcar, gerando os recursos necessários para a manutenção do Antigo Regime luso².

O sucesso do açúcar fez com que o Estado português tentasse reproduzir o mesmo modelo agrário, baseado na combinação de escravatura e cultivo da terra, no restante da colônia como, por exemplo, no espaço amazônico, no Estado do Maranhão e Grão-Pará³, na esperança de alcançar como resultado uma agricultura produtiva e rentável.

Dessa forma, no que tange à questão agrícola, prevaleceu o modelo implantado de grande propriedade monocultora escravista, assim como as orientações pontuais para

¹ Um pensamento da corrente historiográfica de base econômica que perdurou até os anos 1960- 1970, onde o elemento chave para a análise do Brasil colonial seria o comércio externo. Segundo essa linha interpretativa as terras brasileiras foram incorporadas ao império lusitano e a elas foi imposto o sistema colonial, o qual durou até a queda do pacto colonial e independência, orientando econômica e politicamente a vida na colônia. O autor que melhor representou essa corrente foi Roberto Simonsen, mas foi com Caio Prado Junior e o aporte marxista que lançou uma nova perspectiva sobre a colonização, acrescentando o conceito de formação social, possibilitando uma compreensão da realidade social em sua complexidade.

² O processo de colonização foi compreendido por muito tempo na historiografia como um aperfeiçoamento do sistema mercantil, onde as colônias eram submetidas, por meio do pacto colonial, a uma dependência que dificultava a acumulação endógena de capitais e o desenvolvimento de um mercado interno, reforçando dessa maneira o papel do mundo colonial como fornecedor de *commodities*. No entanto, essa visão veio sendo revista com trabalhos que enfocaram no desenvolvimento de um mercado interno diversificado resultante o próprio processo de colonização.

³ Um território extenso que abrangia a área que hoje é ocupada pelos Estados do Pará, Maranhão, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, Piauí, parte do Ceará, parte setentrional de Mato Grosso, compreendendo características climato-edáficas diversas.

conservar, fomentar e regular as culturas de acordo com as necessidades da metrópole por meio de regimentos, alvarás, cartas de lei e cartas régias. Nesse sentido podemos entender que a atividade agrícola apareceria no processo colonial como sendo o nervo econômico, pois estava ligada tanto às intenções comerciais quanto ao esforço de ocupação territorial. Isto é, a agricultura foi, como sugere Fernando Novais (1979, p. 59), a pedra angular na formação de uma ordem administrativa e no desenvolvimento da organização socioeconômica deste “filho colonial”.

Dessa forma, como aponta Caio Prado Junior (2004, p. 56), podemos compreender que a origem da agricultura colonial estava associada às ações e interesses do Estado Português, assim como, a gestão da atividade agrícola refletia as características elementares do modelo administrativo, o qual era orientado pelo pensamento político-econômico que vigorava a época, portanto voltado para a atividade mercantil.

Sendo assim podemos destacar, ainda que superficialmente, uma estrutura de três níveis que em sua simplicidade reflete o caráter da colonização e a forma como a atividade agrícola era compreendida. Num primeiro nível há a presença da Coroa, dividindo o território e impondo uma estrutura de cobrança de impostos, passando a administração ao segundo nível, os agentes da Coroa e membros dos grupos agrários locais e a produção num terceiro nível com as diferentes unidades produtivas sendo responsáveis por explorar economicamente a terra com recursos próprios. Em resumo, podemos entender que esses foram os alicerces em que se apoiaram a administração não só da agricultura, mas de toda a colônia.

Nesse sentido, com sugere Fábio Barcelos (2010, p. 11), devemos entender a relação administrativa entre Estado e agricultura como um “todo” composto por duas partes que estariam em constante processo de adaptação. A primeira correspondendo aos mecanismos de controle ultramarino, frutos do modelo administrativo transposto da Metrópole para suas colônias, com suas especificidades e características próprias. A outra correspondendo ao papel da agricultura no conjunto da economia colonial.

Considerando a argumentação de Caio Prado Junior (2004, p. 103) sobre a *raison d'être* da colônia enquanto fundamental para a manutenção econômica da sociedade aristocrática lusa, pois diante de uma agricultura metropolitana deficitária⁴, a

⁴ José Vicente Serrão (1989, p. 246) destacou que o setor agrícola português, ao longo do século XVIII, teria enfrentado várias dificuldades cujo cerne estaria em uma insuficiência produtiva decorrente da

agricultura colonial deveria organizar-se e funcionar com essa finalidade, ou seja, inteiramente voltada para as necessidades da metrópole⁵.

Dessa maneira, podemos dizer que a atividade agrícola de exportação correspondeu a um ajustamento da ordem agrária colonial aos interesses comerciais metropolitanos, mesmo que, como ressalta Fábio Barcelos (2010, p. 13), com o tempo adquirisse uma dinâmica própria, sendo forçada a buscar formas de atender suas demandas internas. Isso esclarece a opção pela lavoura de exportação, mas não a forma como se deu sua montagem, nem a origem dos capitais para o empreendimento.

O mundo administrativo no ultramar era bastante fluido e possuía uma racionalidade própria. Desse modo, para assegurar seus interesses, a Coroa precisou desenvolver a capacidade de negociar com os grupos locais, adaptando-se às conjunturas e peculiaridades regionais. Sendo assim, a “tirânica distância”, segundo Russel-Wood (1998, p. 4), contribuiu para que as fronteiras entre o público e o privado na administração colonial fossem borradas e toleradas desde que não lesassem a Coroa⁶.

Sendo assim, como destaca Raymundo Faoro (2001, p. 168-169), o modelo administrativo colonial baseou-se na cooptação das elites agrárias locais, de modo a consolidar o aparelho burocrático-administrativo responsável por impedir que os interesses metropolitanos fossem comprometidos, disciplinando as relações políticas e sobretudo econômicas, assegurando que os objetivos mercantilistas fossem alcançados.

A delegação de atividades a grupos privados foi uma prática recorrente da monarquia lusa, como explica João Fragoso (1998, p. 39), pela falta de capitais que pudessem se aplicados na montagem de uma economia colonial. Dessa forma, para que viabilizasse o processo colonizatório, o Estado procurou estabelecer o mesmo modelo

própria característica da base econômica e social da vida lusa, a qual tinha no comércio marítimo um dos seus pilares mais dinâmicos.

⁵ Segundo Francisco Falcon (2000, p. 155), Pombal, no século XVIII, já considerava a exploração das minas como “riquezas fictícias”, fazendo do estímulo à agricultura um dos sustentáculos de sua administração, cujos efeitos se manifestaram na diversificação do espaço econômico colonial. Nas instruções dadas a Mendonça Furtado uma de suas mais importantes recomendações seria o fomento à agricultura. O ministro tinha perfeita compreensão de que a atividade agrícola forneceria produtos para reexportação do Reino, alimentos para a população e matérias primas para as manufaturas portuguesas, tornando a caminhada rumo a industrialização do reino um objetivo alcançável.

⁶ A visão de uma monarquia centralizada em suas funções e poderes não se sustenta, pois, como Antônio Manuel Hespanha (2001, p. 170) e Russel-Wood (1998, p. 4) sugerem, a tirânica distância entre o centro decisório e os extremos do mundo colonial favorecia um desprendimento da autoridade central. Desse modo, a estrutura organizacional do império lusitano teria que se congruar com poderes de maior ou menor hierarquia delegando atividades e poderes a grupos privados, cujas pressões eram consideradas, assim como as relações entre os representantes da Coroa, em seus diversos níveis, e os habitantes locais. Dessa forma, o modelo de governo “militar, econômico e comissarial” contribuiu para a consolidação do poder local nas mãos dos “homens bons”.

social de base agrária, marcado por privilégios e exclusão social, onde riqueza era sinônimo de apropriação do trabalho alheio.

Essa hierarquização veio ao encontro do projeto português que via na distribuição de terras uma estratégia de exploração econômica e de ocupação do território. O modelo da grande propriedade, monocultora e escravista, que foi implantado, como sugere Francisco Falcon (2000, p. 155), acabou por propiciar o fortalecimento de poderes locais em várias regiões coloniais, a tal ponto que suas resistências forçavam agentes da Coroa a recuos em algumas questões, ampliando-se assim a participação, por delegação de poderes, dos colonos nas administrações locais.

O importante a frisar neste ponto é que as características inerentes à formação cultural e social portuguesa se revelam no modelo organizacional adotado, onde a base de toda estrutura da sociedade colonial foi definida no meio rural e tinha estreita relação com a forma como Portugal enxergava sua relação com a terra e a atividade agrícola. Isso esclarece a formação da ordem agrícola colonial e suas características estruturais.

Como decorrência desse processo surgiu uma economia agroexportadora baseada na concentração fundiária e no trabalho compulsório, submetida aos interesses e formas administrativas da metrópole, capaz de contribuir para a sustentação do Estado Português. Isto é, uma atividade agrícola, que segundo Caio Prado Junior (2004, p. 57), pode ser caracterizada como essencialmente quantitativa e não qualitativa, diante do fato de ser voltada para atender as demandas da metrópole e não ter tido altos investimentos em adubos ou instrumentos de trabalho.

Para Rafael Feltran-Barbieri (2010, p. 337), o modelo agrário seria caracterizado por uma inércia cultural⁷ refletida nos poucos avanços técnicos e baseando-se num sistema extensivo de cultivo que recorria às técnicas rudimentares dos indígenas, onde o aumento das colheitas, do lucro e das rendas dar-se-ia tão somente com a incorporação de mais terras.

Estabelecidas as bases agrárias, como afirma Fábio Barcelos (2010, p. 46), as formas de conciliar os interesses comerciais metropolitanos aos interesses que emanavam da estrutura interna da colônia passavam à Coroa, que tinha o papel de

⁷ Segundo Rafael Feltran-Barbieri (2010, p. 336), a inércia cultural é definida como uma resistência de uma sociedade conservadora à adoção de novas ideias. No presente momento, deve ser entendida como a manifestação da herança agrária apoiada em valores como tradição, organização social, divisão do trabalho e conhecimento técnico persistente à assimilação de novos elementos e práticas produtivas. Em uma observação mais profunda da dinâmica do sistema agrário colonial podemos perceber o mesmo não significou uma “revolução agrícola”. O uso das terras e o sistema de lavoura podem ter se alterado um pouco, mas a inovação técnica não passou de uma simples assimilação de artefatos similares.

desenvolver mecanismos de articulação de interesses em todos os extremos do seu império colonial ultramarino.

No caso brasileiro, segundo João Fragoso (1998, p. 95), apesar da ênfase dada à agroexportação, a economia colonial não se esgotava nos cultivos voltados para o mercado europeu. Como apontou este autor, pensava-se que os únicos beneficiários na distribuição das riquezas internas seria a elite agrária colonial, com os comerciantes portugueses sendo os arrecadadores dos lucros do comércio exportador, desprezando-se a dinâmica interna da economia colonial.

A perspectiva de um predomínio da plantagem⁸ reduziria qualquer outra atividade a uma posição dependente deste setor, resultando numa análise limitada da economia do período, pois, ao lado das plantagens havia uma série de pequenos produtores cujas vidas não se limitavam à atividade da agroexportação. Ou seja, havia uma diversificação agrícola que aponta para uma sociedade mais complexa que a historiografia desconsiderava.

Em outros termos, a economia colonial, ao lado da agroexportação, constituía-se por diferentes formas de produção que davam suporte para as plantagens, pois esta para existir precisava de uma fonte de recursos que seriam provenientes, não do mercado externo, mas das estruturas internas da colônia.

O protagonismo da visão plantacionista autossuficiente, segundo Mary Del Priore (2006, p. 30-31), foi responsável por eclipsar todas as atividades não voltadas para a agroexportação e durante muito tempo ignorou a contribuição de milhares de agricultores dedicados ao setor de produção de alimentos e de subsistência. A sociedade decorrente nessa perspectiva estaria polarizada entre senhores e escravos, uma dicotomia que alijava as formas inorgânicas da sociedade colonial, expressão utilizada por Caio Prado Junior para se referir a massa populacional que estaria à margem do sistema colonial.

No entanto, segundo Guilherme Palacios (2004, p. 34), esses lavradores “desqualificados” se estabeleciam na extensa região de fronteira agrícola por não possuir recursos para arrendar terras, reunindo-se em pequenas comunidades ou mesmo “isolados”, tornando-se embriões de formas produtivas e estruturas de organização social que significavam o aparecimento de espaços socioeconômicos. Essa parcela

⁸ O termo plantagem é utilizado tradicionalmente na Geografia para substituir o termo Plantation. Segundo Rui Erthal (2011, p. 254), o termo consegue exprimir o conteúdo do seu conceito, fazendo alusão ao fato de o Brasil ter sido o exemplo mais bem-acabado desse modelo de organização agrária e de ter precedido aquela realizada pelos ingleses.

indigente da sociedade nasceu e se projetou oculta nos subterrâneos da história colonial, sob o controle das unidades exportadoras, sendo aproveitada enquanto trabalhadores especializados ou agregados que prestavam serviços nas grandes fazendas.

Nas propriedades ao longo do rio Moju, por exemplo, em 1790, observamos a participação dos agregados, vivendo sob uma relação de dependência pessoal com os proprietários, na fabricação de aguardente e no cultivo das “lavouras da terra”. João Chrisostimo da Silva juntamente com seus 35 escravos possuía 17 agregados, José Pacheco de Castro possuía 5 escravos e 8 agregados, o Alferes Francisco Antônio Pereira de Castro, possuía 77 escravos e 5 agregados, Gabriel José Mascarenhas Villa Lobos possuía 14 escravos e 3 agregados, Dona Josepha Maria de Freitas possuía 1 escravo e 1 agregado, o Alferes Luís José Sabino possuía 37 escravos e 7 agregados, Dona Quitéria Maria dos Anjos possuía 7 escravos e 7 agregados, Dona Maria Josepha Paes possuía 37 escravos e 1 agregado, o Senhor Nunes Caldeira possuía 23 escravos e 3 agregados, Filippe José Nogueira Coelho possuía 56 escravos e 9 agregados, Dona Joaquina Maria do Freixo Campelo possuía 34 escravos e 28 agregados⁹.

Sobre a figura do agregado, Caio Prado Junior (2004, p. 159) explica que era um trabalhador rural a quem o proprietário cedia, em geral a título gratuito e em troca apenas de uma espécie de vassalagem, o direito de se estabelecer em uma parcela da terra, fazendo às vezes de um pequeno produtor subordinado ao domínio da grande propriedade.

Segundo Ciro Cardoso (1979, p. 133-154), a agricultura de subsistência não poderia ser subestimada, dada sua relevância tanto na ocupação territorial em regiões afastadas do litoral, quanto na organização do trabalho familiar. Em sua análise do modo de produção escravista, este autor demonstrou que apesar de a produção colonial prioritariamente ser voltada para atender as demandas de um setor de exportação, ainda assim possuía estruturas internas vinculadas a dois setores agrícolas, um voltado para mercadorias exportáveis e outro buscando seu próprio sustento.

Neste sentido, podemos entender que a agricultura colonial congregava influências determinantes no estabelecimento de suas condições e características. Se o “sentido da colonização”, defendido por Caio Prado Junior (2004, p. 204), enfatizava a influência metropolitana e de seus agentes a partir das razões comerciais, a ideia de Ciro

⁹ APEP- CDG n° 352, documento n°197- RELAÇÃO feita pelo Juiz do Julgado, Felix João de Barros, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, indicando os habitantes donos de engenho, engenhocas dos distritos do rio Moju.

Cardoso (1979, p. 16) de um estabelecimento de uma agricultura voltada para o abastecimento interno aparece como um resultado natural do processo colonizador, permitindo o enfrentamento das flutuações de preços e a queda nos lucros. Dessa maneira podemos dizer que a economia colonial possuía uma organização bem mais complexa do que apontava alguns estudos.

Em outros termos, um organismo que se completava com mecanismos que visavam não apenas o abastecimento dos mercados europeus e a criação de novos mercados, mas também promover o exclusivismo comercial e assegurando uma produção em escala necessária, principalmente, por meio dos monopólios estatais.

Dessa maneira, devemos ter em mente que a agricultura colonial era uma das atividades econômicas desenvolvidas pelo Estado Português e sendo assim procurar as estruturas administrativas que existiam em relação a ela, isto é, tentar perceber o papel atribuído a ela pelo Estado Português. Nessa linha de raciocínio, a análise de Fernando Novais (1979, p. 72) a respeito do antigo sistema colonial auxilia na compreensão dos mecanismos e estruturas administrativas que foram estabelecidas pela metrópole na colônia a partir dos motivos comerciais que nortearam sua relação, ou seja, podemos compreender que o objetivo primeiro atribuído a atividade agrícola seria tornar a colônia uma retaguarda econômica da metrópole, uma noção intrínseca ao pacto colonial.

O antigo sistema colonial, como esclarece Fernando Novais (1979, p. 72), estava ligado às estruturas do Antigo Regime e, portanto, teria suas características moldadas pelo contexto do “atraso econômico” em que se encontrava Portugal, principalmente, em relação à Inglaterra. Ou seja, o principal objetivo da empresa colonizadora, como já foi dito anteriormente, seria o comércio, mas um comércio que se concentrava em produtos agrícolas.

Nesse sentido podemos entender que para Portugal, a colonização e a montagem de estruturas socioeconômicas hierarquizadas e excludentes serviam ao claro propósito de preservar a antiga ordem metropolitana. Isto é, o Estado Português estava mais preocupado em manter o *status quo* de sua sociedade tradicional do que em ultrapassá-la. Em outras palavras, o processo colonizatório era parte de um projeto à frente do qual estavam a aristocracia e seus sócios aristocratizados e a agricultura estava integrada nessa grande empresa, obedecendo às necessidades da Metrópole.

Todavia, como esclarece Fernando Novais (1979, p. 61), as principais estruturas administrativas e o corpo legislativo apesar de refletir as intenções da metrópole,

adaptaram-se às contingências da realidade colonial. Ou seja, o corpo normativo estabelecido procurava orientar as atividades comerciais e fazendárias que fossem capazes de gerar recursos para a metrópole através da tributação sobre as exportações que seriam destinadas para os principais mercados europeus. Isto é, compactuando os interesses comerciais e necessidades financeiras metropolitanas com a crescente demanda por cuidados exigida pela colônia, ao mesmo tempo em que considerava as mudanças de conjuntura no cenário internacional.

Analisando o funcionamento do pacto colonial, é possível perceber que a própria natureza do exclusivismo comercial não só impedia a formação de um sólido capital mercantil na metrópole, como também abria espaço para o aparecimento no seio da colônia de uma comunidade mercantil endógena. Pois bem, sem um capital comercial metropolitano organizador, os setores mercantis em diversas regiões da colônia se formaram. Ou seja, devemos redimensionar o império ultramarino como pano de fundo da economia colonial, mas para tanto precisamos conhecer as articulações internas e redes de comércio presentes no mundo colonial ultramarino.

1.1- Implicações de Modelo Agrário

Como já dissemos anteriormente o sucesso do modelo agrário transposto para a colônia americana fez com que a metrópole tentasse reproduzi-lo em outras partes. Nesse sentido, a expansão lusa chegou à Amazônia com propósitos de desenvolver uma agricultura latifundiária¹⁰. Podemos visualizar essa intenção no Regimento de 1655, onde se fala que “se tem por conquistas de grandes esperanças, assim pela grandêza da Capitania, como pella bondade das terras, e acomodadas para Engenhos de assucar e criaçoens de gado vacum”¹¹. Em outras palavras, os alicerces tradicionais do processo colonizatório, a cana de açúcar pelo valor comercial e a pecuária por auxiliar na expansão das fronteiras para o interior do território.

¹⁰ Rafael Chamboleyron (2011, p. 6) chama atenção para o debate a respeito do sistema sesmarial, sobre seu papel na construção e consolidação da estrutura fundiária de grandes propriedades concentradoras de renda na região do Maranhão e Grão-Pará. Neste território vasto que congregava inúmeras paisagens, o processo de ocupação e o uso da terra distinto tiveram consequências sobre a sociedade. Enquanto na fronteira oriental da Capitania do Maranhão predominou a atividade pecuária com suas propriedades maiores, nas terras do Grão-Pará a policultura se consolidou em propriedades de meia a no máximo três léguas, dependendo da quantidade de trabalhadores que dispunha, segundo o Padre João Daniel (1976, p. 286). Embora a elite proprietária paraense estivesse ligada à terra e à produção agrícola, não significava a predominância de grandes latifúndios monocultores em terras contínuas, trabalhados por mão de obra escrava, daí a expressão “lavouras de mantimentos, lavouras da terra ou todas as lavouras” presentes nas cartas de sesmarias.

¹¹ APEP- SCRC nº 1, documento nº 1- Regimento dos Senhores Gerais do Estado do Grão-Pará. Datado de 14 de abril de 1655.

No entanto, em outro trecho do mesmo regimento, D João IV recomenda ao governador André Vidal de Negreiros, procurar a informação “verdadeira” a respeito das “grandes mata de árvores de cravo e nos moscada, como as da Índia”, pois se dizia ser a capitania do Pará “a mais abundante e fértil de todas as que há nesse Estado, e no que toca ao cravo tenho mandado que se beneficie em proveito dos meus vassallos e minha Fazenda”. Ou seja, ao mesmo tempo em que se desejava fincar em definitivo o modelo agrário, se desejava incorporar à riqueza da Colônia a grossa produção do sertão que a natureza disponibilizava.

Dessa maneira, devemos entender que para tornar realidade o projeto régio, foi preciso organizar, integrar e dirigir as energias do colono, associadas ao indígena, no sentido da formação de uma sociedade capaz de manter a posse da terra, para dela retirar os recursos necessários para sua manutenção e atender as demandas do Reino de modo efetivo.

Nesse sentido, como aponta Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990, p. 88-89), o Estado estabeleceu as bases agrícolas, ditando o modelo organizacional inspirado no velho sistema feudal de concessão de terras e no incentivo à migração, com o envio inicial de “casais das Ilhas Açoris ao Pará, pessoas de maior qualidade, com suas mulheres e filhos” como forma de desenvolver a ocupação da região com base na agricultura¹². Inclusive, casais de outras ilhas, como a do Faial e da Madeira, também foram trasladados por conta da Fazenda Real para a região.

Esse incentivo à migração nos revela a lógica de ocupação do território pelo viés agrícola, pois, segundo Simão Estácio da Silveira, a economia da região deveria se apoiar nas virtudes do solo amazônico, uma vez que “no tracto da terra, se pode cultivar espécies, todas as que há pella redondeza do mundo”. Dessa forma, de acordo com Arthur Cezar Ferreira Reis (1993, p. 93), podemos entender que a agricultura representava a humanização da paisagem e o aproveitamento útil da terra. Portanto, para desenvolver o projeto agrário pensado, as dimensões do Grão-Pará deveriam ser superadas com um povoamento mais efetivo, pois “onde houver muita gente, haverá muita agricultura, muitas artes, muitas mercancias e muitos soldados”.

No entanto, Arthur Cezar Ferreira Reis (1993, p. 96) esclarece que a presença dos colonos açorianos contribuiu para o estabelecimento de uma agricultura rudimentar,

¹² AHU-REQUERIMENTO de Jorge de Lemos de Betencourt, para o rei D. Filipe II, datado de 9 de abril de 1618, solicitando o transporte de casais açorianos para o Pará, de nobre qualidades e naturais daquelas Ilhas, para auxiliar no desenvolvimento da agricultura.

que somente atendia a necessidade de subsistência. Diante das possibilidades que o extrativismo apresentava, segundo José Bezerra Maia (2012, p. 127) a maioria dos colonos optava pela aventura dos sertões para coletar as drogas, uma vez que bastava possuir indígenas e canoas, ao invés de pleitear terras e tornarem-se agricultores genuínos.

Assim, o sucesso do açúcar e da agricultura, de uma forma geral, teria sido ofuscado na planície amazônica pelas drogas do sertão. Embora os ensaios agrícolas com a cana de açúcar, como destaca Arthur Cezar Ferreira Reis (1993, p. 96), tenham obtido “ótimos resultados, donde sua expansão pelos sítios que se abriam á margem dos rios”, principalmente, dos rios da região guajarina, mas também encontramos cultivos de cana de açúcar nas várzeas do Baixo Tocantins.

Todavia, como ressaltou Leandro Tocantins (1982), o fato concreto é que o engenho de açúcar, na Amazônia, por fatores de ecologia da planta, da qualidade do solo, da geografia, não chegou a exhibir uma situação de privilégio econômico, nem condicionou nenhum sistema que estabilizasse seu cultivo. Assim, a Coroa emitiu ordens, instruções e provisões para que os cultivos fossem diversificados com as “drogas”, dentre estas o cacau, cravo, canela, baunilha, anil, algodão e tabaco.

Podemos dizer que apesar de ter havido uma redefinição do papel da agricultura para a condição de atividade complementar não é o caso de se supor, como aponta Francisco de Assis Costa (2010, p. 168), que no período colonial a realidade amazônica teria sido moldada pela oposição de um projeto colonial agrícola e a ocorrência de fato de uma economia extrativista.

Como esclarece José Maia Bezerra Neto (2012, p. 21), considerar a experiência portuguesa na Amazônia como uma economia extrativista baseada no trabalho compulsório indígena significaria uma leitura incompleta da realidade regional. Portanto, devemos considerar a estruturação da atividade agrícola e da pecuária a partir das experiências inerentes ao processo de ocupação do território, pois o meio amazônico condicionou as atividades, diluiu os colonos e fez surgir outro tipo de proprietário.

Segundo o Padre João Daniel (1976), o processo de ocupação ocorria da seguinte maneira;

Quando algum colono quer situar-se naquelas terras, se são vizinhas a povoações de brancos, fazem petição ao magistrado pedindo tantas léguas de terra, que ordinariamente não passam de três por frente, ou menos conforme a extensão de terras que há devolutas, ou conforme as posses, que tem para as poder povoar; o que o magistrado facilmente despacha e concede: longe

porem de povoado, se fazem estas petições aos governos, que também facilmente concedem por ua Portaria a que chamam de Carta de Data; ou doação de ua, ou duas, ou três legoas, em frente dos rios junto aos quaes se formam sempre estes sítios pelas conveniencias que já disse, e para o centro ordinariamente ou muitas vezes lhes põe limite, mas lhes concedem ampla faculdade para se estenderem e cultivarem o quanto quizerem e poderem (DANIEL, 1976, p. 10).

O que devemos guardar daqui é que o modelo sesmarial de propriedade, como ressaltou Rafael Chambleyron (2010) e José Maia Bezerra Neto (2012), que tinha por objetivo primeiro estimular a fixação por meio da atividade agrícola, ocorreu nas vizinhanças dos principais centros de povoamento como Belém e Cametá. Nos pontos distantes de qualquer povoação, segundo o Padre João Daniel (1976);

cada um faz sítio da paragem que mais lhe contenta e só tem perigo de outro em qualquer tempo o poder desapossar com Data confirmada o que muitas vezes socede não so por inimizadas, mas ainda com boa consciência, não sabendo se as terras que pedem, e tiram Carta de Data, tem já outros possuidores (DANIEL, 1976, p. 10)

Em Igarapé Miri, por exemplo, segundo José Maia Bezerra Neto (2012, p. 126), no início do século XVIII, o proprietário João de Melo Gusmão teve que lidar com alguns posseiros que já ocupavam as terras de sua sesmaria. Situações como esta contribuía para que os moradores migrassem procurando outros locais para se estabelecerem acompanhando a malha fluvial.

Esse processo de dispersão dos povoadores, proporcionou um conhecimento das condições do meio e suas peculiaridades, semeando nas várzeas diversos engenhos e novos sítios, mas nenhum dos quais digno de receber a alcunha de grande latifúndio. Sobre eles, o Padre João Daniel (1976) fala que;

Estabelecidos assim e apossados de seus sítios, no mais tem os trabalhos e cortar o arvoredado, como fazem os índios das aldeias, e fazerem os necessários roçados conforme a multidão, que tem de trabalhadores e conforme as searas que querem fazer que ordinariamente são plantamentos de maniba e searas de algodão, milho, arroz, canaviaes e outros semelhantes, e como para fazerem os necessários roçados necessitam de muita escravatura, que não tem os reinões novatos, ordinariamente só fazem semelhantes feitorias os brancos naturais da terra, que tem muita gente a seu serviço; e os novatos ou se agregam aqueles, ou se querem também ter sítios, se contentam com um pequeno roçado, quanto lhe basta: e pela maior parte se occupam té terem posses com que possam formar semelhantes sítios. E muitos com mais conveniência compram aos índios com mui limitado preço os seus sítios, porque ainda que fracos, e poucos cultivados, acham já meio trabalho nas casas, e nos roçados o que eles pouco a pouco vão augmentando, ainda que sejam sós ou com pouca família (DANIEL, 1976, p. 10).

Dessa maneira, segundo Rafael Chamboleyron (2011, p. 5) podemos dizer que nessas condições não foi possível o estabelecimento de grandes latifúndios na região do Pará. As propriedades foram marcadas pela diversidade de condições ecológicas e desenvolveram seus cultivos dependendo das condições que o proprietário encontrava, isto é, as condições ecológicas associadas à geografia fragmentada e descontínua das propriedades são aspectos que contribuíram para a diversificação da produção, assim como para o tipo de economia que se configurou na região.

No entanto, a parcela da população que se engajou na agricultura e aqueles proprietários que não dispunham de trabalhadores foram condenados ao drama dos lamentos de pobreza, de reduzida produção agrícola e de falta de cativos para suas casas e roças, pois a maior parte dos trabalhadores eram destinados a coleta das drogas esvaziando assim a atividade agrícola. Uma situação que também afetaria o desenvolvimento de comunidades que ficavam praticamente inativas no intervalo das idas de seus moradores ao sertão¹³.

A falta de trabalhadores foi uma situação recorrente em Belém e em outros centros de povoamento que podemos observar nas correspondências dos moradores e autoridades relatando essa ausência de braços como a causa de uma miséria endêmica. Em 1723, por exemplo, Apolinário de Moraes, morador no distrito de Belém, que tratava e cultivava “as lavouras da terra”, escreveu ao rei D. João V reclamando que não podia “contenuar nas d^{tas} [ditas] lavouras” por falta de trabalhadores e solicitava permissão para recolher cinquenta casais nos sertões¹⁴.

No mesmo sentido foi a correspondência do comissário de diligências do Serviço Real, Francisco da Gama Pinto, ainda em 1723, onde defendeu a necessidade de

¹³ O sertão não se qualifica do ponto de vista da geografia não se define por características intrínsecas de sua composição e do arranjo de um de seus elementos numa paisagem típica. Para Antônio Moraes, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída, um símbolo imposto. Trata-se de uma valoração aplicável a novos lugares. Segundo Erivaldo Neves, o sentido de sertão se expressaria, na dupla ideia espacial de interior e social de deserto, região pouco povoada que transcendia qualquer delimitação espacial precisa. Dessa maneira, generalizou-se o conceito de sertão para vasta área do interior que expressa pluralidade geográfica, social, econômica, cultural equiparada à ideia de região. Ou seja, o termo “sertão” designava não apenas os espaços interiores da Colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, dominados pela natureza bruta, habitados por bárbaros, onde a civilização e a cultura não haviam chegado. Todavia foi apenas no início do XIX que o termo deixou de representar espaços amplos e desconhecidos para então significar o interior.

¹⁴ AHU- REQUERIMENTO de Apolinário de Moraes, morador na cidade de Belém, para o rei D. João V, datado de 16 de fevereiro de 1723, solicitando permissão para recolher indígenas para suas lavouras.

promover o apresamento de indígenas como forma de suprir a carência de mão de obra nas lavouras dos moradores¹⁵.

Outro que também denunciou a situação de miséria foi o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará, Manuel Bernardo de Melo e Castro, que em 1759, escreveu ao Capitão General, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relatando o “lastimoso estado a que estão reduzidas as Povoações quase desertas e com todos os edifícios sumam^e arruynados, ezauridas de cazas de roças e de gente¹⁶”.

O conflito pelo controle da mão de obra indígena pôs de um lado missionários ansiosos por evangelizar os indígenas e de outro os colonos sedentos por braços para suprir suas necessidades produtivas. Era uma luta que apresentava diversos aspectos, em razão dos valores geoeconômicos das diferentes regiões e do tempo em que ocorreu tal ocupação.

Entre necessidades econômicas e idealismos, a legislação portuguesa procurou minimizar as animosidades entre colonos e missionários com a proposição de medidas paliativas como: descimentos voluntários de índios, novo assento para introdução de africanos, distribuição de indígenas com prévia matrícula. Essas medidas além de afetarem a produção agrícola também se relacionavam a atividade extrativista.

O período colonial foi marcado por uma legislação fomentista, que convidava à atividade agrícola, isentando de impostos, regulando a maneira de a fazer, mas os colonos não se interessavam em cumpri-la, preferindo o método agrícola do indígena. Em 1784, Alexandre Rodrigues Ferreira relatava que os lavradores ignoravam o uso de técnicas e máquinas que pudessem auxiliar no aumento da produtividade de suas roças. No entanto, em 1753, a Coroa enviou maquinários na fragata Nossa Senhora das Mercês, “doze ferros de arado e as miudezas a elle pertencentes, no caixão com o nº 672, e o timão e Rebeca do Arado vão de fora marcados com a m^{ca} Rey”¹⁷.

Em outro episódio, no ano de 1681, por exemplo, o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, Inácio Coelho da Silva, escreveu ao Príncipe Regente D. Pedro relatando que o cultivo de cacau feito por

¹⁵ AHU- CARTA do comissário de diligências do Serviço Real, Francisco da Gama Pinto, para o rei D. João V, datada de 15 de agosto de 1723, relatando a necessidade de se proceder ao cativo de indígenas como forma de suprir as lavouras dos moradores com mão de obra.

¹⁶ AHU- CARTA do Governador e Capitão General, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o Capitão General, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada de 9 de agosto de 1759, relatando a situação das povoações paraenses após a lei de liberdade dos índios.

¹⁷ AHU- OFICIO do oficial da Casa da Índia, Mário Lobo Veloso, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, datado de 1 de junho de 1753, sobre o embarque de um caixão com doze ferros de arado para a capitania do Pará.

iniciativa dos padres e de alguns particulares já demonstrava algum sucesso. No entanto, segundo o governador, havia pessoas como Dom Fernando Ramires¹⁸ que “como desconfiasse desta cultura” e desanimou outros moradores a cultivá-la. Segundo o governador,

Dom Fernando Ramires dizia no seu papel o como descomfiase desta cultura, eu lhe esquecesse, que della lhe derao não so não dezanimou de tal planta dizendome não havia terras poraquy perto em que pudessemos fazer dando nesta deligencia muitos poucos os moradores q nas suas terras a tem feito¹⁹.

Considerando os benefícios que a cultura do cacau poderia representar para o Estado, o governador Inácio Silva solicitou que o estanco do cacau fosse suspenso e que o “cacau cultivado, baynilhas e anil fossem izentados de todos os direitos por seis annos e nos quatro successivos pagassem metade delles”.

No mesmo sentido foi a carta do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, José da Serra, em 1732, onde argumentou a respeito do cultivo da canela e do café no Grão-Pará. Segundo ele, a propagação das plantas da canela e do café seria conveniente ao Estado e a Fazenda Real, sendo necessário para que se “augmentem e estabelecção as ditas culturas” a isenção de pagar direitos por doze anos a toda pessoa que se dispuser ao cultivo de algum destes gêneros²⁰.

Com o tempo outras drogas do sertão²¹ entraram para o rol de cultivos a serem incentivados com prêmios em dinheiro, garantias de mercês, concessões, isenções de impostos e outras facilidades para que a lavoura de gêneros exportáveis expandisse no Grão-Pará. Em 1747, o rei D. João V decidiu

¹⁸ Dom Fernando Ramirez, segundo Rafael Chamboleyron (2010, p 16), era um castelhano que, nomeado provedor-mor da Fazenda, entre os anos de 1676 e 1677 apresentou um papel ao príncipe onde discutia a importância de se desenvolver a lavoura de cacau. Em seu escrito o provedor mor demonstra compartilhar da percepção da Coroa de que a ocupação e povoamento pelo viés agrícola como fonte de riqueza do próprio reino.

¹⁹ AHU- CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Inácio Coelho da Silva, para o Príncipe Regente D. Pedro, datada de 10 de abril de 1681, para que o cultivo do cacau, baunilha e anil ficassem isentas por seis anos.

²⁰ AHU- CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, José da Serra, para o rei D João V, datada de 30 de julho de 1732, falando a respeito dos cultivos de canela e café e da necessidade de conceder isenção de direitos por doze anos para fomentar os referidos cultivos.

²¹ Essas ‘drogas’eram o cacau, o cravo, a canela, a baunilha, a salsa, o urucu, e outras tantas (REIS, 1993, p. p. 91), esses artigos passaram a ser objeto de comércio para Portugal que procurava concorrer com as especiarias orientais objetivando recuperar os mercados perdidos. Rapidamente o Grão-Pará e Maranhão se tornou um imenso empório de produtos da floresta e presenciou a passagem de um projeto agrícola para uma prática sistemática e dominante do extrativismo (COSTA, 2010, p. p. 174).

izentar portempo de maes doze annos de pagarem direyτος do Caffé e Canella, que cultivarem; e aos Lavradores maes capazes e activos tenho exhortado aque se apliquem ao aumento destaz plantaz. A do café se acha cuidadosamente promovida especialmente na Capitania do Pará, em que há lavouras de até quinze mil pés deste gênero, que frutificando emtempo de quatro annos, será sua colheita muy copeoza, porem como a da canella he Rara neste continente, e de defficultoza produção; de sorte que no espaço de quinze annos não poderão ter os homens resulta do seu trabalho; e as terras q no decurso deste tempo lhe ficão assim como inuteiz, se as ocuparem com outraz Lavouras disfrutarião delas quotidiannos interessez, de cujo obstáculo procede animia applicação com que tratão desta Cultura, me não ocorre outro meyo maez eficaz para que os Lavradores se animem ao estabelecimento desta planta, que o de Alguma Promessa honrosa do Hábito de Santiago, ou de Aviz, com que V.Mag se digne remunerar a deligencia, e atividade dos que em tempo determinado, plantarem numero certo de arvorez deste gênero, sendolhe verificada a mercê logo que tiver o lucro que podem esperar desta cultura; e que deste tempo emdiante venha lugar a graça da isenção doz direyτος de que agora V.Mag lhe faz mercê²².

No entanto, apesar dos inúmeros incentivos, a extração dos produtos da floresta permaneceu como a preocupação primeira do povoador, dado que o colono queria fortuna rápida e fácil, acabando por debilitar a atividade agrícola o que por sua vez endossava a realidade de decadência da capitania paraense. Em 1661, o Padre Antônio Vieira já afirmava que agricultura sem agricultores era uma quimera.

Todavia, como explicou Francisco de Assis Costa (2012, p. 39), apesar da dificuldade em se desenvolver a agricultura no Grão-Pará o projeto colonial não foi inviabilizado. A realidade ambiental se impôs ao conquistador e estabeleceu as bases da vida econômica regional na coleta das especiarias e forçou a uma revisão do projeto inicial, de um ideal de base agrícola para um predominantemente extrativista.

A via de realização do projeto colonial por meio das atividades extrativistas, como explica Francisco de Assis Costa (2012, p. 39), foi tomada como uma solução inferior, pois representava o domínio do barbarismo em oposição a atividade civilizada da agricultura e a ela decorreria a pobreza estrutural presente na Amazônia, prevalecendo uma situação de carência e miséria.

Segundo Rafael Chamboleyron (2010, p. 16), para o Conselho Ultramarino a Amazônia era um território muito extenso, pouco povoado e desenvolvido, praticamente isolado dos circuitos mercantis²³. As correspondências que chegavam ao reino

²² AHU- CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V, em resposta à provisão de 1 de Maio de 1747, sobre a prorrogação da isenção do pagamento de direitos dado aos lavradores que, naquele Estado, plantarem canela e café

²³ Segundo Manuel Barata (1915, p. 23), durante muito tempo o Grão-Pará foi considerado uma área de importância secundária, sua produção agrícola diminuta, se comparada a do Nordeste açucareiro, não

acentuavam ainda mais a imagem negativa que se tinha da região amazônica, onde faltavam povoadores e a agricultura não prosperava, com homens descalços, autoridades trajadas com panos de algodão tintos de preto e os cativos nus pelas ruas das cidades e fazendas.

Essas constantes notícias de decadência da colônia amazônica resultou em uma forte e constante intervenção da Coroa na realidade da colônia. A situação de “atraso” da região, como esclarece Rafael Chamboleyron (2010, p. 16), não resultou em abandono. Deste modo, segundo o autor, tomar a Amazônia Colonial como uma área periférica seria incorrer em equívoco, próprio de uma historiografia clássica que procurava abordar a experiência portuguesa como um todo, tomando por parâmetros a atuação no Atlântico sul e o modelo traçado a partir da sociedade escravocrata do Nordeste açucareiro.

A noção de pobreza, ou “atraso”, que foi aplicada à Amazônia, segundo Francisco de Assis Costa (2010, p. 37), derivava de uma comparação do valor das exportações paraenses com a das capitânicas mais enriquecidas e com o valor total das exportações de toda a colônia. No entanto, como destaca Manuel Barata (1915, p. 33), durante todo o período colonial, a Amazônia se constituiu em um sistema econômico com capacidade produtiva e produtividade crescente, atestável pelos números da exportação para o Reino, das 220 toneladas exportadas em 1720 para as 4540 toneladas em 1822 (tabela 1).

Nesse sentido, como esclarece Francisco de Assis Costa (2010, p. 37), as ideias de pobreza e riqueza são construídas de modo relacional, confrontando realidade com expectativas ou comparando escalas. Mas, no que tange à “miséria dos resultados” da colônia amazônica refere-se ao contraste entre aquilo que se esperava e o que era apresentado com as exportações.

No caso da comparação do valor das exportações paraenses com as capitânicas mais enriquecidas, segundo Francisco de Assis Costa (2012, p. 29), a “pobreza” qualifica uma situação marcada por esperança contrafeita, posto que referida à escala subjetiva contrariada pela modéstia da dimensão real alcançada pela operação do objeto qualificado. No comparativo com o total da colônia, ela é expressão da modéstia da escala objetiva do objeto qualificado diante das escalas alcançadas por aparatos pressupostos semelhantes, cujas dimensões seriam objetivamente alcançáveis.

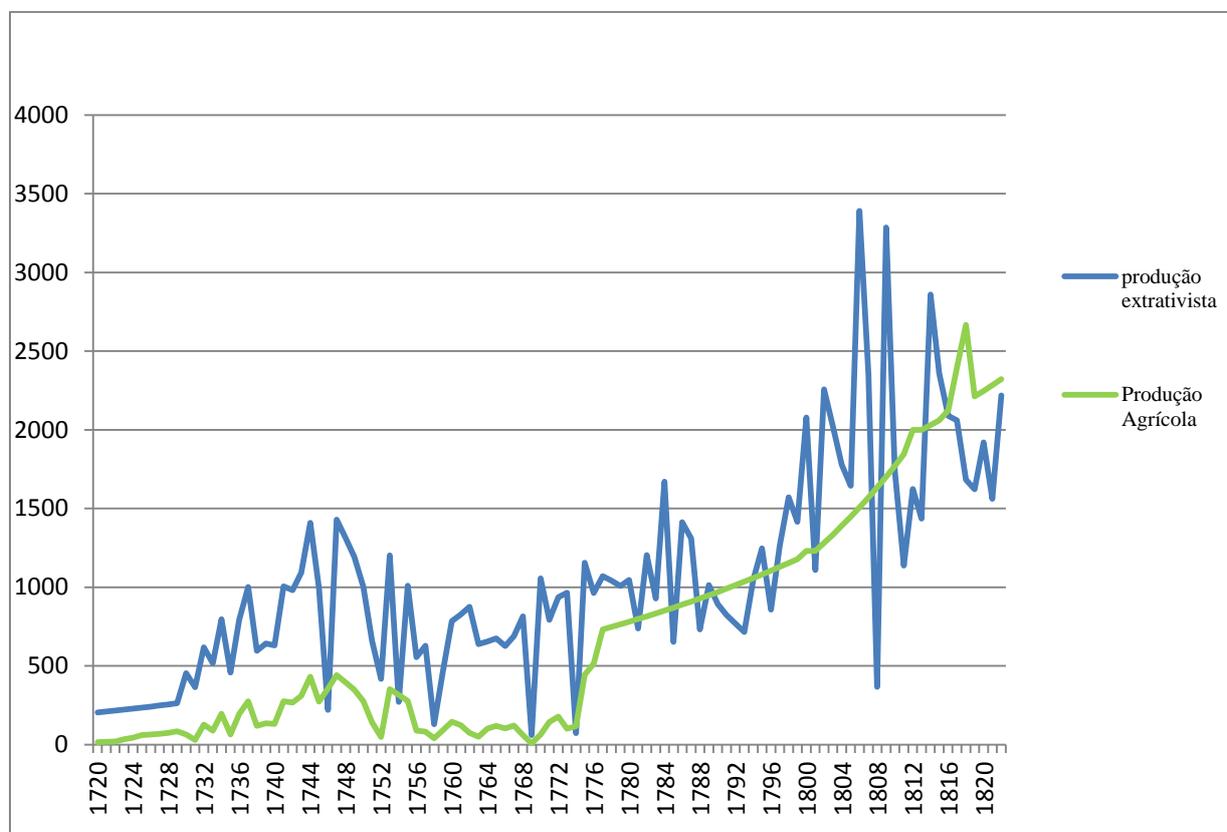
chamava a atenção das embarcações. Desta forma, sem ter como escoar a produção a região definhava em miséria, que tão largamente foi noticiada nas correspondências.

Todavia, Francisco de Assis Costa (2010, p. 200) assevera que estes parâmetros não são suficientes para se julgar a eficácia dos processos subjacentes ao anseio do empreendimento mercantil. Para este autor, seria preciso uma abordagem macroscópica que considerasse as relações internas e externas, articulando num plano global, o sistema colonial e o mercado mundial assim como, no plano da colônia, se articularia a produção de subsistência e a produção de exportação, matizando segundo a importância e o papel característico das atividades econômicas enquanto subsistema do Império Colonial Português.

Na região do Vale do Tocantins, por exemplo, segundo Ângelo-Menezes (1994, p. 40), podemos observar que, as instituições e as forças da economia mercantil modelaram o sistema agrário aplicado, no sentido de integrar a região ao mercado internacional, ainda que, como apontou Arthur Cezar Ferreira Reis (1993, p. 109), os aspectos naturais superassem as técnicas agrônomicas portuguesas do século XVII.

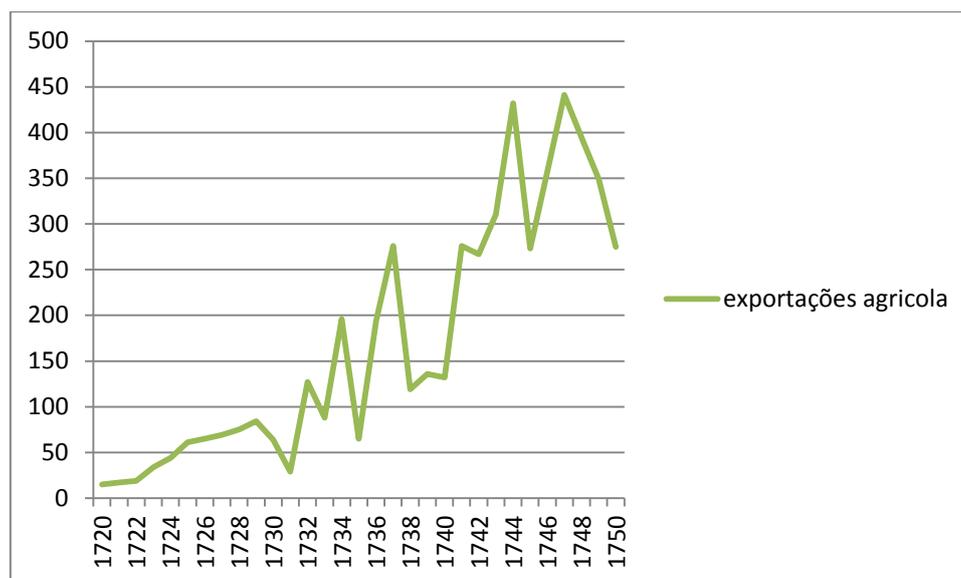
Considerando as forças favoráveis ao projeto agrícola levantamos a seguinte questão, os esforços em fomentar a agricultura obtiveram algum êxito? Acreditamos que talvez seja o caso, pois a construção desse sistema agrário se afirmou sistêmica, de um modo geral, crescente e eficiente, onde as necessidades reprodutivas de segmentos sociais específicos na sua constituição e gestão levaram a reposicionamentos de outros. Observando o gráfico das exportações paraenses no período de 1720 a 1822 (gráfico 1) vemos que a exportação extrativista foi incontestavelmente superior, mas a exportação agrícola apresenta um crescimento progressivo, principalmente no último quartel do século XVIII.

Gráfico 1 Exportações agrícolas e extrativistas do Grão-Pará no período entre 1720 - 1822²⁴



Fonte: Gráfico baseado nos dados compilados por Francisco de Assis Costa (2012), Manuel Nunes Dias (1970), e extraídos dos mapas de carga de 1730 a 1777 do Arquivo Histórico Ultramarino.

²⁴ Gráfico baseado nos números das exportações paraenses de 1720 a 1822, coletados junto as obras de Francisco de Assis Costa, Manuel Nunes Dias, Daril Alden, José Alves de Souza Junior, e nos mapas gerais de carga de 1730 a 1777.

Gráfico 2: Exportações agrícolas do Grão-Pará no período de 1720 a 1750

Fonte: baseado nos dados compilados por Francisco de Assis Costa (2012) e dos Mapas Gerais de Carga de 1730 a 1750 do Arquivo Histórico Ultramarino.

Podemos observar que a produção agrícola, apresentou um ligeiro aumento no início do século XVIII (gráfico 2) e que esse aumento ocorreu mais acentuado durante o reinado de D. João V (1730-1750), provavelmente essa progressão seja decorrente de uma mudança na política portuguesa para a Amazônia, quando a Coroa começou a mostrar-se preocupada com o comércio exercido pelos missionários nos sertões²⁵. Pois, como destacou Manuel Nunes Dias (1970, p. 193);

Na exportação de gêneros da terra, bem como na importação dos produtos da metrópole, era deveras importante o negócio dos missionários, especialmente nas especiarias de que tinham o monopólio, como âmbar, a tartaruga, a baunilha e outras drogas. De 1726 a 1756, o trato nos armazéns do Colégio do Jesuítas, em Belém, feito em nome dos religiosos atingiu a quantiosa importância de 159.898\$756 réis.

Ao lado das cifras da exportação, as autoridades coloniais relatavam em suas cartas a necessidade de mais povoadores, por exemplo, em 1732, Manuel da Costa Madureira relatou ao Governador Alexandre de Sousa Freire sobre a necessidade de se

²⁵ Segundo José Alves de Souza Junior (2012, p. 203), o Grão-Pará setecentista mantinha uma exportação intensa para a metrópole. Grande parte das exportações eram resultantes da produção extrativista, mas havia uma pequena parcela agrícola. O interesse pelo extrativismo decorria dos preços mais elevados do que os preços dos produtos agrícolas, em todo caso não podemos ignorar que as exportações paraenses no período de 1730 a 1755 rederam aproximadamente 2:874: 766\$ 189 réis.

aumentar o número de povoadores no Grão-Pará²⁶. Em 1737, o Governador João de Abreu de Castelo Branco queixou-se ao rei da falta de povoadores e de braços para as lavouras²⁷. No mesmo sentido foi a carta dos oficiais da câmara da vila de Vigia em 1743²⁸.

Dessa forma é possível acreditar que o aumento das exportações que ocorreu a partir de 1732 também estivesse relacionado ao trânsito de embarcações que traziam novos povoadores e retornavam ao reino com as produções locais, com exceção do ano de 1748, quando nenhuma embarcação aportou no Pará²⁹. Pois, como já dissemos anteriormente, a Coroa e seus agentes partilhavam da crença de que uma ocupação e povoamento pelo viés agrícola representaria fonte de riqueza do próprio reino.

O crescimento das exportações nos faz perceber a atuação de três tipos de sujeitos: os comerciantes metropolitanos, os administradores na colônia e os produtores. Sendo que suas ações vão afetar diretamente nas produções da colônia, pois a burguesia mercantil metropolitana vai estabelecer os preços de revenda de forma a assegurar seus lucros. Por sua vez, os administradores- funcionários na colônia vão adquirir a produção local imputando tributos e adicionando o custo de operação de aquisição no valor das cargas a serem transportadas para o reino. Por fim os produtores vão orientar suas atividades para aquela que lhe fosse mais rentável. Dessa forma podemos dizer que o setor mercantil, como explicou João Fragoso (1998, p. 87), foi responsável, em parte, pela implantação e direcionamento das atividades agrárias e extrativistas, atuando no contrabando de gêneros paraenses para o Portugal³⁰.

²⁶ AHU- OFICIO de Manuel da Costa Madureira para o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, datado de 12 de maio de 1732, sobre o povoamento da Capitania do Pará.

²⁷ AHU- CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D João V, datada de 22 de outubro de 1737, falando da situação de pobreza em que vivem os moradores e da falta de trabalhadores para as lavouras.

²⁸ AHU- CARTA dos oficiais do Senado da Câmara da vila de Nossa Senhora de Nazaré da Vigia para o rei D João V, datada de 14 de novembro de 1743, sobre a falta de pessoas para povoar e defender a dita vila.

²⁹ AHU- MAPA dos diferentes gêneros, que dos livros d'Alfandega da Cidade do Pará consta se exportaram do seu porto, desde o ano de 1730 até o de 1755, inclusive, em que se estabeleceu a Companhia Geral do Comércio: Preços que em cada hum dos mesmos anos tiveram: Embarcações em que se navegaram: Nomes dos comandantes e capitães delas: Valor da Exportação em cada ano; e a Importância total em todos eles.

³⁰ Segundo João Fragoso (1992, p. 87), pensava-se que o setor mercantil, representado pelos comerciantes sediados em Portugal, funcionava apenas como arrecadador dos lucros do comércio exterior e importador de mercadorias e escravos. No entanto, modelos explicativos a respeito do sistema colonial apontam para uma participação maior do capital mercantil na montagem do setor de agro exportação. Isto é, Fragoso aponta para uma organização mais complexa da economia colonial, na qual o poder econômico era exercido pelos negociantes de “grosso trato”, que atuavam na importação e exportação conseguindo acumular recursos com os quais financiavam a instalação e funcionamento das unidades agrícolas.

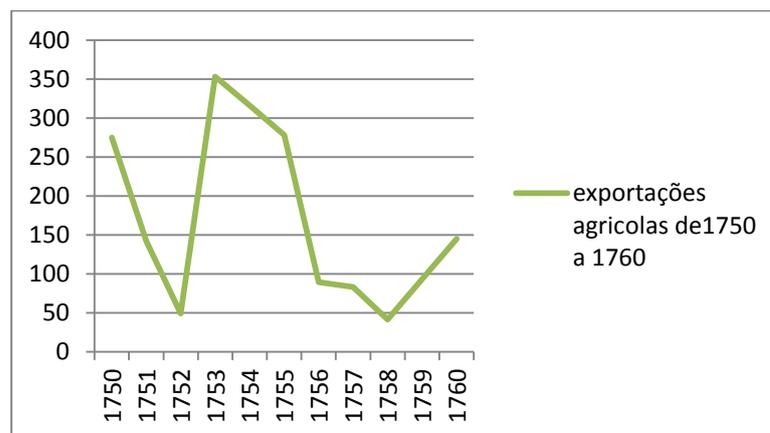
Essa dinâmica da economia colonial contribuiu para consolidar a importância da colônia no seio do império português. No entanto, como esclarece Francisco Falcon (2000, p. 155), os últimos anos do reinado de D João V em Portugal foram marcados por uma constante tensão social entre a aristocracia e a burguesia mercantil, que por meio dos ganhos obtidos, estavam em campanha para ascender e possuir mais influência na burocracia estatal portuguesa.

Essa situação ficaria mais evidente, como explica José Alves de Souza Junior (2012, p. 87), no período em que Sebastião José de Carvalho e Melo ascendeu ao cargo de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, reorganizando o Estado Português, extinguindo e reestruturando órgãos, como a Mesa dos Homens de Negócio que foi substituída pela Junta do Comércio, buscando centralizar o controle das finanças por meio da criação do Erário Régio, dando ao estado aspectos de um liberalismo conservador, colonialista e tradicionalista.

O projeto de *Regeneração Econômica de Portugal* centrava-se na necessidade de reavaliar e modificar as relações Metrópole-Colônia, diante do subaproveitamento das potencialidades econômicas da colônia devido à falta de um projeto político eficiente, principalmente para a Amazônia. A esse respeito José Alves de Souza Junior explica que:

O deslocamento do olhar metropolitano para a Amazônia foi produto da necessidade de encontrar outra alternativa econômica que compensasse a diminuição das rendas oriundas das colônias, já que inúmeras delas haviam sido perdidas na Ásia, e, principalmente do Brasil, onde a concorrência holandesa havia desbancado o açúcar brasileiro do mercado internacional e a exploração de metais e pedras preciosas das Gerais fornecia cada vez menor quantidade de riquezas à Metrópole, por estarem as minas em processo de esgotamento (SOUZA JUNIOR, 2012, p. 90).

O Norte da colônia, alargado com o tratado de Madri em 1750, segundo José Alves de Souza Junior (2012, p. 88), despontou como a solução para o projeto de Regeneração portuguesa, por isso tornou-se imperativo reordenar sua colonização e transformar suas potencialidades em riquezas. Para tanto, o projeto agrícola inicial deveria ser retomado e complementado pela racionalização da coleta das drogas do sertão, como cacau, anil, salsaparrilha, copaíba, urucu e outras. As medidas em favor da atividade agrícola podem ser responsáveis pelo crescimento das exportações agrícolas em 1752, embora no ano seguinte tenha havido uma queda nas exportações que durou até 1758 (gráfico 3).

Gráfico 3: Exportações agrícolas do Grão-Pará no período de 1750 a 1760

Fonte: Gráfico baseado nos dados compilados por Francisco de Assis Costa (2012) e nos mapas gerais de carga do período de 1750 a 1760 do Arquivo Histórico Ultramarino.

As diretrizes que deveriam orientar as ações da administração estavam nas *Instruções Régias Públicas e Secretas*, trazidas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, contemplando questões fundamentais como demarcação de limites, incremento das atividades econômicas do Estado, e reorganização do uso do trabalho indígena. Elas estabeleciam ações para o benefício da agricultura e do comércio, constituindo-se em uma planilha de projeções da Metrópole a respeito da maneira mais eficaz de conduzir a colonização na região amazônica sem impactar nenhum projeto já aplicado, pois seu objetivo primeiro era tornar a exploração mais rentável para a Coroa.

Nesse sentido podemos dizer que um ponto de inflexão importante se deu no século XVIII, com as reformas pombalinas, pois, ao aprofundar o caráter mercantilista dos instrumentos de colonização, buscou-se aperfeiçoar os mecanismos de integração comercial, acirrando a supervisão do Estado sobre as atividades econômicas e racionalizando o aparato administrativo. Tendências estas que persistiriam mesmo após o fim do consulado pombalino e que significariam muito para consolidar a situação de dependência que o balanço português apresentava em relação aos produtos primários brasileiros na virada do século XVIII para o XIX³¹.

³¹ Segundo José Vicente Serrão (1989, p. 245), o governo mariano mantinha o pensamento de que a colônia deveria complementar a economia metropolitana, como exemplo dessa tendência podemos citar o alvará de 5 de janeiro de 1785, que determinava a extinção das fábricas em território brasileiro, com exceção das que trabalhavam com algodão grosso para as roupas da escravaria, o alvará de 19 de setembro de 1785, que isentava de impostos a entrada de matérias primas para as fabricas portuguesas por 15 anos, e o alvará de 5 de junho de 1788 que criou a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e

Dessa forma, enfocamos a estrutura administrativa que foi pensada pelo Estado português para sua colônia amazônica, que contava com o intendente geral da agricultura, do comércio e das manufaturas do Grão-Pará, cargo criado pela Carta Régia de 30 de maio de 1756, a fim de integrá-la às atividades mercantis do império colonial, de promover o ordenamento do processo de ocupação territorial, assim como definir os cultivos e a forma como deveriam ser desenvolvidos.

Em 1759, o Intendente Geral da Agricultura, do Comércio e das Manufaturas do Grão-Pará, João Inácio de Brito e Abreu, diagnosticou os principais problemas da agricultura como as técnicas de cultivo rudimentares empregadas pelos lavradores, a prática da coivara, a falta de adubação das terras com estrume e recomendava diversas medidas a serem tomadas em favor da agricultura:

Emfim Exm^{sn} este Est^o pelas suas exul^{tes} produçoiz e pela preciozid^e dos haveres que sem auxilio da arte produz a natureza, pode ser hum Emporio intruduzindosse nelle abundancia de operários, fabricas de Solla de annil, de madr^{as}, e de roupas de algodão: estrahindosselhe as carnes de vaca, não só p^a provim^o dos Navios da Comp^a mas das Armadas Reaiz, mais comerciantez da nassão; de Arroz e as fortes e preciosas Madr^{as} deq hé tão abundante, q serão inextinguiveiz erreputandosselhe os maiz gêneros deq abunda. Taobem me parecia q p^a ele se transportasem alguns officiaez mecânicos deq tem gr^d falta, como são ourives, marceneiros, olleiros, espadeiros, entalhadores, sombreireiros q consertem chapeoz, albardeiros e de todos os maiz officios, menos alfaiates, sapatr^{os}, carpintr^{os}, padeiros, ferreiros porq destes tem os q lhe basta³².

A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, constituída para animar a exportação e introduzir africanos, viabilizou as demais medidas das Instruções de Pombal, como o estabelecimento de uma política fomentista que, como explica Mauro Coelho (2005), teria suas bases econômicas na atividade agro extrativa.

Projetou-se para a Capitania paraense uma planificação da agricultura, onde cada povoação deveria se especializar em um gênero, de forma a evitar a exploração excessiva e impedir que houvesse a desvalorização por uma oferta demasiada. Desse modo, segundo Mauro Coelho (2005, p. 232), foi pensado para a região dois tipos de unidades de produção: as familiares e as comuns.

Navegação deste Reino e seus Domínios para examinar e promover a conservação e desenvolvimento dessas atividades.

³² AHU- OFÍCIO do Intendente Geral do Comércio, Manufaturas e Agricultura do Pará, João Inácio de Brito e Abreu, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, datado de 4 de fevereiro de 1759, sobre os problemas da agricultura no Grão-Pará, apontando diversas medidas a serem tomadas pra promover a atividade.

As Roças do Comum voltadas para a produção de gêneros destinados ao sustento da Capitania com a produção, prioritariamente, de farinha, mas também de “feijão, milho, arrô, e todos os gêneros comestíveis, que com pouco trabalho dos Agricultores costumão produzir as fertilíssimas terras deste Paiz”. Enquanto as familiares seriam aquelas distribuídas entre as populações indígenas descidas para desenvolverem suas lavouras para o “sustento das suas casa e famílias” e para que “com a abundancia dos gêneros possaõ adquirir as conveniências, de que até agora viviaõ privados por meio do commercio em beneficio comum do Estado” (COELHO, 2005, p. 232-233).

No entanto, Mauro Coelho (2005, p. 233) é categórico ao afirmar que o projeto pensado para a região não teria se efetivado, pois as unidades produtivas não seguiram os ditames da lei. Segundo este autor, a atividade agrícola estava na base de todas as ações projetadas pela Metrópole, articulando o empreendimento civilizatório e as expectativas de ocupação e exploração na região. Isto é, no texto da lei, a agricultura aparecia como o suporte para o ramo mais importante do comércio paraense, mas o que prevaleceu teria sido a atividade extrativista para a exportação.

Na letra da lei desenhava-se uma sociedade onde as atividades extrativas, voltadas para a produção de gêneros exportáveis, seriam amparadas pelas atividades agrícolas, porém o caráter complementar e integrado não teria se efetivado. Observando os mapas da Tesouraria do Comércio dos Índios, Mauro Coelho (2005, p. 233) percebeu que as povoações de índios ocuparam-se, fundamentalmente, com a extração de gêneros do sertão, que também ocupariam os maiores percentuais das receitas das Vilas e Lugares, sendo que em poucas povoações, os gêneros agrícolas obtiveram percentuais superiores.

As exportações de produtos extrativistas ao longo do século XVIII quase sempre se mantiveram superiores a exportações de produtos agrícolas, pelo menos nos números oficiais, pois a prática do contrabando para o reino, como demonstra José Alves de Souza Junior (2012, p. 301), através dos navios que vinham ao Pará buscar madeiras, “nos quais se metiam grandes quantidades da mesma Madeira e outros Gêneros pertencentes a Particulares, os quais se não declaravam nas Relações de carga [...] para que se não soubesse semelhante abuso” prosseguiram por todo o Setecentos.

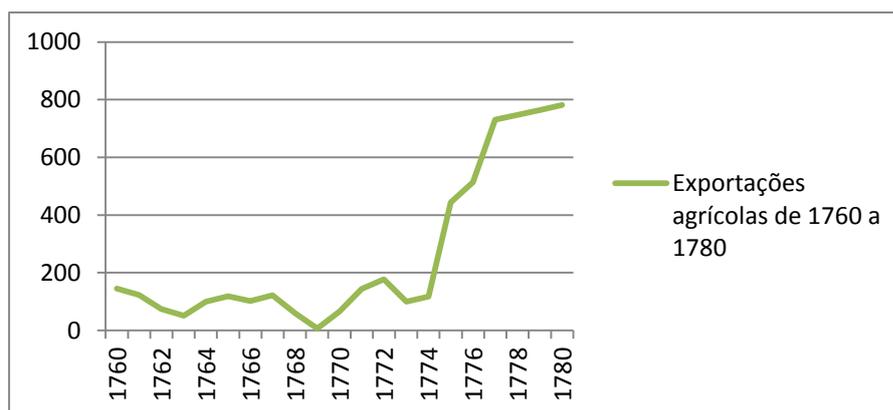
Ao lado do comércio ilícito, José Alves de Souza Junior (2012, p. 301) lembra que os proprietários poderiam consignar seus produtos diretamente aos seus

correspondentes no Reino. Essa realidade observável pela titularidade das cargas no período de 1755 a 1777 aponta para participação desses produtores invisíveis.

Observando os mapas de carga da companhia se vê um aumento da exportação agrícola no período de 1760 a 1780, principalmente a partir de 1773 (gráfico 4), que não podendo ser atribuída aos ex-aldeamentos indica a participação desse segmento invisível na produção exportável.

Segundo Francisco de Assis Costa (2012, p. 47), esses produtores invisíveis seriam as famílias caboclas dispersas pela malha fluvial que ao lado de uma classe mercantil endógena aos poucos foram ganhando o espaço produtivo deixado pela diluição dos Diretórios³³. Nesse sentido, podemos entender o notável avanço econômico decorrente do rápido aumento das exportações agrícolas que se tornaram importantes, após 1770.

Gráfico 4 Exportações agrícolas do Grão-Pará de 1760 a 1780.



Fonte: Gráfico das exportações paraenses baseados nos dados compilados por Francisco de Assis Costa (2012), Manuel Nunes Dias (1970) e nos Mapas gerais de carga de 1760 a 1777 do Arquivo Histórico Ultramarino.

No mesmo período, a capitania de São José do Rio Negro vivenciou os esforços em fomentar a agricultura. O governador João Pereira Caldas tentou incentivar a agricultura de gêneros como anil, café, tabaco, algodão, cacau, arroz, milho e cana de açúcar. Ele também introduziu o fabrico de tecidos de algodão. Ao seu tempo, Gama Lobo d'Almada introduziu gado no rio Branco e novos esforços no rio Negro. Enquanto

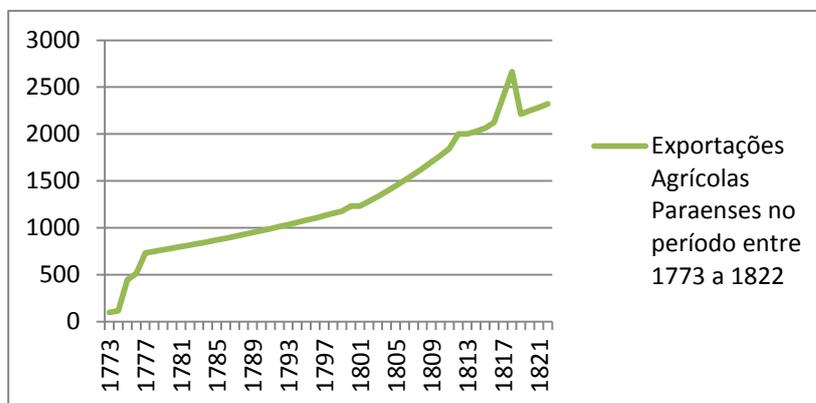
³³ O Diretório dos Índios significou a sistematização de um conjunto de alvarás e decretos que estabeleceu as regras de fundação, funcionamento e gestão da nova estrutura em que deveriam se transformar os aldeamentos; confirmou a liberdade dos indígenas, confiscou os bens das ordens religiosas, redistribuindo-os a famílias reinóis, agentes coloniais e militares; incentivou a miscigenação; regulamentou o uso e o pagamento da força de trabalho indígena; indicou o caminho para o desenvolvimento em geral e da agricultura em particular.

isso, o leito do rio Tocantins era explorado por goianos e paraenses de modo a desenvolver uma atividade comercial.

Desse modo, podemos entender que a partir da segunda metade dos Setecentos, principalmente após 1770, as condições produtivas das diferentes regiões do antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão haviam se alterado, podendo ser explicadas como fruto dos esforços em se diversificar a atividade agroextrativista, por uma maior procura pelos produtos coloniais aliada a um contexto internacional favorável. Nessa conjuntura, a economia paraense vai vivenciar um crescimento comparativamente maior do que no período de 1760 a 1773.

Sobre o crescimento da economia paraense, Francisco de Assis Costa (2012, p. 48) explica que fatores como o crescimento da população estavam diretamente relacionados ao crescimento interno da produtividade. Assim como, a atuação dos agentes na Metrópole auxiliando na recuperação dos preços no mercado externo. Embora esse desempenho não prossiga no período de 1799 a 1822, quando o valor da produção cai no mercado mundial, embora seja compensada com um leve incremento na produtividade que se reverte em exportações (gráfico 5).

Gráfico 5: Gráfico das Exportações Agrícolas do Grão-Pará entre 1773 a 1822

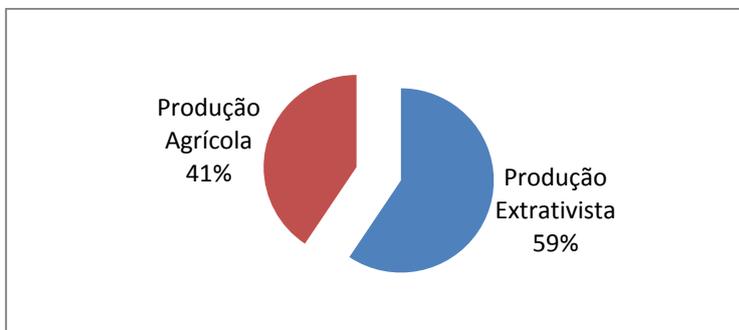


Fonte: Gráfico das exportações paraenses baseado nos dados compilados por Francisco de Assis Costa (2012), Manuel Nunes Dias (1970) e Roberto Santos (1980).

A crescente exportação agrícola na fase final da governança da Companhia de Comércio e diante da decadência dos Diretórios indica que a economia colonial amazônica estava passando por alterações no plano estrutural da produção, suas bases estruturais e mercantis internas possibilitaram o crescimento da capacidade de produção

agrícola, mas, essa evolução não foi suficiente para contestar o domínio do extrativismo na economia, setor produtivo que representava 59% das exportações (gráfico 6).

Gráfico 6: Perfil Produtivo do Grão-Pará no início do século XIX



Fonte: Gráfico baseado nos dados compilados por Francisco de Assis (2012) Costa, Manuel Barata (1915) e Roberto Santos (1980)

Dessa forma, como explica Francisco de Assis Costa (2012, p. 57), a economia da região amazônica estava assentada nas unidades de produção cabocla, as famílias dispersas pelo território, que praticavam o agroextrativismo e destinavam parte de suas produções ao comércio. Para este autor, a estreita relação dos produtores dispersos com os regatões e marreteiros e destes com os negociantes de “grosso trato” assegurava os meios para colocar a produção regional no mercado mundial.

Talvez não possamos dizer que houve uma sociedade agrícola, mas não podemos dizer que não tenha se realizado um projeto agrícola no Grão-Pará. No entanto, acreditamos que essa visão exige uma análise conjuntural, pois estava sujeita às variações econômicas que se estabeleceram não apenas em Portugal, mas na colônia e no mercado internacional, como um sistema integrado com características próprias. Redimensionando a importância da dinâmica interna da economia colonial nos quadros do império colonial português, como propõe João Fragoso (1998, p. 89), é possível perceber os mecanismos de dominação e hibridismos culturais, como por exemplo, a adaptação de métodos de cultivos indígenas.

1.2- Instrumentos e Condicionantes da administração portuguesa

No período de 1750 a 1777, a administração colonial foi concebida de forma generalista, preocupada em esclarecer as razões do atraso luso-brasileiro ante as nações em industrialização e buscar reestruturar a economia metropolitana. Dessa forma, a

relação Metrópole- Colônia foi repensada, mas, como esclarece José Alves de Souza Junior (2012, p. 86-88), sempre mantendo os mesmos princípios norteadores.

O ministro de D. José I tinha clareza da extensão dos domínios do Império Português, para além dos territórios metropolitanos, compreendendo as regiões coloniais, que segundo Francisco Falcon (2000, p. 152), seria uma área semiperiférica constituinte do *Sistema Económico Colonial Mundial*, enquanto um dos seus subsistemas.

Para Francisco Falcon (2000, p. 152), o espaço luso-atlântico destacou-se no interior do Império Português, dado sua riqueza e dinamismo económico que envolvia Portugal, América portuguesa e litoral africano. Essas articulações, como ressalta este autor, acabavam contaminando as características da administração colonial, não apenas nos aspectos organizacionais, mas também na concepção de Estado inerente às estruturas coloniais, que seriam impregnadas pela heterogeneidade e diversidade cultural, imposta pelas múltiplas realidades regionais das diferentes margens no espaço luso-atlântico constituindo assim a essência estrutural e dinâmica do antigo sistema colonial. Nesse sentido, Francisco Falcon (2000, p. 153) destaca a relevância que estas estruturas administrativas coloniais possuíam na análise do reformismo ilustrado de Pombal, assim como o que ele chamada de “dupla mutação”.

A dupla mutação, segundo Francisco Falcon (2000), se refere a dois conjuntos responsáveis por afetar radicalmente a fisionomia da Colônia: a mutação económica e a espaço-demográfica. A mutação espacial demanda do alargamento das fronteiras, exigindo gastos maiores com defesa e povoamento. Sendo necessário estabelecer órgãos e agentes junto aos novos núcleos, a fim de estabelecer a lei e a ordem, promovendo a fiscalização da produção e do comércio, pois somente com esse aparato seria possível assegurar a cobrança dos “quintos e direitos” sobre operações mercantis e acima de tudo coibir o contrabando.

No entanto, como destaca Francisco Falcon (2000, p. 153), as práticas económicas e administrativas do período não se apresentaram de forma sincrónica, ou seja, elas respondiam a variações conjunturais que determinavam suas oscilações e vigências. Nesse sentido, a presença do sistema colonial constituiu um pressuposto geral, pois, como explica este autor, ao lado das questões económicas é preciso situar as preocupações fiscais já que o reformismo de Pombal sempre foi mercantilista e fiscalista.

Como foi apontado por Caio Prado Júnior (2004, p. 154), o corpo normativo estabelecido pela Coroa preocupava-se fundamentalmente em orientar as atividades comerciais e fazendárias capazes de gerar recursos, sem seguir nenhum plano ou projeto além daquele de gerar rendas por meio de tributação sobre as exportações para os principais mercados europeus.

Nesse sentido, objetivando salvar a economia do “atraso”, o Estado Português fez da indústria, agricultura e comércio o trinômio basilar de suas políticas públicas³⁴. Segundo José Jobson de Andrade Arruda (2000, p. 69), Pombal fez do estímulo à agricultura um dos pilares fundamentais de sua administração, visando abastecer o reino com produtos que pudessem ser reexportados, nutrir as fábricas portuguesas com matérias primas tropicais, e resolver o problema cerealífero metropolitano, pois, como explica José Vicente Serrão (1989, p. 243), a produção lusa era insuficiente para as necessidades internas.

Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis (1993, p. 110), o setor econômico português, principalmente a partir do reinado de D. João V, transitava entre a tendência mercantilista e fisiocrata, que se conciliaram e, no caso específico da Amazônia, tomou forma numa política econômica esclarecida que este autor caracterizou da seguinte maneira:

Aproveitando as riquezas, regulando os preços. Não impedindo tentativas industriais. Promovendo a criação de rebanhos. Vedando a exploração do subsolo. Promoveu a imigração e através da miscigenação tentou construir um tipo humano próprio para as condições da região. Na concessão de sesmarias, regulou a extensão para evitar o latifúndio. Não uma política liberal, mas uma política econômica orientada. (REIS A. C., 1993, p. 110)

Essa política econômica orientada ficou mais evidenciada durante a segunda metade do século XVIII, pois, como ressalta Roberto Santos (1980, p. 16-18), Portugal enfraquecido economicamente começou a constatar que as potencialidades da região amazônica eram subaproveitadas em razão da ausência de um projeto político eficiente. Por esta razão, foi defendida a retomada do projeto agrícola na Amazônia, principalmente após a queda das exportações no período entre 1750 e 1754, demonstrando que a região precisava de um reforço oficial à atividade agrícola.

³⁴ Segundo José Vicente Serrão (2007, p. 48), na historiografia portuguesa tem surgido a ideia de que a agricultura não teria recebido tanta atenção da administração pombalina. No entanto, o autor acredita tratar-se de equívocos interpretativos diante da supervalorização da política industrialista do consulado pombalino e de se confundir literatura econômica com política econômica.

Os primeiros cinco anos da gestão pombalina, como destaca Roberto Santos (1980, p. 15), coincidiram com uma fase em que os preços dos produtos coloniais estavam em recuperação na Europa, enquanto que, na colônia, a produtividade recuava. Nesse contexto, como explica este autor, o reforço oficial tomou corpo com as medidas econômicas e políticas implementadas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dentre as quais estava a instalação de uma companhia de comércio na região.

Nessa conjuntura, a colônia amazônica recebeu atenções especiais por parte da Coroa portuguesa com seus planos mercantilistas que envolviam a ocupação e valorização econômica da região, pois esta era compreendida como uma fronteira aberta à expansão agrícola em consonância com a economia extrativa já em desenvolvimento. Tendo a percepção da importância desta parte da colônia para a economia do império, Pombal procurou meios de explorar ao máximo seu potencial econômico e fiscal.

O fomento à produção foi a primeira preocupação das práticas mercantilistas de Pombal. Neste quesito a inserção da Colônia americana foi dupla; em consequência da obrigatoriedade de absorver a produção de vinhos, aguardentes e vinagres metropolitanos e pelo beneficiamento de certos produtos primários voltados para exportação. Entretanto, no Grão-Pará o gigantismo era um obstáculo a ser superado, pois uma grande parcela de seu território ainda era considerada despovoada e a carência de portos ao longo dos caudais era um problema difícil de ser solucionado, justamente porque muitos povoadores não se arriscavam a ocupar pontos tão distantes sertão adentro e, portanto, seria preciso um tipo humano capaz de produzir em ambiente tão hostil.

Dessa forma, como aponta Francisco Falcon (2000), o Marquês de Pombal encarregou seu irmão da missão de integrar comercialmente a Amazônia, desenvolvendo a agricultura, a indústria e o comércio que eram objetos de ação governamental³⁵. Embora, como indica José Alves de Souza Junior (2012, p. 297), o Estado do Grão-Pará já mantivesse um comércio intenso com o reino assentado na exportação de gêneros cultivados e/ou coletados pelos lavradores.

Para desenvolver o projeto de salvamento da economia portuguesa os monopólios, a balança comercial e o pacto colonial foram instrumentos, empregados por todo o império ultramarino, através dos quais a Coroa mantinha controle sobre a

³⁵Para Dadril Alden (1974, p. 39) dizer que Pombal queria integrar a região amazônica a economia do reino é equívoco, pois, mesmo antes do monopólio da companhia de comércio, o Grão-Pará já estava integrado aos mercados europeus com o exemplo das exportações do cacau.

produção da terra e a renda comercial. Ou seja, a atividade comercial estaria diretamente relacionada à atividade produtiva e isto, derivando do poder régio, se irradiava para a organização administrativa colonial.

Sobre as estruturas administrativas (pessoas e instituições), Francisco Falcon (2000, p. 153) as subdividiu em dois subsistemas de acordo com critérios geopolítico e funcional. Segundo sua análise, o critério funcional fixava as esferas ou setores da administração (civil, militar, justiça, fazenda e religião), enquanto o critério espacial distinguia as instâncias hierarquizando-as (Geral ou superior, regional ou intermediária, local ou inferior) seria o equivalente ao Governo Geral, as Capitânicas, cidades e vilas.

Entretanto, como esclarece Francisco Falcon (2000, p. 153), apesar dos esforços da Coroa em prestigiar, em cada nível da administração, os setores civil e militar, os agentes de diferentes funções entendiam-se apenas com os seus iguais que atuavam no mesmo setor ignorando as demais autoridades de sua instância. Divergências e disputas entre órgãos e agentes coloniais a propósito de questões administrativas, segundo Francisco Falcon (2000, p. 154), eram fenômenos comuns do cotidiano da colônia.

A essa estrutura, segundo João Fragoso (1992, p. 69), soma-se a figura dos mercadores enriquecidos que buscavam integrar-se à ordem nobiliárquica. Observando os registros de cargas levadas para Lisboa, José Alves de Souza Junior (2012, p. 305-309) encontrou entre os nomes de exportadores os nomes de funcionários do alto escalão do governo colonial, demonstrando uma associação entre cargos, poder e negócios no Grão-Pará.

Segundo João Fragoso (1998, p. 77), os comerciantes para obter aceitação e ascensão social na colônia, diversificavam suas atividades tornando-se proprietários rurais, investindo em terras e homens, ingressando também na administração colonial. Entretanto, devemos frisar que a atividade comercial e a atividade produtiva eram compreendidas separadamente no mundo colonial, embora tal separação não fosse tão definida. Ou seja, podemos entender dessa forma que o setor mercantil teria sido responsável, em parte, pela implantação e direcionamento das atividades econômicas, que no caso específico do Grão-Pará seria a atividade agroextrativista.

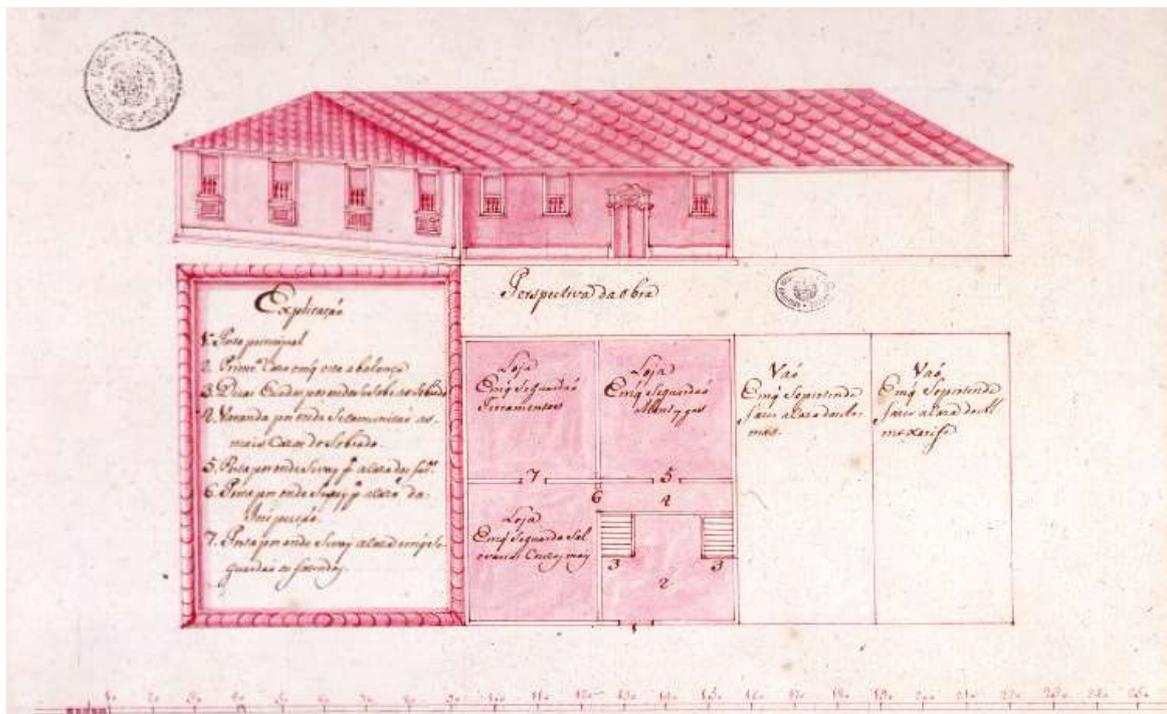
Para Érica Dias (2009, p. 1), as reformas que foram implementadas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado em consonância com os objetivos de Pombal tiveram forte apelo no sentido de aumentar a intervenção do Estado em diversos setores, por meio de mecanismos mercantilistas, assegurando o exclusivismo da metrópole sobre

a colônia e integrando a agricultura colonial a uma política de fomento da indústria portuguesa, visando equilibrar a balança comercial.

Nesse sentido, estabeleceu-se no Grão-Pará um modelo de administração pautado na consolidação de um estamento burocrático e de instrumentos capazes de fazer prevalecer as estruturas que mantinham e reproduziam na colônia os interesses metropolitanos, como por exemplo as Mesas de Inspeção do Açúcar e Tabaco, que segundo Teresa Kirschner (2009, p. 5-8), foram criadas e instaladas nos principais portos do Brasil como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão apresentando funções jurídicas e administrativas para “examinar, qualificar e regular os preços dos dois principais gêneros o açúcar e o tabaco para conservar a sua constante reputação e melhor se promover e animar a referida agricultura e comércio”, funções estas que no Pará setecentista foram exercidas pela Companhia de Comércio.

Nesse sentido, como já dissemos anteriormente, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão teria sido um instrumento estritamente econômico que desempenhava um papel fundamental na consolidação do contato entre a região e os mercados europeus, assegurando os preços, concedendo facilidades aos produtores, como empréstimos em dinheiro, instrumentos agrários e conselhos técnicos. Como parte de suas ações, a companhia de comércio mantinha, no interior das capitâneas amazônicas, estabelecimentos de assistência à navegação e ao comércio, escritórios e depósitos de mercadorias (figura 1).

FIGURA 1: Armazém da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no interior do vale amazônico (1772)



Fonte: Rede Memória- Arquivo Histórico do Itamaraty, 1772

Para Manuel Nunes Dias (1970, p. 201-203), a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão possuía funções mais amplas. Esta empresa atuava em uma estrutura comercial que buscava estimular a indústria do reino, exportando manufaturas e importando matérias primas, atividade que impactava diretamente na diversificação das pautas de exportação agrícola, através de facilidades que oferecia como seguridade de preços, financiamentos aos lavradores, importação de técnicas para aperfeiçoar e fomentar novas maneiras de cultivo, trazendo sementes de novas culturas a serem exploradas.

Dessa forma, portanto, a companhia de comércio era um instrumento ligado a estrutura administrativa colonial que serviria para auxiliar na retomada do projeto agrícola e assegurar o aumento da atividade mercantil juntamente com a expansão da produção e do consumo através da introdução de capitais e elementos de trabalho como, por exemplo, “braços africanos, sementes de arroz da Carolina, máquinas de descasque de arroz, instruções sobre melhores processos para a cultura do algodão”, de forma a viabilizar maiores exportações (SIMONSEN, 2005, p. 440). De fato, durante o período

em que esteve atuante proliferaram as plantações de algodão, arroz, cacau, cravo, canela, anil, entre outras.

O desenvolvimento dos cultivos era sempre acompanhado de medidas protecionistas. Como aponta Fábio Barcelos (2010, p. 62) por exemplo, o alvará de 15 de julho de 1775, que continha orientações relativas ao cultivo da terra, trato das sementes, transporte, inclusive suspendia a legislação que proíbia o cultivo da mandioca e a criação de gado em certas regiões para incentivar o uso do estrume como adubo natural e a expansão de terras da lavoura, os dez anos de isenção de direitos que recebeu o arroz brasileiro, decretados em 18 de maio de 1773 e renovados em agosto de 1783; e a proibição à entrada de arroz estrangeiro, estabelecida pelo alvará de julho de 1781.

Desse modo podemos observar que, a gestão pombalina interferiu na estruturação das relações de comércio por meio da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, procurando revitalizar a economia, estabelecendo a agricultura na base produtiva da colônia, de modo que seu crescimento fosse feito a partir do reforço da plantation escravista e da formação de um estrato camponês, para o qual contribuiria a migração de famílias açorianas e mazaganenses (COELHO, 2005, p. 236).

Ao lado da companhia de comércio, segundo Mauro Coelho (2005, p. 184), as normas do Diretório atuavam diretamente nas relações de produção, técnicas e sociais. Orientando a organização do trabalho apoiada nas bases materiais dos antigos aldeamentos. No entanto, mesmo contando com este instrumento normativo a produção de alimentos e a intensificação do extrativismo enfrentaram limites quando entrou em vigor a lei de liberdade dos indígenas.

Para viabilizar os mecanismos de controle do Diretório, segundo Maria de Nazaré Ângelo-Menezes (2000, p. 100), foi necessário que se fizesse uma redistribuição da mão-de-obra indígena entre as atividades agrícolas e de extração de drogas do sertão. Contudo, os diretores privilegiavam as atividades do sertão enquanto que a administração do Estado requisitava mão-de-obra para os “serviços reais”, e os colonos apresavam o indígena o resultado conseqüentemente foi o desfalque dos trabalhadores fixados nas vilas e lugares para a produção de alimentos.

Segundo Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1784, a pressão sobre a estrutura produtiva fragilizada conduziu a um problema irreversível, o esvaziamento das localidades, o escasseamento de mão de obra, e a diminuição da produtividade. Em

resumo, a retração dos antigos aldeamentos, desorganizando em parte a economia extrativa tanto dos colonos como das fazendas e propriedades da Coroa³⁶.

A queda na arrecadação dos dízimos e a falta de mantimentos noticiados nas correspondências que chegaram ao reino, fizeram com que o projeto pombalino intensificasse a cobrança de dízimos sobre as produções destinadas ao consumo como forma de controlar as produções e fortalecer o monopólio do estado. Assim como também acionou mecanismos de controle com a finalidade de cooptar os excedentes produzidos. Este controle foi sistematizado, especialmente pela avaliação das roças e da cobrança de impostos. O controle sobre as plantações de subsistência dos indígenas aparece no parágrafo 26 do Diretório dos Índios.

E como para se estabelecer a cultura dos mencionados gêneros nas referidas Povoações, não bastará toda a atividade, e zelo dos Diretores, sendo mais poderoso, que as suas práticas, o inimigo comum da frouxidão, e negligência dos Índios, que com a sua aparente suavidade os tem radicado nos seus péssimos costumes com abatimento total do interesse público: Para o Governador do Estado, sendo informado daqueles Índios, que entregues ao abominável vício da ociosidade faltarem à importantíssima obrigação da Cultura das suas terras, possa dar as providências necessárias para remediar tão sensíveis danos; serão obrigados os Diretores a remeter todos os anos uma lista das Roças, que se fizerem, declarando nela os gêneros, que se plantaram, pelas suas qualidades; e os que se receberam; e também os nomes assim dos Lavradores, que cultivaram os ditos gêneros, como dos que não trabalharam; explicando as causas, e os motivos, que tiveram para faltarem a tão precisa, e interessante obrigação; para que à vista das referidas causas possa o mesmo Governador louvar em uns o trabalho, e a aplicação; e castigar em outros a ociosidade, e a negligência. (DIRECTÓRIO apud ALMEIDA, 1997, p. 194)

Neste paragrafo podemos perceber a alteração dos ritmos de trabalho dos índios, que seria a única forma de cooptar uma parcela maior do excedente. Os diretores elaboravam listas nominais das roças dos índios, discriminando a qualidade e quantidade dos componentes dos sistemas de produção. Outra medida que também foi utilizada para evitar a evasão da população dos antigos aldeamentos foi a distribuição de terras.

Segundo Rosa Acevedo Marin (2000, p. 5), no período entre 1765 e 1824, os números de concessões de sesmarias aumentaram, o que indicaria a ocupação rápida de algumas regiões. No entanto, como a autora destaca, a concessão de Data e Sesmária deveria ser completada administrativamente, com o solicitante justificando para que

³⁶ AHU- OFICIO do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para Martinho de Melo e Castro, datado de 15 de março de 1784, sobre os problemas da agricultura no Grão-Pará.

desejava a terra, que geralmente seria para desenvolver atividades voltadas para exportação, denotando a preocupação do Governo com a organização produtiva e ocupação do território. Como por exemplo, Antônio de Sousa de Azevedo, morador no sítio do rio Tocantins, que requereu confirmação de carta de data e sesmaria de algumas terras devolutas numa ilha defronte de seu sítio, para edificar um engenho e cultivar arrozais e canavais na várzea³⁷.

O sistema de Sesmarias que foi estabelecido no Baixo Tocantins, segundo Maria de Nazaré Ângelo-Menezes (2000, p. 93), ajudou a tornar estáveis as terras de cacau delineando os estabelecimentos agrícolas existentes, onde era possível, em dezoito dias, preparar áreas de 150 braças de comprimento por 50 braças de largura. Como podemos observar pelo requerimento de José Esteves da Ponte, morador no distrito de Cametá, possuidor de dois sítios junto ao rio Tocantins, onde já cultivava cafezais e outras roças, que solicitava mais uma légua para cultivar cacauais³⁸.

Observando o processo de concessão de sesmarias vemos que, no período entre 1730 e 1780, na calha tocantina predominou o estabelecimento de propriedades com extensão de “meya a três legoas” e que a notícia de minas nas cabeceiras do rio Tocantins fez com que afluíssem para a região levas de migrantes lavradores que deixavam suas roças para tentarem garimpar. A esse respeito o Governador João de Abreu de Castelo Branco em carta ao rei D. João V informou que:

Se faz percizo a bem do Real Serviço, e Fazenda , e beneficio doz Povo de desse Estado que ellez [os lavradores] não abandonem a cultura dos gêneros que ele produz. Fuy servido ordenar por Resolução de 20 deste prezente mez e anno (...) que por esse Governo apliqueiz todo o cuydado e disvello no augmento, e cultura dos ditos gêneros p^a que se façamaiz opulento seu comercio³⁹.

³⁷ AHU-REQUERIMENTO de Antônio de Sousa de Azevedo, morador no sítio do rio Tocantins a baixo do lugar de Baião, para o rei D. José I, datado de 29 de janeiro de 1774, solicitando a confirmação da carta de data de sesmaria de algumas terras devolutas situadas numa ilha nas margens do sobredito rio, onde pretendia cultivar alguns canaviais e edificar um engenho.

³⁸ AHU-REQUERIMENTO de José Esteves da Ponte, morador no distrito do Cametá, para a rainha [D. Maria I], datado de 27 de outubro de 1779, solicitando confirmação da carta de data e sesmaria de terras localizadas junto ao rio Tocantins, do igarapé Tua-arahi até ao igarapé do Limão.

³⁹ AHU- CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V, em resposta à provisão de 31 de Maio de 1737, datada de 25 de outubro de 1737 informando que lançou um bando, na capitania do Pará, a respeito do achamento das novas minas de São Félix, nas cabeceiras do rio Tocantins, com o objectivo de impedir o abandono do cultivo dos produtos agrícolas por parte da população e participando, ainda não ter feito o mesmo no Maranhão por naquela capitania haver apenas um caminho de acesso aquelas minas.

A proposta de retomada do projeto agrícola na Amazônia, segundo Ângelo-Menezes (1999, p. 244), poderia significar o início de um ciclo agrícola amazônico. No entanto, o projeto agrário pensado para a região desconsiderou as especificidades do meio ambiente, modificando os sistemas agrários⁴⁰ rumo a uma nova ordem econômica e sociocultural.

Neste modelo agrário os cultivos mesclavam as espécies alimentares, as extrativas e outros tipos agricultáveis. Os colonos preocupavam-se em produzir com a finalidade de exportação e os indígenas acabavam sendo alocados em outras atividades, os chamados serviços reais, além da agricultura. Esta situação repercutia sobre o mundo do trabalho desestruturando-o.

Observando os recenseamentos que foram feitos a partir de 1750⁴¹, podemos observar como os sistemas e práticas agrárias foram influenciadas pelo mercado. Ângelo-Menezes (1994, p. 97) percebeu que, tomando como exemplo, o lugar de índios de Baião produzia sempre abaixo da média do Vale e não tinha produções individuais. A explicação para este fato seria que os colonos não estavam interessados na produção de subsistência e alocavam os índios em outras atividades, impedindo-os de cultivar as suas roças.

Em razão da exploração excessiva, como explica Ângelo-Menezes (1999, p. 241), os lugares de Índio no vale tocantino sofreram perda de população, seja por descaracterização censitária, seja pelas observações dos índios localizados. Ela justifica essa migração em razão das transformações que estavam em curso, mas em geral, os antigos aldeamentos tenderam a decrescer até o final do Diretório dos Índios em 1798.

Na tentativa de solucionar a crise de mão de obra a administração incentivou tomou algumas medidas como favorecer novos descimentos para povoar os lugares de índios que estavam com populações escassas, como informou o Governador Manuel Bernardo de Melo e Castro sobre o descimento de indígenas do rio Tocantins, feito por Alberto de Sousa Coelho⁴² no ofício de 20 de julho de 1764. Outra medida, como

⁴⁰ Segundo Ângelo-Menezes (1994, p. 30), o termo sistema agrário é utilizado para caracterizar a associação das produções (extrativista, agrícola, criadora, pesqueira e outras) e das técnicas colocadas pela sociedade de forma a atender suas necessidades.

⁴¹ As sistematizações das informações demográficas começaram a partir de 1750 com a determinação dos censos da população livre. Angelo-Menezes (1994, p.87) explica que somente a partir dos anos de 1770 a contagem passa a envolver os escravos.

⁴² AHU- OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datado de 20 de julho de 1761, remetendo relação de pessoas descidas do rio Tocantins pelo director do lugar de Azevedo, Alberto de Sousa Coelho.

apontou Maria de Nazaré Ângelo-Meneses (1999, p. 242), foi a implantação de dois calendários agrícolas que consideravam os fatores externos à produção de modo a garantir a produtividade das roças do comum. Assim como reafirmou a prática de concessão de terras aos indígenas nas proximidades das aglomerações para que cultivassem a subsistência e a produção de excedentes, mas isto gerava conflitos com os colonos.

A orientação da produção para o mercado externo no período pombalino, segundo Maria de Nazaré Ângelo-Meneses (1999, p. 242) de uma forma geral, comprometeu não apenas o desenvolvimento das culturas alimentares, mas firmou o conceito de uma exploração agrícola em que o desequilíbrio ambiental se evidenciou na paisagem e na debilidade do fornecimento de víveres de primeira necessidade, exemplos dessa situação podem ser vistos na desestabilização da dinâmica dos ecossistemas do vale tocantino, onde a exploração intensiva de recursos foi mais evidente pela proximidade com Belém. A exploração intensiva, por exemplo, dos recursos lenhosos pelas Fábricas Reais de Madeira, como destaca Maria de Nazaré Ângelo-Menezes (1994, p. 103), levaram ao rareamento e dizimação de espécies como o Piquiá e o breu nas proximidades de Cametá.

Essa lógica mercantilista, como destaca Francisco Costa (2013, p. 30) levou espécies da fauna e flora rapidamente à beira da extinção, como tartarugas, jacarés e peixes-boi que quase foram dizimados na busca por carne, peles e gorduras animais, seria herdada pelo governo mariano. Pois, como destacou Fernando Novais (1989, p. 48), a economia brasileira deveria ser complementar e manter seu caráter primário e extrativista.

Complementando essa política, como aponta Fabio Barcelos (2010, p. 60), estava o alvará de 19 de setembro de 1785 que isentava de impostos as matérias primas para as fábricas do reino. A isenção de impostos sobre as matérias primas estimulou a exploração de novos produtos como o cacau. Diante dessa conjuntura favorável, Portugal vivenciou aumento de 90% nas exportações para a Inglaterra entre 1776 e 1795.

Segundo Andréa Mansuy-Diniz Silva (1998, p. 512-516), durante todo período entre 1796 e 1807 Portugal apresentou uma balança comercial superavitária. Em verdade, as importações das colônias cresceram a quase 10% ao ano. Nesse cenário o Brasil exerceu papel de destaque exportando mais de 80% e importando quase a mesma

coisa do total do movimento entre metrópole e colônias. Ao mesmo tempo seus produtos respondiam por mais de 60% do que era exportado para o mercado europeu.

Outra medida de vulto do governo mariano, segundo Fabio Barcelos (2010, p. 63) foi a criação da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, em 1788, um órgão com caráter de tribunal superior, subordinado ao monarca, também passava a ser responsável por examinar e promover as medidas necessárias a conservação e desenvolvimento das atividades sob sua tutela.

A despeito e todas as alterações citadas, o final dos Setecentos foi bastante positivo, como aponta Manuel Barata (1915, p. 59), para a economia paraense impulsionado por alterações de ordem global, a independência das colônias inglesas, proporcionou o aumento da exportação do algodão do Pará, que nos dizeres de Alexandre Rodrigues Ferreira era “de excelente qualidade”, no mercado inglês, chegando a exportar 7188 arrobas.

Os instrumentos e estruturas implantadas pelo Estado Português, que tinham por objetivo primeiro desenvolver a agricultura e aumentar as exportações paraenses, refletiram-se em esforços pela diversificação das culturas surtiram efeito, gerando produtos para a reexportação do Reino, alimentos para a população metropolitana e matérias primas para as manufaturas enlaçando industria e agricultura. Transformando a caminhada rumo à industrialização uma possibilidade concreta. Neste sentido, podemos entender que a política industrialista lusitana teve um caráter estrutural e enorme potencial transformador, seja na metrópole, seja na colônia.

1.3- Outras formas de produção

Durante o período colonial, segundo Maria Yedda Linhares (1997, p. 175), coexistiram três grandes sistemas agrários: o da grande lavoura, o do pastoreio e o da pequena lavoura. A grande lavoura voltada, prioritariamente, para a exportação e as demais atividades, que Caio Prado chamou de acessórias, destinadas ao fornecimento dos meios de subsistência que estavam ligados ao abastecimento interno.

Segundo João Fragoso (1992, p. 78), a metrópole não dispunha de condições de sustentar as colônias, abastecer as naus, as feitorias e as tropas, e para garantir o funcionamento da empresa colonial era preciso que a maior parte dos gêneros alimentícios fossem produzidos na própria colônia, contornando os riscos e dificuldades do transporte marítimo. Então o cultivo de gêneros alimentícios surgiu e se desenvolveu concomitante à produção de exportação.

O cultivo de subsistência desenvolveu-se, no Grão-Pará, acompanhando a tradição indígena, nas várzeas com aponta Francisco de Assis Costa (2012, p. 37), pois estas apresentavam grande quantidade e diversidade de recursos. Os produtos eram, praticamente, os mesmos que foram cultivados pelos indígenas e com o tempo foram agregados os cultivos de maior valor econômico. Essa riqueza de recurso e facilidade de desenvolver culturas aproveitando a fertilização das várzeas, que as cheias proporcionavam, favoreceu o desenvolvimento de dispersos povoados agroextrativistas ou mesmo sítios. O padre João Daniel (1976) durante suas observações do Grão-Pará descreveu esse mundo rural da seguinte maneira:

Estes sítios, que mais merecem o nome de boas, e grandes quintas, sobre as margens dos rios; porque para o centro só há vivenda de bichos e feras. Esmeram-se porém tanto nas suas moradias os donos destas quintas ou sítios que fazem ua muito alegre perspectiva aos navegantes; e com mais razão se pode chamar grandes, soberbos e magníficos palácios, do que casas de campo; e em muitos tem os seus moradores boas capelas, e igrejas, ainda que só em algum mais comodo acodem ordinariamente os moradores daquele rio como a freguesia onde sempre assiste o seu pároco. E posto que alguns moradores tem tantos escravos, ou fâmulos, que podiam constituir uma pequena vila, contudo em nenhum destes rios há vila alguma formal (DANIEL, 1976, Tomo I, p. 286)

As atividades subsidiárias, segundo Maria Yedda Linhares (1996, p. 5), com o crescimento gradativo dos núcleos urbanos e estruturas sociais, as formas inorgânicas que Caio Prado (2004, p 41- 46). visualizou na sociedade colonial, com o tempo foram ganhando importância econômica e estratégica. Seu duplo papel consistia em ocupar a terra, desbravando-a e povoando-a, e o de organizar-se sob formas de trabalho familiar para produzir excedentes de modo a atender, progressivamente, às necessidades dos núcleos urbanos em expansão Como afirmou Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990, p. 80), nem só de gêneros caros para a exportação vivia a economia colonial, para assegurar seu funcionamento era necessária uma grande produção de gêneros de subsistência.

Na região do vale tocantino, por exemplo, como destaca Maria de Nazaré Ângelo-Menezes (2000, p. 99), a vila de Cameté foi um grande centro de abastecimento, suas produções de mandioca provenientes das roças do comum atingiam aproximadamente 800 alqueires de farinha mensal. Deste total, segundo a autora, 600 alqueires de farinha eram destinados às expedições de demarcações das fronteiras e o restante servia para complementar os déficits de povoações, como por exemplo, o lugar de Baião, que tinha níveis insuficientes de qualquer que fosse a produção.

Em Cametá, como explica Maria de Nazaré Ângelo-Menezes (2000, p. 99), o processo de produção só era alterado quando ocorria o desgaste dos equipamentos das casas de farinhas e se faziam reparos prolongados, como a engrenagem para ralar raízes. Os custos de manutenção destas casas de farinha eram ressarcidos pela Tesouraria Geral do Índio mediante as produções das roças do comum, enquanto a Fazenda Real ficava responsável pelos custos das tripulações das canoas de arrecadação dos dízimos. A autora exemplifica essa organização relatando sobre a canoa de arrecadação dos dízimos de Cametá que recebeu 90 panos de algodão e 49 alqueires de farinha para cobranças de colonos em atraso com os dízimos destinados ao serviço real.

Essa necessidade de assegurar a produção de subsistência fez com que a Coroa portuguesa, como esclarece Arthur Cezar Ferreira Reis (1993, p. 106), empreendesse nova onda de emigração para a região amazônica. Em 1752, desembarcaram no Grão-Pará 430 pessoas, em 1770 outras 340 famílias e ao longo dos setecentos outros grupos menores aportaram em Belém, como degredados e ciganos⁴³, essas pessoas deveriam ser assistidas, segundo disposto na Carta Régia de 15 de setembro de 1751, com :

huma espingarda, duas enchadas, hum machado, huma enxó, hum martelo, hum facão, duas facas, duas thesouras, duas verrumas, huma serra com sua lima e trevadura, dous alqueires de sementes, duas vacas e huma egoa, e no primeiro anno, mais farinha que se entende...tento que são três quartas partes de alqueire da terra para cada pessoa assim dos homens como das mulheres, mas não das crianças, que não tiverem sette annos e aos que tiverem até os quatorze,... quarta e meya para cada mês...tentando a agricultura em sesmarias que lhes foram concedidas (REIS, 1993, p. 107).

Essas unidades de produção não tiveram, inicialmente, um controle administrativo mais severo quanto o setor de exportação, o que não significa que a lavoura de subsistência tenha passado despercebida pelas autoridades públicas. No Grão-Pará houve inúmeros incentivos por parte da administração para que os colonos e os indígenas se engajassem na atividade agrícola. Sobre esse incentivo, o Diretório estabeleceu que:

terão os Directores um especial cuidado em que todos os Índios, sem exceção alguma, façam Roças de maniba, não só as que forem suficientes para a sustentação de suas casas, e famílias, mas com que se possa prover abundantemente o Arraial do Rio Negro; socorrer os moradores desta Cidade; e municionar as Tropas, de que se garante o Estado: Bem entendido, que a

⁴³ Segundo Arthur Cezar Reis(1993, p. 105), quando Souza Coutinho e Lobo d'Alamada montaram a colônia do Jamary, Crato, no rio Madeira, o fundo de povoadores contou de ciganos.

abundância da farinha, que neste País serve de pão, como base fundamental do comércio, deve ser o primeiro, e principal objeto dos Diretores. Além das Roças de maniba, serão obrigados os Índios a plantar feijão, milho, arroz, e todos os mais gêneros comestíveis, que com pouco trabalho dos Agricultores costumam produzir as fertilíssimas terras deste País; com os quais se utilizarão os mesmos Índios; se aumentarão as Povoações; (DIRECTÓRIO *apud* ALMEIDA, 1997, p. 195).

O cultivo de subsistência e, em particular o da maniva, possuía tamanha importância que, por exemplo, na Bahia do século XVIII, como esclarece Luís Amaral (1940, p. 304), houve a necessidade de se criar um celeiro público para “que nele se recolhesse toda a farinha, que vem por mar desta cidade para dele se prover o povo conforme a necessidade atual de cada um, e se coibir o monopólio deste gênero”.

Uma medida similar foi a Instrução de 1791 enviada pelo Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro D. Francisco de Souza Coutinho aos Diretores das povoações, onde ficou estabelecido “das roças do *commum* pertencem as produções ao Rei” na tentativa de cooptar os excedentes produzidos, como forma de controlar as produções e fortalecer o monopólio do Estado, pois, como Baena (1969) alvitrou:

Os moradores pobres e miseráveis continuam a buscar diurnamente o sustento nas frutas incultas com declarado perigo das próprias vidas por haver pouca farinha, a qual se vende por preços exorbitantes (BAENA, 1969, p. 164)

Segundo Mary Del Priore (2006, p. 19), os gêneros mais cultivados para o consumo interno eram o feijão, o milho, o arroz e a mandioca que, tornou-se a base da alimentação colonial, devido sua versatilidade, associando-se nas roças a “quase todas as coisas comíveis, da carne à fruta”, e por ser o cultivo mais vantajoso que os outros gêneros, mais resistente aos solos e climas e quando torrada e bem acondicionada, podia ser transportada facilmente, o que constituía vantagem dada a precariedade de transporte na colônia. Daniel Kidder (2008, p. 186-188) também apontou outros usos da mandioca, como medicamento para abscessos, vermífugo, mordedura de cobra. Segundo Alencastro (2000, p. 56), a mandioca alçou os mares, barateando os gastos com a manutenção das tripulações, servindo como moeda de troca na aquisição de cativos na África.

De acordo com Teresa Kirschner (2009, p. 7), existia uma vasta legislação que regulava a produção da mandioca com o objetivo de evitar crises de abastecimento. Tais crises eram desencadeadas pelo modo como se comercializavam os meios de produção e os gêneros alimentícios. Estes tinham seus preços tabelados enquanto que os meios de

produção (escravos, ferramentas, implementos agrícolas) eram livres. Uma situação que fragilizava o setor dos pequenos produtores.

Autores como Maria Yedda Linhares (2000, p. 63-70) apontaram que as medidas tomadas pela Coroa, como o incentivo ao cultivo da mandioca por exemplo, objetivavam remediar essa situação recorrente de crises de abatecimento resultantes do próprio modelo aplicado, o qual imbuído dos fundamentos mercantilistas priorizava a produção de gêneros exportáveis em detrimento dos cultivo de subsistência.

Desde o século XVII, segundo Fábio Barcelos (2010, p. 31) já existiam alvarás e provisões régias que determinavam aos senhores de engenho e lavradores de cana que cultivassem mandioca para o consumo dos seus escravos, procurando, assim, assegurar estoques de farinha para os mercados locais. Decretos posteriores renovaram esta determinação e especificaram, inclusive, a quantidade de mandioca a ser plantada por cada escravo. Em 1701, por exemplo, um novo decreto ampliou a obrigação do cultivo da mandioca aos traficantes de escravos. Os sucessivos decretos e provisões, emitidos após períodos de crise de abastecimento, revelam que a legislação não era obedecida.

Em virtude do aumento dos preços e das exportações de açúcar, cacau, arroz, no final do século XVIII, os plantadores consideravam um absurdo usar suas terras férteis para o plantio de mandioca em detrimento de uma produção mais rentável. Os colonos motivados pelo fomento pelo Estado preferiam desenvolver esses cultivo nos sistemas de produções. Em Baião, segundo aponta Maria de Nazaré Ângelo-Menezes (2000, p. 105), havia 35 roças de arroz solteiro. Enquanto em Abaetetuba os cultivos de arroz atingiam 1.000 alqueires. Em Cametá que foi a zona de maior produção de farinha do Vale, o cacau dominava os sistemas de produção. A mandioca para produção interna não era do interesse dos colonos que preferiam as atividades agroextrativistas que lhes renderiam lucros maiores.

Situações parecidas estavam espalhadas pelo Grão-Pará, como demonstra Maria de Nazaré Ângelo-Menezes (2000, p. 106), em Igarapé-Miri, lugar onde o ecossistema era favorável ao arroz foi transformado pelos canaviais, pois a cana-de-açúcar era o produto forte dos sistemas de produção dos colonos. Esse plantio destinava-se, principalmente, à fabricação de aguardente, atividade bastante lucrativa e comercializada em frasqueiras e frascos. A farinha, considerada como o pão da Amazônia, produzida pelos produtores do Rio Acará, destinava-se a alimentação dos índios envolvidos em feitorias de manteiga de tartaruga, principal atividade do sertão, privilegiada pelos colonos localizados nesse rio.

Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990, p. 74), o processo de penalização da produção de alimentos explica-se no fato de grande parte dos roceiros tornarem-se produtores de tabaco, cacau, cana de açúcar e libertando-se, assim do mecanismo transferidor de renda praticado pelo setor dominante da colônia.

A dependência, como ressaltou Francisco Carlos Teixeira da Silva (2000, p. 61-62) que tal setor desenvolveu em relação ao setor de exportação condicionou sua evolução, pois, para alguns autores, estaria dependente da variação dos preços internacionais e do crescimento das exportações. Entretanto, há aqueles que defendem que o estado das crises de fome demonstra a autonomia que a agricultura de subsistência assumiu em relação à economia da grande lavoura.

Segundo Caio Prado Junior (2004, p. 42), as grandes fazendas, em razão da abundância de terras e braços disponíveis, eram organismos autossuficientes. Assim, praticavam-se, ainda que subsidiariamente, as culturas necessárias entremeadas a cultura principal ou mesmo em parcelas cedidas aos escravos para o cultivo de mantimentos, plantando para seu consumo e do senhor, transferindo excedentes dessa produção, quando existentes para o abastecimento dos núcleos urbanos.

A pecuária, segundo Francisco de Assis Costa (2013, p. 35), iniciou-se no Grão-Pará por volta de 1644, quando chegaram as primeiras cabeças de gado vindas de Cabo Verde. Por decisão do governador Dom Manuel Rolim de Moura, segundo Baena (1969, p. 223), em observância da Ordem do Ministério de 27 de Outubro de 1702, a fim de melhor controlar e reforçar a especialização regional, do ponto de vista agrícola, dispõe-se a limitar a presença do gado vacuum num sistema de uso da terra peculiar e eficaz, mandando que todos “os Lavradores do Termo da Cidade” que possuíssem gado vacuum e cavallar os passassem para a Ilha do Marajó onde escolheriam terreno para currais e logradouros.

Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis (1993, p. 196), os rebanhos prosperaram e, em 1783, havia na ilha 153 fazendas de gado vacuum e cavallar, sendo que, em 1803, esse número passou para 226 com um total de 500 mil cabeças de gado bovino. Com o tempo, a pecuária foi sendo difundida em outras regiões de várzea onde havia disponibilidade de pastagens naturais, como nas terras baixas de Monte Alegre, Alenquer, Santarém, Óbidos, Parintins e Tefé, introduzidas em fazendolas e outras propriedades.

Medidas como essa do Governador Rolim de Moura demonstra que a administração colonial não legislava “a torto e a direito”. De fato, a medida de Rolim

de Moura a respeito da necessidade de um sistema de uso da terra mais eficaz deixa transparecer uma política definida: a de limitar em áreas próprias e resguardar as três paisagens que passariam a configurar a economia rural da Colônia, isto é, a grande lavoura com seus campos, incluída a área industrial para o aproveitamento fabril da produção, a lavoura de abastecimento que atendia aos interesses de consumidores urbanos e comerciantes, e a pecuária extensiva na fronteira móvel, a cargo de sesmeiros e arrendatários, último elo fundamental de um macro-modelo agrário.

Segundo Maria Yedda Linhares (1996, p. 6), havia uma inextrincável articulação entre economia interna e comércio exterior. A diversificação do mercado interno colonial na segunda metade do século XVIII aponta para a dinamização da vida econômica interna, com acentuada tendência à internalização do fluxo de renda e estímulo da pequena indústria ligada ao beneficiamento de produtos agropecuários. Lentamente a colônia desgarrava-se do Pacto Colonial, apresentando variedade regional nas relações de trabalho, no tipo de exploração econômica, nas formas de propriedade, no nível de preços revelando intensa e crescente diferenciação interna.

Segundo Maria Yedda Linhares (2000, p. 55-56), a agricultura de subsistência foi responsável por fazer conviver simultaneamente dois modelos de relação de trabalho e exploração da terra. Enquanto os escravos das grandes propriedades tinham a possibilidade de usar seu tempo livre para cultivar os gêneros necessários à sua própria subsistência no seio dos domínios da lavoura de exportação, os pequenos plantadores, os roceiros, buscavam abastecer os mercados locais, para isso estabeleciam-se fora dos domínios das grandes lavouras, ou em terras arrendadas mediante o pagamento de foro, formando uma “pequena produção escravista” de alimentos. Nesse sentido, como apontou Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990, p. 73), a produção de alimentos estava profundamente integrada ao caráter escravista da sociedade colonial e ao circuito mercantil mais geral.

No contexto da economia colonial, como explica Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990, p. 73), a produção para o mercado interno (gado e alimentos) apresentava forte caráter de subordinação ao setor de exportação. Na verdade a relação da Coroa com esse tipo de agricultura era pontual. As iniciativas eram tomadas no sentido de resolver as questões conforme elas afetassem o funcionamento da empresa colonial. No entanto, pode-se dizer que os esforços da Coroa no sentido de conter a escassez não obtiveram sucesso e as crises se mantiveram ao longo do período colonial.

Esta situação, aos olhos de Caio Prado Junior (2004, p. 42), era insuficiente para atender as demandas dos núcleos urbanos e do setor de exportação com a alta dos preços dos produtos exportáveis, o espaço para o cultivo de foi afetado, reduzindo a capacidade de gerar algum excedente por esse motivo surgiram lavouras especializadas na produção de gêneros de manutenção. ‘Tratava-se das pequenas propriedades que se aproximavam do tipo camponês europeu, onde o proprietário trabalhava ele próprio auxiliado por sua família ou mais algum escravo’.

A questão das relações de trabalho que se formaram na agricultura de subsistência é tema de extenso debate na historiografia nacional, principalmente como contraponto à teoria de um sentido à colonização, exposta por Caio Prado Junior (2004, p. 42). Desse modo, podemos aferir que o cultivo de gêneros alimentares era feito tanto dentro das grandes fazendas quanto em lavouras que surgiram com esse fim específico em uma estrutura agrária diversificada onde a produção camponesa coexistia com a produção escravista de alimentos.

1.4- Os rumos da agricultura no Grão-Pará

Na segunda metade do século XVIII, como já foi dito anteriormente, a colônia amazônica tornou-se a nova fronteira de expansão agrícola e extrativa portuguesa. O Estado do Grão-Pará e Maranhão foi reorganizado pela administração de Mendonça Furtado, transformando os aldeamentos em vilas e lugares que teriam um diretor escolhido entre os moradores e as capitânicas particulares foram extintas. Entre as medidas tomadas pelo governo estava o fomento a atividade agrícola e industrial, com o fim de transformar o Estado num grande campo. No entanto, mesmo com incentivo, mercês e outros privilégios aos agricultores as notícias de ruína e miséria chegavam à metrópole.

Ainda é preciso indagar o suposto não desenvolvimento da agricultura no Grão-Pará. Como observamos anteriormente o extrativismo foi uma atividade extremamente relevante, mas não foi a única. Outras atividades foram desenvolvidas e a agricultura estava presente entre elas⁴⁴. O cacau, por exemplo, como apontou Daril Alden (1974, p. 43), era fruto de coleta e de cultivo e sendo o principal produto de exportação paraense,

⁴⁴ AHU- OFICIO do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, datado de 15 de março de 1784 observou a realidade dos principais gêneros agricultáveis que eram exportados, constatando uma grande variedade de produtos que poderiam render mais se os lavradores buscassem se dedicar mais à agricultura, usando métodos mais modernos, procurando as instruções enviadas pela Coroa que ensinavam a cultivar, manufaturar e explorar. Para o naturalista o problema não estava nos aspectos climato-edáficos, mas no próprio lavrador que buscava riqueza fácil, que ao invés da labuta preferia explorar o produto que lhe rendesse algum lucro mais fácil com menos trabalho.

acompanhado, como esclareceu Rosa Acevedo Marin (2005, p. 85) pelo arroz Carolina cultivado principalmente próximo a Macapá.

Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis (1993, p. 97), ao lado da agricultura e do extrativismo, a pecuária teve um destaque regional sendo desenvolvida no Marajó. Nesse sentido, podemos dizer que outras atividades tiveram êxito ao lado do extrativismo e que se o Grão-Pará enfrentava problemas com a escassez de mão de obra, como sugerem as diversas correspondências que foram enviadas por moradores e autoridades ao Reino, não podemos afirmar que a economia paraense tenha sido um fracasso completo.

Segundo Francisco de Assis Costa (2012, p. 203), na avaliação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a ruína da agricultura estava associada ao controle da força de trabalho indígena por parte dos religiosos, que se dispunham delas para enriquecerem explorando as drogas do sertão. Nesse sentido, aos olhos de Mendonça Furtado, os missionários seriam opositores do projeto agrícola e dos colonos, e ressaltava, em suas correspondências ao irmão, que seus privilégios dilapidavam as finanças públicas impossibilitando o Estado do Grão-Pará e Maranhão de adquirir os meios essenciais para dar prosseguimento à ideia de explorar ao máximo o potencial econômico e fiscal da colônia em favor da recuperação das finanças do reino.

Como esclarece Francisco de Assis Costa (2012, p. 56), a assertiva defendida por Francisco Xavier de Mendonça Furtado no que diz respeito aos “trabalhadores para o desenvolvimento da agricultura e a agricultura como um caminho para o desenvolvimento da colônia”, também se dirigia para a ideia de se substituir a mão de obra desqualificada do indígena pela mão de obra africana. Uma concepção presente nas inúmeras reclamações dos colonos paraenses por braços para suas lavouras⁴⁵, como explica Marley Antonia Silva da Silva (2012, p. 76) de que com o negro a agricultura poderia vir a se desenvolver melhor no Grão-Pará e que para isso ocorrer comungavam

⁴⁵ AHU- Consulta de 28/09/1705; carta de 18/08/1722; carta de 16/02/1723; carta de 15/08/1723; carta de 12/01/1724; carta de 11/02/1725; carta de 14/08/1725; carta de 8/09/1725; carta de 15/11/1725; carta de 13/02/1726; carta de 10/04/1726; carta de 29/12/1726; carta de 11/01/1727; requerimento de 15/02/1727; carta de 22/09/1727; carta de 25/09/1728; carta de 18/09/1733; carta de 21/09/1733; requerimento de 05/02/1734; requerimento de 18/02/1734; requerimento de 18/03/1735; requerimento de 08/05/1737; carta de 25/10/1737; carta de 04/11/1737; carta de 13/08/1750; carta de 01/12/1751; requerimento de 13/05/1754; requerimento de 23/11/1756; ofício de 18/10/1760; ofício de 07/01/1773; requerimento de 15/05/1776; ofício de 18/06/1777; ofício de 10/08/1778; ofício de 26/01/1780; ofício de 12/11/1780; ofício de 18/11/1780; ofício de 19/11/1780; ofício de 20/11/1780; ofício de 21/11/1780; ofício de 28/11/1780; ofício de 25/04/1782.

da ideia de que a desarticulação do sistema de aldeamentos era a solução para o problema.

O projeto agrário pensado para a região, com afirma Maria de Nazaré Ângelo Menezes (1994, p. 60), foi precursor de progressivas mudanças no modo de exploração do meio ambiente amazônico a partir da experimentação de novas técnicas de produção. A forma de cultivo dos europeus, como destaca a autora, obedecia a técnicas de espaçamento, facilitando o consórcio de culturas de ciclo curto que eram semeadas entre as culturas de ciclo longo e os tratos culturais como a capina, o desbaste e os tratamentos fitossanitários para combater a erva de passarinho e outras pragas que pudessem ocorrer nas áreas de cultivo.

Segundo Maria de Nazaré Ângelo- Menezes (1999, p. 244), os sistemas agrários foram modificados em consonância com a nova ordem econômica e sociocultural, apoiando-se nas bases materiais da organização do trabalho dos antigos aldeamentos. No período eram concedidas datarias de no máximo três léguas aos moradores que tinham escravaria, sendo a terra subdividida entre os escravos, como explica Ciro Cardoso (1979, p. 145-147) ficando os proprietários livres da obrigação de lhes dar provimento, por vezes ao assegurar a produção dos escravos, a adquiriam a baixo custo, como a farinha.

Dessa maneira, como explica Maria de Nazaré Ângelo-Menezes (1999, p. 243-245), a agricultura dos colonizadores era praticada ao lado da produção extrativista, misturando-se nas matas, onde estavam os produtos que participavam do comércio tais como o azeite de andiroba, manteiga de tartaruga, salga de peixe, parte das carnes, farinha, feijão, arroz, algodão, açúcar e aguardente. Para a autora, a produção natural de ananás, pacovãs, cupuaçu e bacuri, ao lado dos cultivos de arroz, feijão, melões, legumes eram plantios secundários realizados nas roças preparadas após a colheita da mandioca.

Segundo Francisco de Assis Costa (2012, p. 59), a retomada do projeto agrícola e civilizatório do princípio da colônia, agregava em si a formação de um campesinato a partir da miscigenação com a população indígena, como disposto pelo alvará de 4 de abril de 1755, de modo a superar o momento crítico pelo qual a economia portuguesa estava passando na segunda metade do século XVIII. A medida de favorecer a miscigenação, segundo o Bispo do Pará, D. Frei Miguel de Bulhões, em 1755, atendia a necessidade de povoamento, retirando as uniões entre Portugueses e indígenas da

infâmia, favorecendo assim que as famílias se assentassem nas terras paraenses e produzissem, aumentando a riqueza do Estado⁴⁶.

O estratagema consistia em incentivar a miscigenação com os indígenas, os quais detinham o conhecimento da natureza, e gerar uma população com valores europeus que fosse capaz de viver e produzir no espaço amazônico. Esta população não seria portuguesa nem indígena, mas cabocla, transitando entre os dois mundos, como nas palavras de Francisco de Assis Costa (2010, p. 195), a partir daí é possível se falar de um campesinato em formação, típico amazônico, que veio a se estabelecer como o campesinato- caboclo próprio da região.

Ao abordar o processo de retração dos antigos aldeamentos, Flávio dos Santos Gomes (2015, p. 50), explica que este esvaziamento foi fundamental na reorganização de espaços, redefinindo territórios, interiorizando a produção, principalmente durante o período pombalino. No seu entendimento, havia uma migração de populações compulsoriamente para regiões emergentes de produção extrativa e agricultura, próximas a vilas e diretórios bem como para as áreas de fronteira. O autor ainda defende que a inserção das comunidades de fugitivos e outros setores coloniais contribuíam para promover mudanças no circuito mercantil endógeno. Segundo o autor:

Através dessas redes de trocas, fugitivos, amocambados e desertores vendiam os produtos de suas roças, obtendo em troca, sobretudo, pólvora, armas de fogo e aguardente. Além da situação crônica de falta de vigilância sobre os taberneiros, havia na vasta região amazônica o problema dos regatões. Com suas canoas levavam e traziam produtos alcançando áreas e populações coloniais mais afastadas (GOMES, 2011, p. 5)

Dessa articulação, segundo Flávio dos Santos Gomes (2015, p. 50), entre quilombos e setores sociais envolventes, o que inclui a miscigenação com grupos indígenas, teria surgido inúmeras pequenas e médias comunidades rurais, que se integraram à economia local de alguma maneira. A estas microssociedades camponesas que não eram isoladas e mantinham redes de apoio e de interesses, Flávio Gomes designou como um campo negro, um espaço geográfico, social e econômico que incluía senzalas, tabernas, roças, plantações, caminhos fluviais, alcançando vilas, lugares de índios e cidades.

⁴⁶ AHU- CARTA do Bispo do Pará, D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, para o rei D. José I, datada de 4 de agosto de 1755, relatando das medidas tomadas assim que tomou conhecimento da provisão de 28 de abril de 1755, autorizando os casamentos entre portugueses e índias e portuguesas e índios, bem como relatando como esta medida contribuiria para o povoamento e aumento das produções no Grão-Pará.

Podemos ver nos contatos entre quilombolas, cativos, indígenas, taberneiros, envolvendo circunstancialmente, lavradores, regatões, agregados, arrendatários, fazendeiros e até autoridades, bem mais que uma conexão estritamente econômica. Estes atores, como Flávio dos Santos Gomes (2015) constituíram a base da teia de relações e interesses da qual os “subalternos” tiveram que aprender a tirar o maior proveito possível para garantir a sobrevivência de sua liberdade no sistema agrário em que estavam imersos, desenvolvendo uma agricultura de subsistência, de excedente, ou mesmo de aprovisionamento. Como destacou Ciro Cardoso (1979, p. 147-148), baseando-se em alguns viajantes e cronistas, algumas das formas da atividade camponesa na Amazônia. Segundo Flávio Gomes (2011):

O padre jesuíta João Daniel, em seu Tesouro Descoberto, anotou que muitos colonos não podendo contar com os índios como cativos e sem recursos para comprar escravos africanos, constituíram suas próprias lavouras trabalhando com seus familiares. Visando a alimentação abriam clareiras nas florestas e plantavam mandioca. Com uma pobreza crônica na região, alguns lavradores conseguiram mesmo com o trabalho familiar (que em algumas ocasiões contava como mão de obra poucos escravos e índios livres) uma produção de alimentos excedente para o abastecimento local. No período em que não havia a proibição para a escravidão indígena, os senhores, além de fornecerem alguns alimentos, permitiam que seus escravos e índios tivessem pequenas roças e criações de porcos e galinhas, que acabava gerando excedentes que eram comercializados na circunvizinhança (GOMES, 2011, p. 6)

Baseando-nos nessas observações podemos perceber uma sociedade rural onde um campesinato sempre esteve presente, diferente da ideia de Caio Prado Junior (2004, p. 77) de que o país não teria passado pelos processos históricos de formação camponesa. Era nas zonas rurais que muitos cativos recebiam, dentro das propriedades, parcelas de terra em usufruto e tempo livre para cultivá-las, tendo licença para comercializar eventuais excedentes que produzissem. Situação esta que Ciro Cardoso (1979, p. 149) chamou de brecha camponesa, uma espécie de acordo sistêmico que supõe um pacto social no regime escravista, um conceito próximo do campo negro defendido por Flávio dos Santos Gomes em suas obras.

No denso trabalho de Manuel Nunes Dias (1970, p. 200-106) são arrolados os dados da exportação paraense no período em que esteve ativa a companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão. Em seus mapas de carga são discriminados os titulares dos carregamentos (Companhia, Dízimos, Alfândega, Particulares e lavradores), ao tomar as planilhas do período de 1756 a 1777 o autor observa que a participação dos particulares

e lavradores é considerável, mas que decai a partir do segundo quinquênio em razão de uma representação feita pela Companhia reclamando quanto aos prejuízos que a liberdade dada aos lavradores de poderem consignar sua produção a seus correspondentes em Lisboa estava infligindo a Companhia. De acordo com Manuel Dias (1970);

Nas carregações dos três primeiros anos predominaram as mercadorias pertencentes aos lavradores. A importância total da exportação em 1756 foi de 88.767\$238 réis, dos quais 80.880\$312 eram provenientes das consignações dos particulares, restando para a Companhia o modesto valor de 7.886\$926 réis [...] No ano seguinte (1757) o valor total das exportações caiu para 71.483\$583 réis- 64.055\$693 dos moradores e 7.427\$890 da Companhia [...] em 1758 a importância total das carregações foi de 15.114\$867 réis, dos quais 12.226\$852 eram da conta dos lavradores [...]Nesses três primeiros anos – 1756 a 1758- é realmente indiscutível o domínio das carregações da conta dos lavradores. A partir de 1759 inverteram-se, no entanto, as posições. A preeminência dos gêneros embarcados pelos administradores da Companhia monopolista é inegável (DIAS 1970, p. 364- 366)

Francisco de Assis Costa (2010, p. 190), a partir de Dias, percebeu os indícios de uma estrutura produtiva, representada pelos colonos e pelos Diretórios, onde a produção embarcada seria proveniente das unidades produtivas sob a tutela da administração colonial, os antigos aldeamentos, e dos colonos. Neste conjunto haveria então duas estruturas de transação a da Companhia e a dos correspondentes dos lavradores, que por sua vez, denota a existência de estruturas mercantis internas em formação e fortalecimento ao longo do período pombalino, os atravessadores e campesinato-caboclo, uma unidade estrutural livre do controle da Companhia, que não se ajustavam nem nas estruturas dos colonos nem nas dos Diretórios.

Desse modo, o período posterior ao consulado pombalino contaria com uma estrutura produtiva assentada nos Colonos, na comunidade rural cabocla e nos moribundos Diretórios, que mais tarde alimentariam a expansão da estrutura das comunidades rurais e conseqüentemente do capital mercantil endógeno (regatões, marreteiros e aviadores). Segundo Francisco de Assis Costa (2012, p. 209), sobre estas bases estruturais, produtivas e transacionais, sem a atuação da companhia, a economia colonial pode crescer. As análises de seu levantamento serial mostram que a agricultura cresceu em um ritmo superior ao do extrativismo e que houve uma diversificação sem precedentes⁴⁷.

⁴⁷ COSTA, Francisco de Assis. Op cit. p. 209.

As instruções régias subsequentes ao Diretório, como apontou Arthur Cezar Ferreira Reis (1993, p. 94), acompanhavam a ideia de tornar o Grão-Pará em um grande campo onde se exercitasse a larga agricultura⁴⁸. A lavoura do anil foi incentivada em diversos pontos do Grão-Pará e em particular na Capitania de São José do Rio Negro⁴⁹, culturas como o tabaco, café, canela, cacau e arroz⁵⁰ também ganharam atenção.

Na segunda metade dos Setecentos, o arroz paraense tornou-se o segundo produto mais exportado da região, atrás apenas do cacau. Segundo Rosa Acevedo Marin (2005, p. 80), Portugal que à época passava por um déficit cerealífero, consumia o arroz produzido em suas possessões e este fato resultou em uma reorientação da política de exploração das colônias. Semelhantemente tentou-se aclimatar diversas espécies no horto fundado por D. Francisco de Souza Coutinho de modo que os agricultores⁵¹ fossem assistidos para difundir seus cultivos.

Diferentemente do desempenho positivo do período anterior, nos últimos anos dos Setecentos a economia colonial amazônica começou a sentir a crise do sistema colonial português, com a queda do valor da produção que se tentou compensar com o aumento da produtividade. Entretanto, como destaca Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990, p. 86) não se deve esquecer que no mesmo período as Capitanias do Norte do Estado do Brasil assistia a uma retomada econômica importante, com o fumo, o açúcar e o tráfico de escravos conduzindo a uma recuperação comercial.

Os esforços de D. Francisco de Souza Coutinho ‘por persuadir a estes habitantes que formem estabelecimentos permanentes, lavrando com bois e com arados as terras’, segundo Arthur Cezar Ferreira Reis (1993, p. 95) reflete a concepção relativa da importância da agricultura como forma ideal de desenvolvimento. Como pontuou José Augusto Pádua (2002, p. 56), esse enfoque fisiocrata, de um modelo rural de progresso encontrava eco nos corredores da Academia Real das Ciências de Lisboa, onde os debates sobre a realidade econômica do reino e suas soluções práticas eram elencadas e

⁴⁸ REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Política de Portugal no Valle Amazônico. Belém: SECULT.1993.p.94.

⁴⁹ AHU- OFICIO do governador João Pereira Caldas para o Secretario de Estado Marinha e Ultramar, datado de 3 de novembro de 1773, informando o envio de um caixote com uma boa amostra do anil produzido e a necessidade de a companhia estabelecer um preço para o produto.

⁵⁰ AHU- OFICIO do governador João Pereira Caldas para o Secretario de Estado Marinha e Ultramar, datado de 15 de dezembro de 1772, informando sobre as providencias que mandou tomar o administrador da companhia de comércio, Gonçalo Pereira Viana, a respeito das culturas do arroz e anil naquela capitania.

⁵¹ A ideia de um Horto botânico, segundo Ernesto Cruz, teria aparecido em fins do século XVIII. Nele teriam sido cultivados 2.362 plantas de 82 espécies distintas, originarias do Grão-Pará, outras províncias e de Caiena. Entre as frutíferas ali cultivadas estavam abricoseiros de São Domingos, goiabeiras de Mato Grosso, jaqueiras da Bahia, maracujazeiros de Caiena e saptilheiras da terra (CRUZ, 1963, p. p. 58).

postas no horizonte do reino. Além de naturalistas como Domenico Vandelli, autoridades como D. Rodrigo de Souza Coutinho viam na agricultura o fundamento da prosperidade dos povos e da riqueza dos Estados. Era preciso, na perspectiva de D. Rodrigo, que houvesse mudanças na agricultura.

em janeiro de 1798, recomendando a adoção de mudanças na agricultura e pecuária [...] Para promover o aumento da agricultura seria necessário introduzir novos artigos de cultura e aperfeiçoar os antigos métodos de cultivar o terreno. Era recomendável, para tanto introduzir bois e arados, para cultivar as terras, com os quais se poupam muitos braços que se podem empregar em outras coisas igualmente úteis (PÁDUA, 2002, p. p. 57)

Tais inovações tecnológicas foram experimentadas no Grão-Pará, como se pode observar pelo ofício de Mario Lobo Veloso, oficial da casa da Índia, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, em 1753, informando do envio ao Grão-Pará de um caixote com doze ferros de arado. Entretanto, apesar da introdução de novas tecnologias e das instruções régias ensinando o cultivo, a manufatura e a exploração dos produtos agrícolas, os resultados foram pouco animadores. Alexandre Rodrigues Ferreira ao passar pela capitania paraense, em 1784, constatou a situação da agricultura e observou que;

além da enxada e do machado não serviu até agora nem ainda serve nas fazendas outro algum instrumento da lavoura por mais que a sua diversidade e perfeição influa tanto como influi boa cultura e aumento da cultura e diminuição do trabalho; principalmente nas terras que são muito extensas. Ainda hoje ignora boa parte dos naturais o que é arado, o que é charrua, quais são as suas peças, a que terrenos se deve aplicar (FERRÃO, Cristina & SOARES, José Paulo M., 2007, p. 155).

A política de fomento a agricultura desenvolvida pela metrópole não conseguiu transformar a Amazônia no ‘no celeiro do mundo’, mas conseguiu produzir resultados a médio e longo prazo. A proposta era introduzir novas técnicas de produção para o desenvolvimento de cultivos intensivos que impulsionariam a economia mercantil, representado pelo comércio dos derivados da pecuária e dos cultivos agrícolas como arroz, cacau e algodão.

Segundo Manuel Barata (1915, p. 56-58), o Estado Pará, entre 1773 e 1815, sempre exportou mais do que importou de Portugal. Em 1800 houve um salto na balança de exportação paraense, suas exportações foram maiores do que foi registrado em 1796. O Estado apresentava seus melhores índices de exportação contradizendo as notícias de pobreza e decadência, ficando claro que havia uma produção capaz de obter

sempre uma balança comercial favorável diversificada, ainda que o extrativismo fosse relevante⁵². Sobre isso Arthur Cezar Ferreira Reis (1993) explica que:

Entre 1773 e 1802, vinte e nove anos, a exportação ascendera a cerca de dois milhões de arrobas de cacáó, mais de um milhão e meio de arroz, sessenta e cinco mil de café e cento e sessenta mil de algodão. Entre 1808 e 1818, dez anos, um milhão de cacáó, um milhão e duzentas mil de arroz, dezoito mil de café, duzentas e cinquenta e cinco mil de algodão. Em 1789, a exportação valera rs 286:085\$718; em 1806, 785:323\$941; em 1819, 452:715\$603. (REIS A. C., 1993, p. 104).

No início do século XIX autores como Ângelo Thomaz do Amaral, Antônio Baena, Ferreira Penna, e Araújo Brusque discorreram sobre a situação de pouco desenvolvimento agrícola no Grão-Pará. As regiões onde não havia plantios mais consolidados e predominariam as práticas selvagens de produção⁵³ eram consideradas como sertões incultos; segundo Francivaldo Alves Nunes (2013), a Província do Grão-Pará dos oitocentos ainda era encarada dessa maneira.

Diferente das observações oitocentistas, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, em fins dos Setecentos, não encontrou uma agricultura paraense arruinada, ‘não o estando ela realmente’ em suas palavras. Nos povoados, segundo o naturalista, os moradores tinham suas roças de maniva, arroz, milho, legumes de diversas qualidades. Todavia essas populações não se limitavam a serem agricultores, eles também desenvolviam o extrativismo, de forma a complementar o produto de suas roças.

Quando Alexandre Rodrigues Ferreira subiu o rio Tocantins até a altura de Alcobaça em 1784 ele observou que em Cametá havia muitos cacauais, em Baião nas cercanias havia muitas arvores de anil e tabaco que não eram exploradas, em São Bernardo exploravam-se pedras e pederneiras, enquanto que em Alcobaça era explorada a estopa e a castanha⁵⁴, produtos que seriam comercializados com os mercadores que passassem pelo rio a caminho de Belém.

No caso paraense parece subsistirem dúvidas e controvérsias acerca da agricultura. Essas dúvidas convergem para questões como: teria sido o século XVIII um

⁵² BARATA, Manuel. A Antiga Produção e Exportação: Estudo Histórico-Econômico. Belém: Typ da Livraria Gillet. p.56-58.

⁵³ Práticas selvagens de produção são aquelas que foram herdadas dos nativos não aldeados.

⁵⁴ AHU-OFÍCIO do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, relatando o resultado das suas observações recolhidas na sua viagem pela capitania do Rio Negro, na companhia do coronel Manuel da Gama Lobo de Almada, e do riscador José Joaquim Freire, desde a vila do Cametá e indo pelos Lugares de Baião, S. Bernardo até à Fortaleza de Alcobaça no rio Tocantins, e remetendo a bordo da charrua “Águia” as produções adquiridas na Ilha Grande de Joanes.

período de progresso para a agricultura paraense? Os esforços em fomentar a agricultura obtiveram algum êxito?

Em fins do século XVIII, segundo Arthur Cezar Ferreira Reis (REIS A. C., 1993, p. 136), a atividade industrial da colônia havia progredido bastante. Em Belém havia sete engenhos de descascar arroz, vários descaroçadores e fiadores de algodão. Na Capitania de São José do Rio Negro o governador Lobo d'Almada não cessava de promover ações em prol do comércio e da agricultura. Dentre as ações do Governador da capitania vizinha, como destacou Antonio Baena (1969):

De anno em anno surdião estabelecimentos novos, e todos profícuos. Alli se padejou paõ de arroz moído em Atafona movida por bestas. Estabeleceo-se uma fabrica de panos de algodão de rolo: na qual haviaõ dezoito teares e dez rodas de fiar com vinte e quatro fusos cada uma. Fez-se uma fabrica de calabrês e cordas de piassaba para as canoas. Construiu-se uma Nora para ministrar água à excelente Fabrica de fécula do anil, e a uma Horta, cujas plantas regadas aõ theor da Europa recebiaõ facilmente das aguas o effeito da sua benéfica influencia na fertilisação do solo disposto em alforbes. Estabeleceo-se uma Olaria, cujo arrançamento de amassaria, estendedouro, e fornos calcinatórios e de torrefacção da telha e ladrilho, era por extremo bem concebido. Agricultou-se arroz no Rio Branco; do qual se colhiaõ mais de mil e duzentos alqueires annuaes. Criou-se uma Officina de velas de cera vinha em paõ do Solimoens. Lavrou-se a terra com arado para a sementeira e cultivo do anil. Estabeleceo-se um Açougue regular em que se talhava e vendia carne de vaca vinda do Rio Branco, em cujas campinas imensas e pingues o mesmo Governador a despesas suas havia posto gado vacuum de excelente qualidade, cavalar e muar importado das terras dos Hespanhoes na certeza de que a visível bondade d'aqueles campos assalitrados faria crescer rapidamente a produção destes animaes a ponto de que não só chegaria para alimentar os moradores do Rio Negro mas ainda para estes exportarem para o Pará. Estabeleceraõ-se dous Pesqueiros no Rio Branco, um na margem esquerda vinte e duas legoas acima da sua embocadura, e outro na margem direita defronte da boca do rio Uanauau (BAENA, 1969, p. 234).

A origem dessas dúvidas sobre a evolução do setor agrário paraense está no memorialismo⁵⁵ dos fins do século XVIII e alvorada dos oitocentos que oscila entre posições ambíguas. De um lado possuindo uma perspectiva otimista e confiante arvorada nas potencialidades e recursos regionais, e de outro apresentando diagnósticos bastante críticos, elencando entraves e procedimentos errados, como foi Alexandre Rodrigues Ferreira a respeito da coivara tida como método rústico de cultivo, falando em decadência que não difícil de se entender como uma visão pessimista.

⁵⁵ Estilo literário, segundo José Vicente Serrão (2007, p. 39), abrange os opúsculos, memórias acadêmicas, pareceres, consultas, correspondências, relatórios, planos, projetos, que aqui interessam os que, que aqui interessam os que possuem a expressão das preocupações e propostas para questão agrária no Grão-Pará.

Esse memorialismo era predominantemente agrarista e se explica pela influência das correntes europeias ilustradas e pelo interesse na realidade interna, observando o Grão-Pará e os métodos de cultivo e preparo da terra, como esclareceu Antonio Baena facilmente se atribuía adjetivos como errática, prepostera, desordenada, acanhada a agricultura, ou seja, algo iria mal, pelo menos era como entendiam esses autores (BAENA, 2004, p. p. 70).

Segundo José Vicente Serrão (2007, p. 40), o discurso contundente pode ser compreendido como uma reação a conjuntura crítica do setor agrário, mas também poderia ser, numa visão oposta, uma tomada de consciência dos obstáculos e deficiências a serem superadas para a expansão da agricultura. Não se pode afirmar que falavam de uma agricultura decadente em vias de fracasso, ou de uma agricultura em desenvolvimento que esbarrava em obstáculos momentâneos.

Mas fato é que, como as análises de Manuel Barata, Maria de Nazaré Ângelo Menezes e Francisco Costa sobre a exportação paraense demonstram, a produção agrícola teve um progresso sensível no último quartel dos Setecentos. Francisco de Assis Costa (2012, p. 39) esclarece que nas fases finais do período colonial, ciente da crise manifesta nas relações externas, o que se tem na Amazônia é uma economia estruturalmente singular.

O fim dos Diretórios em 1798 fez com que restassem apenas duas grandes estruturas produtivas: o campesinato-caboclo, que internalizou os conhecimentos e habilidades indígenas, com estreita relação com o setor mercantil endógeno, e que lidavam com produtos extrativos, e os colonos escravistas, sem condições de explorar as drogas do sertão, compensaram com o aumento da produção de produtos agropecuários. Em suas palavras Francisco de Assis Costa (2010) explica que;

Com efeito, a quantidade exportada dos produtos agropecuários cresceu no período a 3,4% a.a.[...] Não obstante trata-se de um ritmo bem superior ao da produção extrativista, cuja capacidade produtiva se expandiu a 0,6% a.a.[...] mas tal evolução não foi suficiente para contestar o domínio do extrativismo de coleta da economia, setor produtivo que representava 61% das exportações nos últimos cinco anos do período colonial (COSTA, 2010, p. p.199).

No início do século XIX, como afirma Francisco de Assis Costa (2012, p. 61), a economia amazônica baseava-se nas unidades de produção caboclas, famílias nucleadas que praticavam a agricultura e o extrativismo, sendo parte deste último destinado ao comércio. A reprodução dessas unidades pressupunha relações com o capital comercial,

nas formas mediadas pelos regatões e marreteiros, os quais estavam vinculados aos grandes comerciantes de Belém responsáveis por colocar a produção no circuito internacional.

Capítulo II

O Vale do rio Tocantins: povoação e navegação interior.

Conhecido desde o século XVI, o caudal tocantino foi visitado no período colonial em dois sentidos: com razões e objetivos distintos. A promessa de enriquecimento fácil atraiu o interesse de aventureiros de desejavam alcançar a mítica Lagoa Dourada, de onde nascia o rio Tocantins com suas margens repletas de prata e esmeraldas(figura 2)⁵⁶.

FIGURA 2: Brasília: destaque para a Lagoa Dourada ao centro, berço mítico dos rios Tocantins, São Francisco e Paraná



Fonte: MEIRELES FILHO, João. Grandes Expedições à Amazônia Brasileira 1500-1930. São Paulo: Metalivros, 2009

p. 32-33

⁵⁶ A ideia da Lagoa Dourada esteve viva no imaginário dos exploradores dos séculos XVI e XVII. Também chamada de Lagoa do Ouro, Eupana ou Paraupaba, estaria localizada no meridiano de Tordesilhas, no centro do continente. Como explicou João Meirelles Filho (2009, p. 32-33), acreditava-se que a Lagoa Dourada seria o berço dos principais cursos d'água e que em suas margens haveria ouro e prata. Esse mito alimentou as esperanças de Domingos Rodrigues (1596-1600), Afonso Sardinha (1598), Belchior Carneiro e Antônio Raposo (1607-1609), Martim Rodrigues (1608) e André Fernandes (1613-1615) que encerrou as buscas pela mítica lagoa.

Segundo Baena (2004, p. 36), os franceses, ao estabelecer boas relações com os indígenas, teriam tido oportunidade de explorar a região. A expedição de La Blanjartier, em 1610, como sugere este autor, teria sido uma das primeiras a alcançar a cachoeira da Itaboca, indicando assim a incursão dos franceses na região tocantina. Relatos de Yves d'Evreux (2007, p. 24-34) e Claude d'Abbeville (2008, p. 108-124) a respeito da exploração feita por Charles des Vaux pela região entre os rios Amazonas, Tocantins e Paraíba endossariam a ideia do pioneirismo francês.

Os portugueses, de acordo com Baena (2004, p. 37), seguiram os passos dos franceses, subindo o rio Tocantins paulatinamente ao longo do século XVII. Enquanto isso, bandeirantes já avançavam no conhecimento do sertão dos Guayazes seguindo as indicações do capitão Sebastião Marinho e de Domingos Rodrigues desde 1592.

Em sua crônica o Padre João Felipe Bettendorf (1990, p. 108-115) exaltou o trabalho missionário no sertão tocantino ao lado de exploradores como Gonçalo paes e Manuel Brandão que, em 1669, subiram o Tocantins buscando ouro, mas encontraram cravo, canela e castanha.

Essas incursões acabaram por produzir roteiros⁵⁷ que indicavam como adentrar naquele território inóspito, onde a natureza se colocava como barreira aos intentos dos aventureiros, mas que paradoxalmente, era, por sua utilidade, garantia de sobrevivência durante as longas expedições. Esses relatos forneceram informações a respeito dos principais perigos existentes ao longo do Vale do rio Tocantins auxiliando na navegação pelo caudal.

Segundo Baena (1848, p. 80-107), os principais perigos do rio Tocantins seriam as cachoeiras, arrecifes de pedras altas com canal, correntezas violentas, rebojos e coroas de areia. Estas últimas, difíceis de precisar devido a sua mobilidade natural. O trecho encachoeirado do Tocantins era composto por pilares de rocha, sendo os principais acidentes: a 1ª Tapaiunacuára; a 2ª Guariba; a 3ª Vida a eterna; a 4ª Tucumanduba; a 5ª Uerapepoaquima; a 6ª Cunauá; a 7ª Pitaoca; a 8ª Chiqueiro; a 9ª Inferno; a 10ª Furo da Itaboca ou Arrependido; a 11ª Tortinho; a 12ª, José Correa; a 13ª Cachoeira Grande; a 14ª Apinagé; a 15ª Cajueiro; a 16ª Capelinha; a 17ª Valentim; a 18ª Mandupixuna; a 19ª Puraquecuara; a 20ª Praia Alta; a 21ª Boqueirão do Tauiri; a 22ª

⁵⁷ Podemos perceber, por meio dos relatos deixados pelos sertanistas e missionários, que a região do rio Tocantins era, ao mesmo tempo, objeto de curiosidade e de imprecisões. As expedições organizadas para apresar índios ou procurar minérios ao longo do rio, no sertão do Paraupava como chamavam, deixaram descrições muitas vezes imprecisas, confusas ou lacunares. No entanto essas descrições com o passar do tempo foram se tornando mais refinadas, contribuindo para o conhecimento da região e produção de uma cartografia mais real.

Seco Grande; a 23ª Defuntinha; a 24ª Taurizinho; a 25ª Mãe Maria; a 26ª Serra Quebrada; e a 27ª Seco do Curuá, a qual é o limite comum do Pará e Goiás. Sendo as mais difíceis a cachoeira do Inferno e o furo da Itaboca.

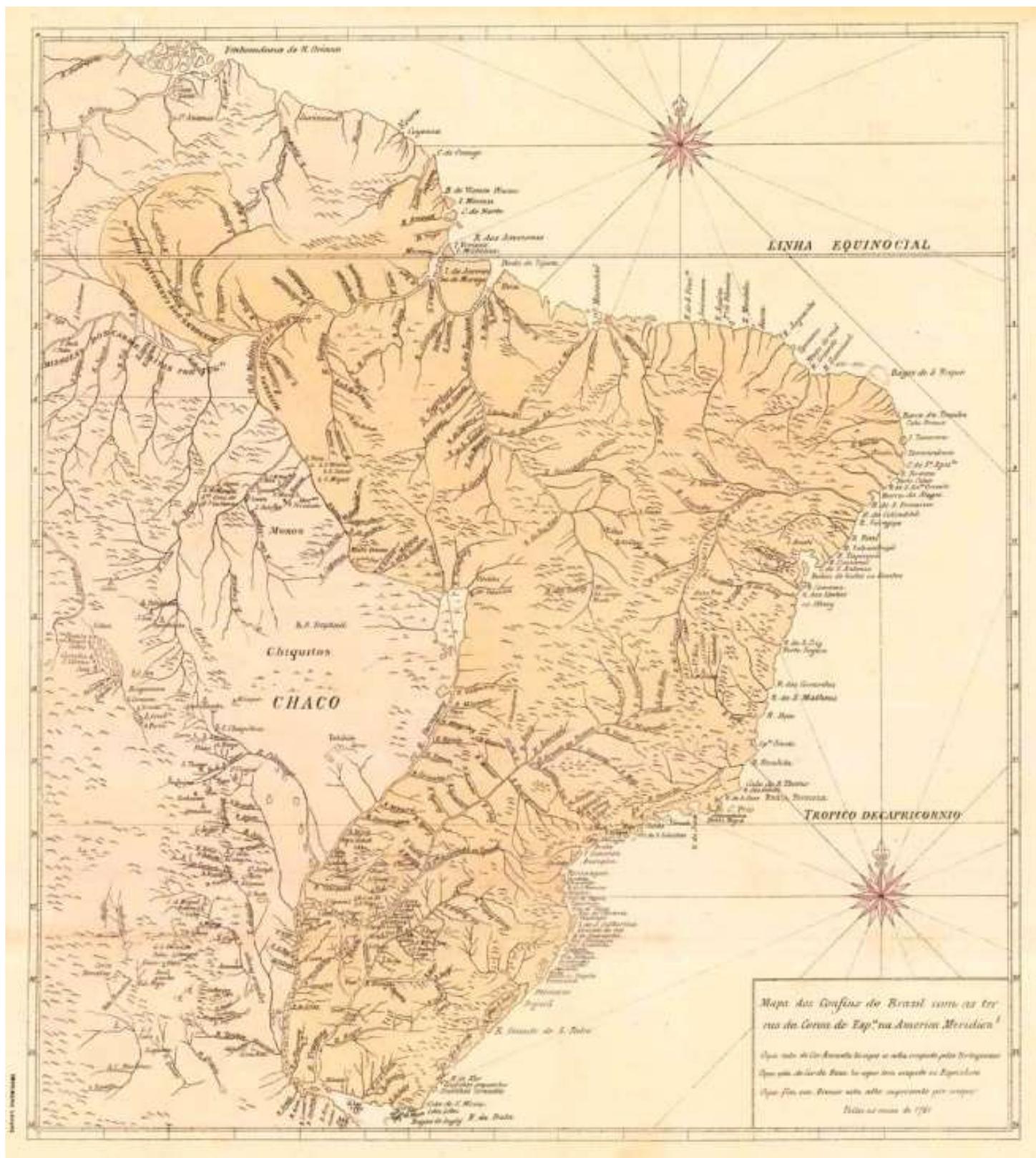
A ida ao sertão tocantino, por causa dessa navegação arriscada, era um empreendimento que exigia gigantesco capital humano, espírito aventureiro e conhecimento dos meios de sobrevivência. Essas expedições constituíram-se numa verdadeira junção de tipos humanos, com propósitos e participações diferentes: o branco, o mameluco e o “cafuz” buscando riquezas e os indígenas, mulatos e “pretos” com o trabalho físico, conduzindo, carregando, remando incessantemente. Os índios também atuavam como mediadores culturais, pois faziam a ligação dos elementos materiais do meio ambiente com a cultura colonial, guiando os expedicionários por entre caminhos que constituíam um repositório mental próprio dos nativos (FERREIRA, 2016, p 67).

Segundo Serge Gruzinski (2001, p. 236- 238), os sertanistas acabavam se apropriando desse repositório mental, o filtrando e o agregando numa teia de palavras que usavam para nomear rios, acidentes naturais, elementos da fauna e flora que encontravam. Um processo de apropriação dos materiais nativos pelos europeus na construção de um universo cognitivo que, passa a ser considerado como originalmente europeu. Seria o que Mary Louise Pratt (1999) chama de transculturação, um fenômeno da zona de contato relacionado ao universo de trocas culturais.

O rio e o sertão podem ser compreendidos, então, como espaço de fronteira, no sentido proposto por Russel-Wood (1999), de limite entre dois pólos, nem sempre antagônicos e, também metafóricos, considerados por ele, como o lugar de encontro entre diferentes culturas.

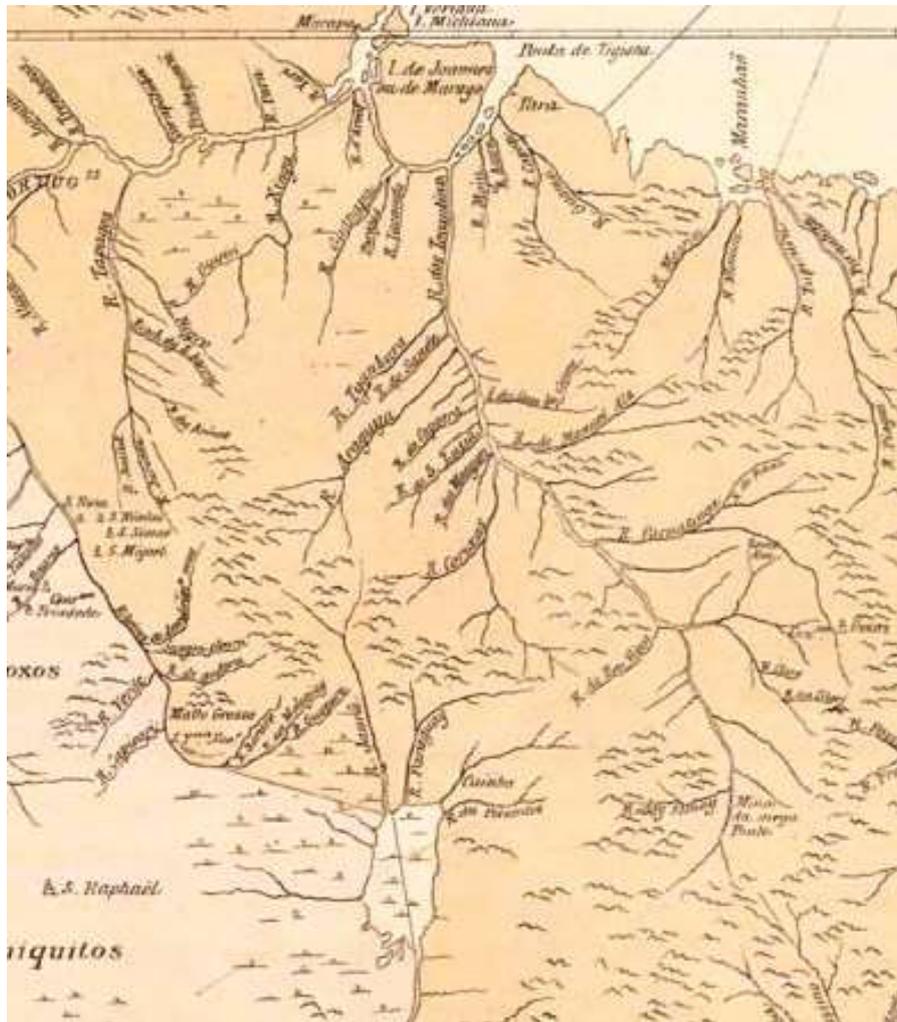
As sucessivas expedições pelo rio Tocantins contribuíram para a construção de uma representação daquele espaço geográfico, distanciando-o da mítica Lagoa Dourada para ser orientada pela experiência. Desse modo, surgiu um conjunto cartográfico de maior precisão. Nessa cartografia, foi detalhada toda a área ocupada pelos exploradores bem como pelas populações nativas. Surge ainda o detalhamento dos principais rios feitos a partir de explorações sistemáticas, realizadas com o intuito de conhecê-los e representá-los, como podemos observar no mapa das cortes de 1751 abaixo (figura 3).

FIGURA 3: Mapa dos Confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional de 1751 e Recorte da região do Vale do rio Tocantins.



Fonte: CABRAL, Lúcia Maria Martins. O Rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 35.

FIGURA 4: Recorte da região do Vale do rio Tocantins



Fonte: CABRAL, Lgia Maria Martins. *O Rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 35.

Os mapas como esse de 1751 representavam o momento de transição da geografia da imaginação para a geografia da experiência, incorporando as informações deixadas pelos sertanistas. O interesse crescente por mapas detalhados do sertão estava vinculado a descoberta de minas. Segundo Manuel Aires de Casal (1817, p. 263), o primeiro a encontrar ouro nas cabeceiras do rio Tocantins teria sido Manuel Correa, em 1670, natural da vila de São Paulo de Piratininga. Nesse período, praticamente o rio Tocantins já estava todo descoberto, como explica Bento da Fonseca, padre procurador geral jesuíta no Maranhão citado por Bettendorf em sua crônica, que diz:

Só faltava a parte das minas dos Goyazes, que se sabe já com evidencia estarem nas cabeceiras do rio dos Tocantins, que desemboca no das Amazonas junto à sua bocca.[...] E são muitos os portugueses que delas tem descido ao Pará pelo rio dos Tocantins (FONSECA *apud* BETTENDORF 1990, p 257).

Essa possibilidade de ligação com o interior colocou o rio Tocantins em evidência na discussão dos pontos estratégicos de domínio do território. A partir desse momento a coroa portuguesa concentraria esforços com o intuito de defender a posse, fomentar o povoamento e fortificar a área ocupada.

Em 1719, o rei D. João V recomendou ao governador Bernardo Pereira de Berredo que fizesse uma expedição para subir o rio dos Tocantins em busca “dos seus m^{tos} haveres”. O monarca havia sido informado “por pessoas de toda a confiança q navegando” pelo rio Capim e “Caminhando p^{lo} [pelo] Certão q he todo de pao cravo três ou quatro dias se vay dar a huns campos m^{to} [muito] dilatados”. Diante de notícias como estas era do interesse do Estado averiguar “os haveres q podem em si conter no Ryo dos Tocantins” e que poderiam ser explorados em benefício da Real Fazenda⁵⁸.

Como relatado pelo provedor da Fazenda Real, Francisco Galvão da Fonseca, em 1720, a expedição organizada pelo Governador Bernardo Pereira de Berredo era composta por dez canoas armadas e ficou sob o comando do Capitão de Infantaria Diogo Pinto da Gaia que, antes de partir, recebeu um regimento com as diretrizes que deveriam ser seguidas⁵⁹.

Nesse regimento de 1719, o comandante deveria buscar os meios possíveis para reduzir os indígenas, manter a disciplina da tropa, relatar todo o cotidiano e fazendo um mapa da viagem e destacar tudo o que fosse descoberto⁶⁰. As amostras minerais coletadas foram enviadas para Portugal em caixotes com a discriminação do local exato da coleta, em 1723, pelo Governador João da Maia da Gama para que fosse atestada a qualidade do material⁶¹. No entanto, apesar de se constatarem a qualidade do minério, o Conselho Ultramarino desaconselhava a exploração.

⁵⁸ AHU- CARTA do Rei D João V para o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará Bernardo Pereira de Berredo, datada de 8 de julho de 1719, recomendando o descobrimento do rio Tocantins.

⁵⁹ AHU- CARTA do provedor da Fazenda Real da Capitania do Pará, Francisco Galvão da Fonseca, para o Rei D João V, datada de 2 de julho de 1720, sobre a descoberta de minas e o contato com os índios aquando da expedição aos rios Tocantins e Araguaia.

⁶⁰ AHU- REGIMENTO para o descobrimento do rio dos Tocantins datado de 24 de junho de 1719.

⁶¹ AHU- CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão João da Maia da Gama, para o rei D. João V, datada de 1 de agosto de 1723 em resposta à provisão de 19 de Dezembro de 1722, remetendo amostras de ouro e de prata encontradas no Pará, nas vizinhanças dos territórios franceses, holandeses e castelhanos, e também na Serra de Araguaia e Tocantins.

Para o Conselho Ultramarino, não seria prudente explorar as minas por ser o Estado do Maranhão “o menos bem defendido pela falta de habitantes”. O temor de uma invasão que não pudesse ser impedida fez com que a Coroa descartasse a mineração naquele momento. Mas a perda do território para franceses, holandeses e espanhóis não seria a única razão do recuo. Temia-se que a mineração atraísse para si os trabalhadores e prejudicasse a exportação de gêneros pois:

Todos os gêneros que produs o Estado do Maranhão se Reputão na Europa com grande utilidade dos comerciantes e se agora se permitir que se minere naquele Estado os seus gêneros infalivelm^{te} hão de deminuir e em carecer em notória perda do comercio do Reyno porque o trato comum dos gêneros he oque mais solidamente e com mayor segurança utiliza o Estado sendo de mayor lucro e de menos sobresalto para a fazenda de V.Mag^{de}⁶²

Outra preocupação em permitir a prospecção atrelava-se a questão dos “injustos cativeiros dos indígenas”, pois, nos termos do parecer do Conselho Ultramarino, “havendo as minas não he possível coibir a violência que os moradores do Maranhão lhes fazem e mais difícil ficará sendo o serviço dos índios”, pois os mesmos se evadiriam para os matos e a colheita dos produtos da floresta seria prejudicada.

Mesmo com a recomendação de se não explorar, a descoberta de minas no sertão do Paraupava fez afluir para aquela região levas de migrantes de dentro e fora da colônia, tornando o rio Tocantins um dos corredores de acesso. Lavradores, militares, negros e índios desertavam de seus postos para tentar alcançar as minas.

O ouro descoberto em vários veios que seguiam o caudal tocantino, sentido norte e sul, movimentaram uma população que vai estabelecer-se a princípio, seguindo as minas descobertas que se espalhavam pela região.

O rio Tocantins, que servia de roteiro seguro passou a ser visto com o tempo, como um obstáculo ao necessário controle português em suas políticas de contenção do contrabando, sobretudo em uma região erma de difícil fiscalização, e que tinha no rio Tocantins um livre acesso aos portos litorâneos do norte. Na esteira dessas preocupações, surgiram medidas de interdição dos caminhos que levavam às minas goianas, prevalecendo apenas os terrestres. Objetivando então impedir a evasão de

⁶² AHU-PARECER do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, datado de 23 de janeiro de 1732, aconselhando a proibição da abertura e estabelecimento das minas localizadas junto ao rio Tocantins e que se evite a exploração das mesmas, acrescentando que deveriam ser enviados homens para registrarem sua exacta localização geográfica.

lavradores e da produção dessas minas, o rei D. João V, em 10 de janeiro de 1730, por Ordem Régia, suspendeu a navegação no rio Tocantins por tempo indeterminado.

Mesmo com tal proibição ainda havia aqueles que descumpriam e partiam para a região das minas. Sobre isso Aires de Casal (1817)⁶³ fala que:

Fez acudir tanta gente, que os mantimentos que diariamente chegavam não são bastantes para a subsistência. Tudo se vendia por hum preço exorbitantissimo. Hum alqueire de milho custava seis e sete oitavas de oiro; o de farinha de mandioca dez: huma vacca de leite duas libras do mesmo metal.(CASAL, 1817, p.265-267)

No período áureo da mineração na região de Goyazes, entre os anos de 1736 e 1751, observou-se o Tocantins transformar-se em uma fronteira de expansão das fazendas de gado. O avanço da pecuária fica evidente na correspondência do Governador Alexandre de Souza Freire, datada de 28 de agosto de 1731, onde o mesmo afirma haver na região das minas algo em torno de trinta mil cabeças de gado vacuum e cavalari⁶⁴.

Em um roteiro goiano de novembro de 1734⁶⁵, seis canoas desceram de Goyaz ao Grão-Pará, numa viagem de reconhecimento do rio Tocantins e de sua capacidade de prospecção, a expedição teria durado entorno de 60 dias. Durante o trajeto os viajantes mapearam e nomearam os principais acidentes geográficos e rios que desembocavam no Tocantins.

Depois de decorridos 16 dias de viagem, esta expedição encontrou a fazenda São José, um sobrado que possuía um curral em anexo, os moradores indagados deram parte de que o sertão onde estavam se chamava Terras Novas, e que as mesmas eram obedientes à cidade do Grão-Pará, sendo eles regidos pelo Capitão Alceu da Costa Madureira. Disseram os moradores da dita fazenda que:

Ilogo abaixo desta fazenda ficava a barra do rio Paranatinga e que sete legoas por ele acima vinha fazer a vista num rio chamado Palma e que na forquilha dos dois rios tinham eles sua igreja chamada de São Felix. Que as fazendas daquele sertão estavam pela beirada do rio seus meios taobem.⁶⁶

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ AHU- CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Alexandre de Souza Freire, para o rei D João V, informando do descobrimento de novas minas de ouro nas terras dos Tocantins.

⁶⁵ AHU- ROTEIRO (cópia) da derrota do rio Tocantins até Belém do Pará. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_008, Cx 1, D. 012.

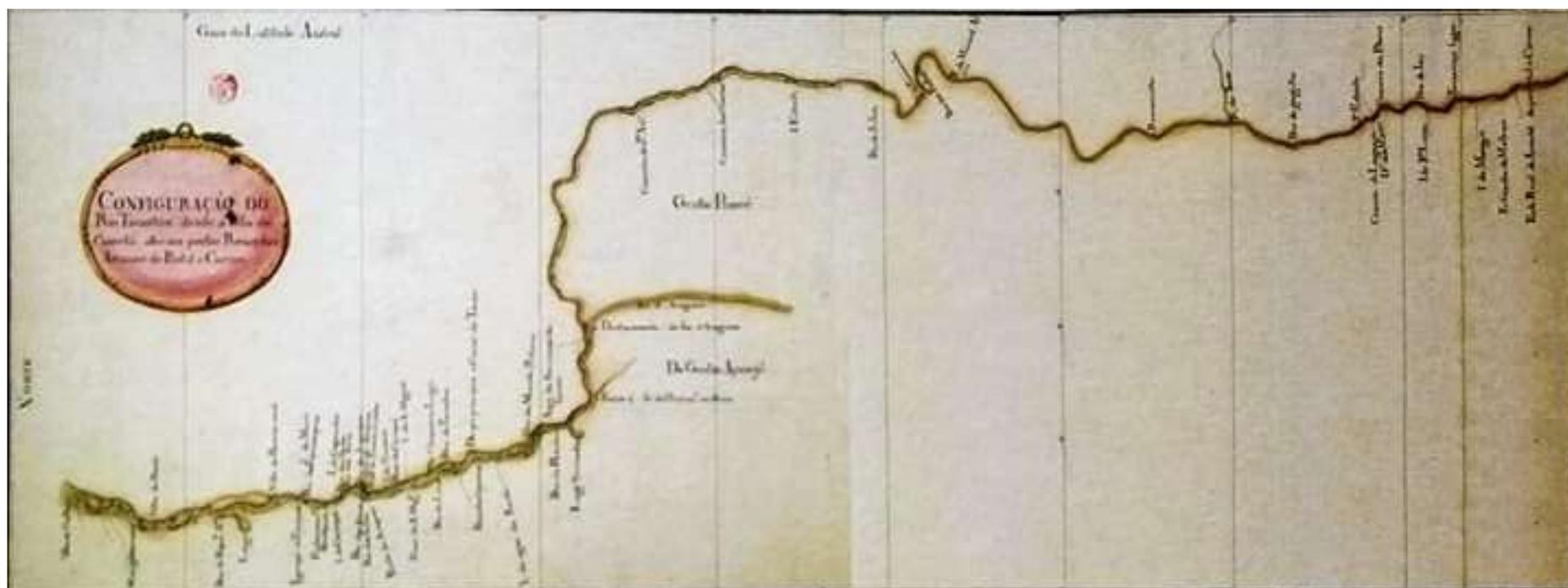
⁶⁶ *Ibidem*.

A fazenda São José não era a única perdida no Vale tocantino, porém, segundo o documento, sua fixação somente ocorreu em uma segunda investida dos colonos, pois os ataques indígenas eram constantes. Relatos apontam para a existência de moradores estabelecidos nas margens tocantinas, bem como sítiantes que viviam de uma pequena agricultura complementada pela atividade extrativista e criação de gado. Estas pequenas propriedades tinham uma importância fundamental para os viajantes que tinham nelas portos seguros onde podiam atracar e abastecer com os insumos necessários.

A proliferação de fazendas de gado pelas terras do Tocantins, como explica Paulo Beltran (2000, p. 58), advinha da prática recorrente da Coroa de beneficiar os potentados locais com a concessão de terras nas regiões auríferas que se expandiam por longas extensões e no mais das vezes ou ficavam improdutivas ou eram deixadas como pastos naturais para o gado criado extensivamente.

Enquanto a mineração avançava na Capitania dos Goyazes e a navegação pelo rio Tocantins estava suspensa por ordem régia, o lugar de Baião tornou-se pelos cinquenta anos seguintes o limite paraense no vale, novos núcleos de povoamento nas margens tocantinas somente ocorreriam na década de 1780, no governo de José de Nápoles Tello de Menezes com eventuais deslocamentos a partir de 1797 já durante o Governo de Dom Francisco Coutinho, como é registrado na figura 5.

FIGURA 5: Configuração do Rio Tocantins, desde a Villa de Cameté do Grão-Pará até os arraiais de Pontal e Carmo de Minaz de Goiaz de 1795.



Apesar de o ouro encontrado ter se revelado de altíssima produtividade, o mesmo não foi capaz de alavancar e promover o assentamento populacional de forma homogênea na região e até meados do século XVIII. O rio Tocantins continuou sendo considerado como um grande deserto humano, pois os índios teriam abandonado suas margens e os colonizadores continuavam a ser poucos. No espaço até o arraial do Pontal reinariam as nações indígenas habitadoras da região⁶⁷ que seriam tomadas como obstáculo ao avanço da ocupação das margens tocantinas.

Essas populações indígenas, durante o período em que a navegação tocantina esteve proibida, se tornaram mais um dos obstáculos do rio, pois atacavam os aventureiros que invadiam seus territórios em busca das tartarugas, de drogas do sertão e de meios de alcançar as minas no Goyaz. Sobre os ataques dos indígenas, o Governador João de Abreu e Castelo Branco escreveu ao rei D. João V que:

outrossim tomarâ o Dout^{or}. Ouvidor Geral conhecimento dos Assaltos E Mortes que no Rio dos Tocantins tem feito as Nasçoens que habitão as suas margens, em diferentes occazioens nas pessoas que ignorantez do perigo tem descido das Minas Novas de S. Felix p^a esta Capitania forma q se assentou na mesma Junta de Missoenz.⁶⁸

As reclamações sobre a hostilidade dos indígenas do rio Tocantins que chegaram a Belém, visíveis nos pareceres do governador João de Abreu e Castelo Branco e de alguns missionários, contribuíram para a formulação de um pedido de guerra justa encaminhado pelo ouvidor Salvador de Souza Rebello ao Conselho Ultramarino e ao monarca D. João V. Segundo o governador:

não só me parese justo, mas muy precizo, que se fassa guerra as Nasçoens que infestão o Rio dos Tocantins na forma que se vê da mesma devassa, e que mais notoriamente me consta por outras informaçoes sendo muito par^a temer que allem dos damnos que faz este gentio pella sua VezinHanca, a estas povoaçoes, esteja fazendo continuo estrago em todas as pessoas, que inadvertida E ignorantemente descem das Minas novas de Sao Feliz por aquelle Rio, de que algumas tem escapado quase milagrosamente Havendo grande Conjectura de que muitas terão perecido sem ficar quem dê a noticia; Ao que parese se deve acudir com a mayor brevidade e prontidão possível, E

⁶⁷ Antonio Baena (2004, p. 245) destaca algumas das nações indígenas como Timbira, Carajá, Apinagé e Gavião pelas notícias de ataques aos que se aventuravam na navegação tocantina. Segundo Curt Nimuendaju, outras populações que também habitavam o Vale Tocantino eram os Amanayé, Acarajá-Pitanga, Agurujá Pururu, Copegé, Panamucu, Curuamerim, Curuauaçú, Kupe-rap, Grajacá, Grajuará, Uaiti Mucura e Turiuará.

⁶⁸ AHU- CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V, datada de 9 de setembro de 1738, em resposta a provisão, sobre as instruções dadas acerca da mineração nas minas do Ribeirão de São José, junto ao rio Tocantins.

particularmente sendo Certo que os Homens que descem por aquelle Rio abaixo, não fazem agravo ou offensa alguma aquellas Nasçoens de gentio⁶⁹

Em resposta a solicitação do ouvidor do Grão-Pará, o monarca decidiu pelo não acolhimento do pedido de guerra justa àquelas populações sob a justificativa de que estas estavam fazendo cumprir determinação real anterior sobre a proibição de navegação pelo rio Tocantins. Na mesma resposta o monarca ressaltou que as povoações naquelas margens estariam descartadas. Nos termos da correspondência de 10 de março de 1739 assim determinou:

E quanto aoz Indioz do Caminho par^a oz Tocantinz Se deve ter cuydado em não adiantar az Povoçoens par^a aquella parte par^a melhor Se obcervar a proibição daquele Caminho, em que Se Reputam oz Mayores inconvenientez na forma daz Repetidaz ordens. El Rey Nos no Snr o Mandou pelloz DDoutores Joze Ignacio de Aroche, e Thome Gomez Moreir^a Concelheiroz do Seu Concelh^o Ultramarin^o, e Se passou por duas viaz.⁷⁰

Mesmo com as determinações régias de se vedar a navegação, o certo é que o rio Tocantins jamais deixou de ser objeto para incursões. Como podemos observar pela carta do Governador João de Abreu Castelo Branco, datada de 6 de novembro de 1737, onde ele relata a descida de Francisco Correa de Brito e Joaquim Leitão da Costa pelo rio Tocantins em que davam noticia de minas de ouro a vinte dias de viagem.

Nessa correspondência o Governador argumenta sobre o risco de evasão de trabalhadores, minimizando os impactos da atividade aurífera sobre as atividades desenvolvidas no Grão-Pará. Para ele, os indígenas eram inúteis para o trabalho nas minas e que os lavradores que tivessem “suas plantas, rossas e gado” não largariam suas famílias e fazendas para irem às minas, somente “passariao a ellas muitoz por não terem modo de vida, andão dispersos por diferentes partez, ocasionando perturbação e desordem no Estado”.

O governador entendia que as minas poderiam injetar capital humano no estado pois,

havendo as minas de ouro accoderia gente de todaz as partes especialm^{te} das Ilhaz adjacentez ao Reino, e adquirindo algum cabedal pederião terras de sesmarias e terião meioz para as cultivar e se poderiao estabelecer colôniaz, e

⁶⁹ AHU-CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V, datada de 13 de outubro de 1738, sobre as hostilidades das diversas nações indígenas à navegação do rio Tocantins.

⁷⁰ CEDEAM. Autos da devassa contra os índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins (1738-39): fac simili e transcrições paleográficas. Brasília, Manaus: Universidade do Amazonas, MinC Pró-Memória, INL.

guarniçoens nas partes necessárias, que poderão em maior abundancia aproveitar os generoz dos Sertoens, evitandose assim a desolação dos indioz destas aldeaz que são forçadas a fazer cada anno huma viagem de sete ou oito mezes de demora a buscar os mesmos gêneros em canoaz.⁷¹

Com a manutenção da navegação pelo rio Tocantins e a vinda de novos povoadores as idas ao sertão não esvaziariam as aldeias e desse modo, essa população poderia se dedicar ao cultivo da terra. Segundo o governador,

esta viagem hé a q maiz perturba, e distrahe os moradores da cultura dos gêneroz do Paiz, e a q distrohe az Aldeaz de Indios pellos muitos que nella perecem, se applicariao todos estez ao serviço dos Moradorez, e fariao plantaz utilíssimas ao Estado, e se concervariao, e augmentariao então as Aldeaz, contribuindo tudo para a opulência dele. Nestes termos cuido que não haverá outro algum inconveniente, antez será muito do serviço de V Mag^{de} que se descubrao as minas de fazem menção e ainda me atrevo a propor a V Mag^{de} só p^a o fim do seu Real Serviço, que será conveniente abrirse caminho p^a az minas de S Felix.⁷²

Mesmo com a argumentação do governador foi mantida a proibição de tomar o rio Tocantins por caminho às minas. Todavia, houve outros que acompanharam João de Abreu de Castelo Branco na ideia de se explorar as vantagens econômicas da navegação pelo rio Tocantins. Uma dessas vozes foi a do Governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão que, em 1752, defendia o comércio livre entre as minas e o Pará. Segundo ele, com a influência do ouro o número de moradores aumentaria, haveria meios para se aproveitarem as culturas, facilitaria a entrada de negros e com isso o fim da escravidão indígena, repercutindo ganhos da Fazenda Real que aumentariam. Além de defender o livre comércio pelo rio Tocantins, o Governador aponta a necessidade de se instalar nas proximidades da cachoeira da Itaboca um Registro, isto é, um regimento militar ou posto de fiscalização que fosse capaz de evitar o contrabando de ouro das minas de Goyaz e as deserções de escravos, trabalhadores, indígenas e militares por ali⁷³.

Segundo frei João de São José Queiroz, em 1762, mesmo com a proibição da navegação pelo rio Tocantins, navegava-se até acima do trecho encachoeirado e os indígenas continuaram representando um perigo aos viajantes. Ciente dos riscos a que

⁷¹ AHU- CARTA do Governador e Capitão do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D João V, datada de 6 de novembro de 1737, falando sobre o achamento de minas de ouro.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ AHU- CARTA do Governador e Capitão do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D José I, datada de 23 de outubro de 1752, sobre a formação de regimentos militares para assegurar a comunicação das minas no rio Tocantins com as vilas da capitania do Pará.

muitos corriam o Governador João Pereira Caldas, em 1773, reforçou o pedido de reabertura do rio Tocantins à navegação. Segundo ele,

a vantagem, e utilidade, que concidero, em permittirse a liberdade da navegação, e do commercio desta Cidade com as minas de São Félix e Natividade, do Governo de Goyaz pelo Rio Tocantins q ao prezente se acha prohibida, por força das duas Provizoens da incluza copia; pois q com a facilidade, q se reconhece na dita navegação ainda quando infestada de diversas Naçoens de Índios Silvestres, se poderia a meu ver estabelecer hum proveitoso commercio entre grande parte dos Povos daquelas Minas com os desse Estado; fazendose entre huns e outros recíprocos os interesses, q igualmente virião a augmentar os Rendimentos, e Direitos Reaes, q tanto convem promover portodos os modos possíveis, para se sustentar esta importantíssima Colonia de S. Mag^{de} ⁷⁴.

As solicitações pela reabertura da navegação pelo rio Tocantins prosseguiram ao longo da década de 1770, dentre os suplicantes estava o Senado da Câmara de Cameté. No entanto só ocorreria de fato em 1780, diante da decadência do ciclo aurífero em Goiás e necessidade de abastecer as povoações goianas com produtos por um menor custo, incentivando o comércio entre as capitânias. No aviso do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, ele afirma ser necessário, em 1778, que se extinguisse a proibição da navegação pelo rio Tocantins compreendendo que por ali o comércio com Goiás se faria mais facilmente beneficiando ambas as praças, se aplicando o mesmo aos rios Xingu e Tapajós⁷⁵.

A concessão de comércio pelo rio Tocantins foi acompanhada de expedições que avaliaram os perigos da navegação. O Governador D. Francisco Mauricio de Sousa Coutinho mandou, por exemplo, fazer averiguações do que ele chamou de inconvenientes. Ele era ciente de que a via tocantina era um caminho para Goiás, mas não podia ignorar as perdas de varias canoas e suas cargas. Segundo D. Francisco;

Neste beneficio não so interessa o commercio e a navegação interior, interessa tambem o serviço de Sua Magestade essencialmente; por que para a defeza do Estado he aquella passagem de grande importancia e em quanto não for praticavel aos Bateloens, que carregao Madeiras, não hé factível extrahir as que existem nas margens do Rio Tocantins, he preciso balizar os Baixios da travessia do Tocantins e demais obras em termos. Com este fim

⁷⁴ AHU- OFICIO do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 28 de março de 1773, sobre as vantagens econômicas de segurança e liberdade de navegação e comércio pelo rio Tocantins.

⁷⁵ AHU- AVISO do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 23 de julho de 1778, a respeito da navegação dos rios Tocantins, Xingu e Tapajós.

mandei o Capitão Engenheiro Jozé Simoens de Carvalho a fazer os exames recomendados na Instrucção que por Cópia faço presente a V.Ex^a para que Sua Magestade possa rezolver o que for servida.⁷⁶

O governo da Capitania de Goyaz acompanhou o ideário de D Francisco de Sousa Coutinho e implementou, da sua parte expedições para averiguar o leito dos rios Araguaia e Tocantins⁷⁷, para dessa maneira desenvolverem a atividade comercial entre as duas capitanias. Essas expedições demonstram como era comum trafegar pela região do Tocantins. O trinômio desejo de aventura, riqueza e domínio movimentaram tais empreendimentos e inauguraram a representação da região, seja por roteiros seja por mapas.

2.1- Sítios e Engenhos: ocupação marginal da calha do rio Tocantins

Ao tomarmos o mapa de habitantes do Estado do Grão-Pará do ano de 1776⁷⁸ podemos observar que a população do Baixo Tocantins era de aproximadamente 10.597 habitantes, enquanto que a população de todas as povoações da capitania do Rio Negro era de aproximadamente 11.056 habitantes, dos quais apenas 2,5% seria composta por mão de obra escrava.

A população das povoações às margens do rio Tocantins juntas somavam aproximadamente 4.315 habitantes, destes 3.513 compunham a população livre e aldeada, o que representava 81,4% desse total, enquanto que os 842 escravos perfaziam 18,6%, sendo que 710 estavam em Cametá. Nesse sentido, podemos imaginar que uma parcela considerável da população tocantina constituía um conjunto de indivíduos sem condição de adquirir mão de obra cativa e que tinha como ofício a condição de lavradores e sitiantes.

Importante ressaltar que no período anterior a liberdade dos índios em 1757, como João Lucio de Azevedo destaca, o preço cobrado pela mão de obra indígena variava entre 20\$000 e 70\$000 réis, um valor que, como explica José Alves de Souza Junior (2012, p. 156), seria proibitivo para a maioria dos colonos, cuja sobrevivência era retirada do cultivo em pequenos sítios, onde se plantavam mandioca para a fabricação

⁷⁶ AHU-OFFICIO do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, D Francisco Mauricio de Sousa Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de 12 de junho de 1797, sobre as providencias tomadas na averiguação das possibilidades de navegação pelo rio Tocantins.

⁷⁷ AHU-CARTA do Governador de Goiás, Tristão da Cunha Menezes para o Governador do Pará, D Francisco Mauricio de Sousa Coutinho, datada de 20 de maio de 1799, sobre as medidas a serem tomadas para viabilizar a navegação entre as capitanias pelo rio Tocantins.

⁷⁸ AHU-MAPA de todos os habitantes e fogos que existem em todas e em cada uma das freguesias e povoações da Capitania do Estado do Grão-Pará datado de 1 de janeiro de 1776.

de farinha, arroz, feijão, e se fazia a extração das drogas do sertão, atividade quase que inteiramente dependente do trabalho indígena. Para que estes colonos pudessem dispor de recursos, eles precisavam aumentar sua produção e ainda poderiam não conseguir o indígena pela interferência dos missionários.

A dificuldade de conseguir a mão de obra indígena prosseguiria no período pombalino. A burocracia criada acompanhada pela corrupção de diretores na distribuição de indígenas impediria os sitiantes disporem dessa mão de obra para suas lavouras. Sobre isso Alexandre Rodrigues Ferreira destacou que;

Outra falta de política em que já Vossa Excelência tem reparado consistir na indiscriminada repartição dos índios, tendo parecido cousa muito indiferente darem-se a um homem solteiro cinco ou seis índios e ficar sem nenhuma família numerosa; levar dous índios um soldado e ficar sem nenhum lavrador. Bem haja Vossa Excelência que tudo quer ver e examinar quanto se alega que previnando a favor dos lavradores verdadeiramente pobres, seja branco, índio ou preto a cada difere segundo o que vê e examina e por nenhum modo, segundo as informações dos apaixonados; porque sabe que as disposições que elas ditam são outras tantas teias de aranha que só prendem as pequenas moscas e deixam escapar os moscardos.⁷⁹

Os indígenas foram importantes para a colonização pelo conhecimento que eles detinham do meio ambiente. É inegável o peso desse tipo de mão de obra na paisagem socioeconômica regional. No entanto, precisamos considerar que o processo de ocupação humana na planície amazônica, foi um processo ecológico, mesmo alguns colonos se utilizando dos índios, diante da dificuldade que muitos tiveram em conseguir esse tipo de mão de obra, os colonos que se dispersaram pelo território foram obrigados a se adaptarem, contando tão somente com seu núcleo familiar para extrair os recursos de subsistência e de utilidade prática do meio ambiente.

A região tocantina, como podemos observar através dos mapas de população dos anos de 1776, 1777 e 1785, bem como pelas Cartas de Datas e Sesmarias, era bastante povoada, no entanto eram poucos os que tinham o título de propriedade das terras que ocupavam, apenas 153 para toda a região do Baixo Tocantins até 1776, dos quais apenas 22 indivíduos que habitavam as margens do rio Tocantins tinham conseguido cartas de sesmarias até aquele ano.

Como Rosa Acevedo Marin (2000, p. 6) e Márcia Motta (2009, p. 159) explicam, a concessão de Data e Sesmaria era um processo complexo que deveria ser

⁷⁹ AHU- CARTA do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o Governado e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, Martinho de Souza de Albuquerque, datada de 15 de março de 1784, apontando os desvios na distribuição de indígenas.

completado administrativamente por documento de confirmação, ou seja, muitos dos habitantes se limitavam a manter a posse da terra e não sua propriedade, visto que a burocracia, os custos elevados, ou mesmo a distância tornavam-se obstáculos à legalização do acesso a terra.

O Baixo Tocantins fazia parte do primeiro círculo de agricultura dominado por Belém, o que justifica a região ter sido tão bem povoada no século XVIII. As propriedades que foram se distribuindo e pela malha de igarapés e furos eram sítios e engenhos de médio e pequeno porte, manchas de povoamento tomadas como de pouca importância econômica, salvo quando começassem a participar do comércio exterior com certo vulto a partir de meados dos setecentos⁸⁰.

De acordo com Aldeci dos Santos (2012, p. 45) as obras historiográficas cristalizaram a ideia de que a colonização se fez baseada exclusivamente nas grandes propriedades agrárias, como se fosse uma regra geral. No entanto, como explica este autor, a pequena e média propriedade estavam ligadas simbioticamente ao setor de exportação, fornecendo artigos de necessidade vital. Em outros termos, explica que

a lavoura de exportação por si só não subsiste, carece de instrumentos que a suportem e sustentem, como por exemplo: vias de escoamento da produção; agentes financeiros (comissários); religiosos que ensinem a submissão, através de féas seus escravos; de fornecedores de mão de obra e, como visto anteriormente, fornecedores de produtos de primeira necessidade (SANTOS A. S., 2012, p. p. 48).

No Grão-Pará setecentista, no caso do Vale do rio Tocantins, essa percepção de que as grandes propriedades voltavam sua produção para a exportação e as pequenas e médias propriedades davam suporte cultivando mantimentos não se sustenta.

Primeiramente porque eram poucas as propriedades que poderiam ser consideradas grandes latifúndios, as maiores propriedades nas margens do rio Tocantins, como pudemos constatar pelas cartas de Datas e Sesmarias, possuíam de duas a três léguas e uma grande maioria dispunha de apenas $\frac{3}{4}$ de légua a no máximo légua e meia. Nesse sentido, podemos procurar caracterizá-las usando não as dimensões, mas o tipo de mão de obra.

Segundo Flávio dos Santos Gomes (2006, p. 107) podemos, para caracterizar a pequena, média e grande propriedade, considerar o número de escravos. Para ele de um

⁸⁰ Numa referência a ideia de Rosa Acevedo (2000, p. 4) de distribuição do espaço agrícola, onde a distância seria um fator determinante para a constituição das áreas de produção organizadas a partir das cidades em círculos concêntricos, sendo o primeiro voltado para as culturas intensivas e o último para as atividades de criação extensiva.

a nove escravos caracterizaria a pequena propriedade, acima de oitenta escravos seria uma grande propriedade, e a média propriedade estaria caracterizada neste espaço de dez a setenta e nove escravos. No entanto, a definição de média propriedade deixa subentendido que o espaço de atuação desta unidade produtiva é por demais extenso.

Uma caracterização tomando o quantitativo de escravos foi feita por Manolo Florentino (1995, p. 31). Segundo este autor, de um a nove escravos teríamos a pequena propriedade, de dez a dezenove escravos, a média propriedade, de vinte a quarenta e nove cativos, a grande e acima de cinquenta indivíduos teríamos os regimes de Plantation.

Todavia o mapa de 1776 aponta uma população escrava na calha tocantina de aproximadamente 1406 indivíduos, o que representaria apenas 28,3% da população. Desse modo, uma parcela considerável da população rural tocantina não poderia dispor da mão de obra negra escrava, o indígena era tecnicamente livre desde 1757, sendo assim, na ausência do índio, teria tão somente o trabalho familiar⁸¹.

Outro motivo pelo qual a percepção de Aldeci dos Santos (2012 p. 45- 47) não se aplica ao Grão-Pará é que as unidades produtivas estavam vinculadas em maior ou menor grau ao setor de exportação. Como Alexandre Rodrigues Ferreira apontou, em 1784, não era regra as lavouras serem destinadas ao cultivo de gêneros para abastecimento, uma grande maioria dos lavradores suspendiam o cultivo de subsistência para fomentar os dos itens voltados para a exportação,

de maneira que em sucedendo uma vez dar baixa o cacau porque dessa baixa, quem deu ocasião foi a sua desproporção nas lavouras, plantando todos um só gênero; como eles que no ano da baixa do cacau pesou-se a dinheiro o café, seja bom ou não e nada quase dos outros gêneros. E porque, sendo tanto o café, sem haver, por exemplo, o algodão ou outro qualquer gênero, necessariamente há de baixar o café e pesar-se a dinheiro o algodão. Tudo ao diante é algodão. Os que entendem que devem plantar de tudo para de tudo terem, como tudo querem tudo perdem (FLORENTINO, 1995, p. 31).

Tal comportamento contribuía para as crises de fome no Estado e para a imagem de uma agricultura arruinada tão veiculada nas correspondências para o Reino. Percebendo isso o naturalista foi incisivo ao dizer em seu ofício que a agricultura no Grão-Pará não estava realmente arruinada. O problema estava no fato de que o esforço

⁸¹ AHU-MAPA de todos os habitantes e fogos que existem em todas e em cada uma das freguesias e povoações da Capitania do Estado do Grão-Pará datado de 1 de janeiro de 1776.

que os colonos faziam na atividade agro extrativista esvaia-se frente às imensidades do território.

O povoamento mais efetivo do entorno do rio Tocantins, segundo Paulo Beltran (2000, p. 57), ocorreu em suas extremidades, no Alto e no Baixo Tocantins. Na região das cabeceiras, a significativa população que se dirigiu para lá, assentou-se em razão das minas que foram descobertas, como a do Maranhão que começou a ser explorada em 1730.

A atividade de prospecção possibilitou o aparecimento de outros núcleos como o de Água Quente em 1732, Natividade em 1734, Traíras e São José em 1735, Cachoeira e São Félix em 1736, Pontal e Porto Real em 1738, Arraias e Cavalcante em 1740, Pilar em 1741, Carmo e Santa Luzia em 1746 e Cocal em 1749.

Na região do Baixo Tocantins a população teria se fixado nas margens dos rios por livre iniciativa. No entanto, alguns povoados foram resultantes da ação missionária ou de distribuição de terras como, por exemplo, Cameté em 1625, Baião em 1694, Barcarena em 1709, Igarapé Miri em 1710, Beja em 1758 entre outras localidades. Outro exemplo ocorreu em 1762 quando o ouvidor geral da comarca de Cameté, Feliciano Ramos Nobre Mourão, fez o repasse das terras da antiga fazenda de São Caetano no lugar de Odívelas⁸².

A fazenda continha uma igreja e sete casas cobertas de telha, uma casa de fornos e outra de ferraria. Segundo o ouvidor da Villa Viçosa de Santa Cruz de Cameté, Feliciano Ramos Nobre Mourão,

a primeira caza consta de sete fornos, e tres rodas com todos os aviamentos neceSários, por serem os povoadores 33, e as braças de terra duas mil, outocentas, trinta e oito, fiz delas divisão, e justo rateio, e pertence a cada hum outenta e seis braças, que fiz medir e demarcar, por medidores juramentados e carta marcada pondo-se em os confins de cada huma das porçoens de terra dous marcos com a letra O principio do nome do lugar, e números diversos para divisa de cada hum, como tudo consta da referida certidão folha seis verso athe folha dezasete. No dito lugar achei 23 cabeças de gado vacum, e dezanove de cabras e as dividi aos moradores do mesmo lugar, como se vê na dita certidão folha dezouto. Consta o dito lugar de noventa e sinco peSoas, como se vê da relação junta. Tem a Igreja, cujo orago hé NoSa Senhora do Rosario, tem vinte e nove moradas q todas precizao de se reedificar⁸³

⁸² APEP- CDG nº 118, documento nº561, CARTA do Ouvidor Geral da Comarca da Villa Viçosa de Santa Cruz do Cameté, Feliciano Ramos Nobre Mourão, para o Governador Capitão General do Estado do Grão-Pará, Manoel Bernardo de Mello e Castro, informando da divisão da fazenda de São Caetano.

⁸³ Ibidem.

As margens do Tocantins continuaram ocupadas por índios em aldeias, mas essas foram se tornando cada vez mais rarefeitas, na medida em que a presença branca os impelia cada vez mais para as matas, e cada vez mais para longe. Todavia, o avanço sobre as margens dos rios Araguaia e Tocantins não foi acompanhado pelo florescimento de novos núcleos de ocupação. Os povoamentos continuaram escassos, quando não inexistentes, como foi o caso das margens do rio Araguaia.

A colonização do Vale do rio Tocantins foi lenta e gradual, como explica Maria de Nazaré Ângelo Meneses (1994, p. 37), não se encontrando povoações vale adentro, o que contribuiu para a percepção de que a região seria um grande vazio demográfico. Segundo Pacheco de Oliveira (1979, p. 56), todos os males da região tendiam a ser vistos como uma expressão de um domínio insuficiente do homem sobre a natureza, mas no Tocantins, com no restante do espaço amazônico, a paisagem imprimia um sentimento de liberdade, seduzindo com promessas econômicas, forçando a uma dispersão da população pelas imensidades.

Essa dispersão populacional é um fator fundamental para a compreensão do processo de adaptação do colono ao meio ambiente circundante, pois evidencia como a realidade ambiental, por meio da especialização funcional, contribuiu para o surgimento do tipo representativo da sociedade colonial, a figura do morador agro extrativista, um povoador voluntário que, ao se estabelecer nas proximidades dos centros de povoamento e depois migrava para o interior, auxiliava no desbravamento do território e lançava as bases de novas comunidades à beira dos rios.

Nesse processo a canoa tornou-se um elemento presente na paisagem social, pois sem ela não haveria o comércio erradio, a ida às drogas ou o transporte de pessoas entre os portos amazônicos. Segundo João Daniel (1976, p. 247), os moradores precisavam das canoas para se deslocar das povoações para os sítios onde tinham suas vivendas e para fazer chegar às povoações os seus negócios.

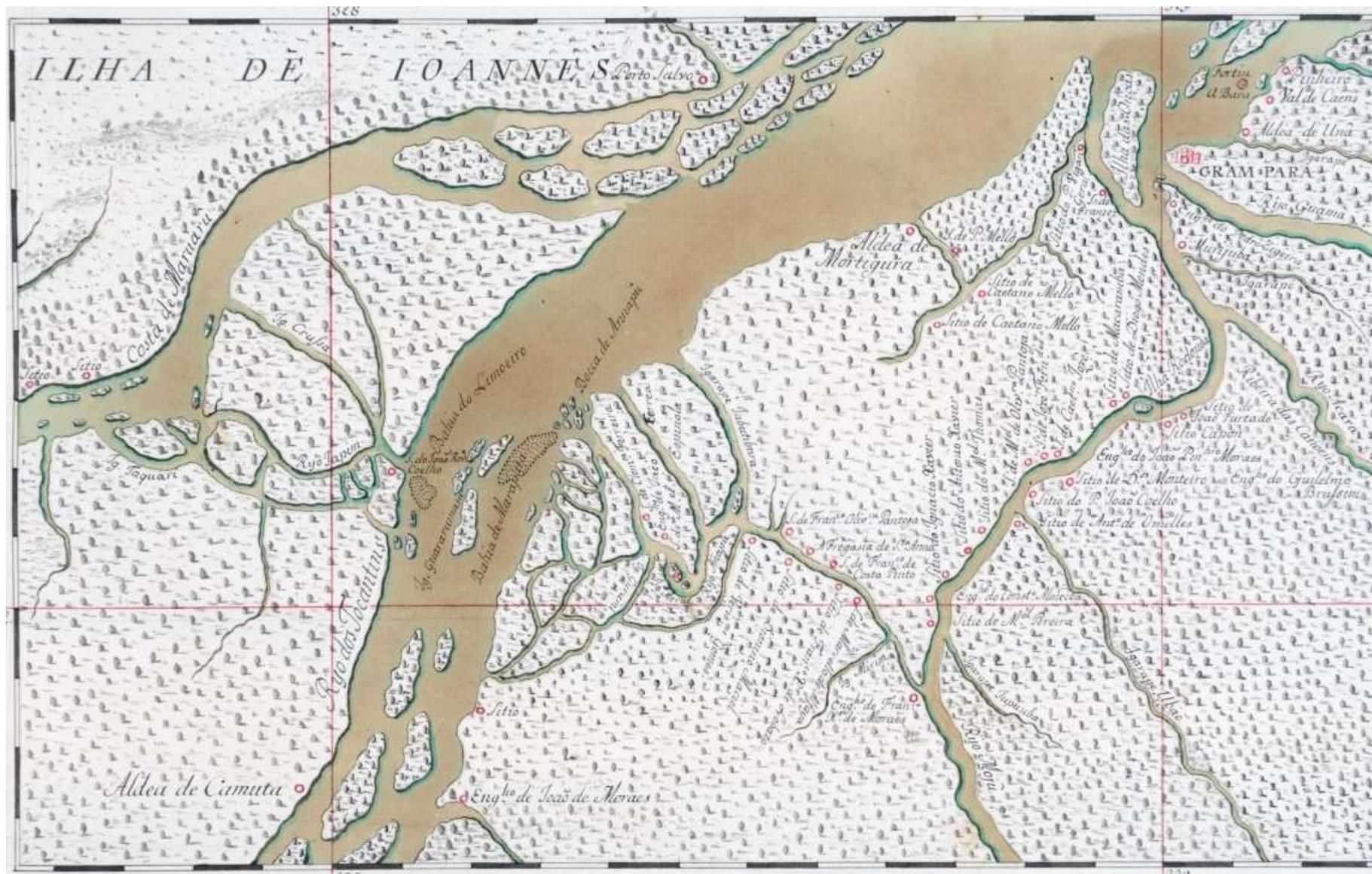
A importância da canoa para a população amazônica fica evidente no caso do índio Paulino José, morador no rio Moju, que emprestou sua “canoa nova de Pequiá de trinta e dois palmos de comprimento” para Domingos Nunes, um vizinho no mesmo rio, para ir a Cameté por dez dias e que depois de seis meses a vendeu a Gervazio Garcia,

morador de Cameté, deixando o referido índio incapaz de atender as suas “muitas necessidades por não ter outra”⁸⁴

As terras marginais dos rios foram sendo ocupadas, como podemos observar na figura 6, legal ou ilegalmente por essa população dispersa, que Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997, p. 28) identificava como homens livres pobres, e se distribuía pela malha de igarapés e furos em sítios e engenhos.

⁸⁴ APEP- Códice nº 72, documento nº 312, carta do índio Paulino José para o Juiz Ordinário da Vila do Cameté, datada de 11 de maio de 1773, solicitando a mediação para resolver o problema com Domingos Nunes.

FIGURA 6 Dispersão de Propriedades na região do Baixo Tocantins



Fonte: Mapa do rio das Amazonas thê donde conserva este nome e toma o do rio dos Solimoens, executado pello Cap Eng João André Schwebel, 1758.

Muitos desses sitiantes e moradores tiravam sua subsistência da pequena agricultura e da coleta. Como por exemplo, o senhor José Esteves da Ponte que, em 1789, tinha dois sítios com cafezais, cacauais, roças e casas de telha cada um medindo três quartos de légua de frente e uma légua de fundo entre o igarapé Tauarí e o igarapé do Limão⁸⁵. A produção de café e cacau provavelmente era destinada a exportação, mas as roças podem indicar sua subsistência.

A organização básica dessas propriedades era uma casa, uma roça onde o gênero mais cultivado era a mandioca, mas também poderia ser o arroz, o anil, o milho, o cacau, o café, o tabaco e a cana de açúcar, e um trapiche onde ficava a canoa que usavam para ir coletar breu, cacau, puxuri, puxuri mirim, balsamo de umeri, piaçaba, muirá-pinima, muirá-piranga, pau roxo, pau amarelo e tartarugas para comerciar, como esclarece o morador José da Cunha.

Diz Joze da Cunha que ele e alguns moradores do rio, costumão hirem lançar tartarugas no Riu Tucantinz. Elles tão bem pertende Provizão p^a o poder fazer hua ves cada anno com rede de palma q essa não prejudica a criação delas p^{as} assim Remediar a Sua família porque o Supp tem a Sua fazenda no Riu que hé faminto de peixe⁸⁶.

Para Acevedo (2000, 10) esses sitiantes rompiam com a tendência do monocultivo e ordenavam um sistema de policultura em pequenas extensões de terra com tendência à dispersão e que não representava forte pressão demográfica sobre a terra mantendo vínculos regulares com o mercado que podemos observar pela produção que era destinada a comercialização e não apenas a subsistência. Como por exemplo na figura de Manoel Lopes Torres que, em 1760, levava sua produção para a vender em Belém “e que por lhe não achar venda a deixara entregue ao comendador do convento das merçes”⁸⁷

Esses colonos voluntários eram, na realidade, um misto de extrativista, pequeno agricultor e comerciante, que Henry Bates (1944, p. 195) no século XIX caracterizou como um João faz tudo, possuidor em alguns casos de “canoas grandes” para transportar

⁸⁵ APEP- Carta de Data e Sesmaria de José Esteves da Ponte, livro nº 19, folha 134 datada de 31 de julho de 1789.

⁸⁶ AHU- REQUERIMENTO de Jose da Cunha para o rei D. José, datado de 13 de agosto de 1763, solicitando provisão para pescar tartarugas no rio tocantins uma vez por ano.

⁸⁷ APEP- CDG nº 72, documento nº 267, CARTA de José de Souza Monteiro para o Governador Capitão General do Estado do Grão-Pará, Bernardo de Mello e Castro, informando do envio de gêneros para Belém.

sua produção como Manuel André Ribeiro e o sargento auxiliar Luiz da Cunha que, em 1780, residiam nas margens do rio Tocantins acima do lugar de Baião⁸⁸.

No entanto seria um equívoco considerar o senhor José Esteves da Ponte ou Manuel André Ribeiro e o sargento Luiz da Cunha como sendo homens livres pobres, como Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997, p. 35) ao reunir na categoria de homens livres pobres segmentos sociais diversos como tropeiros, vendeiros, sitiantes, agregados e camaradas, essa classificação fica comprometida quando os entendemos enquanto proprietários e negociantes.

Talvez possamos identificá-los como moradores independentes em terra alheia, como sugere Hebe Mattos de Castro (2009, p. 67), mas o senhor José Esteves era proprietário legal dos sítios que ocupava e os demais não viviam em terras de terceiros, eram donos da terra, embora não tivessem a propriedade, com seus interesses estabelecidos em torno dessa terra e nela vivendo às margens dos setores economicamente articulados.

Diferente da condição em que vivia o mameluco Domingos Caetano de Magalhães que, em 1773, era casado com a mameluca Giralda de Souza e seus dois filhos e vivia “em terraz, que lhe fez esmola seu compadre Antônio de Souza Coelho, onde tem suas roças de mantimentos para sua sustentação e de sua mulher e filhos, e dos frutos pagar dízimos a Deoz sem perturbação de pessoa algúa”⁸⁹.

A relação entre Domingos Caetano e Antonio de Souza Coelho evidencia uma relação de dependência pessoal, que para Hebe Castro (2009, p. 73) era um traço definidor da categoria sitiante, por serem relações desse tipo tomadas como sendo entre iguais, a dominação pessoal que pudesse haver seria escamoteada pelo compadrio. Desse modo, sua categorização como homem livre pobre poderia ser inviabilizada e representaria sua absorção pelo setor da sociedade economicamente articulado.

Neste ponto podemos nos utilizar da noção de marginalidade, exatamente como Hebe Castro fez. Em seu caso particular, a autora baseou-se no trabalho sobre a pobreza mineira do século XVIII, de Laura de Mello e Souza (2006, p. 35), onde o conceito de marginalidade apesar de vago e impreciso ganha significado exatamente pela sua historicidade.

⁸⁸ APEP- Códice nº 353, documento nº 66, CARTA de Dona Maria Felippa Aranha para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará, José de Nápoles Tello de Meneses, datada de 9 de novembro de 1780, informando da chegada ao lugar onde seria erguido o povoado de São Bernardo das Pederneiras e da necessidade de auxílios.

⁸⁹ APEP- Códice nº 72, documento nº 551, CARTA de Antônio de Souza Coelho para o Juiz Ordinário da vila de Cameté, datada de 25 de maio de 1773, informando da portaria do mameluco Domingos Caetano.

A ideia de Laura Souza, segundo Hebe Castro, de que devemos pensar o homem livre pobre engendrado pela sociedade colonial enquanto um desclassificado é interessante por remeter a análise para a forma pela qual a organização social que lhes dera origem os pensava. A noção de desclassificado, como Castro explica, se evidencia no organismo social da Capitania que distinguia homens bons e homens soltos.

Segundo Hebe Castro (2009, p. 62), a posse de terra foi o qualificativo que teve peso no processo de hierarquização social. Ela então retoma a questão dos movimentos de expansão da fronteira agrícola que, no caso tocantino, a ampliação da produção subordinada à exportação impactou no abastecimento interno com a carência de mantimentos em pontos variados não apenas do vale tocantino mas da Capitania do Grão-Pará como um todo.

Observando o aumento da produção voltada para a exportação, como sugere Castro, podemos perceber que os homens livres pobres não pensavam em ter lavouras e criações para a subsistência em um tipo de economia natural, mas atuavam “num sentido estritamente comercial, ou seja, voltados para a produção de excedentes, que objetivavam as trocas nos circuitos internacionais” (CASTRO, 2009, p. 62).

Nesse sentido, diferente do opulento mundo das quintas e boas que João Daniel (1976, 147) descreveu, com suas boas capelas e tantos escravos ou fâmulos que podiam constituir uma pequena vila, o mundo rural tocantino era, como Henry Bates (1944, p. 158) o viu no século XIX, composto por pequenos sítios numerosos às margens do rio como nas ilhas, de casas em geral de construção simples, sendo feitas sobre palafitas, mal acabadas, “reduzindo-se entrançados, cobertos de folhas de ubuçu,” feitas com o tronco do açazeiro e tábuas estreitas para formarem as paredes e o soalho.

Essas residências expressavam a simplicidade da vida dos sitiantes, contrastando com o gigantismo da paisagem, e o caráter temporário das situações, pois quando as águas de abril e maio subiam essas populações eram obrigadas a se mudarem para terrenos em áreas de terra firme, como o que Bates encontrou e descreveu:

Aí encontramos várias famílias em um sítio... Viam-se muitas redes armadas entre os troncos das arvores e espalhavam-se pelo chão trastes de numerosas famílias...Eram todas mestiças, gente simples e bem-disposta, moradores em Cameté e que tinham vindo tão longe passar os meses de verão. Levam consigo toda a farinha que podem carregar, sendo esse o único artigo de que precisam. (BATES, 1944, p. 165-166) ”

O ambiente favorecia esses fluxos sazonais de migrações, numa espécie de interiorização que contribuía para o aparecimento de novos assentamentos entre as áreas de terra firme e de várzea, redesenhando espaços e redefinindo territórios. No entanto, não era apenas o ambiente que contribuía para as migrações, as motivações eram variadas e complexas.

Muitos dos que migravam eram militares, ex-índigenas aldeados ou filhos destes, que fugiam para o interior para que não fossem recrutados, pois sabemos que o alistamento era uma forma de controlar a população livre, via de regra de origem indígena, ou seja, o sentido era menos militar e sim de controle sobre o trabalho e os trabalhadores. Desse modo, eles buscavam escapar ao trabalho nas fortalezas e vilas preferindo viver nas matas, distanciando-se o máximo possível das localidades em que ficavam seus destacamentos.

No período entre 1757 e 1780, quando o Grão-Pará vivenciou a secularização dos aldeamentos missionários e várias mudanças na legislação, houve um aumento considerável na migração da população indígena que buscava resistir à exploração excessiva por parte dos colonos e dos “filhos da folha”, como eram conhecidos os administradores e demais funcionários do Estado, como aconteceu em Baião no ano de 1775, quando alguns abandonaram a localidade “por não quererem absolutamente trabalhar” dizendo ao diretor Vicente Ferreira da Silva Leal que “ninguém os pode constranger a viver ou ser moradores nesta ou naquela parte”⁹⁰.

Situação similar ocorreu em julho de 1773, quando um grupo de sitiantes que residiam acima do lugar de Baião planejavam subir o rio para alcançar as minas de Goiás mesmo estando “enteiramente vedado por Sua Magestade todo camenho para as terras das minas”. O governador João Pereira Caldas mandou que o juiz ordinário de Baião, João Nunes de Mello, fizesse uma diligência aos “ermos em o Rio Tucantins” para impedir que Antônio de Oliveira Sanches “com família, companheiros e mais agregados” empreendesse tal viagem⁹¹.

Este quadro preocupava as autoridades coloniais, com os índios sendo considerados emancipados, a população livre crescendo e um mar de floresta onde a presença do Estado era muito frágil, tentou-se sem muito sucesso persuadir essa

⁹⁰ APEP- CDG, Códice nº 305, documento nº 31, Carta do Diretor do Lugar de Baião, Vicente Ferreira da Silva Leal, para o Governador do Estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas, datada de 8 de janeiro de 1775, sobre o esvaziamento da localidade.

⁹¹ APEP- CDG, Códice nº 72, documento nº 316, Carta do juiz ordinário, João Nunes de Mello, para o Governador João Pereira Caldas, datada de 21 de julho de 1773, informando sobre os resultados da diligência ao rio Tocantins.

população a se fixar com a promessa de terra para serem feitas as suas lavouras, mas como explica Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1784, os “homens soltos, vadios e da classe daqueles que era preciso exterminá-los do reino e que raras vezes se habituam ao trabalho”, informa que

tomaram o exemplo dos tapiuas que é uma casta de gente que não tem estabelecimento certo; hoje faz aqui um roçado e amanhã em outro lugar se a terra por si só não produz ela pela parte não trata de os ajudar porque vai roçar em outra parte, a extensão do terreno é imensa e nesta mudança de uns para outros sítios consistiu sempre a agricultura dos índios e ainda hoje consiste a de seus fiéis imitadores⁹².

Esses homens soltos, após 1757, sem poder contar com os indígenas como cativos e sem recursos pra adquirirem escravos africanos, segundo o padre João Daniel, foram obrigados a constituírem, ao lado de seus familiares, suas lavouras no pó das clareiras que abriam nas florestas para fazerem suas roças de subsistência, que lhes conferiam certa independência, as quais complementavam com a coleta de produtos naturais para vender aos negociantes que andavam de roça em roça comercializando gêneros diversos.

Mesmo vivendo em uma pobreza, como a relatada por vários sujeitos, pareceu que alguns lavradores, com o trabalho familiar, ou contando com pouquíssimos escravos ou indígenas, conseguiam uma produção de alimentos excedente para o abastecimento de localidades próximas disputando espaço de sobrevivência na fronteira agrícola. Esses pequenos lavradores pobres, mas não despossuídos, mesmo sem titularidade das terras que ocupavam, com ou sem auxílio de escravos, produziam e participavam do sistema agrário tocantino.

2.2- Ausentes, Desertores e Mocambeiros

A falta de trabalhadores foi um problema crônico largamente denunciado nas correspondências ao reino, sendo registrado em diferentes partes do Grão-Pará, principalmente, onde havia aldeamentos e organização do trabalho compulsório. Essa carência de braços foi acompanhada do aumento das denúncias de fugas e do estabelecimento dos fugitivos em comunidades, como as encontradas nas regiões de Cameté, Baião, Mocajuba e Vila do Conde, no Baixo Tocantins.

⁹² AHU- OFÍCIO do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o Secretário de Estado de Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, datado de 15 de março de 1784, informando o resultado de suas observações a respeito da agricultura no estado do Grão-Pará.

Em contextos e com motivações variadas, as fugas sejam individuais ou coletivas foram fundamentais para tessitura dos cenários que se formavam com os deslocamentos populacionais. Os fluxos de migrações deram novos sentidos às estratégias de ocupação na Amazônia colonial, principalmente no período da administração pombalina em que houve a implantação do Diretório dos Índios seguida do desmanche da estrutura de controle sobre essa mão de obra.

No período da desestruturação das missões e da criação dos diretórios e vilas, as fugas tornaram-se mais presentes na documentação, como foi o caso do índio Narciso Gomes que em fevereiro de 1762 desertou da vila de Beja "levando consigo outros cinco e uma índia velha". Segundo o diretor José Garcia Galvão, a fuga havia sido premeditada, pois os referidos índios não haviam feito roça, e Narciso Gomes estava persuadindo a filha do Ajudante Manoel Esteves Bello a fugir consigo⁹³. Dias antes, na lista nominativa dos índios que habitavam a vila de Beja o diretor já noticiava a fuga de 81 índios, sendo 29 adultos, 20 adultas, 16 meninos e 16 meninas⁹⁴. Em maio daquele ano o mesmo índio Narciso Gomes ajudou um preto e outros índios que faziam a salga de peixes no engenho de Custódio Alves a fugirem, bem como deixou um recado para outra índia dizendo que voltaria para buscá-la⁹⁵.

Essas fugas faziam parte de um processo contínuo, rotineiro e incontrolável, do qual participavam indígenas, brancos pobres, negros, tão intenso que, por diversas vezes o governo foi pressionado a tomar medidas para coibir essa evasão, pois afetava as atividades econômicas do Estado inteiro, esvaziando propriedades e vilas. No entanto havia casos em que o indivíduo fugia, migrava para outra povoação e depois retornava. Como aconteceu com o índio Pedro de Souza que migrou para o Lugar de Azevedo, vindo de Santarém com sua mulher, fugiu e tempos depois retornou⁹⁶.

⁹³ APEP- CDG nº 113, documento nº 263-CARTA do Diretor José Garcia Galvão para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Manoel Bernardo de Mello e Castro, datada de 6 de fevereiro de 1762, relatando a fuga do índio Narciso Gomes e outros seis indígenas.

⁹⁴ APEP- CDG nº 118, documento nº 111-LISTA NOMINATIVA dos índios habitantes da vila de Beja, feita em 31 de janeiro de 1762, pelo Diretor José Garcia Galvão a pedido do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Manoel Bernardo de Mello e Castro.

⁹⁵ APEP- CDG nº 114, documento nº 155-CARTA do Diretor José Garcia Galvão para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Manoel Bernardo de Mello e Castro, datada de 10 de maio de 1762, relatando as ações do índio Narciso Gomes que estava incitando a fuga de outros trabalhadores.

⁹⁶ APEP-CDG Nº 115, documento nº 146- CARTA de Mario Gonçalves Castro para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro Fernando da Costa de Ataíde Teive, datada de 16 de novembro de 1764, sobre o retorno do índio Pedro de Souza e relatando a fuga de outros que andavam promovendo distúrbios no Lugar de Azevedo.

Entre as medidas para evitar que os trabalhadores se evadissem, estava a distribuição de terras para os indígenas nas povoações onde residissem para assim incentivar a atividade agrícola. No caso dos negros, em particular, Alexandre Rodrigues Ferreira (2008) destacou o costume que alguns senhores de engenho possuíam de

repartir por seus escravos uma parte das suas terras, dando a cada um aquela geira de terra[...] ao seu estado e de solteiro ou casado aferindo de cada semana trabalhar cada um na sua roça; donde não só tiram os escravos a farinha, o milho e o feijão preciso para o sustento deles e de suas mulheres e filhos, nestes dias em que trabalham para si, mas chegam a vender quase todos os gêneros de lavouras além de muitas criações, até se ajuntarem as somas com que se libertam a si e seus filhos (FERREIA, 2008, p. 169).

No entanto, as fugas e deserções prosseguiram, sendo agravadas com o problema das epidemias contribuindo para a desorganização da lavoura e da atividade extrativa desenvolvida pelas unidades produtivas assentadas no trabalho compulsório de índios e negros.

Em 1734 já havia sido ordenado às autoridades paraenses que fizessem o possível para impedir as fugas, combater as comunidades e prender os foragidos. Em 1752, Manoel de Souza Coelho relatou ao Governador Mendonça Furtado a diligência que empreendeu para capturar “aos malfeitores”, nos distritos de Cameté

fazendo a diligência no prim^o Citio no qual não ouve prezaio, e so tivemos Guia p^a hir dar no mocambo principal e não teve efeyto pella dastancia em que aSistem e a m^{ta} Cautela com q vivem, chegados ao d^o mocambo e não alcansandoce nelle pessoa algua, no caminho se apanharão dous índios que dizem ser dos fugidos da cadeia e juntamente apanhamos no caminho hum índio com sua molher q dizem ser de Manoel Lopes Torres⁹⁷.

O diretor de Baião, João Luís Pelleja, em 1784, também escreveu ao governador Martinho de Souza e Albuquerque relatando que as diligências que empreendeu para a captura de foragidos que “se achão vagamundos” obtiveram pouco sucesso, no caso em questão apenas 7 foram recapturados⁹⁸.

⁹⁷ APEP-CDG N° 72, documento n° 1- CARTA de Manoel de Souza Coelho para o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada de 11 de julho de 1752, sobre a diligência feita para capturar foragidos da Cadeia que estariam ocultos em um Mocambo na Região de Cameté.

⁹⁸ APEP- CDG n° 408, documento n° 111- CARTA do Diretor de Baião. João Luís Pelleja, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque, datada de 9 de dezembro de 1784, relatando a situação de consternação em que se encontrava a povoação de Baião e os poucos resultados das diligencias feitas para capturar os foragidos que se achavam na região.

As diligências como as citadas acima, nem sempre obtiveram sucesso, por conta da atuação de moradores, comerciantes e autoridades que davam proteção aos foragidos, como o Capitão Mor Vital Roiz Luis do Lugar de Azevedo que, em 1765, acolheu em seu sítio o índio João de Souza, sua mulher, um rapaz, uma moça, o índio Inocêncio, sua mulher, o índio Pio Nunes, a índia Rosa Maria, o índio Damião Gomes, a índia Florinda de Souza e o cafuzo Simão Dias com sua mulher e seus dois filhos⁹⁹.

Os acoitadores eram considerados como verdadeiros inimigos do Estado, atentando contra o sagrado direito a propriedade, e se beneficiando da exploração do trabalho destes foragidos, pois estes, apesar dos problemas que causavam com eventuais roubos e outras desordens, podiam vir a atender algum propósito no desbravamento de florestas para além da “zona de penetração agrária” encontrando produtos que poderiam de alguma maneira render lucro em associação a autoridades ou ao setor mercantil endógeno (regatões, marreteiros e aviadores) que adquiriam a produção desses sujeitos a preços módicos, ou em alguns casos, em troca de armamentos, ferramentas, ou mesmo por informações a respeito de diligências que objetivavam capturá-los, dando tempo para que estes pudessem se evadir em segurança.

Segundo Aldemir Fiabani (2012, p. 293), Portugal já demonstrara preocupação com a questão das fugas desde as Ordenações até as Leis Extravagantes e Cartas Régias, onde haviam constantes referências à repressão as comunidades e a proibição de se prestar auxílio aos foragidos. Nessas legislações, a fuga em si não constituía crime, mas auxiliar, esconder e incitar eram crimes graves punidos com degredo e outras punições mais específicas. Em 1797, Pedro de Paiva e Azevedo foi preso pelo Juiz do Julgado Antônio Pereira Viana por dar abrigo a foragidos. Segundo o relato do Juiz, em uma diligência que foi feita, em agosto de 1797, no sítio de Pedro Azevedo foram encontrados Manoel Domingues e Raimundo José que haviam fugido do serviço na Fábrica de Madeira Real no Rio Acará¹⁰⁰. Da mesma forma o Cabo Miguel Antônio da Fonseca foi preso em Abaité por dar abrigo ao soldado desertor da 4ª Companhia do

⁹⁹ APEP- CDG nº 157, documento nº 341- CARTA do Diretor da vila de Beja, Raimundo José de Bitencourt, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive, datada de 5 de novembro de 1765, relatando que o Capitão Mor Vital Roiz Luiz acoitou diversos foragidos em seu sítio.

¹⁰⁰ APEP- CDG nº 526, documento nº 97- CARTA do juiz do julgado, Antônio Pereira Viana, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, datada de 20 de agosto de 1797, relatando prisão de Pedro de Paiva e Azevedo por acolher os delinquentes Manoel Domingues e Raimundo José que haviam fugido do serviço na fabrica real no rio Acará.

Regimento de Macapá, Nicolau José de Santana¹⁰¹. Em ambos os casos se aguardava a decisão sobre a sentença dos prisioneiros.

Esse processo de dispersão da população pelo território paraense, como podemos observar pelo fluxo de foragidos, sejam eles indígenas, negros, militares ou tão somente pobres, seguiu por rotas e sentidos diversos, motivados por razões variadas, mas principalmente pelos maus tratos a que eram submetidos os trabalhadores, por não se adaptarem a disciplina de tempo e trabalho, ou por receio do alistamento, no caso dos militares.

Como Flávio dos Santos Gomes (2015, p. 14) esclarece nem sempre a fuga gerava uma comunidade ou tinha por finalidade se agregar a mais próxima, algumas vezes o foragido se mesclava a população urbana, ou buscava abrigo entre seus familiares e em sítios próximos.

A documentação é bastante extensa sobre índios que fugiram para as matas, se estabeleceram em mocambos, ou mesmo se refugiaram em casas de terceiros. Por exemplo, em 1764, o Capitão Mor João de Moraes Bitencourt relatou a entrega ao diretor do Lugar de Azevedo, Alberto de Souza Coelho, alguns índios que estavam refugiados. Segundo ele, “os indioz fugidos q se achavão em caza de Antonio de Souza Coelho, a saber coatro homenz e trez mulheres, hum rapaz e duas crianssaz” tinham por destino um mocambo de índios que ficava na região do qual já possuía informações a respeito de alguns dos que lá habitavam e repetidas vezes vinham incitando outros a fugirem para lá¹⁰².

Situação parecida com a da mameluca Maria de Nazaré que possuía uma isenção de serviço e vivia com seu filho em Cameté, mas apesar da aparente vida ordeira, essa mulher andava de sítio em sítio incitando índios e escravos a fugirem, bem como “emcinoando e atravecando as diligências”¹⁰³. Quando as autoridades tomaram ciência de suas ações a removeram para Belém.

¹⁰¹ APEP- CDG n° 545, documento n° 39- CARTA do tenente José de Souza Brito, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, datada de 14 de novembro de 1799, relatando prisão do cabo de Ligeiros, Miguel Antonio da Fonseca por acolher soldado desertor da 4ª Companhia do Regimento de Macapá, Nicolau José de Santana.

¹⁰² APEP- CDG n°137, documento n° 80- CARTA do Capitão Mor da Vila de Cameté, João de Moraes Bitencourt, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive, datada de 18 de março de 1764, relatando da entrega de índios refugiados ao diretor do Lugar de Azevedo.

¹⁰³ APEP-CDG n° 190, documento n° 60- CARTA de Boaventura Cardoso para o Governador e Capitão General do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive, datada de 27 de abril de 1768, relatando as ações da mameluca Maria de Nazaré e solicitando que a mesma fosse levada para Belém.

Diferente daqueles indígenas que se refugiaram na casa de Antônio Coelho, os índios Martinho e Thomé, também do Lugar de Azevedo, segundo Antônio José Ribeiro, em 1769, se entranharam “pelos mattos de Azevedo já com caza própria sua aonde” foi viver com uma índia que servia no sítio de Vicente de Carvalho¹⁰⁴.

Os casos apresentados ilustram o problema das fugas de trabalhadores, sejam eles indígenas ou negros, para os matos e que aparecem nas reclamações dos colonos e autoridades de que faltava mão de obra para suas lavouras e para a equipagem das canoas que iam coletar as drogas do sertão, ou levar produtos para Belém.

Segundo o diretor da vila de Beja, Marçal José Pastana, em 1752, a povoação estava deplorável, com casas dos moradores e igreja “em termos de ruina”, com falta de cobertura em algumas e não havendo gente suficiente para cultivar as roças, pois dos noventa e cinco índios somente haviam restado vinte na localidade e estes eram insuficientes para atender todas as demandas¹⁰⁵. Situação parecida é relatada pelo Diretor do Lugar de Azevedo, Manoel Carlos de Sá, segundo o qual,

a povoação esta exaurida de cazas de roças e de gente, a roça do cumu he o mesmo q nada, eu não posso ver estas cauzas V Ex^a há de providencia, eu sou filho de lavrador. Me aplicarei todo a bem da m^{ta} astucia liberal e dezertereçada¹⁰⁶.

No entanto não eram apenas os trabalhadores que buscavam o asilo nas matas, diversos soldados desertavam e iam tentar sobreviver plantando suas roças de mantimentos ou mesmo da extração de produtos naturais diversos. As motivações eram variadas e complexas, como já dissemos anteriormente, mas a justificativa mais comum era o receio do recrutamento, da violência que poderiam vir a sofrer nas companhias, da irregularidade dos pagamentos que poderia ameaçar a sustentação de suas famílias e do trabalho nas fortalezas.

Alguns soldados que desertaram de Cameté, em 1777, e foram presos num sítio próximo a Baião se justificaram para o capitão João de Moraes Bitencourt dizendo que

¹⁰⁴ APEP-CDG nº72, documento nº123- CARTA de Antônio José Ribeiro, morador do lugar de Azevedo, datada de 20 de janeiro de 1769, relatando a fuga de dois índios e uma índia.

¹⁰⁵ APEP-CDG nº 95, documento nº 34- CARTA do diretor da vila de Beja, Marçal José Pastana, para o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada de 25 de maio de 1752, relatando a situação da povoação por falta de indígenas.

¹⁰⁶ APEP- CDG nº 389, documento nº 287- CARTA do diretor do lugar de Azevedo, Manoel Carlos de Sá, para o Governador e Capitão do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telles de Menezes, datada de 12 de janeiro de 1783, relatando a situação da povoação por falta de trabalhadores.

havia desertado em temor da peste, pois não tinham como se sustentar¹⁰⁷. Ao escapar, conhecendo o terreno, contando com os acoitadores a tática adotada deveria ser a dispersão, para erguerem suas palhoças nos matos com seus familiares, como fez o soldado Alexandre Machado.

Em 1773, Gabriel Peçanha, da Praça de Cameté escreveu ao governador João Pereira Caldas relatando que vários soldados tinham desertado, dentre eles Alexandre Machado, e que fora realizada uma diligência sob o comando do Sargento Jacob Salles após receber notícias

que o Soldado Alexandre Machado fugira deça Praça indo em comp^a de sua Main Josefa Roiz e de seu padastro o preto Izidoro e na véspera da festividade do Snr Sam João Baptista se achavão nesta villa recolhidos em caza de Maria Thereza, sendo esta também suspeitosa de que dava asillo a hum filho também dezertor chamado Ant^o João de Siq^{ra}, e fazendolhe a delig^{cia} devida se não poderão prender pello que mandei prender as d^{tas} Mains athe darem conta doz d^{tos} aozentes¹⁰⁸.

Anos antes, Hilário de Moraes Bitencourt, relatava que um grupo de soldados havia desertado da Praça de Cameté, liderados por Maximiano Pereira de Aragão e haviam subido o rio Tocantins com a finalidade de alcançar “as Capitánias Supperiores”¹⁰⁹ e lá estabelecerem seus sítios.

A fuga e a formação de comunidades eram formas de resistência bastante retratadas na Capitania do Grão-Pará ao longo do século XVIII. Segundo Vicente Salles (2005, p. 237), era um processo tradicional de busca pela liberdade daqueles que geralmente buscavam o asilo nas matas, onde com o tempo aprenderiam a se organizar em comunidades com base econômica e estrutura social própria.

Sobre as fugas, sabe-se que ocorreram em todas as áreas da capitania, marcando diversos sentidos e rotas, onde a topografia tornava-se aliada daqueles que buscavam reaver sua liberdade, pois, como afirma Mathias Assunção (1996, p. 434), na segurança das matas estes agentes cultivavam uma economia de pequena produção agrícola e de

¹⁰⁷ APEP- CDG nº127, documento nº129- CARTA do Capitão Mor da vila de Cameté, João de Moraes Bitencourt, para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, datada de 10 de março de 1777, relatando a prisão de alguns soldados que haviam desertado e fugiram subindo o rio Tocantins.

¹⁰⁸ APEP- CDG nº 72, documento nº 305- CARTA de Gabriel Peçanha, da Praça de Cameté, para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, datada de 24 de junho de 1773, relatando a deserção de vários soldados.

¹⁰⁹ APEP- CDG nº 72, documento nº 132- CARTA do Capitão Hilario Moraes Bitencourt, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive, datada de 1 de junho de 1769, relatando prisão de um grupo de soldados desertores que haviam subido o rio Tocantins.

gêneros extrativos, representando o surgimento de inúmeras pequenas e médias comunidades rurais.

Ao articularmos, como sugere Flávio dos Santos Gomes (1997, p. 45), os sitiante pobres, mas não despossuídos, os soldados desertores e suas famílias mestiças, os indígenas, negros e desertores constituídos em comunidades na floresta com o setor mercantil endógeno podemos traçar o perfil da comunidade rural amazônica e analisar a constituição de formas camponesas na região.

Segundo Adelmir Fiabani (2012, p. 314) o termo formas camponesas não é corretamente aplicado ao se lidar com as comunidades marginais. Para ele, as comunidades camponesas possuiriam práticas agrícolas que se articulavam “em forma diferenciada com a divisão de trabalho, através da esfera mercantil subordinada”, onde as demais atividades embora fossem importantes, desempenhavam um papel secundário. Isto é, a prática agrícola seria a atividade dominante, sendo característica a utilização de instrumentos e técnicas produtivas que se expressariam em uma agricultura intensiva ou semi-intensiva, aspectos que não encontramos na população rural tocantina.

O termo que talvez se aplique melhor para caracterizar a população rural paraense seria o de comunidade agrícola doméstica, pois, como Fiabani (2012, p. 314) explica, as comunidades agrícolas domésticas produziam para o próprio consumo e, eventualmente, estabeleciam relações de troca e de comércio com outros segmentos da sociedade colonial.

A população rural tocantina nesse aspecto assemelhava-se ao nível da horticultura indígena que dispunha de ferramentas rústicas, técnicas produtivas extensivas, cultivos de ciclo rápido que tinham no fogo e na força humana as principais formas de energia.

Considerando as atividades e produção econômica dos pequenos lavradores pobres, dos indígenas, dos soldados desertores e suas famílias mestiças e dos negros, escravos, libertos ou fugidos, Flávio dos Santos Gomes (2015, p. 17) observou micro sociedades rurais multiétnicas marginais de base agroextrativista que sempre buscaram manter algum tipo de articulação com setores sociais envolventes (redes de comércio, relações de trabalho, de amizade e de parentesco).

A tênue ocupação das margens do rio Tocantins somada a imensidão das matas e rede hidrográfica, que escapava ao controle do Estado numa espécie de fronteira aberta, fizeram do rio Tocantins um corredor favorável aos desertores e outros fugitivos que se

evadiam em busca de um novo começo. Sobre a questão, Flávio dos Santos Gomes (2015, p. 17) afirma, “a expectativa inicial de se ocultar se juntava com a ideia de se estabelecer em locais protegidos”, que oferecessem possibilidades de desenvolver troca mercantis.

As trocas estabelecidas pelas comunidades rurais subalternas com outros segmentos da sociedade colonial não representavam paz ou ausência de conflitos, mas, segundo Flávio dos Santos Gomes (2006, p. 27), significavam experiências que conectavam toda a sociedade agrária, tanto a que lhes reprimia quanto a que lhes acobertava as práticas.

Os estudos sobre as estruturas organizacionais destas comunidades demonstram que mesmo buscando se afastar da sociedade escravista, interagiam nos subterrâneos, comercializando a prestação de serviços e o produto das suas roças por aquilo que não pudessem produzir no âmbito da comunidade. É o que Donald Ramos (1996, p. 165) quis dizer ao afirmar que “os fugitivos rejeitavam o sistema social e cultural, mas, na sua maioria, viviam como parte dele em termos econômicos”.

A produção econômica das comunidades e indivíduos podia ser complexa, além da maniva, como já falamos anteriormente, poderia haver outros cultivos; além é claro de outras atividades como a pescaria, a caça e a coleta. Ou seja, embora a agricultura fosse uma atividade básica para esta população, ela não era a única. Seria, como Flávio dos Santos Gomes (2015, p. 25) afirmou, a face camponesa se adaptando a lógica econômica da região, guardado os devidos complicadores do usado termo camponês¹¹⁰

Esses pequenos produtores dispersos pelo território tinham sua importância destacada quando das crises de abastecimento, pois seus cultivos alcançavam as principais vilas por meio dos regatões, ou eram requisitados pelas autoridades quando a produção era insuficiente. Como ocorreu em Cameté no ano de 1795. Segundo o juiz ordinário, João Paulo de Moraes Bitencourt,

¹¹⁰ Para Rosa Acevedo Marin (2000, p. 2) abordar a formação de um campesinato regional amazônico, de um mundo agrário no período colonial e de grupos que realizaram evoluções distintas são problemas teórico e historiográfico a serem enfrentados, pois, os modelos teóricos utilizados para explicar as sociedades agrárias europeias consagraram a atenção à ideia de mudanças e permanências que depositam ou deixam suas marcas sobre a paisagem profundamente transformada. No entanto, como explica Marcia Motta (2005, p. 69), a formação social e étnica dos trabalhadores camponeses brasileiros, em especial, da Amazônia, se origina no processo de dispersão da população que iam adentrando o território para o defender ou catequizar os nativos, levados a absorver valores socioculturais externos e a tornarem-se cultivadores da terra e coletores dos recursos da floresta para a subsistência e comercialização de excedentes. Nessas condições a população se reproduzia tanto internamente quanto por mestiçagem. Nesse sentido, tivemos a origem da população cabocla amazônica: um tipo social e camponês da floresta que concilia em suas práticas a pequena agricultura e pecuária, com a caça, a pesca e a coleta de recursos da floresta, em territórios de vivência ribeirinhos (nas margens) ou em terras firmes (nos centros).

para completaremos outenta alqueires de farinha q o d^o Then^{te} Cor^{el} me pede para aquella expedição, ordemnei ao snr Agostinho Ferreira Campelo, hum dos melhores, e dos mais bem estabelecidos lavradores q socorresse com vinte alqueires deq se lhe passaria recibo p^a haver o seu importe como V Ex^a ordenasse¹¹¹.

As notícias de um comércio clandestino na Amazônia, datam desde o século XVIII. Em 1772, a Câmara de Cameté informou ao governador que negociantes, filhos de Mazagão, estavam promovendo distúrbios e insultos pelas fazendas e sítios da região ao longo do rio Tocantins,

roubando os cacuais e emcitando escravos com Agoas ardentes, p^a comorrerem p^a esta subrepeção; e o comtratador do negocio das Aguoa ardentes ce acha gravem^{te} prejudicado com esta obsullecta, pois athé pellos portus desta V^a a vendem cem temor daz Justisa¹¹².

Outro caso noticiado de comércio clandestino, foi o do mulato Lirio que, em 1776, não tendo domicilio certo andava pelo rio Bujaru comerciando aguardente de sitio em sitio com os escravos das propriedades daquele rio, assim como mercadejava com algumas comunidades de foragidos existentes na região (FIGUEIREDO & VERGOLINO-HENRY, 1990, p. 92).

Como podemos observar, os circuitos mercantis se estabeleciam de formas obscuras. Nesse sentido, estas microsociedades de escravos, libertos, indígenas, brancos pobres e desertores, trabalhando e negociando suas roças, criações e outros produtos, representavam para as autoridades administrativas um alto risco para a ordem pública.

Os mocambeiros, segundo Figueiredo e Vergolino-Henry (1990), assaltavam pelos rios e estradas, tornando por vezes intransitáveis, atacando povoados e fazendas roubando e recrutando mais cativos¹¹³. Um destes grupos era liderado por uma mulher, conhecida como Dona Maria Felipa Aranha, responsável por “m^{tas} desordens” nas povoações e sítios existentes ao longo do rio, pois andavam “as canoas della feitas

¹¹¹ APEP- CDG n° 526, documento n° 7- CARTA do Juiz Ordinário da vila de Cameté, João Paulo e Moraes Bitencourt, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, datada de 29 de agosto de 1795, relatando a carência de mantimentos para expedições e a requisição feita a lavradores, como Agostinho Ferreira Campelo.

¹¹² APEP-CDG n° 211, documento n° 29- CARTA do senado da Câmara da Vila de Cameté para o Governador Fernando da Costa de Ataíde Teive, datada de 27 de julho de 1772, relatando as ações de comerciantes mazaganistas que causavam distúrbios por entre as propriedades e realizavam comercio clandestino na região.

¹¹³ Ibidem.

piratas no mar...tirando pello rio e intimidando”. Se por um lado o “bando” de Dona Maria Felipa podia ser considerado subversivo e desordeiro, por outro com as trocas e prestação de serviços que realizavam com alguns moradores, fazia parte da economia local.

Em outro episódio no ano de 1774, os membros da Câmara de Cameté, os senhores João Barroso de Bastos e Domingos Roiz das Neves, escreveram ao governador João Pereira Caldas relatando levantes de escravos que causavam desordens. Segundo eles;

tendo alguns excravos de defferentes senhores se tem estes internado nos mattos vizinhos de onde saem para perpetrar clandestinam^{te} roubos e aSaSinatos pelos citios adjaSemtez e atrahir a outroz que se vão emcorporando e emgroSando de sorte q já se temem algumas comSequencias funestas¹¹⁴.

Situações recorrentes, os ataques de indígenas e negros, com as quais os moradores tiveram que lidar ao longo do rio Tocantins. Em 1784, o lavrador Feliciano José de Weinholtz de um distrito de Cameté escreveu ao Governador relatando o problema de ataques indígenas aos moradores. No rio Taboraê houve três vítimas, “duas pobres mulheres e hum homem capinando sua rossa”, o menino de três anos havia sido levado junto com “as ferramentas, armas, pólvura e xumbo”, o mesmo fizeram “a hum homem que se achava só na sua ilha, o Robarão a tudo”¹¹⁵.

O juiz ordinário da vila de Cameté, em 1784, relatou os ataques ao sítio de Vitoriano de Souza, que segundo ele teria ocorrido “pellas seis horas do dia aonde lhe matarão sua molher e lhe ferirão dois filhos que me parece não escaparão e carregarão huma filha do dito para o matto de sete annos de idade”, bem como ao sítio de Francisco Ribeiro Tavares, “pellas sete horas da noute aonde lhe hião levando uma inteada para o matto, a qual a vierão tirar de dentro de sua caza, que com os gritos que a molher deu a forão vários vezinhos e seu marido resgatar”¹¹⁶. Sobre este incidente o capitão João de Moraes Bitencourt escreveu;

¹¹⁴ APEP-CDG nº 211, documento nº 59- Carta de membros da Câmara de Cameté para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, datada de 27 de fevereiro de 1774, relatando a fuga de escravos e o aliciamento que os fugidos andavam fazendo pelos sítios vizinhos.

¹¹⁵ APEP-CDG nº 408, documento nº 68- CARTA de um lavrador da vila de Cameté, Feliciano José de Weinholtz, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza de Albuquerque, datada de 19 de junho de 1784, relatando o ataque e saques sofridos por alguns sitiantes.

¹¹⁶ APEP-CDG nº 408, documento nº 104- CARTA do juiz ordinário da vila de Cameté, Luis Vieira da Costa, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque, datada de 13 de novembro de 1784, relatado os ataques de indígenas sofridos por moradores.

Deo o Gentio em caza do Vitoriano de Souza, morador no Rio Tauareé, aonde lhe matarão a mulher; flexarao hua filha de peito; quebraraõ a cabeça de hum filho; levarãõ lhe hua f^a de 7 ann p^a o matto; quebrarãõ a cabeça da cunhada do d^o, e roubarãõ no de tudo q possuía¹¹⁷.

O problema dos ataques e roubos engrossavam as denúncias de fugas e formação de comunidades que se alinhavam com o setor mercantil endógeno. Esse número crescente de relatos de ataques a moradores era considerado pelas autoridades como uma situação preocupante, pois destacava o problema da falta de vigilância sobre os foragidos, acoitadores e o comércio clandestino que era feito através da malha fluvial. Como Flávio dos Santos Gomes (1997, p. 109) explica, um conjunto heterogêneo de pessoas tentavam sobreviver na floresta, sozinhos ou em comunidades, comercializando suas produções, através das redes de trocas.

As contínuas notificações de deserção de escravos, índios e militares que subiam o rio Tocantins, saqueando sítios e se estabelecendo em comunidades fez com que o Governador José de Nápoles Tello de Menezes retomasse o projeto de colonização das margens tocantinas. Em seu ofício ele explica as razões e argumenta a importância que um Registro de canoas teria para o estabelecimento da atividade comercial entre as capitânicas do Pará e as interiores.

Tão bem devo participar a VEx^a que obrigado das continuas Representaçõens dos Moradores da Villa e Destritos do Camutá, sobre escravos ausentes e refugiados pelo Ryo dos Tocantins, me detriminei a mandar o sargento mor engenheiro Euzebio Antonio de Ribeiro, com o Capitão Henrique João Wilchens, a examinar o sítio mais próprio, e comodo para o Estabelecimento de hum Registro, que sirva ali de conter e embarçar a liberdade com que se acha frequentada somente pelos transgressores a Navegação do dito Ryo, Que authorizada com esta segurança, pode servir as trez Capitânicas do Pará, Goyaz e Cuyabá do mais fácil, e interessante meio de comunicar-se; sendo na opinião geral e commua de todos os habitantes deste Estado, aquelle Commércio, o único siguro paladião em que funda a esperança dos seus Fados esta Miseravel Troya.¹¹⁸

¹¹⁷ APEP- CDG nº 408, documento nº 103- CARTA do capitão da Praça de Cametá, João de Moraes Bitencourt, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque, datada de 13 de novembro de 1784, relatando o ataque de indígenas sofrido por um morador.

¹¹⁸ AHU-OFICIO do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Tello de Menezes, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 15 de junho de 1780, sobre as queixas apresentadas pelos moradores da vila e distritos do Cametá, relativos aos escravos ausentes e refugiados no Rio Tocantins, reclamando o estabelecimento de um registro para sustentar a fuga dos ditos escravos, de cuja necessidade tem nas capitânicas do Pará, Goiás e Cuiabá.

Nesse sentido, podemos entender como o corredor tocantino foi se tornando um espaço geográfico, social e econômico, que incluía uma miríade de moradores e suas famílias ou grupos, os quais migraram pelas mais diversas razões para se estabelecerem nas margens onde desenvolveram suas roças e outras plantações, aproveitando os caminhos fluviais para alcançar vilas, lugares de índios e cidades.

2.3- A retomada dos povoamentos na calha do Tocantins

O ímpeto colonizador na região tocantina foi retomado pelo Governador José de Nápoles Tello de Menezes, em 1780, principalmente para desenvolver o comércio com as capitanias interiores que se encontravam em decadência devido ao ocaso do ciclo aurífero.

Segundo Francisco Barata (1848, p. 347) a situação da Capitania de Goyaz fica evidente nos mapas de exportação onde é possível observar que a partir de 1766 os rendimentos que estavam na casa dos 87:078\$402 réis foram decaindo sucessivamente de tal forma que em 1802 foi contabilizado apenas 32: 978\$330 réis, enquanto que o Grão-Pará no mesmo período apresentou um rendimento crescente, dos 88:834\$000 em 1766 para 417:128\$000 em 1802.

O abatimento de Goyaz é evidenciado em 1785 pelo Governador Tristão da Cunha, segundo o qual;

O ouro diminuiu, as fábricas dessecaram-se, os trabalhos extinguiram-se, e os habitantes de Goyaz sentiram a mão férrea da desgraça ir pesando sobre suas cabeças. Endividados com a fazenda pública, com as praças de comércio de beira-mar, com o juízo dos defuntos e ausentes, com o cofre dos órfãos, e com os particulares que os haviam acreditado, perseguidos pelos inexoráveis agentes fiscais e pelos credores, viram-se eles despojados de suas efêmeras riquezas, e reduzidos repentinamente à última indigência (TAUNAY, 1931, p. 9).

Segundo Taunay (1931, p. 9), apesar da situação de pobreza a Capitania de Goiás possuía uma grande variedade de gêneros como mandioca, milho, feijão, arroz, café, algodão, açúcar, aguardente, urucu, anil, trigo, couros e carnes de porco e gado, os quais poderiam ser mais bem aproveitados. O referido autor justificava tal realidade a situação de isolamento e dificuldades de escoamento, principalmente em razão dos elevados custos com o transporte para Bahia e São Paulo.

Considerando a necessidade de escoamento das produções goianas, a rede fluvial já era aventada como uma possibilidade de caminho de saída para a produção pelo Grão-Pará. Em 7 de agosto de 1772, com claras vistas comerciais o governador de

Goyaz, José de Almeida e Vasconcelos, incumbiu Antônio Luiz Tavares Lisboa de levar um carregamento de gêneros de permuta a Belém pelo rio Tocantins, onde chegou no dia 17 de setembro e entregou o roteiro da sua viagem ao governador paraense. (VILLA REAL, 1848, p. 437) No entanto, o governador do Grão-Pará João Pereira Caldas, obedecendo as ordens régias que vedavam a navegação pelo rio Tocantins negou o pedido do governador goiano e proibiu o emissário de retornar por onde viera, obrigando-o a passar para o Maranhão, donde por terra seguiu para Goyaz.

As solicitações pelo fim da proibição da navegação tocantina prosseguiram e em 1780 o governo paraense mandou erguer o registro de Alcobaça e a povoação de São Bernardo das Pederneiras sob a finalidade de evitar o extravio de ouro, a fuga dos escravos das localidades próximas, combater os indígenas hostis e auxiliar aos comerciantes que empreendessem a navegação pelo caudal para auxiliar as povoações goianas que padeciam com a decadência da atividade de mineração. Segundo Antônio Baena (1848, p. 88),

O general governador José de Nápoles Tello de Menezes, em observância das ordens régias que haviam sido anunciadas na resposta de um ministerio illustrado e sabedor a fundo dos interesses e situação á carta escripta em 1762 pelo sobredito bispo D. Frei João de S. José, sobre a precisão de facilitar-se o uso do Tocantins e de civilisar-se a sua avultada gentildade, plantou em 1781 um logar denominado de S. Bernardo da Pederneira na borda direita do Tocantins, entre a Cachoeirinha e a cachoeira Tapaiúnacuára; e no anno subsequente mandou engastar debaixo da direcção do major engenheiro João Vasco Manoel de Braun em situação uma legua inferior do riacho Caraipé outro logar com o appellido de Alcobaça, e annexo a elle um forte de fachina chamado de Nossa Senhora de Nazareth, cavalgado de seis peças de artilharia do calibre menor que o mediano.

O caso particular do lugar de São Bernardo no sítio da Pederneira chama atenção, não por ter sido mandado erguer na margem esquerda o rio Tocantins sob a justificativa de buscar conter a deserção de escravos, índios e soldados, mas pelo aproveitamento de uma população mocambeira, a qual se encontrava vivendo em um igarapé no interior do sertão, segundo o governador, “sem utilidade alguma do Estado ou do Público”¹¹⁹.

¹¹⁹ AHU- OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Tello de Menezes, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre os motivos da construção de uma nova fortaleza na margem oeste do rio Tocantins, devido à deserção de escravos, índios e soldados para outras capitanias, tendo o mesmo acontecido em outras fortalezas da região; a nomeação do sargento-mor engenheiro João Vasco Manuel de Braun, com exercício interino do posto de sargento-mor da Praça de São José do Macapá, para o comando do Parque de Artilharia da cidade de Belém do Pará.

Sobre esta comunidade, já no século XIX, Ignácio Moura (1989, p. 113) escreve:

Foi nas cabeceiras ou nascentes do rio Itapucu que se estabeleceu [...] um grande quilombo de escravos fugidos, que formaram desde então uma aldeia, para cujo extermínio foram infrutíferas todas as expedições militares que contra eles remeteu o Governo [...] Estes negros, que assim viveram por largo tempo em verdadeira comuna republicana e com jurisdição policial por eles investida, estão hoje [...], reduzidos a pacatos e simplórios lavradores, reconduzidos ao regime legal...

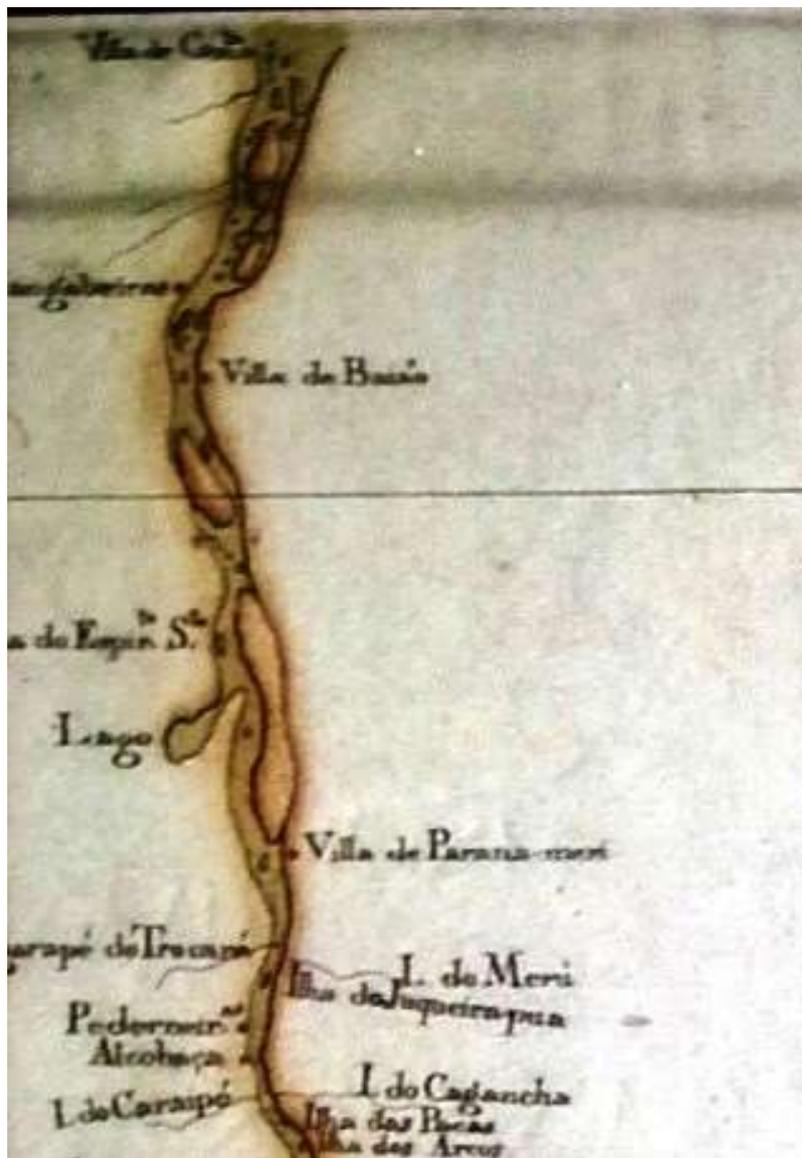
Em seu ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o governador Tello de Menezes fala que persuadiu voluntariamente a “principalla Dona Maria Felipa Aranha” a ir se estabelecer em uma nova localidade com “as mais de trezentas almas de ambos os sexos” que a acompanhavam. Para tanto, o governador cedeu o transporte para todos, as ferramentas para a construção das casas e abertura de roças dando princípio a uma agricultura, bem como mantimentos, plantas e sementes¹²⁰.

Dessa forma, segundo Baena (1969, p. 197) fez-se o erguimento de São Bernardo “em uma situação agradável na margem esquerda do Tocantins acima de Baião três dias de voga moderada; tendo entre si e o referido lugar o Paranamirim¹²¹”(figura 7).

¹²⁰ APEP- CDG nº 353, documento nº 66, correspondência datada de 9 de outubro de 1780 escrita por Dona Maria Felippa Aranha ao governador Jose de Nápoles Tello de Menezes.

¹²¹ O canal do Paranamiri, segundo Ignacio Moura (1989 p. 129), fica localizado entre a ilha do Jutá e a margem direita, um lugar pitoresco, em forma de barranco, sustentado por rochas enegrecidas, sobre o qual se estendia uma planície onde teria havido uma povoação homônima.

FIGURA 7: Recorte mostrando a distância entre Baião e as localidades de São Bernardo das Pederneiras e Alcobaça



Fonte: CABRAL, Ligia Maria Martins. O Rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 27.

Os critérios usados para a escolha dos sítio sem que se estabeleceriam novas povoações, como ressaltou Thomas de Souza Villa Real (1848, p. 443) em sua memória, seriam: que fosse um local de terra firme a salvo das inundações periódicas do rio, pois como esclarece Moura (1989, p. 51), as margens do rio Tocantins possuíam topografia volúvel, principalmente a esquerda, devido a constituição argilosa sendo

afetadas pelas marés que adentravam a calha tocantina¹²²; que tivessem terras férteis para as lavouras e campinas para a criação de gado¹²³; e que tivesse abundância de caça e pesca. O sítio da Pederneira atendia a esses critérios, sendo considerado “huma boa parede¹²⁴”.

Chegados à nova situação, os povoadores trataram de limpar o campo para construir as residências e as roças para o cultivo de gêneros que mais rapidamente ficassem prontos para a colheita. Como a própria Dona Maria informa ao governador em correspondência do dia 9 de outubro de 1780 quando diz “tanto que chegamos se deu principio a hú rossado p^a o lugar da v^a...se fica rossando p^a rossas p^a farinhas”. Estas roças tinham “de cumprido duzentas e tantas brassas, de largura sém brassas”. Ao lado da abertura das primeiras roças também ocorreu a construção das primeiras casas, os “tejuhares de mocambo”, num ensaio de organização desta povoação.

O sucesso da nova povoação dependia além dos esforços individuais, também do auxílio do governo e da solidariedade dos moradores que haviam nas proximidades, os quais nem sempre estavam dispostos a ajudar, até que as roças começassem a produzir. Segundo relata Dona Maria Felipa na mesma correspondência os recursos de que dispunha eram bastante limitados e por isso:

peço a VEx^{cia} juntam^{te}, que me mande prover de mantim^{tos} de farinhas q está a gente quase sem ella, e procurando meioz de alcançar o melhor commodo de a conduzir, me informarão que Manoel Lopez Torrez, morador no d^o Rio Se intitula farinheiro da Fazenda Real, mandando eu procurar-lhe me diz ter feito hua pouca esperando som^{te} q VEx^{cia} lhe faça determinação della com ordem por escripta, além deste João Barroso, morador no mezmo Rio q Se acha com rossaz sufficientez, outrossim [...] José tao bem Manoel da Silva de Carv^o e M^{el} Moreira de Moraes e D Maria de Medeiros, Manoel Gomez de Carv^o.

Tao bem preciso VEx^{cia} fizesse avizo aos ditos nomeados me assitao com alguaz manibaz p^a plantaçoenz de rossaz. Tao bem preciso faça avizo ao m^{or} Manuel Andre Ribeiro, ao Luiz da Cunha Sarg^{to} Auxiliar me assistao com as suas canoaz grandez p^a a condução daz Madeiraz e palhaz p^a a Igreja e cazas

¹²² Segundo Antônio Baena (2004, p. 56) e o Barão do Marajó (1992, p. 87) o regime das mares era sentido vale a dentro a 42 léguas acima da foz sendo sentida até a altura da primeira cachoeira Tapaiunaquara.

¹²³ Segundo Sônia Magalhães (2007, p. 9) a agricultura encontrava um obstáculo ao seu desenvolvimento na baixa fertilidade dos solos que acompanham grande parte da bacia do Tocantins. Os principais tipos de solo que dominam a região são os Podzólicos Vermelho-Amarelos; Latossolos Vermelho-Amarelos e Latossolos Amarelos. Os solos Podzólicos, apesar de algumas restrições, apresentam condições para a atividade agrícola, sendo próprios da margem esquerda. Os Latossolos Vermelho-Amarelos, próprios da margem direita, são pobres em nutrientes sendo possível a utilização para a prática agrícola com a devida aplicação de adubo e preparo adequado.

¹²⁴ APEP- CDG n° 349, documento n° 24, correspondência datada de 12 de julho de 1781 escrita pelo comandante da fortaleza de Alcobaça, Diogo Luiz Rebelo de Barros ao governador Jose de Nápoles Tello de Meneses.

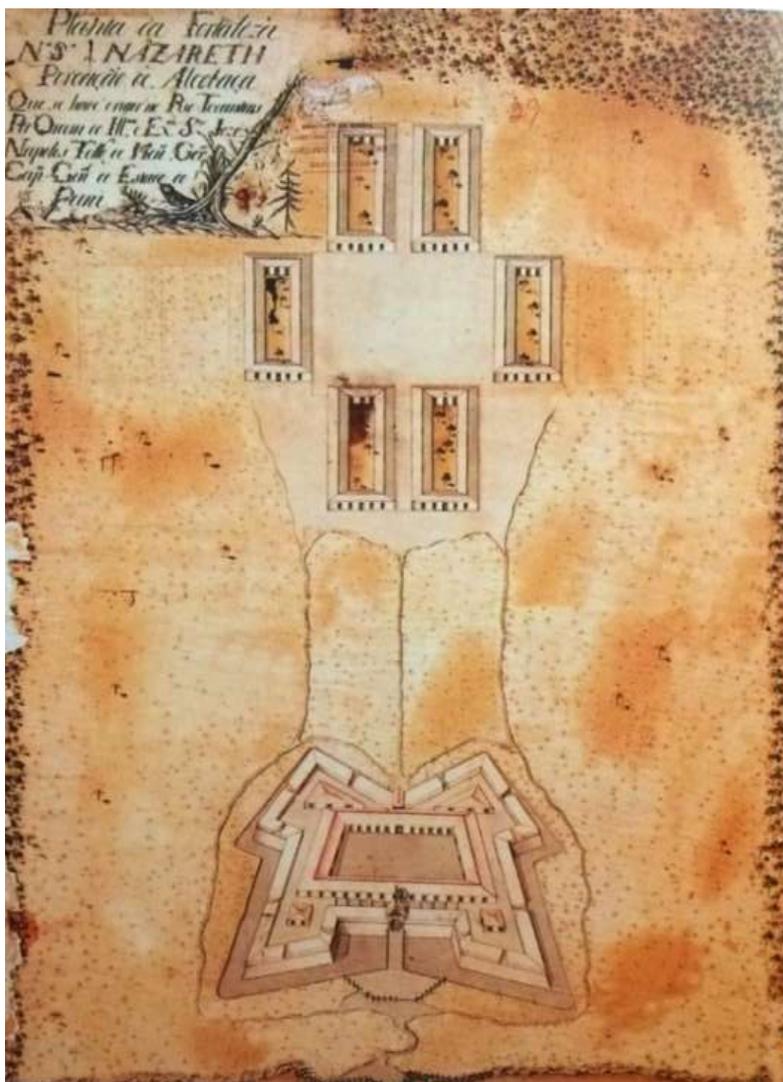
[...] me faça a graça de mandar algu azeite, vinagre e vinho q Se experimentão falta della cauza m^{tas} mollestiaz.¹²⁵

O surgimento de uma povoação com membros de um mocambo atraía para si o fluxo de cativos desertores, um verdadeiro polo de atração para negros, índios e soldados que, imbuídos do espírito aventureiro e de sonhos de um recomeço, se evadiam pelo rio Tocantins para “as Cappitanias Supperiores”. Visando solucionar o problema, o governador mandou engastar um registro¹²⁶ na região “debaixo da invocação de Nossa Senhora de Nazareth, e com o Logar de Alcobaça anexo a mesma, segundo se vê da referida planta” (figura 8).

¹²⁵ APEP- CDG nº 353, documento nº 67, correspondência datada de 9 de outubro de 1780 escrita por Dona Maria Felippa Aranha ao governador Jose de Nápoles Tello de Meneses.

¹²⁶Segundo Taciana Santiago de Melo (2011), a arrecadação de impostos era feita em parte por prepostos, os chamados "contratadores" ou "arrematantes", que compravam do Rei o direito de cobrar impostos sobre determinados produtos em determinadas regiões. Quando a arrecadação era direta, o pagamento era feito nas Provedorias (uma em cada capitania), nas alfândegas, nas casas de fundição ou nos "registros" e "contagens" que eram os pedágios existentes nos limites das capitanias.

FIGURA 8: Planta da Fortaleza e da povoação de Alcobaça



Fonte: CABRAL, Ligia Maria Martins. *O Rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2013, p. 46.

O forte de fachina, artilhado de seis peças de calibre menor que mediano foi projetado pelo sargento mor engenheiro João Vasco Manoel de Braun¹²⁷ e construído sob a comandância do sargento mor Diogo Luiz Rebello de Barros e Vasconcellos junto com outros trinta praças¹²⁸. Segundo o comandante,

possui me contada a gente [...] p^a novo estabelecimento, deq estão Estabelecidos Armazem, Quarteis, cadete e Sirurgião, Igreja e padre e a mais família q existem todos acomodados

¹²⁷ Soldado que foi degredado em 1778 da Praça de Setubal para o Grão-Pará, onde após solicitação de sua mãe ao governador João Pereira Caldas foi empregado como major engenheiro vindo a ocupar cargos importantes na Praça de São José de Macapá e junto a Administração do Estado_ Arquivo Histórico Ultramarino- Carta de 2 de outubro de 1779 e Carta de 14 de novembro de 1779.

¹²⁸ AHU- Ofício [*Idem.*]

Emquanto a fortaleza tomei a PoSe [...] e se acha o pao da Bandeira em pé e as PeSoas montadas e o campo para terem montadas oito [roças], huma caza de comandante com a Sua gente aRanjada p^a o pouco tempo de pricipio¹²⁹.

Estabelecido o novo registro e sua povoação anexa, o comandante organizou a distribuição de terras aos novos colonos, tomando o cuidado de, seguindo as orientações do governador, ceder “a cada casal a extensão de terras que puder lavrar”. Entretanto, as propriedades deveriam ser contíguas a fim de que se “possam mutuamente recorrer e preservar nas invasões do gentio, e também para que facilmente se possam achar nas occasioens em que for preciso chamal-os” (VILLA REAL, 1848, p. 443). Isto por que, como destacou Francisco José Rodrigues Barata (1848, p. 337) o objetivo principal dos novos estabelecimentos seria o desenvolvimento da agricultura e do comércio para “enriquecer a metrópole e aumentar-lhe o poder”.

Ainda segundo Barata (1848, p. 337), era indispensável que os colonos fossem obrigados a cultivar as terras e comerciar com a metrópole. O autor explica que qualquer omissão nessas obrigações seria prejudicialíssimo ao Estado, da mesma forma que a “escrupulosa execução” aumentaria o consumo das produções, beneficiaria o Estado por ter um maior número de envolvidos nas atividades produtivas, e possibilitaria o “fornecimento a outros povos ou nações do supérfluo”. Em vista de promover a prosperidade da capitania, Barata reforça a defesa de seu argumento afirmando que,

sendo pois a primeira obrigação dos colonos o cultivar as terras que habitam, e não lhes sendo permitido mudar a forma às matérias primeiras, segue-se que todas as providencias devem encaminhar-se a cultura, da qual emanará o comércio, que a protegerá, elevando-a ao competente auge, satisfazendo assim os colonos à segunda obrigação, que é acessória da primeira (BARATA, 1848, p 338).

Antônio Baena (1848, p. 100) parece concordar com Barata quando diz que “todas as esperanças de melhoramento no porvir devem ter por base dupla a agricultura e o comércio, só estes dous objetos é que podem restaurar essa província”. Mesma compreensão que Alexandre Rodrigues Ferreira e Estácio da Silveira já destacavam no século XVIII. Sobre a importância da agricultura e do comércio, Arthur César Ferreira Reis (1993, p. 97) esclarece que:

¹²⁹ APEP- CDG n° 349, documento n° 23, correspondência datada de 20 de janeiro de 1781 escrita pelo comandante Diogo Luiz Rebelo de Barros ao governador Jose de Nápoles Tello de Meneses.

Neste [acto régio de 01 de agosto de 1758], o ministro Corte Real esclarecera o pensamento de S. Magestade, que estava convencida de que o aumento desse Estado só pode conseguir-se pelos utilíssimos estabelecimentos da Agricultura e do Commércio.

Nos povoados situados ás margens do rio Tocantins, os moradores tinham suas roças de maniva, arroz, milho, legumes de diversas qualidades e segundo o comandante Diogo Luiz Rebelo de Barros estavam satisfeitos por verem a produção¹³⁰. Todavia essas populações não se limitavam a serem agricultores, eles também desenvolviam o extrativismo, até para complementar o produto das roças.

Quando Alexandre Rodrigues Ferreira subiu o Tocantins até a altura de Alcobaça em 1784 ele observou que em Cametá havia muitos cacauais, em Baião nas cercanias havia muitas árvores de anil e tabaco que não eram exploradas, em São Bernardo exploravam-se pedras e pederneiras, enquanto que em Alcobaça eram exploradas a estopa e a castanha¹³¹, produtos que seriam comercializados com os mercadores que passassem pelo rio a caminho de Belém ou subindo o Tocantins.

O lugar de São Bernardo das Pederneiras e o Registro das canoas de Alcobaça foram mandados erguer, como já foi dito anteriormente, para primeiramente fazer cessar o descaminho do ouro goiano “por algum malévolo ou malévolos que intentem extraviar ouros em pó sem os manifestar”, impedir a deserção de negros e soldados, fomentar a ocupação e o cultivo das margens serviriam para amparar os comerciantes que empreendiam a arriscada navegação pelo Tocantins, pois a ausência de portos seguros encarecia a viagem pelo rio. Nesse sentido, para viabilizar o comércio pela região era preciso superar os obstáculos existentes e que Barata (1848, p. 343) reduziu a quatro dificuldades essenciais.

A primeira consiste na que os comerciantes encontram em apromptar as precisas equipagens para as suas embarcações; a segunda em não haver nas margens habitantes que os forneçam dos necessários mantimentos; a terceira na difficultosa passagem das cachoeiras ou cataratas que há no rio, o que os obriga a levar maior numero de índios (ou outras pessoas) do que alias necessitariam; a quarta finalmente consiste na precisão que tem de ser

¹³⁰ APEP-CDG nº 349, documento nº 24- CARTA do comandante da Fortaleza de Alcobaça, Diogo Luiz Rebelo de Barros, ao Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará, José de Nápoles Tello de Menezes, datada de 12 de julho de 1781, relatando a situação do povoamento.

¹³¹ AHU-OFFÍCIO do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, relatando o resultado das suas observações recolhidas na sua viagem pela capitania do Rio Negro, na companhia do coronel Manuel da Gama Lobo de Almada, e do riscador José Joaquim Freire, desde a vila do Cametá e indo pelos Lugares de Baião, S. Bernardo até à Fortaleza de Alcobaça no rio Tocantins, e remetendo a bordo da charrua “Águia” as produções adquiridas na Ilha Grande de Joanes.

acompanhados de tropa que possa obstar qualquer ataque dos índios selvagens que habitam os sertões e margens.

Desse modo, para o autor a razão de ser de cada uma dessas dificuldades estava associada as seguintes questões;

A primeira procede do horror que os Índios tem a esta navegação pelo muito tempo que n'ella gastam, e pelas moléstias que adquirem, não tanto pelo clima como pelo muito trabalho, e muitas vezes pela corrupção dos mantimentos e sua má qualidade, e particularmente da farinha que lhes serve de pão, a qual até lhes chega a faltar; a segunda é ocasionada por diversas causas, sendo a principal a de se não haverem adoptado os necessários meios para fazer nas margens d'estes rios alguns estabelecimentos; a terceira procede pela mesma razão de não se terem aplanado ou pelo menos suavizado as passagens das mencionadas cachoeiras, para que os comerciantes não precisem de tanta equipagem, ou para melhor dizer, de tantas pessoas que os ajudem a varar ou passar as mesmas cachoeiras; a quarta finalmente provem de se não haver diligenciado escrupulosa e seriamente o descimento do gentio do sertão para aldeas, onde viviam sujeitos ao nosso governo, ou obrigar-o a que se retire para o interior do continente, onde se contenha sem inquietar os nossos concidadãos comerciantes e agricultores (BARATA, 1848, p. 344).

Como podemos observar acreditava-se que parte do problema poderia ser resolvido principalmente com a fixação de uma população ao solo pela atividade agrícola, transformando o espaço amazônico de um imenso deserto no idílico celeiro do mundo. O visconde de Taunay (1931, p. 11) corporifica tal ideia quando afirma que “a natureza parece ter-lhe preparado os meios de comunicação, que tão somente esperam por população mais condensada para fazer florescer o comércio”.

Dessa forma, o maior problema à instalação de uma rota comercial seria o “vazio demográfico” em que se configurava o Vale do Tocantins, pois esse fato encarecia a viagem, como dito anteriormente, uma vez que se precisaria ter um número elevado de remeiros para transpor o trecho encachoeirado, alimentos e barcos suficientes para transportar uma quantidade de produtos elevada de forma a gerar lucro para o comerciante que empreendia essa navegação arriscada. Ou seja, a solução seria uma ocupação de fato da região.

No entanto, a carência de portos ao longo do caudal era um problema difícil de ser solucionado, pois muitos povoadores não se arriscavam a ocupar pontos tão distantes sertão adentro. Deste modo, visando superar essas dificuldades, os governos propuseram “prêmios” àqueles que se lançassem nessa difícil tarefa.

Dentre os “prêmios” mencionados podemos destacar a concessão por carta de sesmária das terras necessárias para o seu estabelecimento; a cobrança de meio dízimo

para o cultivo de gêneros para exportação e isenção de dízimos para os gêneros de consumo interno por seis anos; isenção de dízimo para todo aquele que houvesse feito descimento de gentio e com ele tivesse formado estabelecimento ou fazenda de cultura de qualquer tipo de gênero; sobre as ferramentas necessárias não seriam pagos direitos de entrada e sobre as fazendas e gêneros seriam pagos meios direitos; concessão de mercês do Hábito de Cristo e proteção contra execução por dívidas para aqueles que fossem povoar e levarem consigo mais de trinta escravos; para os que levassem consigo mais de vinte escravos seria concedido, além dos privilégios anteriores, a mercê do Hábito de São Thiago; por fim, para aqueles que ao final de quatro anos possuíssem mais de cinquenta escravos, seria concedido a mercê do Hábito da Ordem de Cristo e o foro de cavaleiro fidalgo.

No entanto, mesmo com tantos incentivos a política das povoações ao longo das margens do rio Tocantins não surtiu os efeitos desejados, existindo tão somente São Bernardo, Alcobaça e um sem número de moradores dispersos pela região com suas casas e ranchos.

Alguns novos estabelecimentos somente seriam criados no governo de Francisco de Souza a partir de 1791, como o lugar de Arapari que, segundo Thomas Villa Real (1848, p. 432), era “um pequeno terraplano, que somente ocupa as casas porque subindo-se para cima quasi tudo é vargem ou alagadiço” (BAENA, 1848 p. 88). Outras povoações estiveram ligadas a mudança do destacamento de Alcobaça, como foi o caso do lugar de Arroios que, em 1793, foi estabelecido para o sítio defronte da ilha do Arapapá.

Para o Governador Francisco Coutinho, o pouco progresso nos assentamentos estava relacionado “algumas vezes ou por falta de luzes e devidas inteligências ou por frouxidão dos executores”, cuja frágil índole movida pelos seus particulares interesses tornava infrutífera as ações do governo na região tocantina que objetivavam, segundo o mesmo, “fexar o Caminho a soldados fugidos, Criminozos e Escravatura deste Estado; franquiamiento da Navegação e Comércio, e outros objetos de grande porte q todas estas circunstancias requerem huma Parage de Rio estricto”¹³².

Deste modo, o governador mandou, em 1797, o Ajudante do Regimento da vila de Cameté João da Silva Tavares encontrar um novo lugar que tivesse “terras p^a

¹³² AHU- OFICIO do Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Dom Francisco de Souza Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de 2 de agosto de 1797, relatando sobre o estabelecimento de povoações ao longo do rio Tocantins e as possíveis causas do pouco avanço.

Lavouras, a bem do Comum e Socorro dos viajantes”. Segundo João Tavares o ponto mais propício seria próximo a Cachoeira da Itaboca, que “tem grande extensão de vargem, a terra firme além de longe em ladeira”, mas ele também apresentou a possibilidade de se estabelecer o novo estabelecimento na boca do “Rio denominado Tacayonas que fica pouco antes da Barra do Araguaya, por comcorrem ali circunstancias p^a aquelle emprego que em outra parte se não encontrão Segundo o exame que tenho feito dos práticos, viajantes daqueles Rios”¹³³.

Segundo Baena (1969, p. 223), em 1797, foi estabelecido o novo povoamento junto à cachoeira da Itaboca, com seus quatro canais, dos quais apenas o furo dos mineiros é navegável, apesar das fortes correntezas. Contudo as inúmeras ilhas dificultavam a fiscalização e forçou o deslocamento do registro, segundo o autor, para a ribanceira entre o seco do Bacabal e a praia do Tição, que veio a ser conhecido como São João do Araguaia, por ter à vista a foz do dito rio¹³⁴.

De um modo geral, podemos entender que a política de povoamento pensada para a região do Tocantins por Dom Francisco de Souza Coutinho integrava agricultura e comércio, não apenas ao setor de exportação, mas contribuindo para o fortalecimento de um segmento mercantil endógeno, que resultou na diversificação da produção de forma a gerar produtos que seriam reexportados do Reino, alimentos para a população e matérias primas para as manufaturas portuguesas. Esse crescimento da produtividade registrou-se com o aumento das exportações de Belém para Lisboa.

¹³³ APEP-CDG n° 526, documento n° 91- CARTA de João da Silva Tavares para o Governador e Capitão do Grão-Pará e Rio Negro, Dom Francisco de Souza Coutinho, datada de 2 de agosto de 1797, sugerindo a mudança do Registro de Canoas para um ponto do rio mais favorável a fiscalização.

¹³⁴ Para Baena (1969, p. 230-231) a situação do Registro do Araguaia não foi bem escolhida por ter em frente diversas ilhas que poderiam ocultar canoas que estivessem em transito. Na opinião do autor, o melhor ponto teria sido no Boqueirão do Tauhiri que ficava entre a Praia Alta e a Praia da Rainha porque naquele ponto, necessariamente, as canoas teriam que buscar passar próxima margem. Um registro poderia impedir que os indígenas chamados Cupelobos atacassem aos viajantes.

Capítulo III

Do Grão-Pará ao Reino.

Em 6 de novembro de 1778 aportou em Belém vinda de Lisboa a corveta Santa Anna, São José e Almas, de propriedade de José de Sousa Rego e cujo capitão era José Joaquim Maria. Sua carga para o Grão-Pará era de fazendas secas e molhadas, bem como de algumas encomendas cuja “dízima importou a quantia de 662\$336”¹³⁵. No entanto, quando da sua partida para Lisboa, no dia 18 de fevereiro de 1779, segundo o juiz de Fora e da Alfândega, José Justiniano de Oliveira Peixoto, seus porões foram carregados com os gêneros da colheita de lavradores e particulares que importaram a quantia de 10:003\$905¹³⁶.

Situação similar observamos na galera Nossa Senhora do Bom Sucesso e Penha de França, capitaneada por Verissimo Duarte Rosa, que aportou na “Cidade do Pará vinda de Lisboa”, em 5 de outubro de 1778, com fazendas secas, molhadas e encomendas “de que sua dízima importou a quantia de 1:284\$393”¹³⁷. Todavia, quando partiu para Lisboa, em 3 de abril de 1779, carregada com os gêneros da colheita de lavradores e particulares sua carga perfazia a quantia de 19:426\$260¹³⁸.

Outra embarcação que partiu de Belém rumo a Lisboa, em maio de 1779, foi a charrua Nossa Senhora da Purificação que aportou com uma carga cuja “dízima importou a quantia de 282\$928”. Esta charrua em particular retornou ao reino, segundo o juiz de Fora e da Alfândega José Justiniano de Oliveira Peixoto, “com uma carga de madeiras” e “164 arrobas e 21 libras de Arroz em 30 sacas” oriundas da Fazenda Real mais 130 arrobas de arroz, 10 arrobas de cacau 9 arrobas de café de particulares

¹³⁵ AHU- OFÍCIO do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 15 de fevereiro de 1779, remetendo o mapa de valores dos gêneros transportados pela corveta Santa Anna, São José e Almas.

¹³⁶ AHU- OFÍCIO do juiz de Fora e da Alfândega da cidade de Belém do Pará, José Justiniano de Oliveira Peixoto, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 18 de fevereiro de 1779, remetendo o mapa de carga da corveta Santa Anna, São José e Almas, de que é capitão José Joaquim Maria, do porto do Pará para Lisboa.

¹³⁷ AHU- OFÍCIO do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 15 de outubro de 1778, relatando da parte da Alfândega de Belém remetendo o mapa de carga e valor dos efeitos transportados de Lisboa para o Pará pela galera Nossa Senhora do Bom Sucesso e Penha de França.

¹³⁸ AHU- OFÍCIO do juiz de Fora e da Alfândega da cidade de Belém do Pará, José Justiniano de Oliveira Peixoto, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 3 de abril de 1779, remetendo o mapa de carga da galera Nossa Senhora do Bom Sucesso e Penha de França, de que é capitão Verissimo Duarte Rosa, do porto do Pará para Lisboa.

despachadas por Leonardo José Brandão, que apresentou uma atestação do Mordomo da casa do Marquês de Angeja para conseguir embarcar estes gêneros¹³⁹.

Como podemos observar nestes três exemplos a participação dos lavradores e particulares nas exportações paraenses no período sucedâneo ao fim da Companhia de Comércio era bastante expressiva, chegando a representar mais da metade da produção da colônia. No entanto, segundo Francisco de Assis Costa (2012, p. 53), a produção paraense exportada não se explicaria pelas estruturas produtivas nem comerciais “oficiais” da colônia.

Convém ressaltar que as estruturas produtivas existentes no Grão-Pará setecentista seriam de três tipos: diretórios, os antigos aldeamentos missionários tornados comunidades civis administrados por funcionários, os colonos escravistas e, como designa Francisco de Assis Costa (2012), os produtores invisíveis, que podemos entender como sitiantes, mocambeiros, desertores e fugidos dispersos pelo território paraense desenvolvendo atividades agroextrativistas.

Tomando os mapas de exportação do Grão-Pará para o Reino no período de 1720 a 1822, Manuel Nunes Dias (1970, p. 363) e Francisco de Assis Costa (2012, p. 54) esclarecem que a produção embarcada até 1759 provinha das estruturas produtivas oficiais sob estrita tutela da administração colonial, ou seja, as vilas e lugares. No entanto, ao lado destas haviam os colonos, dependentes do trabalho compulsório e de agregados, cuja produção era intermediada por “corretores particulares”, como fica ilustrado na figura de Leonardo José Brandão, para acessar o mercado mundial.

As ações dos intermediadores, segundo Francisco de Assis Costa (2012, p. 53), seria um indicativo da existência de uma estrutura mercantil endógena em formação, na qual estariam produtores que não se ajustavam nem nas estruturas dos diretórios, nem na dos colonos. Ou seja, seriam produtores invisíveis dispersos pelo território, cuja produção seria intermediada por comerciantes não reconhecidos, seu par estrutural.

Para Francisco de Assis Costa (2012, p. 53), a parcela intermediada pelos comerciantes não reconhecidos e da produção dos produtores invisíveis, no período de 1755 a 1777, teria sido igual ao total exportado subtraído a produção dos diretórios e dos colonos que aparecem nos mapas de carga sob a rubrica “Companhia” (Tabela II). No entanto, através dos números de exportação, o autor explica que a produção

¹³⁹ AHU- OFÍCIO do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 8 de maio de 1779, relatando sobre o embarque de madeiras, arroz e outros gêneros pela charrua Nossa Senhora da Purificação, de que é mestre Pedro Gonçalves Romano, para o Reino.

exportada atribuída a estes invisíveis seria basicamente derivada da atividade agroextrativista, de modo que sua participação na exportação de produtos agrícolas seria maior do que se pensava.

No período subsequente, de 1778 a 1789, após o encerramento das atividades da Companhia de Comércio as estruturas produtivas paraenses alteram-se sensivelmente, com o enfraquecimento dos Diretórios e o fortalecimento de um capital mercantil endógeno. Nesse período em questão observamos uma crescente exportação de gêneros agrícolas, embora ainda os gêneros extrativos tivessem grande procura (Tabela I). Como explicar esse aumento das exportações paraenses a partir da década de 1770, diante da diluição dos Diretórios?

Para explicar esse crescente, Mauro Cezar Coelho (2005, p. 233) e Francisco de Assis Costa (2012, p. 57) destacam o incentivo a miscigenação pelo alvará de 4 de abril de 1755, como parte de uma estratégia para gerar famílias com pré-condições endogenamente para viver e produzir fora do controle do sistema produtivo vigente, sendo capaz de lidar com as dificuldades impostas pelo meio ambiente, reproduzindo-se apenas com o trabalho de seus membros, contribuindo, como afirmou Dom Frei Miguel de Bulhões, “para o aumento deste Estado”¹⁴⁰.

No período em questão eram recorrentes as notícias esvaziamento de povoações, como Beja em 1759 que estava em ruínas segundo Marçal José Pastana¹⁴¹, o lugar de Azevedo em 1783 que estava “exaurida de cazas, de roças e de gentes”¹⁴², ou o Lugar de Baião em 1784 que estava “em grande consternação”¹⁴³. Segundo esclarece João Lucio d’ Azevedo (1999) sobre essa situação;

Salvo em alguns povoados, vizinhos da capital, a desolação era a regra; [...] Os núcleos existentes não proliferavam; ao contrário, decresciam a olhos vistos. [...] Em vez de se applicarem aos trabalhos agrícolas, nas terras que nos povoados lhes pertenciam, andavam os índios vagueantes, á ordem dos directores, de um para outro sitio, executando as tarefas, que ao capricho

¹⁴⁰ AHU- CARTA do Bispo do Pará, Dom Frei Miguel de Bulhões e Sousa, para o rei Dom José I, datada de 4 de agosto de 1755, em resposta a provisão de 28 de abril de 1755, sobre a publicação do alvará em forma de Lei de 4 de abril de 1755, autorizando o casamento entre portugueses e índias e portuguesas e índios, deixando este tipo de união de ser considerado como infame, atendendo às necessidades de povoamento e fixação dos colonos nas terras daquele Estado.

¹⁴¹ APEP- CDG n° 95, documento n° 34- CARTA de Marçal José Pastana para o Governador, datada de 25 de maio de 1759, relatando a situação de ruína da povoação de Beja por falta de braços.

¹⁴² APEP- CDG n° 389, documento n° 287- CARTA de Manoel Carlos de Sá para o Governador, datada de 12 de janeiro de 1783, relatando a situação do lugar de Azevedo por falta de braços.

¹⁴³ CDG n° 408, documento n° 111- CARTA do Diretor de Baião. João Luís Pelleja, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque, datada de 9 de dezembro de 1784, relatando a situação de consternação em que se encontrava a povoação de Baião e os poucos resultados das diligencias feitas para capturar os foragidos que se achavam na região.

daquelles prazia indicar-lhes; d'ahi provinha o abandono e a progressiva decadência dos logares. [...] De fóra não lhes vinham elementos novos, e os desertores eram em numero progressivo, afugentando, com as relações que davam, as tribos errantes, para regiões cada vez mais remotas. [...] os índios fugiam para as suas brenhas, povoavam-se os matos de trânsfugas, em quanto os logares de habitação ficavam ermos. (AZEVEDO, 1999, pp. 310-315)

Considerando a diluição dos Diretórios no período pós-pombalino, não seria possível atribuímos a essas unidades produtivas nem aos colonos a produção exportável. Pois, como aponta João Lúcio d'Azevedo,

pouco importa que as terras sejam fecundas; a antiga cubiça produzia os mesmos resultados. Aos que se acham agora investidos da autoridade, donos das povoações e dos habitantes, os modestos proventos da agricultura não lhes merecem cuidados; querem, sim, o ganho abundante das drogas, em cuja extracção occupam os homens válidos. Vae nisso o próprio interesse, pois lhes compete, pelo regimento, a sexta parte dos lucros, e ao mesmo tempo lhes recommenda grangeiem negócios para a Companhia de Commercio. Abaixo e acima, sempre de viagem com o fadigoso remo em punho, os índios não teem descanso; passam do povoado ao longínquo sertão, onde vão arrancar os gêneros ao seio da matta; d'ali á capital, conduzindo a valiosa carga, á espera da qual estão as naus; e mal chegam ás suas casas, no regresso, eil-os obrigados a partir em nova expedição. (AZEVEDO, 1999, p. 312)

Nesse sentido, tampouco, como esclarece José Alves de Souza Junior (2012, p. 308), podemos ignorar a formação de uma classe mercantil originada na mistura de colonos, funcionários, militares e aventureiros, que construíram suas fortunas mais como negociantes do que como lavradores e foram capazes de se colocar como concorrentes diretos do sistema de monopólio arrematando a produção livre do controle das estruturas oficiais.

Para José Jobson de Andrade Arruda (2000, p. 171) o monopólio é o cerne para a compreensão dessas estruturas que se formaram no interior da Colônia. Pois, o capital mercantil ancorado no monopólio ultrapassou os limites da circulação, influenciando a produção e assegurando a realização monetária da produção no mercado mundial. Nesse sentido, podemos entender que o processo produtivo estava subordinado ao capital mercantil, tendo no trabalho compulsório força motriz do sistema.

No entanto, como explicam João Fragoso (1998) e José Jobson de Andrade Arruda (2000), a questão de fundo seria a própria natureza do capital mercantil. Segundo os autores o capital fixo exercia um papel pequeno no processo de reprodução e uma parcela considerável da riqueza consistia, com exceção da terra, em capital circulante, o que demandava pagamentos quase imediatos ao mesmo tempo que

disponibilizava recursos para investimentos mais rentáveis, capazes de atender à exigência de realização rápida dos investimentos mercantis. Ou seja, os grandes negociantes atuavam sob os impulsos do momento, podendo ser sucessiva ou concomitantemente mercadores, armadores, financistas, seguradores e/ou empresários agrícolas.

Como explica José Jobson Andrade Arruda (2000, p. 171), o capital mercantil se preservava criando alternativas. Isto é, não há um ramo da atividade econômica suficientemente remunerador, capaz de absorver toda a potencialidade do capital mercantil. Dessa maneira, podemos compreender sua maleabilidade que poderia levá-lo a investimentos em terras, não pela sua rentabilidade, mas pela capacidade agregadora em termos de prestígio social.

Segundo João Fragoso (1998, p. 76), para compreendermos a montagem de uma empresa agrícola precisamos considerar pelo menos quatro formas: o investimento direto de negociantes em terras e mão de obra; endividamento do lavrador com credores ligados ao comércio; herança familiar e/ou trabalho familiar. Estas formas, como esclarece José Jobson Andrade Arruda (2000, p. 171), favoreciam um estreitamento do circuito monetário, elevando-se os lucros pela pluralização de investimentos, não havendo imobilização em fatores de produção, garantindo uma liberdade para adaptar-se às oscilações do mercado.

O investimento em terras com a finalidade de desenvolver lavouras direcionadas ao mercado externo ou interno, significava adquirir status mais elevado na sociedade colonial. Nesse sentido, como explica João Fragoso (1998, p. 78), os comerciantes que almejavam obter aceitação e ascensão social, diversificavam suas atividades, tornando-se agricultores, ou buscavam entrar para uma família proprietária de terras.

Dessa forma, como aponta João Fragoso (1998, p. 41), algumas das grandes fortunas foram criadas à margem do mercado, através de uma política matrimonial praticada pela “nobreza da terra”. Portanto, a circulação dos bens que compunham o dote entre as famílias proprietárias de terra constituía um estratagema de consolidação do próprio status social, fortalecendo os laços entre a elite para vedar ou dificultar o acesso de outros grupos à terra.

Ser considerado entre os “melhores da terra” seria uma perspectiva que impunha ao indivíduo um longo caminho a percorrer, que quase necessariamente deveria ser iniciando pela atividade comercial. Segundo João Fragoso (1998, p. 107), existia uma grande variedade de comerciantes, além de praças mercantis dos mais diversos portes,

quase sempre localizadas em centros urbanos ou parcialmente urbanos. No caso do Grão-Pará, como destaca Siméia de Nazaré Lopes (2012, p. 1) seria Belém e as maiores vilas do interior, que detinham a primazia no fornecimento de créditos e mercadorias, num circuito relativamente mais amplo, de onde partiam eixos de negociação para as “Cappitanias Superiores” do Mato Grosso, Goiás e outras áreas da América Portuguesa.

Dessa forma, como explica João Fragoso (1998, p. 79), podemos compreender o desenho geral das redes de comércio. Segundo este autor, os mais ricos, ou, como os designa, comerciantes de “grosso trato” estavam sediados nos maiores centros. Os pequenos negociantes, que com eles mantinham ligação, estavam espalhados pelos inúmeros núcleos interioranos recebendo os produtos “sacados” dos matos e das roças da população dispersa em troca de víveres e fazendas. Em outros termos, seria a lógica da circulação do crédito e mercadorias em funcionamento com a cadeia de endividamento constituindo o modelo da economia colonial.

Para João Fragoso (1998, p. 79), as praças mercantis das maiores cidades eram os locais onde a maioria dos mercadores interioranos buscavam financiamento e produtos para, por sua vez, fazer funcionar seus negócios. No entanto, o autor destaca que era muito difícil que um pequeno negociante ou produtor rural entrasse em contato direto com os grandes comerciantes das maiores praças mercantis. Segundo José Alves de Souza Junior (2012, p. 363), a intermediação se dava pelos arrematadores, mesmo que estes fossem devedores de outros.

Segundo Francisco de Assis Costa (2012, p. 35), esta situação se esclarece pela existência de vários grupos de protagonistas e de tipos de comércio nos núcleos interioranos: a) o pequeno comércio, que negociava mercadorias de baixo custo, as chamadas miudezas além de secos e molhados; b) negócios com fazendas e usura, que se diferenciavam pelo maior valor dos produtos negociados, além de fazerem empréstimos a juros; e c) usura que lidava tão somente com a concessão de crédito a outros.

Para Siméia de Nazaré Lopes (2012, p. 2), a extinção da Companhia de Comércio facilitou a mobilização dos negociantes para entreter as suas atividades mercantis, seja de forma interna, seja de forma externa. Isto é, a partir do fim do monopólio da Companhia de Comércio, o capital mercantil endógeno se consolida e amplia sua atuação, cujos agentes visíveis eram os regatões (comerciantes móveis que utilizam barcos nos seus deslocamentos), os marreteiros (pequenos comerciantes do

interior, dependentes de suprimentos de comerciantes maiores) e os aviadores (comerciantes maiores sediados em Belém, supridores e financiadores de regatões e marreteiros).

Para Francisco de Assis Costa (2012, p. 58), estas bases estruturais e mercantis internas foram responsáveis pelo crescimento das exportações no período de 1778 a 1822, como podemos observar pelos números da exportação na Tabela I. Todavia, segundo Manuel Barata (1915, p. 10) e os mapas de carga dos gêneros exportados desde 1730 a 1777¹⁴⁴, podemos observar que houve um crescimento principalmente na exportação de gêneros cultivados como arroz, café, algodão e cacau. Embora Manuel Barata destaque que;

Além desses productos principaes, cultivados ou colhidos nas mattas, o Pará também exportava os seguintes productos secundários: assucar, aguardente, cravo fino e grosso, canela, salsaparrilha, puchiri, toros e pranchas de madeiras diversas, couros secos, salgados e cortidos, anil, óleo de copaíba e de iandiroba, urucú, algodão em fio, sumaúma, mel, tapioca, castanha, cebo em pão, guaraná, manteiga de tartaruga, sabão, gomma copal. breu, chocolate (BARATA, 1915, p. 10)

Podemos compreender que a ênfase no setor de exportação da economia colonial, como esclarece José Jobson Andrade Arruda (2000, p. 172), não significa desconsiderar a importância da produção de subsistência ou do abastecimento. Pois, como esclarece Stuart Schwartz (1966, p. 126), a diversificação da produção do mercado interno colonial ocorrida a partir da segunda metade do século XVIII aponta para uma dinamização da vida econômica interna, com acentuada tendência a internalização do fluxo de renda e ao estímulo da pequena indústria ligada ao beneficiamento de produtos agropecuários.

Podemos visualizar essa tendência, por exemplo, no ofício do Governador e Capitão General João Pereira Caldas, quando ele remete o mapa dos gêneros que se exportou do Grão-Pará para a Corte pela galera Santo Antônio Delphim de diversos particulares a serem entregue aos seus procuradores, assim como informando sobre as futuras carregações¹⁴⁵;

¹⁴⁴ AHU- OFÍCIO do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 31 de agosto de 1778, enviando os mapas dos gêneros exportados daquela capitania desde 1730 a 1777.

¹⁴⁵ AHU- OFÍCIO do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 10 de agosto de 1778, informando dos gêneros transportados na Galera Santo Antônio Delphim para o reino e informando a respeito das produções de arroz.

da colheita que vem chegando em as Canoas das Drogas do Sertão; e devo dizer a VEx^a que a lavoura de Arroz deste anno correspondeo, em forma, que me esperanço, facilite a maior Remessa, que deste porto se tem effectuado, pois só o Macapá tem porção conciderável; porém precisam^{te} a exportação ha de entrar pello decurço do anno vindouro, em Razão do tempo que hé necessário para se conduzir o ditto gênero às Fabricas do descasque, e nelas se apromtar.

A diversidade de gêneros exportada para o reino nos faz refletir que num primeiro momento, como explica José Jobson Andrade Arruda (2000, p. 172), a produção na sua forma artesanal e manufatureira estava subordinada à preponderância do capital mercantil, que determinava o padrão e os limites do processo de acumulação assim como o ritmo das economias coloniais. Pois, a produção colonial não se autodeterminava, isto é, segundo Arruda (2000, p. 173), o circuito do capital somente se completava fora da colônia, quando as mercadorias de novo se transformavam em dinheiro, que por sua vez se transmutava em fatores de produção.

No entanto, por essa perspectiva teríamos, como destaca Arruda (2000, p. 171), que considerar a interação dialética entre a condição colonial articulada à metrópole e a formação social da colônia. Isto é, pensar a exploração colonial através dos mecanismos de conjunto que enlaçavam o mundo metropolitano e colonial.

Nesse sentido deveríamos considerar, como explica Fernando Novais (1979, p. 256), que a ênfase na “acumulação para fora, externa, refere-se à tendência dominante no processo de acumulação e não à sua exclusividade”. Dessa forma, como esclarece Novais (1979, p. 257), alguma parte do excedente deveria permanecer no espaço colonial, do contrário não haveria reprodução do sistema. Ou seja, o desenvolvimento de um mercado interno seria consequência do funcionamento do sistema.

As alterações da política colonial portuguesa ocorridas na segunda metade dos Setecentos, segundo Arruda (2000, p. 176), visaram uma amenização do exclusivo metropolitano, estimulando a produção da colônia pela busca por uma integração mais forte entre o mundo da metrópole e o da colônia. Em outros termos seria o dilema exposto por Fernando Novais (1979, p. 285), onde não se poderia explorar as riquezas coloniais sem a criação de condições mínimas, ou seja, a implantação de uma máquina burocrática-administrativa, de uma infraestrutura portuária e das vias de circulação, do aparato de defesa interno e externo, diversificação da produção complementar ao setor de exportação, que seria representado pela subsistência.

No caso do Grão-Pará, segundo Nírvia Ravena (2005, p. 128), as redes de abastecimento diferem estruturalmente das encontradas em outras capitanias. A produção e a troca no Grão-Pará obedeciam a desígnios e seguiam caminhos diferentes dos do resto da colônia. Produzir no extremo norte significava ter de atender trocas internas – e aqui é preciso retratar suas formas e mecanismos –, mas também significava produzir mercadorias específicas para realimentar o circuito mercantilista.

Para Nírvia Ravena (2005, p. 129) e Mauro Cezar Coelho (2005, p. 363), dificilmente a expansão da produção correspondeu no Grão-Pará a uma intensificação das trocas internas. Pois, a natureza extrativa dessa economia não garantiria quantidades e qualidades. Segundo os autores, as tentativas de reordenar a base produtiva para a agricultura comercial encontraram limites tecnológicos, como a utilização de técnicas rudimentares, a não estrumação do solo e a não utilização de maquinários agrícolas. Sobre isso o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira fala que;

Cultivar a terra neste país diz ele é para assim dizer descascá-la; serve de pretexto o calor do sol que penetraria muito mais a terra se fosse mais mobilizada e se secariam as raízes das plantas. O método mais ordinário é de lançar fogo àquela parte do mato cujo terreno se pretende cultivar. A duração destes incêndios e a violência do fogo são proporcionados à quantidade do mato, à força das árvores e a sua duração. O estrume que está por baixo do mato fica secado, queimado e reduzido a cinzas; a terra debaixo da primeira recebe diversas alterações, segundo a sua natureza e todas estas alterações lhe vão tirando as qualidades que se fazem próprias para a vegetação. É verdade que a favorecem muito os saís de que a combustão das árvores a proveu; porém este benefício não basta, senão para uma ou duas colheitas... As cinzas que fazem uma parte da terra com as primeiras gotas de chuvas se endurecem e o resto corre pela superfície. Se a revolvem e trazem para cima a camada inferior para a incorporarem com a superior; como as matérias desta camada foram queimadas e calcinadas pelo do incêndio não são próprias para a vegetação; donde vem a ser preciso um tempo assaz considerável para firmar estas terras, fazer com que fiquem esponjosas e que recuperem a humidade e ligação que necessitam; porém como os saís das cinzas, por algum tempo fazem o terreno passageiramente fértil também não cultivam estes terrenos, senão por algum tempo e em vez de recorrerem aos adubos para entreterem e aumentarem a sua fecundidade, fazem outra queimada cujo proveito não dura mais que o da primeira.¹⁴⁶

Segundo Nírvia Ravena (2005, p. 129), a inexistência de feiras livres onde produtores pudessem colocar suas mercadorias e o controle da esfera da circulação, direta ou indiretamente, por agentes estatais evidenciariam o descompasso dessa

¹⁴⁶ AHU- OFÍCIO do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o Secretário de Estado de Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, datado de 15 de março de 1784, informando o resultado de suas observações a respeito da agricultura no estado do Grão-Pará.

produção e troca. Essa situação seria agravada pelas distâncias e meios de transporte que impossibilitaria um processo verticalizado de acumulação interna.

No entanto, devemos considerar os produtores invisíveis que estavam dispersos pelo território como por exemplo Dona Maria Felipa Aranha, João Barroso, Manoel da Silva de Carvalho, Manoel Moreira de Moraes, Dona Maria de Medeiros e tantos outros que estavam vivendo em seus sítios ao longo do rio Tocantins sem o título de propriedade das terras que ocupavam. Pessoas como estas desenvolviam seus “rossados de duzentas braças de cumprido e duzentas e tantas braças de largura”, complementando suas atividades com a exploração dos produtos da floresta.

Essa população “invisível” dispersa acompanhando a malha fluvial, como destaca Rosa Acevedo Marim (2000, p. 6), cultivava em seus quintais e pequenas hortas produtos como café, arroz, açúcar, aguardente, milho, cacau e farinhas que seriam comercializados na praça de Belém. Sobre os cultivos a autora fala;

As lavouras de mandioca, macaxeira, algodão coexistiam com a cana de açúcar e o cacau. Produzia-se com maior resultado comercial a farinha de mandioca, que no Acará alimentava os trabalhadores distribuídos entre as feitorias dos colonos. No sistema de produção costumava-se consorciar-se a mandioca com o arroz, os gêneros mais importantes para o consumo local. Plantava-se pouco de feijão, milho e o cacau tinha discreta presença (MARIN, 2000, p. 7).

Outro exemplo relacionado aos cultivos domésticos encontramos no ofício do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira de 1784, segundo o qual;

Multiplicam como a grama ao quiabo, ao careru e aos bredos as quais tenho visto por esses quintais incultos. Contudo, a beringela, a couve o repolho e a alface[...] dão-se mais ou menos por esses mesmos quintais, segundo tratam delas para as venderem sem porem pé fora de casa. A terra aonde quer que a a cavem está revendo água para os poços artificiais; na horta do seminário principiam a crescer excelentes couves e alfices; e pegaram bem os repolhos que se dispuseram e, sobretudo, serve de exemplo a horta do Abrantes que Vossa Excelência se dignou visitar, donde confessa ele que tem tirado repolhos de cinco e seis arráteis, e isto porque o Abrantes cava a sua terra e a estrutura amiúdo e abre os poços que necessita para a regar. Porque o Abrantes dispõe de sementes que o faz vir de Portugal ou em caixões de terra ou em pequenos canteiros enquanto experimenta em pequeno o tratamento que lhes convirá na plantação em grande. Porque o Abrantes tem o cuidado de vigiar sobre as formigas, as paquinhas e as lagartas que do menor descuido se aproveitam para em breves dias devorarem uma horta inteira.¹⁴⁷

¹⁴⁷ Ibidem

Mas apesar destas pessoas estarem distantes de Belém ou de qualquer outra vila, elas não estavam isoladas. Os comerciantes não reconhecidos, como por exemplo Manoel Lopes Torres, Anacleto Sarayva, João Sarayva da Silva e comerciantes goianos que trafegavam pelo rio Tocantins, os abasteciam com produtos de que precisavam em troca das suas produções.

Esses negociantes, como já foi dito anteriormente, comercializavam miudezas e em troca recebiam os produtos “sacados” dos matos. Sobre a atuação desses comerciantes podemos observar isso através da correspondência de José de Souza Moreira, da vila de Cameté que informou ao Governador sobre as “noticias deque na frota paçada levava Manoel Lopes Torres desta vila (Cameté) para hesa Cid^e (Belém) 50 arrobas, 3 alqueires de arroz e 603 feixes de maniba p^a a vender, eq por lhe não achar venda a deixara entregue ao comendador do Convento das Mercês¹⁴⁸.

A produção dos sitiantes dispersos de diferentes partes do território coletada por esses negociantes tinha um destino certo, o porto de Belém, para ser exportada para Lisboa. Como podemos observar no ofício do administrador da Alfandega da Capitania do Pará, Joaquim Clemente da Silva Pombo, quando remeteu o mapa de carga do navio Grão Maranhão.

Nesse navio em particular o comerciante João de Araujo Rozo¹⁴⁹ exportou 5014 arrobas e 28 libras de cacau, 4491 arrobas e meia de arroz e 168 arrobas e meia de café, juntamente com outros comerciantes que exportaram várias quantidades dos mesmos gêneros e de outros¹⁵⁰.

Segundo Siméia de Nazaré Lopes (2012, p. 1), os negociantes paraenses não se limitavam a desenvolver suas práticas comerciais nas vilas do interior, suas ações extrapolavam as fronteiras paraenses para outras capitanias, principalmente com a do Maranhão após os negociantes de São Luís terem se mobilizado para que as embarcações estacionadas nos portos maranhenses pudessem retornar ao reino sem

¹⁴⁸ APEP- CDG n° 72, documento 267. Carta de José de Souza Moreira, da vila de Cameté para o governador, datada de 10 de julho de 1771, informando das atividades de Manoel Lopes Torres e Anacleto Sarayva, negociantes que atuavam ao longo do rio Tocantins.

¹⁴⁹ Nascido em 1768 na Vila do Conde, em Portugal, Falecido em 1840 em Belém, sendo sepultado na capela mor da Igreja de Santa Ana. Foi vereador da câmara municipal de Belém e seu presidente, grande proprietário, coronel de milícias, cavaleiro de Santiago da Espada, comendador de Cristo e cavaleiro fidalgo. Pai de José de Araujo Rozo, presidente da província do Pará de 1824- 1825 e bisavô de Manuel Barata.

¹⁵⁰ AHU- OFÍCIO do administrador da Alfandega da Capitania do Pará, Joaquim Clemente da Silva Pombo, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Amandia, Dom João Rodrigues de Sá e Melo, datado de 28 de novembro de 1801, remetendo o mapa de carga transportada para o reino a bordo do navio Grão Maranhão de que é Mestre Francisco José Rodrigues de Aguiar.

depende daquelas que originárias de Belém, alegando que a espera prejudicava os interesses comerciais maranhenses.

Ao longo de seu trabalho Siméia de Nazaré Lopes (2012, p. 2-3), destacou que muitos negociantes de Belém passavam procurações para serem representados em São Luís, indicando a existência de um comércio interno entre Pará e Maranhão. Para a autora, essas procurações podem ser entendidas como contratos entre os negociantes ativos no circuito mercantil demonstrando o estreitamento das relações comerciais entre os comerciantes das duas capitanias, como por exemplo, a que foi passada pelo capitão Custódio José Dias, homem de negócio matriculado na praça de Belém, para o negociante José da Costa Oliveira, morador na praça de São Luís, em 1798¹⁵¹.

Dessa forma, podemos compreender o quão complexas e extensas eram as redes de comércio que se estabeleceram no Grão-Pará de finais dos Setecentos, assim como o papel que desempenharam estes comerciantes para o aumento das exportações do porto de Belém para o reino e a contribuição à vida de diversas comunidades dispersas pelo território através de um comércio fluvial destemido, improvisado e contínuo.

3.1- Navegação e comércio fluvial no Tocantins: expansão, cotidiano, perigos e despedidas

A navegação fluvial interna era compreendida como um meio para manter a exclusividade das trocas entre o espaço colonial e a metrópole, mas no que tange ao Tocantins, sua utilização como via de comunicação só ganharia fôlego nas décadas finais do século XVIII, quando se pensou em viabilizar o escoamento da produção goiana pelo porto paraense, pois segundo o Governador Tristão da Cunha e Menezes, a via tocantina seria incomparavelmente mais barata do que as vias terrestres para os portos do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo.

Ao longo do século XVIII, os governadores do Grão-Pará e Goyaz escreveram ao reino argumentando sobre o benefício que a navegação tocantina poderia resultar para as capitanias e para a Fazenda Real, mas a navegação permaneceu obstruída. No entanto, esse impedimento não cerceou a iniciativa do Governador José de Nápoles Tello de Menezes de enviar um carregamento à capitania vizinha que daria início a uma incipiente comunicação comercial.

¹⁵¹ APEP- LNTP nº 1176, documento 368- Procuração passada pelo Capitão Custódio José Dias, homem de negócio da praça de Belém, para o negociante José da Costa Oliveira, morador de São Luís, datada de 11 de outubro de 1798, para representá-lo naquela praça.

A navegação pelo Tocantins, mesmo quando proibida por imposição régia, nunca deixou de ser praticada clandestinamente. No vai e vem das canoas os produtos desciam o rio e eram exportados pelo porto de Belém. É na ação de moradores como Manoel de Moraes, explorador do negócio do cravo, ou Manoel José Gonçalves e Domingos Pedroso que, cortando o imenso sertão e atando extensas teias dependência e comércio com pequenos produtores, desertores e outros fugitivos, para os quais vendiam aguardente da terra, outros gêneros e comprando suas produções¹⁵², podemos evidenciar a figura permanente na paisagem social do negociante que andava pelo sertão de roça em roça mercadejando e dinamizava as relações econômicas.

Esses comerciantes, que Raimundo Moraes (2000, p. 38) descreveu como “misto de navegador e cavaleiro andante, atrevido, apesar de humilde e obsequioso”, possuíam um método próprio de negociar no interior, mantendo uma canoa para girar os sítios dos lavradores estabelecidos em diversos rios e lagos fazendo permutação de gêneros, enquanto abasteciam tabernas nas vilas do interior, em troca recebendo os produtos sacados dos matos e os produtos da indústria¹⁵³, em uma operação mercantil, tomadas por regular.

Por não pagarem os impostos devidos à fazenda real a atuação dos negociantes concebidos pelas autoridades como ilegais, ou regatões, era considerada um problema crônico. Os circuitos mercantis que eram estabelecidos clandestinamente através da via fluvial se articulavam com fugitivos, amocambados e desertores que além das suas próprias, roubavam das fazendas e sítios vizinhos suas produções com a finalidade de comerciar.

O comércio clandestino possuía um papel importante na dinâmica da região, abastecendo vilas distantes e escoando a produção daqueles que viviam dispersos pelo sertão em uma teia de relações que culminaria em Belém de onde seria exportada para o reino, evitando assim que o pequeno produtor tivesse que se deslocar até os centros urbanos mais próximos para comercializar sua produção e assegurando algum lucro para si. Nesse sentido, os comerciantes podiam ser entendidos como pequenas cadeias de ligação para aumentar o grande comércio paraense.

¹⁵² APEP- CDG nº 526, documento nº 179- Relação dos Negociantes que não possuíam licença para comerciar na vila de Cametá, enviada pelo Juiz do Julgado, Manoel Guedes de Mello, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, datado de 31 de dezembro de 1796.

¹⁵³ Siméia Lopes (2002, p. 41) explica que o termo “indústria”, por vezes, possuía sentidos muito amplos podendo significar “indústria oficial, manufatureira, fabril, agrícola e até comercial”. Nesse sentido, quando se aplica o referido termo para discutir economia, se faz referencia ao “crescimento articulado da agricultura, das artes e manufaturas e dos meios de comunicação”.

Para Francisco de Assis Costa (2012, p.59) estes comerciantes contribuíram para que a economia colonial, como um todo, mais que dobrasse as exportações no final do século XVIII (tabela 1). Segundo o autor, outros fatores que estariam envolvidos no crescimento das exportações paraenses seriam o crescimento demográfico, o crescimento da produtividade e a recuperação do preço das exportações no mercado externo, mas a atuação do mercador itinerante foi de fundamental importância para a circulação e distribuição de mercadorias no interior, assim como transporte destes para o porto de exportação.

O comerciante adquiria a produção da população dispersa e revendia para o contratador que se encarregava de exportar. José Alves de Souza Junior (2012, p. 313) destacou esse tipo de situação onde alguns sujeitos que foram considerados como ricos pelo censo de 1778¹⁵⁴, exercendo cargos na administração (Alferes, Capitão, contratador dos dízimos, tesoureiro dos índios) e conjuntamente mantendo o ofício de mercador, se utilizavam do cargo para enviar carregações “sem inspeção”.

Segundo o autor, em 1777, o provedor da Companhia, Anselmo José da Cruz, denunciou esse envio de carregações pelos navios da companhia de comércio, ressaltando o quanto isso impactava nos rendimentos. Segundo o provedor o modus operandi desses “malévolos” consistia em “pagar aos índios com fazendas que lhe parecer, e recebendo das villas e povoações os seus gêneros, revendendo a produção dos lavradores, dessa forma, movimentando um grande volume de negócios”¹⁵⁵.

Segundo Magda Ricci (2003, p. 169), Pará e Maranhão enviaram, entre os anos de 1796 e 1799, cerca de 13% dos produtos exportados para a Metrópole. Uma porcentagem que aumentou no período entre 1804 e 1807, quando os números alcançaram 19% das exportações. É importante destacar que estas Capitânicas diferentes das demais, exportavam uma gama variada de produtos, como: couros secos, cravos finos e grossos, canela, salsaparilha, anil, óleo de copaíba, andiroba, urucu, castanha e todo tipo de madeiras.

Esse notável avanço econômico, decorrente do aumento das exportações coincidiu com a reabertura do rio Tocantins à navegação, a partir de 1782. Nesse

¹⁵⁴ AHU- OFÍCIO do Governador e Capitão General da Capitania do Rio Negro, João Pereira Caldas para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 22 de junho de 1785, remetendo os mapas anuais da população das Capitânicas do Estado do Pará e Rio Negro de 1778 a 1781.

¹⁵⁵ AHU- OFÍCIO do provedor da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, Anselmo José da Cruz, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a dívida daquela Companhia para com o Erário Régio, indicando que esta poderá ser saldada com a remessa de barras de ouro e remetendo duas cartas dos administradores da Companhia acerca dos acontecimentos e de um abaixo-assinado que fizeram circular naquele Estado.

sentido podemos entender que parte desses produtos eram oriundos das Capitâneas de Goiás e Mato Grosso, as quais estabeleceram relações comerciais com o Grão-Pará através de um trôpego comércio fluvial (RICCI, 2003, p. 169).

O comércio fluvial que foi estabelecido nos fins do século XVIII pelo rio Tocantins estava voltado para o comércio, principalmente, de gêneros alimentícios, em falta nas comarcas do norte de Goiás, tais como sal, farinhas, gêneros requintados, ferramentas a exemplo de machados, facões, espingardas, indispensáveis ao trabalho na lavoura, caça, e construções, pólvora, utensílios domésticos, tecidos; roupas, e calçados. Em contrapartida, as exportações goianas de couros somavam-se a produção do sul do Maranhão e de toda a extensão do Baixo Tocantins, da coleta da castanha, sementes oleaginosas, cacau, tapioca, rapadura, algodão e cachaça que seriam exportadas para o reino pelo porto de Belém.

Em maio de 1798, D. Maria I escreveu ao Governador do Grão-Pará fazendo uma recomendação para que se desenvolvesse a navegação interior, a partir de então, todos os governadores subsequentes buscaram meios de promover a navegação tocantina, incentivando expedições de reconhecimento e de particulares que estivessem interessados em utilizar o caminho.

As expedições que se realizaram na calha tocantina atendiam a necessidade que a Coroa portuguesa possuía de se apropriar do espaço colonial para definir as fronteiras entre os impérios ibéricos e mais tarde entre as capitâneas. Nesse sentido, o rio Tocantins foi compreendido como fundamental via de penetração para o interior, para a defesa do território ocupado e um meio de transporte comercial privilegiado para a dinamização das comunicações internas entre as capitâneas. Desse modo, podemos entender que a importância do Tocantins para a construção de um pólo de riquezas no norte e centro oeste da colônia foi se revelando gradativamente.

Em seu diário, Thomas de Souza Vila Real destacou as possibilidades econômicas da navegação fluvial, bem como os pontos críticos do caudal a serem superados para proporcionar um trânsito mais seguro,

quanto a navegação, diligenciará que os rios se limpem de todos os obstáculos que forem possíveis demolir-se, particularmente as cachoeiras; nas margens d'aquelas que forem impraticáveis pela água fará construir pontes ou terraplenos estáveis de madeira, pelas quaes se possa com a maior commodidade fazer o transporte das canoas e cargas (VILLA REAL, 1848, p. 426).

O governador de Goiás, Tristão da Cunha e Menezes, sugeriu que fossem fixados moradores ao longo do rio. Para ele, estes se encarregariam de socorrer os navegantes, auxiliando no transporte por terra quando necessário, tornando o comércio fluvial em uma atividade lucrativa.

Qualquer ali estabelecido, com menor perigo de vida pela proximidade da povoação, sem dependência de tantas forças, tanto para a defesa própria, como para o pronto socorro dos navegantes, por ser o transito de duas partes menor e dar passagem às canoas vazias, pode com maior razão fazer mais avultados interesses em um continente, segundo dizem, bem situado, e beneficiar com grande utilidade do publico e dos particulares todo o comércio do Tocantins e Araguaia (MENEZES, 1848, p. 439).

Enfim, a navegação fluvial através do rio Tocantins deu vida e movimento às margens em seus povoados e trapiches, assim como, evidentemente, condenou ao quase abandono antigas povoações ligadas à mineração. Enquanto essa navegação era debatida pelas autoridades políticas, destemidos comerciantes e práticos da navegação, a despeito do poder público, a praticaram criando os meios de materializá-la na base da experiência e de muita improvisação como se vê a seguir (figura 9).

FIGURA 9: Barqueiros enfrentando as corredeiras do rio Tocantins



Fonte: CABRAL, Ligia Maria Martins. *O Rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica*.

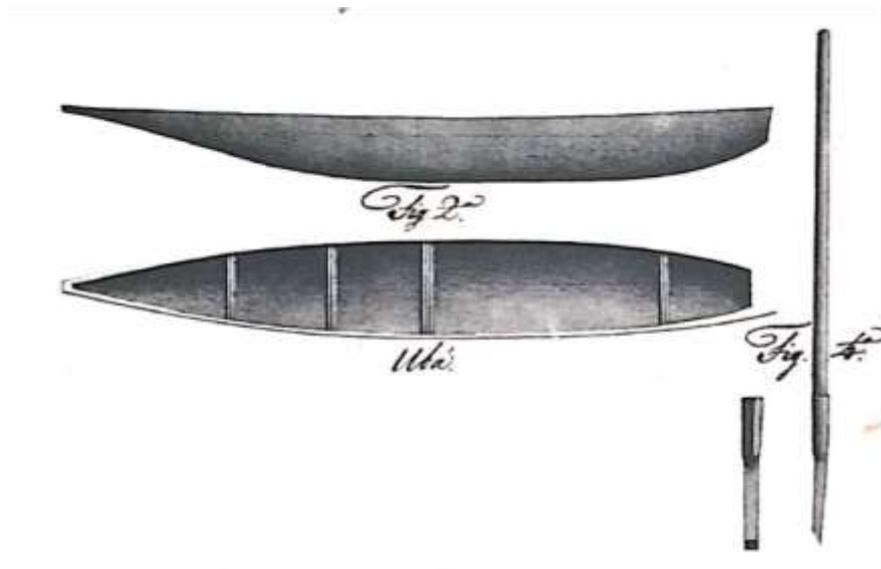
Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013. p. 154.

A despeito do não cumprimento da maioria das determinações, muitos comerciantes acabaram por investir na construção de embarcações dos mais diferentes tipos e com elas incrementaram a navegação tocantina, possibilitando o surgimento de um conjunto de atividades interligadas, tais como construção de embarcações e o desenvolvimento de profissões ligadas a navegação, como: pilotos, proeiros, popeiros e remadores.

As embarcações mais apropriadas para a navegação em rios como o Tocantins foram resultado, segundo Kátia Maia Flores (2006, p. 79), de um processo de assimilação e reelaboração do conhecimento indígena, agregando o conhecimento do ibérico ao do nativo que conhecia os espécimes de madeira mais adequados para cada tipo de embarcação e para a técnica de fabricação. Considerando a velocidade das águas, acidentes geográficos, estas embarcações se tornaram menores, mais leves e de cascos mais rasos.

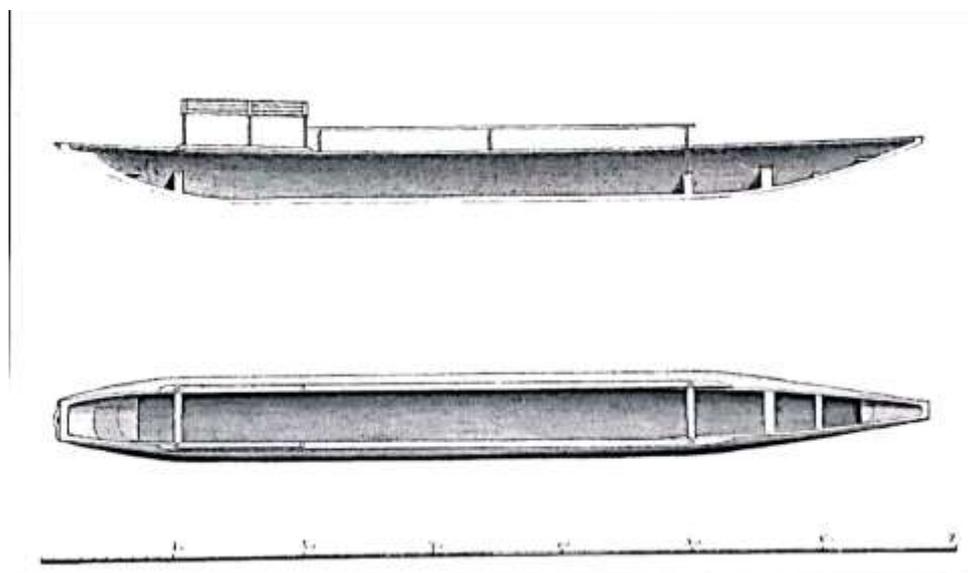
O tamanho de cada embarcação utilizada pelos comerciantes em suas viagens, como destaca Kátia Maia Flores (2006, p. 100-101), cuja nomenclatura variava conforme a região, capacidade de carga e modelo, a saber: gaitéia, igarité, ubá, bote, jangada ou balsa. A gaitéia, por exemplo, segundo Rufino Theotônio Segurado (1848, p. 179), acomodava em torno de 12 pessoas e possuíam uma capacidade de carga de mais de seiscentas arrobas, diferente das ubás (figura 10) que eram fabricadas com um único tronco, podendo ser arrematada com uma pequena cobertura de palha, tecida com a ajuda de talas e vimes que funcionavam como um toldo que protegia o viajante durante as viagens (figura 11)

FIGURA 10: Ubá



FONTE: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. 1971. p. 35

FIGURA 11: Ubá



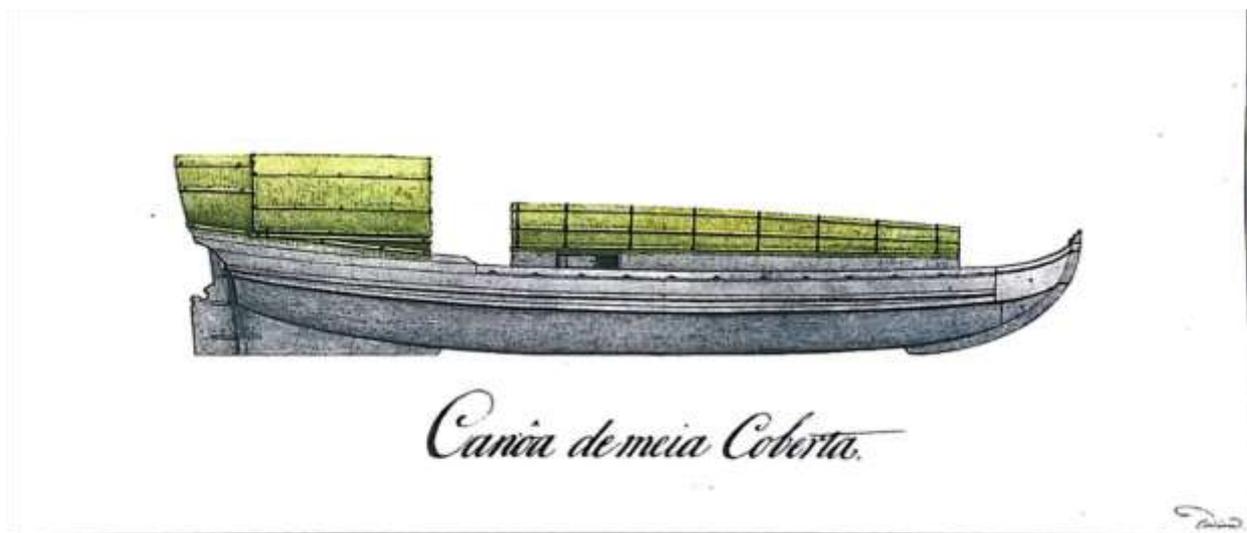
FONTE: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. 1971. p. 36

Para José Eduardo Pimentel de Godoy (2007, p. 363), o bote era uma tosca embarcação de alguns metros de comprimento por quatro ou cinco metros de largura

(figura 12). Segundo o autor, a descrição mais ilustrativa de um bote foi a de Francisco Ayres da Silva, que desceu o rio Tocantins rumo a Belém;

Compõem-se o bote de duas casas, sendo uma à popa e outra à proa, sendo esta maior que aquela, separadas por um pequeno espaço de pouco mais de metro, forrado com tábuas, chamado tombadilho. À proa, o bote tem um outro espaço forrado, chamado forro de proa. Às duas casas são ordinariamente cobertas á palha (...) A casa ou compartilhamento de frente, tendo um encaibramento muito resistente, depois que recebe ripas curvas e longas, servindo-se de madeira, taboca e caraná, que por sua vez recebem palha. Sobre a palha deitam ainda ripas de caraná, paxibas e amarram-nas a cipó. O compartimento da frente, chamado proa ou paiol, é maior, quase o dobro da casa de trás, a popa, e é aí que se acumulam ou são conduzidas todas as mercadorias grosseiras, como sal e gêneros de estiva (...) A outra casa, a popa recebe os gêneros mais nobres de alimentação: café, bolos e objetos de uso diário do patrão, piloto, popeiros e passageiros. Ao lado da casa de proa está um pequeno espaço de alguns decímetros onde os tripulantes se assentam para manejar as pás ou remos, ou então, ficam de pé para o manejo da vara ou do gancho e forquilha, quando de subida (GODOY, 2007, pp. 363-364).

FIGURA 12: Bote



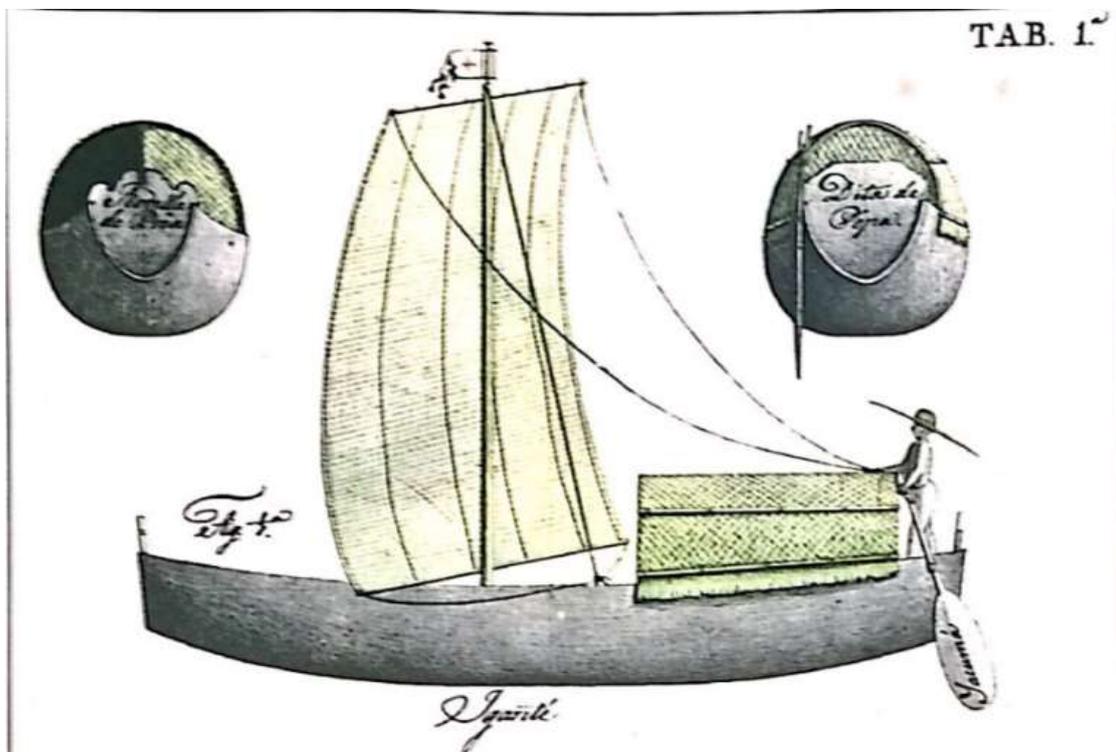
FONTE: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. 1971. p. 37

Outra embarcação muito comum, citada por José Eduardo Pimentel de Godoy (2007, p. 456), foi o igarité (figura 13), ou também conhecida como vigilenga que descrita pelo naturalista Henri Walter Bates (1944, p. 174) como sendo;

um barco largo, raso, de convés corrido, com 20 pés de comprimento e 6 pés de boca e só duas polegadas acima da água a meia- nau; seu calado é raso e ele não tem quilha, a proa e a popa são redondas, levantadas e pontudas como uma colher; o leme é substituído por um longo remo largo, que gira em um entalhe na ponta da popa; a meia-nau, uma cabaninha de teto redondo, feita

de folhas de palmeira, coberta com as mesmas e forrada com couro, faz às vezes de cabine e salão, tem espaço suficiente para as provisões, bagagem e um estrado; as extremidades são abertas e há uma outra entrada através de uma pequena abertura lateral (BATES, 1944, pp. 146-147)

FIGURA 13: Igarité



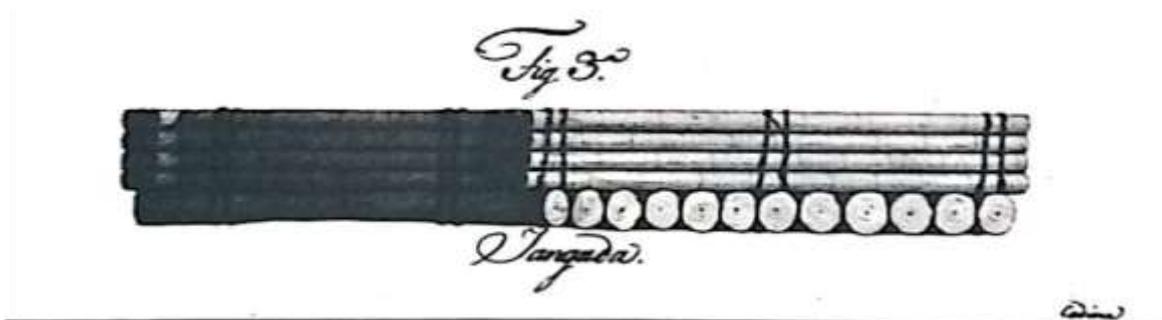
FONTE: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. 1971. p 35.

Os naturalistas Carl Friedrich Phillipp Von Martius e Johann Baptist Von Spix (1976, pp. 85- 95), entre 1819 e 1820, relataram que as balsas também foram bastante utilizadas para a travessia de grandes rios e também para transportar cera e óleo de copaíba a serem vendidos aos colonos. No entanto, pela sua fragilidade e pouca dirigibilidade não foram usadas em rios acidentados como o Tocantins. Segundo Afonso d' Escragnole Taunay (1964, p. 112), José Peixoto da Silva Braga, em 1723, quando desceu o rio Tocantins, mencionou ter encontrado durante toda a derrota, inúmeras balsas de buriti abandonadas em suas margens.

Ainda segundo Martius e Spix (1976, p. 86), a balsa era uma embarcação fácil de ser confeccionada, mais frágil e instável também, utilizava ramos de buriti, planta nativa extremamente leve e flutuante. Os ramos eram amarrados com cipó em feixes, um ao lado do outro e preso entre dois troncos fortes. Mais uma camada de feixes era

disposta transversalmente sobre a primeira e bem presa a ela. A balsa podia ainda ser sofisticada com a feitura de uma tenda, na forma de arco com varas de pindaíba, mantidas em posição por fileiras horizontais de bambus, cobertas de folhas de palmeira e forrada ainda, com couros crus secos. A dirigibilidade dessa embarcação era quase nenhuma, dependia basicamente da destreza dos balseiros (Figura 14).

FIGURA 14: Balsa ou Jangada



FONTE: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. 1971. p. 35

Em sua narrativa estes naturalistas deixaram claro que além das técnicas de fabricação, os materiais utilizados eram de conhecimento pleno dos canoeiros, tanto as madeiras como as fibras encontradas em abundância pelas próprias imediações dos rios. Assim como, apontaram que a atividade mercantil resultou na profissionalização daqueles que a ela se dedicavam, sendo o trabalho exercido de acordo com a posição do tripulante auferida com o tempo de serviço: piloto, proeiro, contra-proeiro e remeiro.

A função de piloto demandaria um profundo conhecimento do rio, suas corredeiras, bancos de areia e outros perigos. Segundo Henri Walter Bates (1944, p. 171), era praxe começarem suas vidas enquanto remeiro e com o tempo galgado postos mais altos na tripulação. Os proeiros eram responsáveis por auxiliar o piloto nas manobras necessárias, livrando a embarcação das pedras e sendo os primeiros a pularem no rio com cordas para puxarem o barco. Os remeiros era o mais árduo dos trabalhos, sendo responsáveis por carregar e descarregar a embarcação, assim como a içar com cordas e varejões sempre que necessário quando o rio se tornava intrafegável.

A navegação do rio Tocantins, como destaca Katia Maia Flores (2006, p. 114) favoreceu o desenvolvimento de um rol de atividades relacionadas ao rio: a fabricação de embarcações, o comércio, as ocupações profissionais. Além disso, foram estabelecidos alguns portos de embarque e desembarque de mercadorias que vinham de toda região.

Esses portos ou trapiches abasteciam de gêneros as embarcações para as viagens, fazendo o papel de entreposto comprando e vendendo as produções locais. Algumas dessas localidades, como o lugar chamado Araparytaperá, o sítio de um fulano Caganxa, a nova povoação do Arapari logo acima da cachoeira do Tucumanduba, a tapera dos padres da companhia, a aldeia dos índios Jandiahi, Pinaré, ou a feitoria dos mineiros, que foram destacados por Thomaz de Souza Villa Real (1848, p. 420-439), eram sítios, fazendas e aldeias que sua expedição encontrou enquanto descia o rio entre os anos de 1792 e 1793.

As viagens pelo rio Tocantins tinham uma duração média de 25 a 30 dias e dependendo do volume da carga poderia durar até seis meses. No entanto, a diferença na duração das viagens também estava relacionada, como esclarece Thomaz de Souza Villa Real (1848, p. 401- 410), às paradas necessárias devido as dificuldades da navegação, seja para conseguir provisões, seja para efetuar algum reparo na embarcação, ou mesmo para enterrar algum tripulante que tenha falecido devido as moléstias, como relatado por Villa Real;

Falleceu um camarada por nome Antonio João, e antes o ajudante João Barreiro, que vinham molestos de maleitas: mandei-os dar sepultura e puz-lhes uma cruz; toda esta acção foi vista do gentio, e mandando-lhe falar pelo língua que não desenterrassem os falecidos, e eles responderam que também costumavam enterrar os seus quando morriam: fui-me despedindo d'elles (VILLA REAL, 1848, p. 417)

As descidas rumo a Belém se davam no mês de março, quando o período chuvoso terminava e a força das águas empurravam as embarcações e o regresso se dava no período de estiagem, entre agosto e setembro, quando seria possível visualizar mais facilmente os canais por onde se poderiam subir o rio mais facilmente.

Segundo Kátia Maia Flores (2006, p. 120), a viagem pelo rio Tocantins era um grande empreendimento que carecia de preparativos cuidadosos: o barco, a tripulação, mantimentos e armamentos. Uma navegação difícil, como foi descrita, em 1799, por Dom João Manoel de Menezes por causa das moléstias, corredeiras perigosas e nações indígenas hostis que atacavam as embarcações.

Segundo Francisco José Rodrigues Barata (1848, p. 343- 344), muitos tinham horror a navegação pelo rio Tocantins “pelo muito tempo que n’ella gastam”, pelas moléstias que adquiriam, e “ pella corrupção dos mantimentos e sua má qualidade, e particularmente da farinha que lhes serve de pão, a qual lhes chega a faltar”. Dessa

forma, como aponta Kátia Maia Flores (2006, p. 121), a navegação tocantina possuía um duplo sabor: alegria e aflição. A alegria pela coragem dos aventureiros e possibilidades de lucro, e por outro lado, aflição pelo destino incerto de cada um desses aventureiros.

As propostas para facilitar a comunicação entre o Grão-Pará e Goyaz datam de 1752, quando o Conselho Ultramarino recomendou ao rei Dom José I a instalação de Regimentos Militares ao longo das margens do rio Tocantins¹⁵⁶. No entanto, a proposta foi deixada de lado em razão, com o já dissemos anteriormente, de a navegação no rio Tocantins estar proibida.

Novas solicitações pela reabertura da navegação fluvial somente seriam enviadas ao reino, tanto pelas autoridades do Grão-Pará quanto pelas autoridades da Capitania de Goyaz, na década de 1770, como por exemplo, em 1773, quando o Governador e Capitão General da Capitania de Goyaz, José de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria que enviou correspondência ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro expondo as vantagens econômicas que a navegação interior entre a Cidade de Belém e as cidades da Capitania de Goyaz, Mato Grosso e Cuiabá poderia oferecer¹⁵⁷.

Nesse sentido, o Governador Tristão da Cunha Menezes, em 1791, autorizou a expedição de reconhecimento dos rios Araguaia, Vermelho e Tocantins de maneira a facilitar o escoamento da produção de Goiás. Segundo o Governador Tristão de Menezes o estabelecimento de uma comunicação comercial entre o Grão-Pará e Goyaz era indispensável;

Entre os povos, quaes os d'esta capitania, tão preocupados de prejuízos, e pouco acostumados a tentativas, das quaes por experiencia só se podem esperar vantagens consideráveis, mais império induz o terror pânico sobre as dificuldades e obstáculos na frequência da navegação pelo rio Araguaya e Tocantins para esse Estado, do que os meus esforços, prevalecendo a invenção de alguns, que tendo por agencia o commercio se empenham em desvanecer o da carreira do Pará, só a fim de manterem a sórdida cobiça extorquindo dos povos a troco dos gêneros, ainda da primeira necessidade, somas sem proporção ao justo valor, bem certos de cessar avanços tão excessivos como iníquos logo que se offereça a todos a venda ou permutação lucrosa dos fructos da sua cultura por este meio de tão fácil disposição. Por

¹⁵⁶ AHU- CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. José I, datado de 7 de agosto de 1752, sobre a formação de Regimentos Militares nas margens do rio Tocantins para assegurar a comunicação das minas com as vilas do Grão-Pará.

¹⁵⁷ AHU-OFFÍCIO do Governador e Capitão General da Capitania de Goyaz, José de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 28 de outubro de 1773, informando sobre as vantagens da liberdade de navegação entre a Capitania de Goyaz e a do Pará.

esta causa apenas se conduzem a instancias minhas alguns de menos forças, dando principio as suas negociações com a condução de limitados effeitos, que prometem alguma utilidade na troca com os gêneros ao valor dos quaes for equivalente o dos transportados. (VILLA REAL, 1848, p. 441)

As expedições como a de Thomas de Souza Villa Real resultaram em relatos sobre as principais dificuldades da navegação do leito tocantino, que posteriormente seriam apropriados pelas autoridades como o Governador Dom Francisco Mauricio de Sousa Coutinho que, em 1797, mandou averiguar os pontos mais críticos do rio Tocantins e quais medidas poderiam ser tomadas para viabilizar a navegação. Segundo o Governador;

Esta mesma navegação interior sera a mais commoda, segura e necessaria para a subida e descida para Goyazes, tem comtudo vários inconvenientes, que consistem no pouco fundo e largura daquelles Rios Japim e Igarape Merim e também nos Baixios que tem o Rio Tocantins. Nestes Baixios se tem perdido varias canoas com as suas importantes carregaçoes.¹⁵⁸

Determinado a desenvolver a navegação comercial no rio Tocantins, o Governador Dom Francisco de Sousa Coutinho ordena o traslado do regimento de Alcobça para acima da segunda cachoeira do rio Tocantins, fronteiro a pequena ilha do Arapapá sob a designação de Arroios. Pois, segundo o Ajudante do Regimento da vila de Cameté, João da Silva Tavares;

Porque sei que a mente de V.Ex^a he fexar o caminho a soldados fugidos, Criminozos e Escravatura deste Estado, franqueamento da Navegação e Commercio e outros objetivos de grande porte q todas estas circunstancias requerem huma parage de Rio estreito, Continente de terras próprias p^a Lavouras, a bem do Comum e Socorro dos viajantes¹⁵⁹.

O Governador Dom Francisco de Sousa Coutinho escreveu ao Governador Tristão da Cunha e Menezes recomendando que promovesse a instalação de fazendas de gado às margens dos rios Araguaia e Tocantins. Pois, no seu entender;

em poucos anos resultará em avultadíssimo interesse da Fazenda Real, se ellas prosperarem e se estenderem ate a boca do mesmo rio Araguayá com o

¹⁵⁸ AHU- OFÍCIO do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, Dom Francisco Mauricio de Sousa Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de 12 de junho de 1797, sobre as providencias tomadas na averiguação das possibilidades de navegação no rio Tocantins

¹⁵⁹ APEP-CDG n° 526, documento n° 91- CARTA de João da Silva Tavares para o Governador e Capitão do Grão-Pará e Rio Negro, Dom Francisco de Souza Coutinho, datada de 2 de agosto de 1797, sugerindo a mudança do Registro de Canoas para um ponto do rio mais favorável a fiscalização.

Tocantins, e muito maior será o do Commercio na brevidade da Navegação pella facilidade e promptidao dos socorros principalmente de viveres de que sempre em tão longas viagens vem a experimentar-se falta.[...] Iguaes circunstancias e fins fazem não menos útil e necessário outro semelhante Estabelecimento na confluência do Araguaya e Tocantins, e ainda de mais urgência na razão d'evitar o extravio do Ouro e Diamantes que por hua e outra parte se pode cometer. [...] Para a navegação pello Tocantins e Arraias mais Orientaes e remotos dessa Capitania não duvido que também seja preciso alguns estabelecimentos, mais tendo o da affluencia dos dous Ryos parece-me que terá quanto baste até que seja mais frequentada aquella navegação e mais avultado o Commercio.[...] vem os comboieiros atravessar a distancia dessa Capital onde vão comprar os Gêneros que naqueles Ryos podem achar, ou comprando aos que os navegão quando não se vão a busca-los o que pode ser-lhes mais interessante...¹⁶⁰

Segundo Kátia Maia Flores (2006, p. 127), a ideia principal seria transportar pelo rio Tocantins os produtos agrícolas. Em 1806, o Sargento Mor José Pereira Monteiro, os comerciantes Antonio Cassiano da Fonseca, Manoel da Silva Novaes, Manoel Affonso de Carvalho, Capitão Joaquim Ribeiro de Freitas, Capitão Antonio Pires de Bragança e João Botelho Pimentel, desceram o rio Araguaia rumo à “cidade do Pará” com um carregamento de 1702 arrobas de açúcar, couros, algodão e fumo. Para os comerciantes goianos do Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Trahiras o comércio com a “Cidade do Pará” seria o meio de remediar a situação de miséria que alguns povoados já estavam vivendo desde o esgotamento das minas.

O Governador e Capitão General de Goyaz, Dom Francisco de Assis Mascarenhas, em 1806, escreveu ao Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, ressaltando a fertilidade das terras goianas, a possibilidade de exportar os gêneros agrícolas para o porto do Pará e para a Europa. Ele também sugeriu que fossem instalados argolões e correntes de ferro para facilitar a passagem pelas corredeiras do rio Tocantins e que fossem estabelecidos aldeamentos oficiais nas margens do rio Tocantins, como uma forma de os nativos fossem integrados à extração das drogas do sertão e à navegação, suprindo os comerciantes com a tripulação necessária. No entanto seu intento não obteve sucesso.

Dessa forma, como destaca Kátia Maia Flores (2006, p. 123), sem que fossem feitas as intervenções necessárias, tais como a recuperação e aprofundamento dos canais, o estabelecimento de presídios, povoamento mais efetivo das margens, a

¹⁶⁰AHU- CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, Dom Francisco Mauricio de Sousa Coutinho, ao Governador da Capitania de Goyaz, Tristão da Cunha e Menezes, datada de 28 de outubro de 1799, recomendando medidas a serem tomadas para viabilizar a navegação comercial entre as capitânicas do Pará e Goyaz.

navegação comercial foi sendo impulsionada paulatinamente pela necessidade e audácia de homens aventureiros, que se arriscavam nos perigos do rio Tocantins.

Um relato ilustrativo desses perigos, segundo Kátia Maia Flores (2006, p. 122) foi deixado pelo General José Vieira Couto de Magalhães, em 1866, quando chefiou uma expedição para explorar canais que oferecessem alternativa de transposição da Cachoeira da Itaboca, num episódio que resultou em uma sucessão de tragédias. Segundo o General;

quando chegamos por cima das duas cachoeiras e que vimos o ímpeto com que as águas se precipitam ao longo das muralhas da rocha que formam ambas as margens do canal; sem ver outra coisa mais do que espuma que as cobriam totalmente, nenhuma esperança tivemos de salvar-nos, porque na altura em que nos achávamos não havia outro alvitre se não entregarmo-nos à correnteza que nos arrastava para aqueles abismos com força muito superior a de que podíamos dispor. Os rebojos quando lançam fora os objetos que correm, fazem uma pequena pausa com que as águas ficam serenas; aproveitando-nos desse momento para montarmos todos no calado da canoa, visto não haver tempo de desemborcar-la e esgotá-la. Pouco abaixo, porém, ela foi sorvida pela terceira vez, e surgiu remoinhando com força de modo que sacudiu o grumete Eusébio para um lado, o restante da tripulação para outro e nela ficou apenas o grumete Abel. Aqueles que foram jogados para fora nadaram para se segurarem nos galhos de uma árvore ou alcançar a margem. Três homens conseguiram apoderar-se de novo da canoa com a qual submergiram, dos quais apenas o grumete Abel afundou para não mais surgir nem vivo nem morto (MAGALHÃES *apud* FLORES, 2006, pp. 123-124).

Desse modo, podemos entender que, apesar de não terem sido efetivadas as medidas propostas para viabilizar a navegação no rio Tocantins, o comércio que se desenvolveu ao longo do rio Tocantins afetou profundamente o modo de vida das populações que habitavam suas margens.

Em outras palavras, o processo de intensificação comercial acabou por influenciar de modo marcante na vida das populações dispersas. Isto é, a navegação comercial no rio Tocantins pode não ter alcançado um resultado significativo em termos econômicos para o país, mas representou, por um longo período, um meio de vida para as populações que habitavam suas margens, sendo fundamental ao abastecimento de bens necessários à região e ao escoamento da produção.

Considerações Finais.

O processo de colonização portuguesa consistiu em integrar o espaço colonial à empresa colonial, isto é, em atribuir um papel de economia complementar, responsável por fornecer produtos que pudessem ser reexportados a partir de Portugal. No caso da América Portuguesa significou a implantação de um plano de exploração agrícola baseado na escravatura, latifúndio e agroexportação que teve excelentes resultados com o cultivo açucareiro.

A atividade agrícola foi o nervo econômico que orientou a formação de uma ordem administrativa e o desenvolvimento da organização socioeconômica da colônia americana para sustentar a sociedade metropolitana. Nesse sentido, a atividade agrícola de exportação correspondeu a um ajustamento da ordem agrária colonial aos interesses comerciais metropolitanos, mesmo que com o tempo adquirisse dinâmica própria buscando formas de atender suas demandas internas.

Apesar da ênfase atribuída à agroexportação, a economia colonial não se limitava aos cultivos voltados para o mercado europeu. O protagonismo dado aos cultivos de exportação eclipsava todas as diferentes formas de produção que existiam às margens dessas unidades, que para existir precisavam de recursos oriundos não do mercado externo, mas das estruturas internas da colônia.

Em outras palavras, nos referimos aos lavradores “desqualificados”, incapazes de arrendar terras, reunidos em pequenas comunidades ou mesmo “isolados”, que representavam formas produtivas e estruturas de organização social na extensa região de fronteira agrícola, dedicando-se à produção de alimentos e subsistência. Ou seja, podemos dizer que a economia colonial era composta por setores codependentes e a sociedade seria mais complexa do que a historiografia fazia supor.

Em outros termos, podemos entender a economia colonial como um organismo que se completava com mecanismos voltados para o abastecimento dos mercados europeus e para a criação de novos mercados. Nesse sentido, podemos entender que o estabelecimento de uma agricultura voltada para o abastecimento interno seria o resultado natural do processo colonizatório, uma adaptação às contingências da realidade colonial que possibilitou o enfrentamento das flutuações de preços e queda nos lucros.

Estabelecidas as bases agrárias na colônia, a Coroa preocupou-se em criar mecanismos para manter seu *status quo* tradicional. Isto é, transplantou a estrutura

burocrático-administrativa, cooptou a elite agrária local, e estabeleceu um corpo normativo para orientar as atividades comerciais e fazendárias para gerarem recursos para a metrópole. No entanto, apesar de todos esses mecanismos, para assegurar o exclusivismo comercial, surgiram em diversas regiões da colônia setores mercantis endógenos articulados ao mercado interno.

No caso do Grão-Pará setecentista estas articulações internas e redes de comércio, se tornaram mais evidentes a partir do período do consulado pombalino, quando o projeto agrícola foi retomado para a região. No entanto, não seria o modelo agrário de uma agricultura latifundiária monocultora, pois, as próprias condições ecológicas associadas à geografia fragmentada contribuíram para a diversificação da produção, assim como para o tipo de economia que se configurou na região.

A partir de 1730, ainda no reinado de D. João V, a política portuguesa para o vale amazônico começou a dar sinais de mudanças e observamos um rápido crescimento nas exportações de produtos agrícolas, ainda que inferior à dos produtos extrativos. No entanto, de um modo geral, a legislação colonial sempre foi caracterizada pelo fomento à atividade agrícola, isentando impostos, regulando a maneira de a fazer e instruindo como a fazer. Mas poucos colonos se preocupavam em buscar cultivar o solo, preferindo o método agrícola do indígena ou a riqueza fácil do extrativismo.

Considerando os números da exportação e as correspondências relatando crises de abastecimento e a ruína da agricultura em diversas localidades fica fácil compreender a razão que levou a suposição de que no Grão-Pará teria predominado de fato uma economia extrativista. Todavia, a realidade regional deve ser pensada a partir das experiências inerentes ao processo de ocupação, pois o meio amazônico condicionou as atividades, diluiu a população e fez surgir outro tipo de proprietário.

Em outras palavras, devemos entender que a realização do projeto colonial por meio das atividades extrativistas foi uma solução inferior e principal responsável pela situação de miséria. Mas, apesar da imagem negativa, a região amazônica apresentou uma capacidade produtiva e produtividade crescente, que se tornam evidentes quando visualizamos os números da exportação.

Essa perspectiva construída entre 1730 e 1750 talvez tenham contribuído para a retomada do projeto agrícola sob o reinado de Dom José I. No entanto, seria preciso uma análise conjuntural que relacionasse no plano global, o sistema colonial e o mercado mundial, e no plano da colônia, as articulações entre produção de subsistência e a de exportação.

Observando o espaço colonial, vemos que as instituições e as forças da economia mercantil modelaram o sistema agrário no sentido de integrar a região ao mercado mundial. A construção desse sistema agrário se mostrou sistêmica, crescente e eficiente resultando em reposicionamentos de segmentos sociais, principalmente, a partir das reformas pombalinas, que foram responsáveis por aprofundar o caráter mercantilista dos instrumentos de colonização e aperfeiçoar os mecanismos de integração comercial.

As medidas tomadas objetivavam tornar a agricultura, a longo prazo, a base de todas as ações projetadas pela Coroa, articulando empreendimento civilizatório, expectativas de ocupação e exploração da região. No entanto, fatores internos fizeram com que a exportação de produtos extrativistas prevalecesse ao lado da desorganização dos ex-aldeamentos.

As estruturas produtivas oficiais passaram a concorrer com um segmento produtivo independente e um mercantil endógeno que começou a se organizar e atuar na ilegalidade. Aos poucos, esses segmentos alternativos foram ocupando o espaço produtivo deixado pelo enfraquecimento dos ex-aldeamentos, sendo visíveis pelos percentuais que representavam cada estrutura produtiva nas exportações para o reino pela titularidade da carga.

Nesse sentido, a crescente exportação agrícola, principalmente, na fase final da atuação da Companhia de Comércio e diante da decadência dos diretórios, aponta para uma alteração no plano estrutural da produção. Ou seja, a diversificação da produção do mercado interno indica uma dinamização da vida econômica com a participação de produtores invisíveis que se encontravam dispersos pelo território e seu par estrutural os comerciantes não reconhecidos que seriam os responsáveis por internacionalizar suas produções.

Talvez não possamos dizer que houve uma sociedade agrícola no Grão-Pará, mas não podemos dizer que tenha se realizado um projeto agrícola na região. Pois, a agricultura, embora em caráter complementar e de subsistência, foi desenvolvida por inúmeras famílias, grupos e sujeitos dispersos, podendo ser visualizada nos números das exportações e possibilitando que redimensionemos a importância da dinâmica interna da economia colonial.

Fontes Manuscritas

AHU-REQUERIMENTO de Jorge de Lemos de Betencourt, para o rei D. Filipe II, datado de 9 de abril de 1618, solicitando o transporte de casais açorianos para o Pará, de nobre qualidades e naturais daquelas Ilhas, para auxiliar no desenvolvimento da agricultura.

AHU- REQUERIMENTO de Apolinário de Moraes, morador na cidade de Belém, para o rei D. João V, datado de 16 de fevereiro de 1723, solicitando permissão para recolher indígenas para suas lavouras.

AHU- CARTA do comissário de diligências do Serviço Real, Francisco da Gama Pinto, para o rei D. João V, datada de 15 de agosto de 1723, relatando a necessidade de se proceder ao cativo de indígenas como forma de suprir as lavouras dos moradores com mão de obra.

AHU- CARTA do Governador e Capitão General, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o Capitão General, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada de 9 de agosto de 1759, relatando a situação das povoações paraenses após a lei de liberdade dos índios.

AHU- OFICIO do oficial da Casa da Índia, Mário Lobo Veloso, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, datado de 1 de junho de 1753, sobre o embarque de um caixão com doze ferros de arado para a capitania do Pará.

AHU- CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Inácio Coelho da Silva, para o Príncipe Regente D. Pedro, datada de 10 de abril de 1681, para que o cultivo do cacau, baunilha e anil ficassem isentas por seis anos.

AHU- CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, José da Serra, para o rei D João V, datada de 30 de julho de 1732, falando a respeito dos cultivos de canela e café e da necessidade de conceder isenção de direitos por doze anos para fomentar os referidos cultivos.

AHU- CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V, em resposta à provisão de 1 de Maio de 1747, sobre a prorrogação da isenção do pagamento de direitos dado aos lavradores que, naquele Estado, plantarem canela e café

AHU- OFICIO de Manuel da Costa Madureira para o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, datado de 12 de maio de 1732, sobre o povoamento da Capitania do Pará.

AHU- CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D João V, datada de 22 de outubro de 1737, falando da situação de pobreza em que vivem os moradores e da falta de trabalhadores para as lavouras.

AHU- CARTA dos oficiais do Senado da Câmara da vila de Nossa Senhora de Nazaré da Vigia para o rei D João V, datada de 14 de novembro de 1743, sobre a falta de pessoas para povoar e defender a dita vila.

AHU- MAPA dos diferentes gêneros, que dos livros d'Alfandega da Cidade do Pará consta se exportaram do seu porto, desde o ano de 1730 até o de 1755, inclusive, em que se estabeleceu a Companhia Geral do Comércio: Preços que em cada hum dos mesmos anos tiveram: Embarcações em que se navegaram: Nomes dos comandantes e capitães delas: Valor da Exportação em cada ano; e a Importância total em todos eles.

AHU- OFÍCIO do Intendente Geral do Comércio, Manufaturas e Agricultura do Pará, João Inácio de Brito e Abreu, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, datado de 4 de fevereiro de 1759, sobre os problemas da agricultura no Grão-Pará, apontando diversas medidas a serem tomadas pra promover a atividade.

AHU-REQUERIMENTO de António de Sousa de Azevedo, morador no sítio do rio Tocantins a baixo do lugar de Baião, para o rei D. José I, datado de 29 de janeiro de 1774, solicitando a confirmação da carta de data de sesmaria de algumas terras devolutas situadas numa ilha nas margens do sobredito rio, onde pretendia cultivar alguns canaviais e edificar um engenho.

AHU-REQUERIMENTO de José Esteves da Ponte, morador no distrito do Cametá, para a rainha [D. Maria I], datado de 27 de outubro de 1779, solicitando confirmação da carta de data e sesmaria de terras localizadas junto ao rio Tocantins, do igarapé Tuarahi até ao igarapé do Limão.

AHU- CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V, em resposta à provisão de 31 de Maio de 1737, datada de 25 de outubro de 1737 informando que lançou um bando, na capitania do Pará, a respeito do achamento das novas minas de São Félix, nas cabeceiras do rio Tocantins, com o objectivo de impedir o abandono do cultivo dos produtos agrícolas por parte da população e participando, ainda não ter feito o mesmo no Maranhão por naquela capitania haver apenas um caminho de acesso aquelas minas.

AHU- OFÍCIO do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datado de 20 de julho de 1761, remetendo relação de pessoas descidas do rio Tocantins pelo director do lugar de Azevedo, Alberto de Sousa Coelho.

AHU- Consulta de 28/09/1705; carta de 18/08/1722; carta de 16/02/1723; carta de 15/08/1723; carta de 12/01/1724; carta de 11/02/1725; carta de 14/08/1725; carta de 8/09/1725; carta de 15/11/1725; carta de 13/02/1726; carta de 10/04/1726; carta de 29/12/1726; carta de 11/01/1727; requerimento de 15/02/1727; carta de 22/09/1727; carta de 25/09/1728; carta de 18/09/1733; carta de 21/09/1733; requerimento de 05/02/1734; requerimento de 18/02/1734; requerimento de 18/03/1735; requerimento de 08/05/1737; carta de 25/10/1737; carta de 04/11/1737; carta de 13/08/1750; carta de 01/12/1751; requerimento de 13/05/1754; requerimento de 23/11/1756; oficio de 18/10/1760; oficio de 07/01/1773; requerimento de 15/05/1776; oficio de 18/06/1777; oficio de 10/08/1778; oficio de 26/01/1780; oficio de 12/11/1780; oficio de 18/11/1780;

ofício de 19/11/1780; ofício de 20/11/1780; ofício de 21/11/1780; ofício de 28/11/1780; ofício de 25/04/1782.

AHU- OFÍCIO do governador João Pereira Caldas para o Secretario de Estado Marinha e Ultramar, datado de 3 de novembro de 1773, informando o envio de um caixote com uma boa amostra do anil produzido e a necessidade de a companhia estabelecer um preço para o produto.

AHU- OFÍCIO do governador João Pereira Caldas para o Secretario de Estado Marinha e Ultramar, datado de 15 de dezembro de 1772, informando sobre as providencias que mandou tomar o administrador da companhia de comércio, Gonçalo Pereira Viana, a respeito das culturas do arroz e anil naquela capitania.

AHU-OFÍCIO do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, relatando o resultado das suas observações recolhidas na sua viagem pela capitania do Rio Negro, na companhia do coronel Manuel da Gama Lobo de Almada, e do riscador José Joaquim Freire, desde a vila do Cameté e indo pelos Lugares de Baião, S. Bernardo até à Fortaleza de Alcobaça no rio Tocantins, e remetendo a bordo da charrua “Águia” as produções adquiridas na Ilha Grande de Joanes.

AHU- CARTA do Rei D João V para o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará Bernardo Pereira de Berredo, datada de 8 de julho de 1719, recomendando o descobrimento do rio Tocantins.

AHU- CARTA do provedor da Fazenda Real da Capitania do Pará, Francisco Galvão da Fonseca, para o Rei D João V, datada de 2 de julho de 1720, sobre a descoberta de minas e o contato com os índios aquando da expedição aos rios Tocantins e Araguaia.

AHU- REGIMENTO para o descobrimento do rio dos Tocantins datado de 24 de junho de 1719.

AHU- CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão João da Maia da Gama, para o rei D. João V, datada de 1 de agosto de 1723 em resposta à provisão de 19 de Dezembro de 1722, remetendo amostras de ouro e de prata encontradas no Pará, nas vizinhanças dos territórios franceses, holandeses e castelhanos, e também na Serra de Araguaia e Tocantins.

AHU-PARECER do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, datado de 23 de janeiro de 1732, aconselhando a proibição da abertura e estabelecimento das minas localizadas junto ao rio Tocantins e que se evite a exploração das mesmas, acrescentando que deveriam ser enviados homens para registrarem sua exacta localização geográfica.

AHU- CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Alexandre de Souza Freire, para o rei D João V, informando do descobrimento de novas minas de ouro nas terras dos Tocantins.

AHU- ROTEIRO (cópia) da derrota do rio Tocantins até Belém do Pará.

AHU- CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V, datada de 9 de setembro de 1738, em resposta a provisão, sobre as instruções dadas acerca da mineração nas minas do Ribeirão de São José, junto ao rio Tocantins.

AHU-CARTA do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V, datada de 13 de outubro de 1738, sobre as hostilidades das diversas nações indígenas à navegação do rio Tocantins.

AHU- CARTA do Governador e Capitão do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D João V, datada de 6 de novembro de 1737, falando sobre o achamento de minas de ouro.

AHU- CARTA do Governador e Capitão do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D José I, datada de 23 de outubro de 1752, sobre a formação de regimentos militares para assegurar a comunicação das minas no rio Tocantins com as vilas da capitania do Pará.

AHU- OFICIO do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 28 de março de 1773, sobre as vantagens econômicas de segurança e liberdade de navegação e comércio pelo rio Tocantins.

AHU- AVISO do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 23 de julho de 1778, a respeito da navegação dos rios Tocantins, Xingu e Tapajós.

AHU-OFFICIO do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, D Francisco Mauricio de Sousa Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de 12 de junho de 1797, sobre as providências tomadas na averiguação das possibilidades de navegação pelo rio Tocantins.

AHU-CARTA do Governador de Goiás, Tristão da Cunha Menezes para o Governador do Pará, D Francisco Mauricio de Sousa Coutinho, datada de 20 de maio de 1799, sobre as medidas a serem tomadas para viabilizar a navegação entre as capitanias pelo rio Tocantins.

AHU-MAPA de todos os habitantes e fogos que existem em todas e em cada uma das freguesias e povoações da Capitania do Estado do Grão-Pará datado de 1 de janeiro de 1776.

AHU- CARTA do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o Governado e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, Martinho de Souza de Albuquerque, datada de 15 de março de 1784, apontando os desvios na distribuição de indígenas.

AHU-MAPA de todos os habitantes e fogos que existem em todas e em cada uma das freguesias e povoações da Capitania do Estado do Grão-Pará datado de 1 de janeiro de 1776.

AHU- REQUERIMENTO de Jose da Cunha para o rei D. José, datado de 13 de agosto de 1763, solicitando provisão para pescar tartarugas no rio Tocantins uma vez por ano.

AHU-OFICIO do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Tello de Menezes, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, datado de 15 de junho de 1780, sobre as queixas apresentadas pelos moradores da vila e distritos do Cametá, relativos aos escravos ausentes e refugiados no Rio Tocantins, reclamando o estabelecimento de um registro para sustentar a fuga dos ditos escravos, de cuja necessidade tem nas capitânicas do Pará, Goiás e Cuiabá.

AHU- OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Menezes, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre os motivos da construção de uma nova fortaleza na margem oeste do rio Tocantins, devido à deserção de escravos, índios e soldados para outras capitânicas, tendo o mesmo acontecido em outras fortalezas da região; a nomeação do sargento-mor engenheiro João Vasco Manuel de Braun, com exercício interino do posto de sargento-mor da Praça de São José do Macapá, para o comando do Parque de Artilharia da cidade de Belém do Pará.

AHU-OFÍCIO do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, relatando o resultado das suas observações recolhidas na sua viagem pela capitania do Rio Negro, na companhia do coronel Manuel da Gama Lobo de Almada, e do riscador José Joaquim Freire, desde a vila do Cametá e indo pelos Lugares de Baião, S. Bernardo até à Fortaleza de Alcobaça no rio Tocantins, e remetendo a bordo da charrua “Águia” as produções adquiridas na Ilha Grande de Joanes.

AHU- OFICIO do Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Dom Francisco de Souza Coutinho, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de 2 de agosto de 1797, relatando sobre o estabelecimento de povoações ao longo do rio Tocantins e as possíveis causas do pouco avanço.

AHU- OFÍCIO do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o Secretário de Estado de Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, datado de 15 de março de 1784, informando o resultado de suas observações a respeito da agricultura no estado do Grão-Pará.

AHU- OFICIO do Governador e Capitão General da Capitania do Rio Negro, João Pereira Caldas para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Matinho de Melo e Castro, datado de 22 de junho de 1785, remetendo os mapas anuais da população das Capitânicas do Estado do Pará e Rio Negro de 1778 a 1781.

AHU- CARTA do Bispo do Pará, D. Frei Miguel de Bulhões e Sousa, para o rei D. José I, datada de 4 de agosto de 1755, relatando das medidas tomadas assim que tomou conhecimento da provisão de 28 de abril de 1755, autorizando os casamentos entre portugueses e índias e portuguesas e índios, bem como relatando como esta medida contribuiria para o povoamento e aumento das produções no Grão-Pará.

AHU- OFÍCIO do provedor da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, Anselmo José da Cruz, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a dívida daquela Companhia para com o Erário Régio, indicando que esta poderá ser saldada com a remessa de barras de ouro e remetendo duas cartas dos administradores da Companhia acerca dos acontecimentos e de um abaixo-assinado que fizeram circular naquele Estado.

AHU- OFÍCIO do administrador da Alfandega da Capitania do Pará, Joaquim Clemente da Silva Pombo, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Amandia, Dom João Rodrigues de Sá e Melo, datado de 28 de novembro de 1801, remetendo o mapa de carga transportada para o reino a bordo do navio Grão Maranhão de que é Mestre Francisco José Rodrigues de Aguiar.

APEP- CDG nº 352, documento nº197- RELAÇÃO feita pelo Juiz do Julgado, Felix João de Barros, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, indicando os habitantes donos de engenho, engenhocas dos distritos do rio Moju.

APEP- SCRC nº 1, documento nº 1- Regimento dos Senhores Generais do Estado do Grão-Pará. Datado de 14 de abril de 1655.

APEP- CDG nº 118, documento nº561, CARTA do Ouvidor Geral da Comarca da Villa Viçosa de Santa Cruz do Cameté, Feliciano Ramos Nobre Mourão, para o Governador Capitão General do Estado do Grão-Pará, Manoel Bernardo de Mello e Castro, informando da divisão da fazenda de São Caetano.

APEP- Códice nº 72, documento nº 312, carta do índio Paulino José para o Juiz Ordinário da Vila do Cameté, datada de 11 de maio de 1773, solicitando a mediação para resolver o problema com Domingos Nunes.

APEP- Carta de Data e Sesmaria de José Esteves da Ponte, livro nº 19, folha 134 datada de 31 de julho de 1789.

APEP- CDG nº 72, documento nº 267, CARTA de José de Souza Monteiro para o Governador Capitão General do Estado do Grão-Pará, Bernardo de Mello e Castro, informando do envio de gêneros para Belém.

APEP- Códice nº 353, documento nº 66, CARTA de Dona Maria Felippa Aranha para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará, José de Nápoles Tello de Meneses, datada de 9 de novembro de 1780, informando da chegada ao lugar onde seria erguido o povoado de São Bernardo das Pederneiras e da necessidade de auxílios.

APEP- Códice nº 72, documento nº 551, CARTA de Antônio de Souza Coelho para o Juiz Ordinário da vila de Cameté, datada de 25 de maio de 1773, informando da portaria do mameluco Domingos Caetano.

APEP- CDG, Códice nº 305, documento nº 31, Carta do Diretor do Lugar de Bayão, Vicente Ferreira da Silva Leal, para o Governador do Estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas, datada de 8 de janeiro de 1775, sobre o esvaziamento da localidade.

APEP- CDG, Códice nº 72, documento nº 316, Carta do juiz ordinário, João Nunes de Mello, para o Governador João Pereira Caldas, datada de 21 de julho de 1773, informando sobre os resultados da diligência ao rio Tocantins.

APEP- CDG nº 113, documento nº 263-CARTA do Diretor José Garcia Galvão para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Manoel Bernardo de Mello e Castro, datada de 6 de fevereiro de 1762, relatando a fuga do índio Narciso Gomes e outros seis indígenas.

APEP- CDG nº 118, documento nº 111-LISTA NOMINATIVA dos índios habitantes da vila de Beja, feita em 31 de janeiro de 1762, pelo Diretor José Garcia Galvão a pedido do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Manoel Bernardo de Mello e Castro.

APEP- CDG nº 114, documento nº 155-CARTA do Diretor José Garcia Galvão para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Manoel Bernardo de Mello e Castro, datada de 10 de maio de 1762, relatando as ações do índio Narciso Gomes que estava incitando a fuga de outros trabalhadores.

APEP-CDG Nº 115, documento nº 146- CARTA de Mario Gonçalves Castro para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro Fernando da Costa de Ataíde Teive, datada de 16 de novembro de 1764, sobre o retorno do índio Pedro de Souza e relatando a fuga de outros que andavam promovendo distúrbios no Lugar de Azevedo.

APEP-CDG Nº 72, documento nº 1- CARTA de Manoel de Souza Coelho para o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada de 11 de julho de 1752, sobre a diligencia feita para capturar foragidos da Cadeia que estariam ocultos em um Mocambo na Região de Cameté.

APEP- CDG nº 408, documento nº 111- CARTA do Diretor de Baião. João Luís Pelleja, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque, datada de 9 de dezembro de 1784, relatando a situação de consternação em que se encontrava a povoação de Baião e os poucos resultados das diligencias feitas para capturar os foragidos que se achavam na região.

APEP- CDG nº 157, documento nº 341- CARTA do Diretor da vila de Beja, Raimundo José de Bitencourt, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive, datada de 5 de novembro de 1765, relatando que o Capitão Mor Vital Roiz Luiz acoitou diversos foragidos em seu sítio.

APEP- CDG nº 526, documento nº 97- CARTA do juiz do julgado, Antônio Pereira Viana, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, datada de 20 de agosto de 1797, relatando prisão de Pedro de Paiva e Azevedo por acolher os delinquentes Manoel Domingues e Raimundo José que haviam fugido do serviço na fabrica real no rio Acará.

APEP- CDG nº 545, documento nº 39- CARTA do tenente José de Souza Brito, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza

Coutinho, datada de 14 de novembro de 1799, relatando prisão do cabo de Ligeiros, Miguel Antonio da Fonseca por acolher soldado desertor da 4ª Companhia do Regimento de Macapá, Nicolau José de Santana.

APEP- CDG nº137, documento nº 80- CARTA do Capitão Mor da Vila de Cameté, João de Moraes Bitencourt, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive, datada de 18 de março de 1764, relatando da entrega de índios refugiados ao diretor do Lugar de Azevedo.

APEP-CDG nº 190, documento nº 60- CARTA de Boaventura Cardoso para o Governador e Capitão General do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive, datada de 27 de abril de 1768, relatando as ações da mameluca Maria de Nazaré e solicitando que a mesma fosse levada para Belém.

APEP-CDG nº72, documento nº123- CARTA de Antônio José Ribeiro, morador do lugar de Azevedo, datada de 20 de janeiro de 1769, relatando a fuga de dos índios e uma índia.

APEP-CDG nº 95, documento nº 34- CARTA do diretor da vila de Beja, Marçal José Pastana, para o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada de 25 de maio de 1752, relatando a situação da povoação por falta de indígenas.

APEP- CDG nº 389, documento nº 287- CARTA do diretor do lugar de Azevedo, Manoel Carlos de Sá, para o Governador e Capitão do Grão-Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telles de Menezes, datada de 12 de janeiro de 1783, relatando a situação da povoação por falta de trabalhadores.

APEP- CDG nº127, documento nº129- CARTA do Capitão Mor da vila de Cameté, João de Moraes Bitencourt, para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, datada de 10 de março de 1777, relatando a prisão de alguns soldados que haviam desertado e fugiram subindo o rio Tocantins.

APEP- CDG nº 72, documento nº 305- CARTA de Gabriel Peçanha, da Praça de Cameté, para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, datada de 24 de junho de 1773, relatando a deserção de vários soldados.

APEP- CDG nº 72, documento nº 132- CARTA do Capitão Hilario Moraes Bitencourt, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, Fernando da Costa de Ataíde Teive, datada de 1 de junho de 1769, relatando prisão de um grupo de soldados desertores que haviam subido o rio Tocantins.

APEP- CDG nº 526, documento nº 7- CARTA do Juiz Ordinário da vila de Cameté, João Paulo e Moraes Bitencourt, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, datada de 29 de agosto de 1795, relatando a carência de mantimentos para expedições e a requisição feita a lavradores, como Agostinho Ferreira Campelo.

APEP-CDG nº 211, documento nº 29- CARTA do senado da Câmara da Vila de Cameté para o Governador Fernando da Costa de Ataíde Teive, datada de 27 de julho de 1772, relatando as ações de comerciantes mazaganistas que causavam distúrbios por entre as propriedades e realizavam comércio clandestino na região.

APEP-CDG nº 211, documento nº 59- Carta de membros da Câmara de Cameté para o Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, datada de 27 de fevereiro de 1774, relatando a fuga de escravos e o aliciamento que os fugidos andavam fazendo pelos sítios vizinhos.

APEP-CDG nº 408, documento nº 68- CARTA de um lavrador da vila de Cameté, Feliciano José de Weinholtz, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza de Albuquerque, datada de 19 de junho de 1784, relatando o ataque e saques sofridos por alguns sítiantes.

APEP-CDG nº 408, documento nº 104- CARTA do juiz ordinário da vila de Cameté, Luis Vieira da Costa, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque, datada de 13 de novembro de 1784, relatado os ataques de indígenas sofridos por moradores.

APEP- CDG nº 408, documento nº 103- CARTA do capitão da Praça de Cameté, João de Moraes Bitencourt, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque, datada de 13 de novembro de 1784, relatando o ataque de indígenas sofrido por um morador.

APEP- CDG nº 353, documento nº 66, correspondência datada de 9 de outubro de 1780 escrita por Dona Maria Felippa Aranha ao governador José de Nápoles Tello de Meneses.

APEP- CDG nº 349, documento nº 24, correspondência datada de 12 de julho de 1781 escrita pelo comandante da fortaleza de Alcobaça, Diogo Luiz Rebelo de Barros ao governador Jose de Nápoles Tello de Meneses.

APEP- CDG nº 353, documento nº 67, correspondência datada de 9 de outubro de 1780 escrita por Dona Maria Felippa Aranha ao governador Jose de Nápoles Tello de Meneses.

APEP- CDG nº 349, documento nº 23, correspondência datada de 20 de janeiro de 1781 escrita pelo comandante Diogo Luiz Rebelo de Barros ao governador Jose de Nápoles Tello de Meneses.

APEP-CDG nº 526, documento nº 91- CARTA de João da Silva Tavares para o Governador e Capitão do Grão-Pará e Rio Negro, Dom Francisco de Souza Coutinho, sugerindo a mudança do Registro de Canoas para um ponto do rio mais favorável a fiscalização.

APEP- CDG nº 526, documento nº 179- Relação dos Negociantes que não possuíam licença para comerciar na vila de Cameté, enviada pelo Juiz do Julgado, Manoel Guedes de Mello, para o Governador e Capitão General do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, datado de 31 de dezembro de 1796.

Referências Bibliográficas.

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial, 1500- 1800. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ALDEN, Dauril. O Significado da produção de cacau na região amazonica . Belém: NAEA, 1974.

AMARAL, Luís. História Geral da Agricultura Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. “Aspectos Conceituais do Sistema Agrário do Vale do Tocantins.” Cadernos de Ciência & Tecnologia, 2000: 91- 122.

_____. “O Sistema Agrário do Vale do Tocantins Colonial: agricultura para consumo e para exportação.” Revista Projeto História: Espaço e Cultura, 1999: 237 - 258.

_____. História Social dos Sistemas Agrários do Vale do Tocantins .Tese (Doutorado), École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris: 1994.

ARRUDA, José Jobson Andrade. “O Sentido da Colônia: Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780- 1830)”. In: J. TENGARRINHA, História de Portugal. São Paulo: EDUSC, 2000. pp. 169-187.

AZEVEDO, João Lúcio d’. Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Belém: SECULT, 1999.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico Sobre a Província do Pará. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2004.

_____. Compêndio das Eras da Província do Pará. Belém: Ed.Ufpa. 1969.

_____. L. Sobre a comunicação mercantil entre a dita Província e a de Goyaz. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1848: 80- 107.

BARATA, Manuel. A Antiga Produção e Exportação: Estudo Histórico-Econômico. Belém: Typ da Livraria Gillet , 1915.

BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão Negra no Grão- Pará (séculos XVII- XIX). Belém: Paka-Tatu, 2012.

BRITO, José Gabriel de Lemos. Pontos de partida para a história econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

CABRAL, Ligia Maria Martins. O rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013.

CARDOSO, Alanna S. Apontamentos para História da Família e Demografia Histórica da Capitania do Grão-Pará (1750- 1790). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Belém. 2008.

CASTRO, Edna M. Quilombolas de Bujarú: Memória da Escravidão, Territorialidade e Titulação da Terra. Belém: CNPQ- UNAMAZ/ RAÍZES/ SEJU, 2003.

CASTRO, Hebe. Ao sul da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

CANNABRAVA, Alice P. “A grande propriedade rural.” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial, São Paulo: Difel, 1985. pp. 192- 217.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “A Brecha amponesa no Sistema Escravista.” In: CARDOSO, Ciro Flamarion. Agricultura, escravidão e capitalismo, Petrópolis: Vozes, 1979. pp. 133- 154.

_____. “O Trabalho na Colônia”. In: LINHARES, M. Y. (org), História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990. pp. 95 -110

CHAMBOLEYRON, Rafael. Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Belém: Açai/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (2010), 2010.

COELHO, Mauro Cezar. Do Sertão para o Mar: Um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da Colônia, o caso do Diretório dos Índios (1751- 1798). Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo 2005.

COSTA, Francisco de Assis. Formação Rural Extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720- 1970). Belém: NAEA, 2012.

_____. A Agropecuária na Economia de Várzea da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA, 2013.

_____. “A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720- 1822).” *Economia e Sociedade* , 2012: 197- 219.

_____. “Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará.” *Nova Economia* , Janeiro- Abril 2010: 167- 206.

CRUZ, Ernesto. *Historia do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1963.

CRUZ, Roberto Borges da. *Farinha de “ Pau” e de “Guerra”*: os usos da farinha de mandioca no extremo norte (1722-1759). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DIAS, Érica. “A Capitania de Pernambuco e a instalação da Companhia Geral de Comércio.” <https://www.cvc.instituto-camoes.pt>. s.d. Disponível em: (acesso em 20 de fevereiro de 2016).

DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão 1755-1778*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1970.

DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o cantrário. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

FALCON, Francisco José Calasãs. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *Pombal e o Brasil*. In: J. TENGARRINHA, *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC, 2000. pp. 151-168.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo : Globo, 2001.

FERRÃO, Cristina & SOARES, José Paulo M. Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira. Kapa Editorial, 2007.

FIABANI, Adelmir. Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FLORES, Kátia Maia. Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

FRAGOSO, João. A Economia Colonial Brasileira (séculos XVI- XIX). São Paulo: Atual, 1998.

_____. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790- 1830). Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1992.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo: Unesp, 1997.

GARCIA, Rodolfo. Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

GOMES, Flavio dos Santos. Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

_____. A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs XVIII-XIX). Campinas : Tese (Doutorado): Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. 31 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/2260> (acesso em 4 de março de 2016).

GOUVEA, Maria de Fatima Silva, FRAZÃO, Gabriel Almeida, SANTOS, Marília Nogueiras dos. “Redes de poder e conhecimento na governação do império português 1688-1735.” Revista Topoi, 2004: 96-137.

GOENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1978.

HESPANHA, Antonio Manuel. “Estruturas político-administrativas do império português.” s.d. Disponível em: <http://www.hespanha.net> (acesso em 10 de fevereiro de 2016).

HESPANHA, Antonio Manuel. “A Constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes.” In: BICALHO, Maria F.; FRAGOSO, João & GOUVEA, Maria de Fatima. O Antigo Regime nos Tropicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 163-188

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KELLY-NORMAND, Arlene Marie. Africanos na Amazônia: cem anos antes da abolição. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, nº 1. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980.

KIRSCHNER, Teresa Cristina. “A administração portuguesa no espaço atlântico: a Mesa da Inspeção da Bahia (1751-1808). Disponível em: <https://www.cvc.instituto-camoes.pt>. s.d. (acesso em 20 de fevereiro de 2016).

LAPA, J.R. Amaral. A Economia Colonial. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LARA. Silvia Hunold. Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LINHARES, Maria Yedda. “Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII).” Revista Tempo, 1996.

_____. História Agrária. In: CARDOSO. Ciro & VAINFAS. Ronaldo (orgs), Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 165- 184.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Os alimentos que fizeram o Brasil.” In: LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra e Alimento: panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil, Brasília : Embrapa/ Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 2000. pp. 14-121

LOPES, Siméia de Nazaré. As Relações Comerciais do Pará no início do Século XIX. Anais da IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de pós-Graduação em História Econômica, 2012.

MARIN, Rosa E. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. Paper do NAEA nº153, Outubro de 2000.

_____. “Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial.” *Novos Cadernos do NAEA*, junho de 2005: 73- 114.

MELO, Taciana Santiago de. Registros Coloniais inscritos nos mapas da Antiga Vila de Igarassu. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2011.

MOTTA, Márcia. *Direito à Terra: a gestação do conflito, 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo : Brasiliense, 1996.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo : Hucitec, 1989.

NUNES, Francivaldo Alves. *Terras de Colonização: agricultura e vida rural ao norte do impériobrasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2016.

_____. *Leituras Sobre as Práticas de Cultivo na Amazônia Oitocentista: décadas de 1840- 1880*. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento e diálogo social*, 2013.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista 1786- 1888*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.

PALACIOS, Guilherme. *Campesinato e Escravidão no Brasil: agrivultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700- 1817)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PATERNOSTRO, Julio. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo: Companhia das Letras, 1945.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Campesinato Brasileiro; ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. Petropolis: Vozes, 1973.

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. Novos Cadernos NAEA v. 8, n. 2, dez. 2005. p. 125-149,

_____. Abastecimento: falta, escassez do “pão ordinário” em vilas e aldeias do Grão-Pará. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, NAEA. Belém, 1994.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Política de Portugal no Valle Amazônico . Belém: SECULT, 1993.

_____. “ O Comércio colonial e as companhias privilegiadas .” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial, São Paulo: Difel, 1985. pp. 311- 339.

REIS, João José & GOMES, Flávio. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. “Governantes e Agentes.” In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDURI, Kirti. História da Expansão Portuguesa: O Brasil na balança do Império (1697- 1808), Lisboa: Circulo de Leitores, 1999.

_____. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro 1500- 1808.” Revista Brasileira de História, 1998.

SALGADO, Graça. Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALLES, V. (2005). O Negro no Pará: Sob o Regime da Escravidão. Belém: IAP; Programa Raízes.

SANTOS, Aldeci Silva dos. À Sombra da Fazenda: a pequena propriedade agrícola no século XIX. Curitiba: Juruá, 2012.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História Econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo:T.A.Queiroz, 1980.

SERRÃO, José Vicente. “A Agricultura Portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso?” In: MOTTA, Márcia. Terras Lusas: a questão agrária em Portugal, Rio de Janeiro : Editora da UFF, 2007. pp. 31- 70.

_____. A Política agrária pombalina;alguns aspectos e problemas. In: COSTA, Fernando Marques. Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850. Lisboa: Veja,1989. pp 241-250.

SILVA, André Mansuy-Diniz. “Portugal e o Brasil: a organização do Império 1759-1808.” In: BETHELL, Leslie. História da América Latina, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/ Fundação Alexandre Gusmão, 1998. pp. 477-518.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Conquista e Colonização da América Portuguesa.” In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil, Rio de Janeiro : Campus, 1990. pp. 33- 94.

SILVA. Marley Antônia Silva da. A extinção da Companhia de Comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém. 2012.

SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil: 1500- 1820. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra : política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA JUNIOR, José A. Tramas do Cotidiano: Religião, Política, Guerra e Negócios no Grão- Pará do Setecentos. Belém: Ed.Ufpa, 2012.

TAPAJÓS, Vicente. A política administrativa de D. João III. Rio de Janeiro: DASP-Serviço de Documentação, 1966.

TOCANTINS, Leandro. Amazônia: Natureza, Homem e Tempo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____.O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). Dicionário do Brasil Colonial (1500- 1808).Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VILLA REAL, Thomas. d. Viagem pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1848, 401-444.

ANEXOS
TABELA I: Exportações do Grão-Pará (1720-1822)¹⁶¹

Ano	Exportações do Grão-Pará para a Metropole										
	Produção exportada (ton)				Preços (\$000) por @			Valor total das Exportações (\$000)			
	Extrativista		Agrícola	Total	Extrativista		Agrícola	Extrativista		Agrícola	Total
	Cacau	Outra			Cacau	Outra		Cacau	Outra		
1720	87	118	15	220	1,5	0,06	0,51	9.032	495	513	10.040
1721	92	119	17	228	1,5	0,06	0,47	9.524	523	545	10.592
1722	97	119	19	235	1,5	0,7	0,52	10.044	589	686	11.319
1723	103	119	34	256	2,4	0,13	0,56	16.946	1.057	1.323	19.326
1724	108	120	44	272	2,8	0,17	0,6	20.848	1.378	1.808	24.034
1725	114	120	61	295	3,6	0,24	0,63	28.265	1.992	2.675	32.932
1726	120	120	65	305	3,6	0,28	0,67	29.806	2.325	3.028	35.159
1727	127	121	69	317	3,6	0,31	0,68	31.431	2.567	3.218	37.216
1728	134	121	75	330	3,6	0,35	0,75	33.144	2.936	3.910	39.990
1729	141	122	84	347	3,6	0,37	0,72	34.950	3.107	4.171	42.228
1730	321	133	64	518	4	1,04	1,04	88.259	9.550	4.556	102.365
1731	236	128	29	393	4,8	1,14	1,14	78.236	10.028	2.250	90.514
1732	475	143	127	745	4,8	0,8	0,8	157.161	7.924	7.040	172.125
1733	380	137	88	605	4,8	0,65	0,65	125.685	6.162	3.964	135.811
1734	642	154	196	992	4,8	0,35	0,35	212.016	3.737	4.749	220.502

¹⁶¹ COSTA, Francisco de Assis. A formação Rural Extrativista na Amazônia. Belém: NAEA, 2012. p. 144-145.

1735	324	133	65	522	4,2	1,64	1,64	93.602	15.029	7.305	115.936
1736	638	154	194	986	3,6	0,23	0,23	158.015	2.412	3.047	163.474
1737	836	166	276	1278	3,6	0,35	0,35	100.529	4.014	6.652	111.195
1738	454	142	119	715	3,6	0,46	0,46	112.629	4.524	3.783	120.936
1739	497	145	136	778	3,6	0,66	0,66	123.154	6.545	6.164	135.863
1740	487	144	132	763	3	0,46	0,46	100.529	4.601	4.221	109.351
1741	839	166	276	1281	2,8	0,27	0,27	161.634	3.140	5.217	169.991
1742	816	165	267	1248	2,4	0,36	0,36	134.909	4.128	6.685	145.722
1743	920	172	310	1402	1,5	0,45	0,45	94.949	5.349	9.658	109.956
1744	1218	191	432	1841	1,5	0,28	0,28	111.768	3.629	8.227	123.624
1745	830	166	273	1269	1,2	0,87	0,87	68.555	9.948	16.369	94.872
1746	102	119	357	578	1,2	0,06	0,06	8.422	516	1.543	10.481
1747	1238	192	441	1871	0,8	0,95	0,95	76.769	12.545	28.794	118.108
1748	1126	185	395	1706	1	1	1	72.894	12.738	27.204	112.836
1749	1015	178	349	1542	1,2	1,06	1,06	69.019	13.008	25.537	107.564
1750	836	166	275	1277	1	1,31	1,31	69.838	15.035	24.901	109.774
1751	512	146	142	800	1	2,04	2,04	35.221	20.404	19.930	75.555
1752	286	131	49	466	1	1,13	1,13	19.649	10.210	3.834	33.693
1753	1025	178	353	1556	1,1	1,88	1,88	77.646	23.079	45.678	146.403
1754	150	122	316	588	1,1	0,21	0,21	11.336	1.781	4.592	17.709
1755	843	167	278	1288	1	2,46	2,46	58.000	28.190	47.040	133.230
1756	432	123	89	644	1,2	3,93	3,25	35.700	33.233	19.817	88.750
1757	512	116	83	711	0,96	2,89	2,59	33.833	23.010	14.788	71.631
1758	116	14	41	171	0,96	1,52	2,23	7.642	1.470	6.244	15.356
1759	348	127	93	568	1,64	2,32	2,46	39.251	20.356	15.737	75.344
1760	682	102	145	929	2	2,41	2,96	93.844	16.947	29.403	140.194

1761	524	303	123	950	2	1,33	3,64	72.116	27.750	30.840	130.706
1762	732	143	74	949	2,42	1,18	2,85	121.707	11.617	14.533	147.857
1763	487	152	51	690	1,75	2,71	2,65	58.563	28.237	9.308	96.108
1764	475	180	100	755	1,5	1,78	3,01	49.022	21.995	20.703	91.720
1765	459	216	119	794	1,5	1,56	2,46	47.417	23.161	20.092	90.670
1766	464	163	102	729	1,5	2	2,62	47.915	22.517	18.402	88.834
1767	424	266	122	812	1,5	1,31	2,5	43.811	23.991	20.975	88.777
1768	595	220	60	875	1,5	1,35	2,4	61.461	20.528	9.953	91.942
1769	14	47	7	68	1,5	0,42	2,73	1.446	1.346	1.379	4.171
1770	744	312	65	1121	1,5	1,21	2,59	76.872	26.133	11.650	114.655
1771	560	232	144	936	1,5	1,73	2,26	57.815	27.665	22.442	107.922
1772	790	146	177	1113	1,5	1,97	1,58	81.543	19.801	19.262	120.606
1773	854	111	100	1065	1,5	2,73	1,75	88.176	20.895	12.114	121.185
1774	60	12	117	189	1,5	3,86	0,82	6.168	3.125	6.622	15.915
1775	1059	97	444	1600	1,5	3,96	1,03	109.361	26.374	31.424	167.159
1776	849	114	514	1477	1,5	3,67	1	87.684	28.698	35.534	151.916
1777	1002	68	731	1801	1,5	4,37	0,9	103.509	20.366	45.141	169.016
1778	874	169	747	1790	1,48	4,57	0,67	88.735	53.128	34.477	176.340
1779	841	167	764	1772	1,44	4,81	0,71	83.217	55.197	37.428	175.842
1780	877	169	781	1827	1,45	5,04	0,76	87.584	58.562	40.982	187.128
1781	588	150	798	1536	1,4	5,46	0,79	56.692	56.540	43.387	156.619
1782	1026	178	815	2019	1,45	5,39	0,88	102.430	66.151	49.395	217.976
1783	766	162	833	1761	1,55	5,86	0,92	81.780	65.299	52.776	199.855
1784	1464	206	851	2521	1,5	5,58	1,05	151.182	79.327	61.434	291.943
1785	507	145	870	1522	1,65	6,55	1,02	57.555	65.438	61.102	184.095
1786	1222	191	889	2302	1,65	6,22	1,18	138.825	81.811	72.108	292.744

1787	1125	185	909	2219	1,4	6,14	1,22	108.401	78.152	76.241	262.794
1788	582	150	928	1660	1,5	6,84	1,24	60.100	70.612	79.002	209.714
1789	846	167	949	1962	1	6,21	1,31	58.237	71.316	85.795	215.348
1790	731	160	970	1861	0,85	6,29	1,38	42.759	69.044	91.807	203.610
1791	668	156	991	1815	0,93	6,48	1,46	42.551	69.342	99.840	211.733
1792	617	152	1013	1782	1,26	6,82	1,58	53.658	71.490	109.900	235.048
1793	567	149	1035	1751	1,6	7,09	1,69	62.401	72.747	120.646	255.794
1794	879	169	1058	2106	1,55	6,71	1,86	93.804	78.040	135.595	307.439
1795	1066	181	1081	2328	2,1	7,1	2,11	154.096	88.513	156.629	399.238
1796	699	158	1104	1961	2,5	5,65	1,96	120.301	60.946	149.217	330.464
1797	1079	182	1129	2390	2,1	3,08	0,78	156.013	38.507	60.986	255.506
1798	1371	201	1153	2725	2,2	1,89	1,86	207.625	26.047	147.648	381.320
1799	1225	191	1179	2595	3,2	5,73	2,71	269.797	75.365	219.948	565.110
1800	1848	231	1231	3310	2,4	8,1	1,94	305.265	128.851	164.240	598.356
1801	937	173	1231	2341	1,9	3,06	1,42	122.515	36.421	120.122	279.058
1802	2015	242	1282	3539	1,12	5,9	1,86	154.631	98.215	164.282	417.128
1803	1790	227	1335	3352	1,43	6,61	1,83	176.517	103.396	167.839	271411,5
1804	1565	213	1390	3168	1,75	7,77	1,84	188.587	113.848	175.944	478.379
1805	1440	205	1447	3092	3,1	9,09	1,89	307.221	128.158	187.934	623.313
1806	3081	310	1507	4898	2,4	4,18	1,49	509.105	89.172	154.431	752.708
1807	2106	248	1569	3923	2,3	11,84	2,37	333.476	201.818	255.745	791.039
1808	239	128	1634	2001	2,45	12,31	1,52	40.345	108.581	171.013	319.939
1809	2981	304	1701	4986	2,6	6,11	1,62	533.614	127.705	189.669	850.988
1810	1529	211	1771	3511	2,23	5,63	1,17	234.383	81.600	142.985	458.968
1811	963	174	1845	2982	1,91	5,59	0,99	126.470	67.074	126.036	319.580
1812	1421	204	2000	3625	1,63	3,51	0,75	159.968	49.193	103.848	313.009

1813	1243	192	2000	3435	1,2	3,15	1,17	102.651	41.683	160.592	304.926
1814	2581	278	2030	4889	1,36	0,88	0,87	242.235	16.752	122.239	381.226
1815	2111	248	2061	4420	1,55	2,44	1,14	225.081	41.712	162.282	429.075
1816	1857	232	2124	4213	2	8,15	1,19	255.682	129.985	173.607	559.274
1817	1830	230	2395	4455	2,05	8,35	1,24	257.875	132.207	203.928	594.010
1818	1476	207	2666	4349	2,1	7,06	1,64	212.971	100.704	301.598	615.273
1819	1419	204	2213	3836	2,14	3,32	2,05	209.463	46.565	312.099	568.127
1820	1699	222	2248	4169	2,2	3,39	1,95	256.739	51.682	302.531	610.952
1821	1361	200	2284	3845	2,3	3,95	1,79	215.481	54.311	281.594	551.386
1822	1979	239	2322	4540	2,28	2,69	1,29	310.617	44.273	205.610	560.500

TABELA II: Valor das Exportações por Estrutura Produtiva¹⁶²

Ano	Companhia						Lavradores/ colonos (europeus e ilhéus)						Sitiantes, mocambeiros, desertores e fugidos (camponeses, produtores invisíveis)						Total
	Agricultura	Agroindústria	Extrativismo		Pecuária	Total	Agricultura	Agroindústria	Extrativismo		Pecuária	Total	Agricultura	Agroindústria	Extrativismo		Pecuária	Total	
			Coleta	Madeireiro					Coleta	Madeireiro					Coleta	Madeireiro			
1756	195,0		194,4	7408,6	84,4	7882,4	2790,7	5,5		16782,4	1329,1	20907,7	7989,5	418,3		44548,0	7004,6	59960,4	88750,5
1757	655,2	752,5	256,0	5883,7		7547,4	2380,0	11,5		13815,5	716,0	16923,0	6324,8	129,7		36887,8	3818,7	47161,0	71631,3
1758	259,2	724,1	2,0	1925,3	29,0	2939,6	519,3	22,4		2224,1	388,8	3154,6	1263,9	992,9		4960,4	2044,5	9261,7	15355,8
1759	3298,0	336,0	84,6	17423,7	1314,8	22457,1	2735,0	6,3		14531,2	709,6	17982,1	4723,0	143,9	3,4	27563,5	2470,1	34903,9	75343,2
1760	6280,5		244,9	32358,9	2606,3	41490,6	1352,8	10,4		20275,0	1622,8	23261,0	12849,9		9,9	57902,1	4680,3	75442,2	140193,9
1761	4471,9		116,6	29199,8	4718,9	38507,2	586,8	124,8		22807,7	10847,4	34366,7	9525,7		4,7	47737,2	564,6	57832,2	130706,0
1762	1879,9		280,8	38944,4	1560,9	42666,0	225,6			15753,7	56,5	16035,8	6151,3		11,4	78333,6	3718,4	88214,7	147856,5
1763	1942,0		17940,6	19945,8	870,1	40698,5	250,8			6632,5	1206,5	8089,8	4140,8		725,4	41555,3	897,9	47319,4	96107,7

¹⁶² COSTA, Francisco de Assis. Formação Rural da Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720- 1970). Belém: NAEA, 2012. p. 148

1764	3193,0			20789,6	1170,1	25152,7	276,0			1969,5	9119,7	11365,2	6944,6			48256,9		55201,5	91719,4
1765	4753,1		2464,9	19910,6	265,9	27394,5	702,0			4632,0	4324,3	9658,3	10046,5		99,7	43470,7		53616,9	90669,7
1766	3755,2		844,4	20352,5	73,3	25025,4	784,8		64,0	5362,0	6081,4	12292,2	7707,2			43808,5		51515,7	88833,2
1767	4819,6		625,3	19646,2		25091,1	1319,1		65,6	2898,9	5256,4	9540,0	9579,9			44565,1		54145,0	88776,1
1768	2997,8		821,1	23751,8		27570,7	259,2	176,0		192,0	2946,8	3574,0	6519,8		33,2	57190,7	-2946,8	60797,0	91941,6
1769	153,8		297,2	726,7		1177,7	21,6	240,0		408,1	637,2	1306,9	326,2		12,0	1347,4		1685,6	4170,3
1770	2333,7		1900,2	29575,6	109,4	33918,9	2852,0		7,0	6856,4	3929,2	13644,6	2425,5		69,8	64596,2		67091,5	114655,1
1771	5604,4	695,9	5780,2	23080,7		35161,2	6432,3	140,0	856,8	12532,8	3156,6	23118,5	6241,2	171,1		43228,7		49641,0	107920,7
1772	2591,6	2769,7	261,8	29588,2		35211,3	4019,2	166,0	4,0	6420,0	3540,4	14149,6	4102,8	1072,3	6,6	65063,2		70244,9	120605,8
1773	3273,5	659,9	295,7	31802,6	42,0	36073,7	6934,4	91,0	139,2	9294,4	441,0	16900,0	468,1	204,1		67538,8		68211,0	121184,7
1774	1165,0	38,0		2720,5		3923,5	1865,1			191,8	2767,9	4824,8	769,3	17,0		6380,9		7167,2	15915,5
1775	8572,2	331,0		39735,5		48638,7	12396,7			591,3	2987,5	15975,5	6988,2	148,0		95407,2		102543,4	167157,6
1776	8390,0	2155,7	1152,5	33307,0		45005,2	9996,1		1454,8	4928,4	5051,8	21431,1	8976,7	963,8		75539,3		85479,8	151916,2
1777	11172,5	1829,7		36158,2	1192,3	50352,7	12076,6	18,0	360,7	9453,4	4863,4	26772,1	13188,6	800,1		77902,6		91891,3	169016,1